

No ano de 2015, Francisco Gomes da Silva completou meio século de ingresso no mundo das letras. Sim, porque, às vésperas de completar 19 anos de idade, brindou a intelectualidade amazônica com seu livro de estreia "Itacoatiara. Roteiro de uma cidade", prefaciado pelo amazonólogo e então governador do Amazonas, Arhtur César Ferreira Reis, e lançado em Itacoatiara no dia 5 de setembro de 1965, na abertura oficial da Rodovia Manaus-Itacoatiara. De lá para cá, fez editar 13 livros e já tem 'engatilhado' mais quatro, prontos para lançamento. Agora, nos presenteia com a reedição, revista e ampliada de "Fundação de Itacoatiara"—primeiro volume da trilogia Itacoatiara 330 anos.

Na realização material deste livro, Francisco Gomes da Silva recorreu a fontes fidedignas de informação, documentos oficiais e depoimentos de historiadores e viajantes ilustres, nacionais e estrangeiros. Refere-se à ação colonizadora de sertanistas, militares e Jesuítas a serviço de Portugal na mesorregião de Itacoatiara.

FUNDAÇÃO DE ITACOATIARA

Primeiro Volume da Trilogia
ITACOATIARA 330 ANOS
(2ª Edição Revista e Ampliada)





GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

DAVID ALMEIDA

Governador do Amazonas

ROBÉRIO BRAGA

Secretário de Cultura

ELIZABETH CANTANHEDE

MIMOSA PAIVA

Secretárias Executivas

ANTÔNIO AUSIER RAMOS

Diretor do Departamento de Literatura

CULTURA

Secretaria de Estado

Av. Sete de Setembro, 1546

69005-141-Manaus-AM-Brasil

Tels: (92)3131-2450 / 31312455 / 2333-9973

e-mail: gabin@culturamazonas.am.gov.br

www.cultura.am.gov.br

Francisco Gomes da Silva

FUNDAÇÃO DE ITACOATIARA

Primeiro Volume da Trilogia
ITACOATIARA 330 ANOS
(2ª Edição Revista e Ampliada)



Manaus - Amazonas

2017

REVISÃO DE PORTUGUÊS

Rita Cintia Pinto Vieira

PROJETO GRÁFICO, DIAGRAMAÇÃO E CAPA

Marcela Costa de Souza

Todos os direitos reservados 2017

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte,
constitui violação de direitos autorais (Lei 9.610/98).

Ficha Catalográfica

A368p Silva, Francisco Gomes da.
Fundação de Itacoatiara (1º volume da Trilogia Itacoatiara 330 Anos) - 2ª edição revista e ampliada. Manaus: Governo do Estado do Amazonas - Secretaria de Estado de Cultura, 2017.

269 p. ; il. ; 16x23 cm

ISBN 978-85-92957-02-5

1. Amazonas - História; 2. Amazônia - História. I. Título.

CDU 981.13 História do Amazonas

Editora e Gráfica Moderna

Endereço: Av. Silves nº 881 - Crespo - Manaus/AM - Cep: 69073-175

Telefones: (092) 3237-8791 / 3237-7422

e-mail:graficamoderna10@gmail.com

Nas margens do Amazonas há uma paragem [quase em frente] à foz do rio Madeira, chamada na língua dos índios naturais – Itacoatiará – que quer dizer – pedra pintada ou debuxada [:] vem-lhe o nome de várias figuras, e pinturas delineadas naquelas pedras [...]. Serão sinais misteriosos [...] não parecem feitas por engenho de arte, podem ser por causa natural, porque pode ser que passando por ali algum curioso índio, quando ainda aquelas pedras estivessem barro branco, debuxaria por divertimento as tais pinturas e figuras [...].

Padre João Daniel (1722-1776)

Da obra “Tesouro descoberto no Rio Amazonas”,
escrita em meados do século XVIII.

O topônimo de Serpa, dado à Aldeia caiu. Manteve-se, porém, o de Itaquiara, hoje cidade, ligada assim, na origem à vida, cheia de variedade e contrastes, da célebre Missão dos Abacaxis da Companhia de Jesus.

Padre Serafim Leite (1890-1969)

Da obra “História da Companhia de Jesus no Brasil”,
Tomo III, Rio de Janeiro, 1943.

Nunca deixei de estudar as peripécias da longa existência de Itacoatiara. Tanto a sua paisagem natural, como a sua paisagem cultural, com o exprimir a afirmação gloriosa do homem amazônico, jamais me saíram da mente. Procurei descrever a feição geral da terra e os traços de sua sociedade em marcha para um futuro de grandeza.

Manoel Anísio Jobim (1877-1971)

Da obra "Itacoatiara. Estudo social, político, geográfico e descritivo", Manaus, 1948.

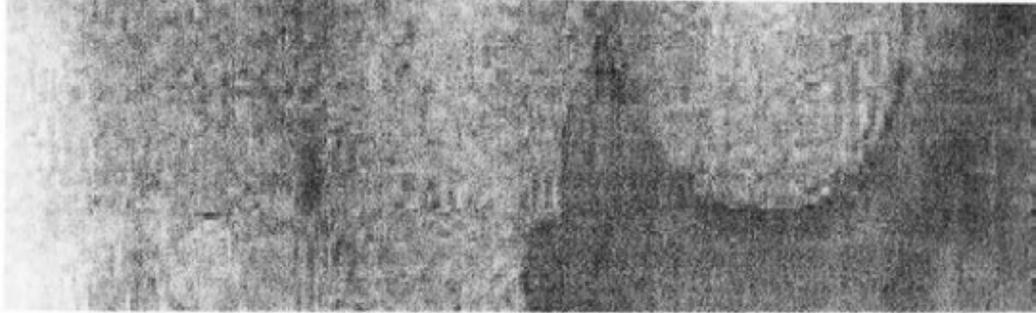
Velha Serpa encantada.
Cidade-mãe que me acolheu
no berço.

Em teu solo recebi
o carinho das canções
maternas,
entoadas com doçura.

Itacoatiara – Velha Serpa
mirante do passado,
e velhas tradições!

Poeta **Anísio Mello** (1927-2010)

Trechos do poema “Velha Serpa”, escrito
em 28.03.1961.



Um dia a maldade humana
tirou do dia o seu brilho,
mas nada ficou mais forte
na minha vida e mais ávida
que o desejo de guardar
no peito Itacoatiara
terra da pedra pintada
pedra terra iluminada.

Poeta **Elson Farias**

Fecho do poema “Balada à cidade do meu primeiro amor”, escrito em 15.07.2013.

Passei minha infância vendo exemplos dignificantes de
homens e mulheres [...] que lutavam
heroicamente por Itacoatiara [...] gente muito especial.

Por essa razão, sempre que me refiro
à Velha Serpa como o Principado de Itacoatiara, não
por conta de imaginários títulos nobiliárquicos, mas um
Principado tipificado pela nobreza de caráter dos velhos
políticos e dirigentes daquela época cuja principal marca é
o fato de todos terem morrido pobres. Meu Principado tem
seus alicerces no passado, embora no lançamento do livro
do meu amigo Francisco Gomes da Silva,
eu tenha vislumbrado a possibilidade de um retorno
àqueles tempos, ao ver tantos jovens ouvindo a conferência
e buscando um exemplar do livro...

Ozório José de Menezes Fonseca (1939-2015)

Cientista amazonense. Ex-diretor do INPA.
Nascido em Manaus, porém criado em Itacoatiara –
(Setembro de 2013).

Sumário

Foi neste meu pequenino
mundo, alegre e descontraído de Itacoatiara, que
aconteceram coisas que o tempo não destrói nem a
memória esquece!

Francisco Gomes da Silva

(25.04.1997)

Sumário

Prefácio	15
Introdução	19
ANTECEDENTES	37
Origem do homem americano	38
A Amazônia primitiva	46
A conquista europeia	54
A expansão para o interior	63
FUNDAÇÃO DE ITACOATIARA	77
Origem e fundação	79
Honra ao valente tuxaua	85
Glória ao fundador	90
A missão itinerante	101
A travessia	143
ÍNDIOS EM ITACOATIARA	151
CRONOLOGIA	193
ANEXOS	223
Administradores do período	224
Anos iniciais: algumas citações	226
Prefácio à primeira edição	253

Posfácio à primeira edição	256
Autores consultados	262
Resumo biobibliográfico	268

Prefácio

Vem de muitos anos passados o interesse de Francisco Gomes da Silva em pesquisar a história da terra de seu nascimento. Nos meados dos anos 1960, reconhecido pelo professor e governador Arthur Cêzar Ferreira Reis como estudioso da matéria, teve seu primeiro livro publicado pelas edições do Governo do Estado do Amazonas, estreando com méritos e aplausos, logo ingressando como sócio do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, onde pontifica na vice-presidência da instituição.

Desde então não teve descanso. Tendo escrito *Itacoatiara: roteiro de uma cidade* (1965), prosseguiu com *Itacoatiara: administrações municipais, realidade presente* (1970); com *Centenário de São José do Amatari* (1979); *Cronografia de Itacoatiara*, em dois volumes (1997 e 1998); *A Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Itacoatiara* (1999); *Presença do Poder Judiciário no Município de Itacoatiara* (2004); *Câmara Municipal de Itacoatiara: sinopse histórica* (2010); e agora com *Fundação de Itacoatiara*, já anunciando que deverá formar uma trilogia comemorativa dos 330 anos do surgimento da Velha Serpa.

De há muito conheço o autor, seja como promotor de justiça, político cheio de ideais e escritor, e ressalto seu empenho em descobrir e redescobrir os registros que possam conformar a mais completa história de Itacoatiara, desde antes da presença do homem europeu aos nossos dias, a ponto de ser referência nesse assunto, em todo o Estado.

Tenho presente na memória conversa antiga que travamos na paz dos salões do Instituto Histórico quando recordei ao autor um fato singular que foi a batalha naval de Itacoatiara, até então não referida em nenhum estudo a respeito da boa terra de Elson Farias Ozório Menezes Fonseca e de Raimundo Perales. O que se viu foi que, logo depois, Francisco Gomes não descuidou do assunto e, tendo cascavelhado por todos os arquivos e papéis guardados, saiu-se com excelentes e precisas informações a respeito, demonstrando mais uma vez seu interesse e sua indiscutível capacidade de pesquisador. E assim tem sido com todos os aspectos e bens de sua terra.

Empenhou-se, determinado tempo, ao lado de vários outros intelectuais de Serpa na criação da Academia Itacoatiarense de Letras, feita por sua inspiração e em razão de grande mobilização que promoveu, levada a efeito com todo o apoio e benesses da Academia Amazonense de Letras que foi representada na sessão de instalação por comitiva sob a presidência do acadêmico José dos Santos Pereira Braga. Na academia pontificam dentre outros, Francisco Calheiros, Raimundo Silva, Heloísa Pinto, Guilherme Fernandes, Claudemilson Oliveira, Carlos Barros, Tyrso Araújo e Leonora Macedo. Seu interesse também se estende ao restauro da bela imagem de Nossa Senhora do Rosário que vem merecendo o requinte dos cuidados de outra filha das itacoatiaras, a competente Judeth Costa, a bem honrar a tradição de seu pai, antigo prefeito, e de amor à cidade. Assim tem sido seu comportamento todas as vezes que se faz necessário erguer a voz, a palavra e a intervenção política ou institucional em assuntos que valorizem a terra-mãe.

Cabem-lhe bem as referências de bom orador. Elegante no falar, sem excessos, sempre que assoma a tribuna seu desempenho é elogiado pelos que o assistem. Escreve com precisão, tal como sucede com este importante trabalho agora apresentado ao público, do mesmo modo que

o fazia nas colunas de jornais, característica que repete nas redes sociais com frequência incomum a demonstrar vitalidade e a capacidade de se atualizar diante da completa transformação porque passam os meios de comunicação, cada vez mais velozes, impessoais, críticos e de certa forma à disposição do anonimato fácil e de futilidades.

Seu ingresso na Academia Amazonense de Letras foi manso e seguro. Sem alardes, admitiu o convite que lhe formulei, aliás, em reconhecimento a seus méritos, indubitavelmente, mas também ao tempo de larga e amistosa convivência no Instituto Histórico para o qual, vale dizer, foi ele quem me convidou pela vez primeira. Ao apresentar seu nome aos acadêmicos mais exigentes daqueles anos, rigorosos não só quanto ao valor e o cuidado com o idioma e as boas letras, mas também em relação ao espírito de boa convivência que deve estar presente em instituições dessa natureza, ao falar dele, não percebi nenhuma resistência, ao contrário, deu-se um acolhimento fraterno a recomendar sua inscrição.

Honrado pelo convite para prefaciar este livro, demorei-me a lê-lo em razão dos muitos afazeres de encargos públicos aos quais estou vinculado, mas não me surpreendi ao fazê-lo. Cuidadoso com a pesquisa, texto claro, limpo, simples, ele cuida desde a origem do homem americano e da Amazônia primitiva para falar da origem e fundação da cidade, sem desprezar os primeiros e principais donos da terra, os índios, para concluir com uma cronologia que em muito deve ajudar as pesquisas de professores e estudantes, sempre empenhados em conhecer a história por datas e eventos significativos, mas que, a partir desse referencial podem expandir os estudos para aprofundá-los em busca de uma compreensão mais ampla, interpretando os fatos.

Por todas essas razões o Governo do Estado por meio da Secretaria de Estado de Cultura o insere mais uma vez nas suas edições, valorizadas desde a sua instituição pelo governador Arthur César Ferreira Reis por

centenas de autores, com títulos que abordam temas diversificados edições e reedições de clássicos da Amazônia.

Manaus, domingo de verão de julho de 2017.

Robério Braga

Secretário de Estado da Cultura do Amazonas, ex-presidente da Academia Amazonense de Letras e do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas.

Introdução

AQUANDO da idealização de um projeto literário, defrontamos com dois problemas: um pertinente à elaboração da obra, outro relativo à sua impressão. A escrita dá a aparência de ser uma coisa simples, mas a conferência das provas tipográficas com o original não demonstra ser uma tarefa fácil. Em tese, a preparação técnica de originais para publicação envolvendo revisão de forma e, em certos casos, de conteúdo, geralmente se baseia num contrato de prestação de serviços entre o autor e a editora escolhida; vale dizer, tanto a leitura do livro quanto o acompanhamento do texto da prova competem ao revisor a serviço da produção gráfica. Dito contrato ‘amarra’ as partes e garante a entrega, no prazo previamente combinado, de um trabalho o mais fidedigno possível e de alta qualidade.

O elevado custo do mencionado ‘pacote editorial’ é a principal causa dos autores de menores posses rejeitarem tais profissionais gráficos, levando-os, em grande parte, a exercer o papel de autorrevisores – uma ação espontânea perpetrada quer por elementos já experimentados na arte da escrita, quer por estreantes impelidos pela ideia dominante perseguida com interesse e paixão de ingressar no ramo.

Entretanto, nem sempre as coisas acontecem como esperado. Embora empenhados em executar bem e fielmente o trabalho de inspeção e correção de seus próprios textos, os autorrevisores comumente são levados não voluntariamente a cometer equívocos. Na ânsia de melhorar

ou adensar os originais, sem o querer, aqui e ali passam por uma falha que se esconde; não se deixa ver. Apressados, ou por descuido, deixam em esquecimento erros e omissões gritantes que irão comprometer a inteireza de suas obras.

O questionamento de as casas editoras não serem obrigadas a manter revisores em seus quadros, reflete o que acontece em todo lugar. A expressão “Todo autor é péssimo revisor”, parece óbvio, originou-se dos costumados erros que todo processo de autorrevisão propicia. Isso se coaduna com as palavras de Alexandre Herculano (1810-1870), in *Cartas II*, página 78: “A primeira edição de um livro não passa de uma cópia em limpo”.

Escorado nestas belas e sugestivas lições, decidimos reescrever “Fundação de Itacoatiara”. Justo para corrigir erros, esclarecer fatos e situações. Ainda considerávamos necessárias mais investigações para reforçar o conjunto de linhas principais, ou eixos, que estruturam o trabalho. Ou seja, a opção por esta segunda edição revista e ampliada foi no sentido de pôr em dia a matéria tratada.

Começamos a mexer no livro antes de completar um ano de lançado. No início timidamente, depois fundamente. Ao longo de todo o texto fizemos acréscimos e reparos em escala bem maior. Cortamos linhas, alteramos e esclarecemos conceitos, tanto nos antecedentes quanto na parte historial propriamente dita e nas etno (geo) gráficas. Ainda, ampliamos os quadros cronológico, iconográfico e de citação de autores.

Dentre várias correções pontuais feitas, destacamos: no Capítulo II, 1ª) a imagem da Padroeira do povo católico de Itacoatiara, Nossa Senhora do Rosário – ao reverso do que fizemos constar no livro original – não foi esculpida por santeiros maranhenses, porém, é uma construção portuguesa da segunda metade do século XVIII; 2ª) O substituto do padre João da Silva na chefia da missão de Abacaxis, em 1698, foi o padre

Domingos de Macedo – e não o padre Antônio de Macedo; 3ª) O governador Mendonça Furtado chegou a Mariuá em 8 de janeiro de 1755 – e não em 28 de dezembro de 1754; e 4ª) O pouso escolhido, junto ao sítio Itaquiara (onde hoje é a Praça da Catedral), para sediar em 1758 o primeiro casario da vila de Serpã, ficava uns 400 metros a montante – e não a jusante do Igarapé do Jaurí; no Capítulo III: Quem esteve em 1664 visitando o Rio Urubu, onde localizou os Aroaqui, foi o sertanista Pedro da Costa Favella – e não o capitão-mor Francisco de Melo Palheta; e no Capítulo IV: 1ª) O padre João da Silva em 1698 foi substituído em Abacaxis pelo padre Domingos de Macedo – e não pelo padre Antônio de Macedo; 2ª) O governador Mendonça Furtado alcançou a vila de Mariuá em 8 de janeiro de 1755 – e não em 28 de dezembro de 1754; e 3ª) O ato solene de instalação da vila de Serpã ocorreria em 1º de janeiro de 1759 – e não em 1º de dezembro de 1759.

Na verdade, sem alterar a história e o clima, estamos fazendo, em termos de linguagem e cotejamento de novas provas documentais, um novo livro. Como historiador, não nos movem questões de outra índole senão a busca da verdade dos fatos e o desejo de fazer chegar a muitos lugares o eco da História local e regional.

A História nos ensina muito e nos oportuniza várias interpretações. Mas, ela é necessariamente refém de nossos gostos, preferências, condicionamentos, isto é, de nossa ideologia. Qualquer evento histórico é fruto de um número tão grande de interações entre pessoas e ocorrências que é simplesmente impossível calculá-las.

Por não ser uma ciência no mesmo sentido em que o é a Física, a História não apenas é incapaz de nos dar um modelo por meio do qual possamos fazer previsões, como ainda traz a incrível propriedade de tornar o próprio passado incerto. Fustel de Coulanges (1830-1889) argumentava que, como todas as ciências, a História consiste em constatar os fatos, em

analisar e aproximar os fatos e em estabelecer relações. Para ele, o historiador mais qualificado é aquele que consegue manter-se o mais próximo possível dos textos, que busca interpretá-los com a maior precisão possível e que só escreve e só raciocina segundo tais textos. Enfim, a verdade objetiva pode e deve ser alcançada pelo historiador. Basta que, ainda que olhado à distância, o passado seja vislumbrado com clareza, sem medo e sem pressa. A História é pouco protagonista em nossa caminhada, e é manchada por longos capítulos que nos enchem mais de vergonha do que de orgulho, como a exploração de muitos por poucos, a depredação da natureza, o extermínio indígena, o abandono do interior do Amazonas. Mas, se há trevas no passado amazonense-amazônico, há também luz. Conhecê-lo melhor iluminará o presente e tecerá o fio da meada para costurar o futuro.

Desta sorte, a Amazônia precisa se reconhecer para ser uma região melhor. A sociedade brasileira (e mais ainda a amazonense) não se interessa pelo estudo da História, e essa conjuntura contribui para a desconstrução da memória coletiva. O desinteresse não é só de professores e alunos, mas está em toda a parte. Faltam debates e conversas sobre o tema. Isso precisa urgentemente mudar.

Segundo o dramaturgo amazonense Márcio Souza, “precisamos avançar nos estudos amazônicos [...]. A prática tradicional da História vem ultimamente atravessando uma série de crises, provocadas pela invasão, na comunidade acadêmica, de uma série de conceitos antes circunscritos apenas aos campos da literatura e a certas teorias sociais [...]. Atualmente os jovens passam pela escola, especialmente no ensino elementar, com um conjunto mínimo com as disciplinas da História. Estão condenados a viver num eterno presente, porque não contarão com as perspectivas do antigamente [...]. Ora, o tal afastamento dos jovens dos fatos do passado leva a uma sociedade do momento, do imediato, reducionista, que não deseja mudar.” (SOUZA, 2009).

Em geral, os intelectuais acadêmicos são um tipo não muito afetuoso e sem muita abertura; a soberba os deixa mal perante a opinião pública. Se a canção popular diz que “a vida é arte, errar faz parte”, por que cultivar a altivez da infalibilidade? Reconhecer a verdade dos fatos e admitir como importante e justo o trabalho de outrem demandam tempo. Felizmente, tanto no interior quanto fora do circuito acadêmico já há um bom número de intelectuais que não se omitem, não se deixam levar. Para repetir o historiador Bóris Fausto: “Escrevem do jeito que querem, sem amarras. São intelectuais sem pose, sem preocupações eruditas”.

A importância das obras de autores procedentes ou não do meio acadêmico está no fato de possibilitar aos estudiosos refletirem sobre a História do Amazonas e da Amazônia. É razoável lembrar que o maior volume do que é atualmente produzido sobre o período colonial amazonense tem ainda como referência as pesquisas realizadas há mais de oitenta anos pelos historiadores Arthur César Ferreira Reis e Mário Ipiranga Monteiro – ambos, tal qual o sociólogo Samuel Benchimol, até um tempo atrás eram demonizados pelo mundo acadêmico.

Em verdade, há uma fome enorme pela História que os trabalhos da academia não conseguem contemplar. Há exemplos aqui e em todo lugar. A historiadora carioca Mary Del Priore, em 2003, abandonou a carreira de professora da USP para se dedicar a escrever sobre a história do País. Em setembro de 2014 relatou que o seu “projeto é escrever para o grande público”. Mary Del Priore e seus colegas Cristóvão Tezza (catarinense) e Laurentino Gomes (paranaense) são considerados escritores com um pé fora da academia. Em maio de 2011 passaram em Manaus, confinados em uma embarcação palestrando sobre as águas do rio Negro. A par de observarem botos, jacarés e pesca de piranhas, criticaram, em uníssono, os cânones da Universidade.

Na ocasião, disse Mary: “Saí da USP para escrever do jeito que eu queria, sem nenhuma amarra. Saí estimulada pelos meus filhos, que me viam aborrecida. A Universidade te aprisiona num rol de atividades retóricas e burocráticas. Isso me neutralizava”. Laurentino, que durante três décadas foi jornalista, endossou: “Quando me dizem que eu vulgarizo a História, concordo. Vulgarizo mesmo, no sentido latino da palavra, de tornar vulgo, acessível”. Tezza repetiu: “Não acredito em literatura como catarse, mas ninguém produz sem ser afetado pelo que escreveu. Fui sendo escrito pelos meus livros”.

O caminho do equilíbrio nunca foi uma via fácil. A memorialística amazonense, além de não muito ampla, é mal contada. Os relatos que lemos nos livros de História nem sempre descrevem as coisas como realmente se passaram. Por isso, reafirmamos aqui o que escrevemos no preâmbulo da edição original deste livro: a História regional é cheia de dúvidas e vacilações. Nossa crítica não coloca os principais achados dessa História em suspenso. Mas, objetiva alertar para o perigo do julgamento apressado e para o massacre que uma opinião pública apaixonada pode provocar no debate intelectual e na busca da verdade.

A frouxidão epistêmica da História não deve servir para acobertar inverdades ou omissões gritantes. Razão é razão. Fatos são fatos. Há décadas, a quase unanimidade dos historiadores amazonenses vem repetindo o equívoco de que “o padre Pedro Pires” foi companheiro do padre Francisco Gonçalves na segunda entrada dos jesuítas na Amazônia Ocidental, em 1658. Na verdade, o tal “Pedro Pires” nunca existiu! Esse nome não consta do Catálogo das Expedições Missionárias para o Maranhão e Grão-Pará (1607-1756), nem do famoso Memorial dos padres do Maranhão, enviado em 1662 ao rei de Portugal. Sobre o assunto, depõe Leite (1943): “Foi companheiro desta missão o padre Manuel Pires”. Outro historiador português, José de Moraes, coloca o assunto em seu devido

cixo: quem acompanhou Francisco Gonçalves, na epopeia de 1658, foi o padre Manuel Pires, o qual também integrou – no ano anterior junto com seu correligionário Francisco Veloso a primeira entrada dos jesuítas ao alto Amazonas.

Também, é imaginação histórica pensar que Manaus data de 1669, como é enganoso atribuir-se a Francisco da Mota Falcão a legenda de criador da fortaleza que teria originado a capital do Amazonas. Documentalmente, o que se sabe é que a ordem para a construção da fortaleza do Rio Negro (além das do Tapajós, Urubu e Madeira), partiu do rei de Portugal dom Pedro II, através da Provisão régia de 15/12/1684, tendo por construtor Manoel da Mota Siqueira, filho de Francisco da Mota Falcão. Porém, de acordo com o historiador setecentista José de Moraes, “somente em 1689 ou 1690 foi iniciada e em 1693 a obra não era dada como de todo terminada”.

Para Bittencourt Filho (2012) a referência acima “é, dedicadamente, a melhor datação conhecida para marcar a fundação do fortim e, pois, de Manaus. Está documentado que Falcão iniciou a construção da fortaleza do Tapajós [Santarém/PA] e seu filho a terminou. Sobre a do rio Negro não há nenhuma referência em fonte primária afirmando ou sugerindo que Falcão a houvesse começado. Para a datação do início da construção da fortaleza do rio Negro temos de armar um mosaico da possível verdade com fragmentos de informações, catados aqui e ali. [Porém] Associar o ano de 1669 à implantação desse suposto acampamento fortificado importa em uma atribuição arbitrária – atribuição arbitrária porque não apoiada em nenhum documento que se conheça”.

Numa iniciativa de transparência e adição ao bom debate, colocamos aqui algumas questões simples: Primeira: em 1669, o único lugar estabelecido pelos portugueses na região do rio Negro foi Santo Elias do Jau (Velho Airão), junto à foz deste afluente do rio Negro e há

100 km do sítio onde hoje é a cidade de Manaus; Segunda: em 1689 o jesuíta alemão Samuel Fritz, gravemente enfermo, desceu o Solimões em busca de tratamento. Foi acolhido em Saracá (atual Silves) e a seguir encaminhado para Belém, onde se restabeleceu. Não parou na barra do rio Negro e em seu “Diário” não há sequer uma referência ao lugar. Talvez por que a povoação não dava sinal de existência. Terceira: no final de 1692, por ordem do padre João Felipe Bettendorff, então superior dos jesuítas da Amazônia, foram criadas duas missões: uma em Matari, no rio Amazonas, a qual ficaria a cargo do padre Aluísio Conrado Pfeil; e outra, entregue ao padre João Justo de Luca, no rio Negro. Em 1695, esta passou à responsabilidade dos padres carmelitas dando origem ao Lugar da Barra – raiz mais visível da atual cidade de Manaus.

Em recentíssima entrevista dada a um matutino de Manaus, o historiador ex-presidente do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, Antônio Loureiro, foi taxativo: “O ano da fundação da cidade de Manaus é 1695, e não 1669, a data oficial. [...] Foi nesse ano em que foi construída a primeira igreja católica da capital, que naquela época marcava o início de uma nova cidade”. (A Crítica, de 23/10/2016).

As opiniões colocadas demonstram que o assunto “origem de Manaus” é bastante controverso e merece uma nova leitura. O bom senso aconselha: em História nada é definitivo. Portanto, o historiador deve insistir em cismar, deter o pensamento em busca da verdade.

Em artigo de 7 de fevereiro de 2013, o escritor gaúcho Luís Fernando Veríssimo reportando ao livro “A filha do tempo”, da ensaísta escocesa Josephine Tey (1896-1952), cujo título foi copiado de uma frase de autor desconhecido, nos brinda com essa joia de pensamento: “Os fatos que geram a História são alterados pela má memória, pela interpretação conveniente, pela ornamentação fantasiosa, por tudo que vem com o tempo depois do fato. Com o tempo o mito vira realidade e a

realidade vira mito. Mas, é só dar mais tempo ao tempo que a verdade aparecerá”.

Dúvidas e vacilações [...] Inconsistência documental [...] Informações tendenciosas... Tais contradições, atentatórias da correta informação e da verdade epistemológica, também permeiam o dia a dia dos que levam a sério o trabalho de estudar e divulgar a História de Itacoatiara. Senão vejamos.

Um comentário do botânico João Barbosa Rodrigues, na obra “Antiguidades do Amazonas” (1892), segundo o qual a primeira missão jesuítica em terras do Estado do Amazonas “foi instalada pelo padre Antônio Vieira em 1655, na Ilha de Aibi, nas cercanias de Itacoatiara” induziu em erro alguns historiadores e até mesmo nós. Sucede que todo trabalho de pesquisa é exaustivo e ao mesmo tempo cheio de surpresas. Há mais de meio século, quando ingressamos no mundo da escrita (1961), carência bibliográfica e ineficiência na oferta de meios materiais e operacionais eram traços dominantes. Muito mais que atualmente, pesquisar era muito complexo, a tarefa tinha o gosto da dificuldade. Naquela oportunidade, ocupado em coletar dados sobre o histórico das missões e estabelecimentos portugueses na bacia amazônica, pudemos compulsar a obra supra de Barbosa Rodrigues. O respectivo extrato das anotações colhidas, fizemos incluir em vários livros nossos (SILVA, 1997, 1997b, 1998, 1999).

Todavia, ao dar seguimento às nossas pesquisas no correr dos anos, constatamos que a notícia que havíamos retransmitido é inconsistente, precisa ser reestudada. O ano de 1655 e a Ilha de Aibi parecem não se harmonizar com as origens desta cidade. Na literatura da Amazônia seiscentista e setecentista, jamais alguém cuidou desse assunto. No trato do tema, João Barbosa Rodrigues é voz isolada. Trata-se em suma de fonte insatisfatória sobre dados concernentes às primeiras entradas dos

jesuítas na Amazônia interiorana. Segundo Berredo (1989), Antônio Vieira que ocupou em 1653-1661 o cargo de superior dos jesuítas da Amazônia, jamais pisou no solo do médio Amazonas. (Nunca é demais lembrar: data de 1657 a primeira entrada dos jesuítas no território amazonense!). Não há qualquer referência a Aibi na carta de 12 de fevereiro de 1661, que Vieira dirigiu à Câmara Municipal de Belém com a relação das missões criadas na margem esquerda do Amazonas, entre os rios Nhamundá e Urubu. Por outro lado, José de Moraes, citado por Leite (1943), refere: “Alguns autores dão mapas das missões e aldeias do tempo do padre Vieira. O limite onde [o famoso missionário] chegou foi o Tapajós. Daí para cima, foram outros.”

Noronha (2006), que em 1768 rastreou os lugares, vilas e aldeias de toda a calha do Amazonas, daí resultando o seu famoso “Roteiro de Viagem”, silencia a respeito. Acima desta cidade há um acidente geográfico com título parecido ao termo Aibi, que Noronha o tem como “o quinto furo do Saracá”, ou Lago do Canaçari. É o Igarapé do Aibu, também apelidado de Uxituba, que corre paralelo ao Paraná do Arauató: ambos ligam o Urubu ao rio Amazonas.

Ainda aqui há um dado curioso. Quase similar a Aibi é o termo Abuí, título dado a uma lagoa situada na Sub-região hidrográfica de Trombetas, a montante de Oriximiná, no Estado do Pará. Distante cerca de 300 quilômetros de Itacoatiara, essa região, entre 1871 e 1875, foi trabalhada por Barbosa Rodrigues. Designado pelo governo imperial a fazer explorações em Tapajós, Trombetas, Nhamundá e outros rios próximos da fronteira Amazonas-Pará, ele levantou os sítios arqueológicos na área que abrange a Lagoa de Abuí, em cujo entorno moravam índios da etnia Uaboi.

Carece perguntar então: a “Ilha de Aibi, nas cercanias de Itacoatiara”, é Aibi ou Abuí? A missão realmente existiu? Tudo converge

para anular a ‘tese’ de Barbosa Rodrigues. Porém, ainda que duvidoso, é assunto para não ser tratado com ar de resto. Merece ser reestudado.

No início da presente Introdução reportamo-nos às correções pontuais feitas neste livro. Até o encerramento da sua primeira edição, em agosto de 2013, havia dúvidas quanto à origem da imagem da Santa Padroeira do Município e à condição ou qualidade de seus autores. (No segundo volume desta trilogia e em “As Pedras do Rosário”, outro livro nosso em vias de conclusão, falaremos mais detalhadamente a respeito). Fica claro que é uma escultura de origem portuguesa e não obra de santeiros maranhenses. Urge também adiantar: dita imagem foi esculpida em cedro e não “moldada em gesso e papelão”, como equivocadamente havíamos afirmado noutros lugares, há quase vinte anos (SILVA, 1998 e SILVA, 1999).

Este livro, de caráter histórico pouco convencional, atende rigorosamente aos apelos da melhor bibliografia. Além de sumariar o período pré-cabralino, foca os primeiros 75 anos da trajetória ‘civilizada’ de Itacoatiara, decorridos de 1683 a 1758. Engloba desde a chegada ao rio Madeira do jesuíta Jódoco Perez, onde implantou a missão que deu origem à atual nobre cidade, aos subsequentes fatos que desaguarão na vinda do estadista colonial português Francisco Xavier de Mendonça Furtado, responsável pela transladação do primitivo burgo para a margem esquerda do rio Amazonas, confluindo na construção da vila de Serpa. Finalmente, este tomo abre a trilogia “Itacoatiara 330 anos”, cuja obra completa reportará os quase três séculos e meio da cidade da Pedra Pintada, contados da fundação do núcleo jesuítico até os dias atuais.

Indiscutivelmente, o nascimento de Itacoatiara data de 1683. Segundo nos revela Bettendorff (1990), nesse ano o superior Jódoco Perez – que fora ao rio Madeira com a intenção de instalar uma residência jesuítica – “praticou os índios Iruri”. Ficou com eles e prometeu que lhes mandaria um padre para assisti-los. E para que não lhes faltasse intérprete,

[na volta] “levou consigo um filho do tuxaua da tribo para aprender a língua geral em Belém”. Ao que Leite (1943) complementa: “Jódoco deixou bem dispostos os Iruri [...]”. Ou seja: deixou-os preparados, organizados em torno da nova povoação; decididos enfim a cooperar na efetivação da obra ‘civilizadora’ que ali se iniciava.

O ano 1683 é enunciação da escrita de categorizados vultos seiscentistas e setecentistas, responsáveis pela historiografia religiosa, a crônica e a correspondência missionária, ricas em observações geográficas e etnográficas, confirmada, nos dois séculos seguintes, por outros cultores da geografia humana da Amazônia. É ponto de partida, a data-base do calendário civil e patriótico desta comunidade amazonense, que assinala um começo factual e preciso para as histórias contadas e a contar a respeito da urbe itacoatiarense.

Mas, para ratificar o registro desses pioneiros fatos restava enumerar dia e mês. Até à véspera de comemarmos os 330 anos, em 2013, tais números ainda não batiam. Os dados até ali conhecidos eram falhos e controversos. Os que agora adotamos não foram inventados, nem dependeram de imprevisíveis caprichos e circunstâncias. Foram anos e anos de pesquisas. Resultam dum laborioso exercício matemático, mediante o confronto de muitas viagens entre Belém e rio Madeira, levando religiosos, sertanistas e autoridades, em quase 100 anos (1660-1758) do período colonial.

Ao cotejarmos o tempo gasto nas viagens Amazonas acima dos padres Manuel Pires e Manuel de Souza no trecho Belém-Silves (1660); João Ângelo Bonomi e José Barreiros entre Belém e rio Maturá (final de 1688 a início de 1689); João Filipe Bettendorff no trecho Belém-Urubu-rio Madeira (1691); e Samuel Fritz entre Belém e Madeira (1691); do governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho de Belém ao rio Madeira (1697); do sargento-mor Francisco de Melo Palheta de Belém

a Maturá (final de 1722 a meados de 1723); e do governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado de Belém a Borba (1758) – do que resultou a média aritmética de 88,7 dias – verificamos que a ultrapassagem do itinerário Belém-Maturá pelo padre Jódoco Perez durou cerca de 89/90 dias. Justo como afirmado por Bettendorff (1990): “Para fazer nova missão na aldeia Iruri [os jesuítas] gastaram três meses de viagem sem perigo”.

Vale dizer: o jesuíta Jódoco Perez deixou Belém a 9 de junho de 1683 e, mesmo a despeito das interrupções na viagem para visitas pastorais, descansar e recolher víveres, alcançou Maturá provavelmente a 7 de setembro, optando por fundar o núcleo jesuítico a 8 deste mesmo mês. Era Dia de Nossa Senhora da Luz e marcaria a primeira data histórica fundamental na vida cristã e civilizada de Itacoatiara.

Portanto, a principal efeméride de Itacoatiara aí está com todos os pormenores. Apurado de acordo com os fatos daqueles idos, o 8 de setembro de 1683 configura, segundo leciona Camilo Castelo Branco (1825-1890), “um misto de sentimentalidade amorável e justeza de pormenorização.” O ano é ponto pacífico, posto que defendido por respeitáveis tratadistas da História da Amazônia. O dia e o mês não foram colhidos aleatoriamente; não são dados meramente simbólicos e nem ilustrativos. Frutos de um trabalho difícil e de exaustiva compilação, balizada por documentos históricos como anteriormente demonstrado, resultaram de uma criteriosa avaliação afirmativa.

Fiel à mensagem exposta na primeira edição deste livro, continuamos ombreados com os poucos devotados a não permitir que a História das comunidades interioranas seja relegada ao esquecimento. Definitivamente, manifestamo-nos contra os empedernidos mentores da

chamada História Metropolitana, cujo discurso não leva em consideração os anseios das cidades periféricas. No que respeita ao estudo e à divulgação da História de Itacoatiara, continuaremos de atalaia cumprindo o que nos impusemos desde os dezesseis anos de idade. Como dito alhures: não esperamos tratamento compreensivo de ninguém. Servimos à nossa terra natal, prestamos uma contribuição. Isso nos entusiasma e nos faz feliz!

Está passando da hora de debatermos a cidade que queremos. Os agentes políticos locais deveriam refletir mais sobre o brilhante passado dela; inspirar-se nele para ganhar altivez e coragem de modo a contornar o artificioso presente que lhe deram. Colher desse passado disposição, coragem e força a fim de conceder-lhe um futuro venturoso. Poucas vezes, pelo menos durante os últimos 40 anos, tivemos oportunidade tão clara de aprimorar o desenho da cidade que desejamos – desenvolvida, próspera, moderna.

É dever de todos os que nascemos e ou mourejamos em Itacoatiara, tê-la na mais alta consideração, defendê-la em qualquer situação e reivindicar sempre por ela. Além de nos desvelarmos em prol de seu progresso material, de nos postarmos atentos em defesa do seu meio ambiente e da sua feição urbanística, idealmente deveríamos lutar para insuflar coragem e determinação aos seus administradores no sentido de materializar os seguintes projetos:

Museu Aberto do Sítio Arqueológico do Jauari, onde constam fragmentos de cerâmica de povos antigos que habitaram essa região há pelo menos 1.000 anos antes da chegada do europeu; 2) Inventário, Tombamento e Preservação dos Prédios Históricos da Área Urbana, do rio Arari e Paraná da Eva; e 3) Oficialização de Itacoatiara como Cidade Histórica. Tais projetos, a cargo da Superintendência do IPHAN-Amazonas, se efetivados despertarão a consciência patrimonial e levarão conhecimento à grande parte da população. Com o status de “cidade

histórica”, Itacoatiara poderia pleitear recursos do Ministério da Cultura e ampliar ações turísticas, sociais e econômicas favorecendo investimentos nos setores de emprego e renda.

Dentre outras questões consentâneas aos desenvolvimento e destaque da cidade, que precisam ser debatidos e ou encaminhados, ressaltamos:

a) Pedra Histórica. Os poucos monumentos públicos localizados nas principais praças da cidade, que contam em forma e textura pedaços da nossa História, infelizmente apresentam sinais de deterioração. É o caso da Pedra Histórica, símbolo maior de Itacoatiara. Exposta em local aberto defronte à Catedral e desprovida de qualquer proteção, não escapa da ação dos vândalos. Em suas faces já constam “mensagens” e nomes de casais de namorados pichados.

Disputando entre si para ver quem é mais atrevido, os inimigos das artes e das ciências não somente picham; podem ousar mais. Portanto, a Pedra Histórica corre riscos. Por ser difícil garantir-lhe segurança total e, à vista de se demonstrarem totalmente inoperantes as campanhas de conscientização sobre a importância dos monumentos históricos, urge a construção de uma redoma de vidro para protegê-la do contato humano embora preservando sua completa e necessária visibilidade.

b) Arquivo Público. Antes de oficializá-lo como instituição municipal, juntar o que restou dos acervos da Prefeitura, Câmara Municipal, Fórum de Justiça e Cemitério Público – material que, após previamente tratado, selecionado e escaneado, será disponibilizado ao grande público para consulta e pesquisa.

c) Nova Biblioteca. Construção e respectivo aparelhamento técnico: ampliação, atualização, digitalização e microfilmagem do acervo, além de contratação de pessoal especializado para geri-la. A atual Casa de Cultura passaria a sediar o Centro Cultural: pinacoteca, salas de exposição e cinema, auditório, laboratório de artes etc.

d) Estátuas e Placas Indicativas. Introdução em diversos pontos da área urbana, aludindo a datas e vultos históricos (exemplos: fundador da cidade, tuxaua da primitiva nação indígena, estadistas coloniais e outras destacadas figuras públicas, inclusive ampliação do monumento à Batalha Naval de Itacoatiara).

e) Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI). Mediante a articulação Município-Estado-Ministério das Cidades com vistas à elaboração e concretude de um novo plano urbanístico, objetivando: a ampliação da Avenida Parque até a Estrada do Aeroporto; a realização de obras de saneamento básico priorizando recuperar os lagos do Jauari e da Poranga e os igarapés do Doca, Prainha e Venturinha; a construção de um cemitério-parque; e a recomposição da maioria de suas vias públicas, criminosamente estreitadas face ao descaso das últimas administrações populistas; os moradores e lojas que avançaram além do meio-fio devem ser compelidos a retomar aos limites anteriores – esse um trabalho árduo que demandará muitos anos.

Finalmente, optando por reiterar o que expressamos na apresentação da primeira edição deste livro retratando uma cidade ainda criança e que, com o correr dos tempos alcançaria a juventude e a maturidade – nossa mensagem final é no sentido de que os habitantes de Itacoatiara não devem se omitir, jamais calar. Afinal, somos todos chamados a viver a cidade que a gente ama e a construir a cidade que a gente quer.

Itacoatiara, 8 de setembro de 2017, 334º da
fundação do núcleo que deu origem à cidade.

Francisco Gomes da Silva

Capítulo I

ANTECEDENTES

Cidade-sede do Município homônimo, Itacoatiara é de origem luso-indígena, integra o Subcontinente brasileiro e está inserida na geografia mundial. Assentada à margem esquerda do rio Amazonas, um pouco a jusante da foz do Madeira, a 26 metros de altitude, e é circundada de matas de terra firme, várzeas e igapós – revestimento florístico que corresponde ao clima tropical quente e úmido, chegando a alcançar a temperatura anual média de 25° C e a máxima de 34° C. Suas coordenadas geográficas são: latitude 03° 08' 35" Sul e longitude 58° 26' 39" Oeste de Greenwich.

Cidade média de responsabilidade social, que exerce principalmente papel de interligação entre as capitais Manaus e Belém e os demais aglomerados humanos estabelecidos nas calhas dos rios e no interior da floresta – Itacoatiara tem relevância histórica no contexto de ocupação da Amazônia Ocidental. Estrategicamente situada no coração da grande zona intertropical, na mesorregião da porção centro-leste do Estado do Amazonas, ainda faz parte da Região Metropolitana de Manaus. Guarda em seu espaço urbano a memória, a cultura e a identidade do amazônida. Sua trajetória política, econômica e social forma um capítulo simples, porém, simbólico, marcante e construtivo da crônica da humanidade.

Os “períodos densos” – momentos de ruptura, na longa duração, que transformam, em velocidades distintas, as estruturas sociais e as formas espaciais de uma cidade – são numerosos na sua história (fundação, transladações, vila de Serpa, foros de cidade, elevação à comarca etc). Além desses, que seguem uma ordem cronológica, que obedecem à periodização historiográfica, há os anteriores que permitem prever os que hão de seguir-se.

Induvidosamente, os antecedentes históricos do Continente Americano, do Brasil e da Amazônia também o são da cidade de Itacoatiara. Ei-los em resumo:

Origem do homem americano

A biologia moderna é impensável sem o conceito de evolução. A Ciência definiu que a Terra surgiu há 4,6 bilhões de anos e que todas as formas de vida evoluíram a partir de micro-organismos. Segundo a lição de experientes cultores da Antropologia Social, o homem moderno, *Homo Sapiens*, surgiu no sul da África há cerca de 200 mil anos. Ao tempo em que se multiplicavam, os primeiros humanos iam se espalhando por todo o Continente Negro. Muitos membros deles, ou seus descendentes, – talvez um grupo tribal com não mais que 150 integrantes – há uns 70 mil anos deixaram seu local de origem, cruzaram o Mar Vermelho no rumo da Ásia e ganharam o mundo.

Conforme o mapa da ocupação do planeta, elaborado com base em estudos realizados por antropólogos do mundo inteiro, grupos tribais teriam chegado aos Emirados Árabes e à Ásia há 60 mil anos atrás; à Oceania há 50 mil anos; e à Europa há 40 mil anos.

Quanto às Américas, são várias teorias sobre como, quando e por quais rotas os humanos teriam migrado para alcançá-las. A mais propalada – descartada a ideia de que alguns grupos teriam vindo por embarcações da África ou da Austrália – indica que o primeiro homem a chegar ao Novo Mundo há 14 mil anos era procedente da Sibéria, e a porta de entrada foi o Estreito de Bering – acidente geográfico que separa a Ásia da porção norte das Américas. Essa corrente migratória coincidiu com a última glaciação percorrendo um corredor livre de gelo nas geleiras da América do Norte e rumou para o sul pelo interior.

A segunda hipótese indica que os primeiros humanos teriam chegado ao norte do Continente há 12,5 mil anos antes do tempo atual. Também oriundos da Sibéria, depois de ultrapassarem o Estreito de Bering seguiram pela costa oeste em direção à América do Sul.

As duas entradas provavelmente eram formadas por grupos pequenos de pessoas capazes de grande mobilização. Achados arqueológicos mais antigos dizem que teria havido migrações anteriores formadas por elementos especializados na caça de grandes mamíferos, tipo mamutes. Consta que os integrantes da segunda entrada dominavam alta tecnologia e sofisticavam no trato da caça e da navegação.

A 16 de maio de 2014 a revista científica “Science” noticiou a descoberta em uma gruta no interior do México de um esqueleto humano com a idade estimada de 12 mil a 13 mil anos. Contatado, o Instituto Nacional de Antropologia e História desse País reuniu uma equipe internacional de arqueólogos e outros especialistas para explorar o local. O fóssil acabou se revelando um dos mais antigos encontrados nas Américas, e em condições de permitir uma reconstrução facial. Além disso, os geneticistas conseguiram até mesmo extrair uma amostra de DNA. A reconstrução facial mostra que os paleoameríndios não se pareciam com os atuais indígenas, embora tenham ascendência comum. Ou seja: os nativos do Continente Americano descendem de migrantes pioneiros vindos da Ásia no fim da última Era Glacial.

Importante adensar ao debate o que noticiou a revista “Science Advances”, de abril de 2016: com base em DNA de 92 indígenas que viveram antes da conquista europeia nas Américas, entre 9.000 e 500 anos atrás, pesquisadores da Austrália, dos Estados Unidos e da América Latina, liderados pelo antropólogo Bastien Llamas, estimaram que a migração começou há 16 mil anos pela costa do Pacífico.

A conclusão vem da comparação do DNA antigo com o dos índios modernos, propiciando o traçado de um novo mapa da chegada do *Homo Sapiens* ao continente americano. A análise das variantes de mtDNA indica que houve um pico repentino de diversificação genética a partir de 16 mil anos antes do presente, o que faria sentido se a população dos primeiros americanos começasse a crescer de repente nessa época. Isso levou os cientistas a postular que, no pico da Era do Gelo (há pelo menos 20 mil anos atrás), os ancestrais dos indígenas ficaram isolados na chamada Beríngia – língua de terra firme que, ao tempo, unia a Sibéria ao Alasca. Com o recuo das geleiras na costa do Pacífico americano, a seguir, foi possível um avanço rápido pelo litoral. Coincidência ou não, o sítio arqueológico mais antigo das Américas é o do Monte Verde, no atual Chile, localizado na costa do Pacífico, com 13 mil anos.

No referente às populações indígenas da Amazônia, há indicativos de que elas carregam em seu DNA marcas de parentesco com aborígenes da Austrália e nativos de Papua-Nova Guiné, regiões da Oceania. Esse resultado, que aparece de forma independente em dois estudos divulgados no dia 21 de julho de 2015, reforça a ideia de que o povoamento original do Novo Mundo foi muito mais complexo do que os cientistas costumavam imaginar. Essas pesquisas estão nas revistas científicas “Science” e “Nature”. A primeira diz que duas populações diferentes se misturaram logo no início da presença humana nas Américas. A outra defende uma única grande onda migratória no começo, com a vinda posterior de grupos aparentados aos povos da Oceania.

A hipótese publicada na “Nature” traz dados novos para uma polémica que se arrasta desde 1980 e contraria a visão tradicional, segundo a qual quase todos os nativos americanos descenderiam de um único grupo da Sibéria. A questão é saber se a mais antiga brasileira, a célebre Luzia, que morreu há 11,5 anos em Lagoa Santa (MG), de fato representa uma população primitiva com traços “negros”. Além de Luzia, dezenas de esqueletos de outras regiões das Américas apresentariam um crânio cujo formato lembra o de africanos, aborígenes australianos e outras populações de pele e cabelos escuros da orla do Pacífico. Já o crânio da maioria dos índios modernos se parece mais com o de populações da atual Sibéria.

A despeito de algumas ligeiras variações, o estudo da “Science” mantém a visão arqueológica tradicional, mas o da “Nature”, que comparou centenas de milhares de pequenas variantes genéticas dos indígenas da América do Sul e da América Central com variantes equivalentes de outras populações espalhadas pelo mundo todo, concluiu que os povos da Oceania apresentam sutis semelhanças genéticas com os Suruí e Karianas (grupos indígenas de Rondônia) e os Xavantes (de Mato Grosso).

O saudoso cientista amazonense Ozório José Fonseca (1939-2015), ao tratar da trajetória dos primeiros humanos em território americano, respaldado em Roosevelt (1996) e Furline (2000), manifestou-se nestes termos: “Seguindo em direção sul a migração humana atravessou as Américas do Norte e Central, passou pelo Istmo do Panamá e entrou na América do Sul pelo território da Colômbia. Daí [em] sua lenta expansão [chegou] à Amazônia.” (FONSECA, 2011).

Desde a entrada dos primeiros grupos humanos na Amazônia vários milênios se passaram [...] O mundo conhecido até o século XV resumia-se à Europa, parte da Ásia e norte da África. A única instituição universal era a Igreja Católica.

Durante os séculos XV e XVI, a chamada Era das Grandes Navegações e dos Descobrimentos Marítimos, os europeus lançaram-se nos três oceanos com os objetivos de descobrir uma nova rota marítima para as Índias e encontrar novas terras. A expansão no exterior levou ao surgimento do império colonial português, seguido do espanhol. Assim, Portugal e Espanha se tornaram grandes potências disputando a supremacia dos mares e das novas terras. Ambas lideraram as grandes descobertas e estenderam seus domínios à África, à Ásia e às Américas.

Enquanto os portugueses navegaram em direção às Índias contornando a África, os espanhóis tomaram rumos diversos. Financiado pela Coroa de Espanha, o explorador italiano Cristóvão Colombo (1451-1506) dirigiu-se para o oriente navegando pelo Atlântico. A 12 de outubro de 1492 chegou à América Central. Pensando que estava aportando nas Índias, batizou seus habitantes de “índios”. Apesar de equivocada, essa denominação ficou consagrada. Na carta que escreveu à Coroa Colombo ideava com antecipação o preconceito que dali em diante normatizaria o discurso dos europeus: assevera que, além de canibais, os índios eram preguiçosos, andavam nus, eram carentes de vergonha; estavam longe dos valores da humanidade ocidental, mas poderiam ser úteis como escravos.

A 7 de junho de 1494, para evitar conflitos entre Portugal e Espanha, foi assinado o Tratado de Tordesilhas fixando critérios de partilha das terras além-mar descobertas e por descobrir. Os domínios desses reinos seriam separados por um meridiano situado a 370 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde. As terras situadas a leste do meridiano seriam portuguesas e as da parte oeste, espanholas. O Brasil, por exemplo, que nessa época

não existia nos mapas dos grandes cosmógrafos e não havia entrado na história ocidental, já estava incluído no pacote: a linha imaginária cercava o País nas proximidades de onde, atualmente, se encontram Belém (no Pará) e Laguna (em Santa Catarina). Portanto, quase toda a região amazônica ('descoberta' seis anos depois da celebração do tratado), de direito iria pertencer à Espanha.

Figura 3 - Cristóvão Colombo. Primeiro europeu a chegar à América (1492)



Figura 4 - Linha do Tratado de Tordesilhas (1494). A Amazônia seria de Espanha



O nome América deriva do cosmógrafo italiano Américo Vespúcio (c.1451-1512), por haver constatado que as terras americanas constituíam um Continente; não faziam parte da Ásia como imaginou Colombo. Nas missivas que enviou Vespúcio também reafirma a presença de canibais na América. Para ele, os índios eram homens sem ordem e sem fé, sem noções de propriedade, território e dinheiro, gente ignorante e decadente, adormecida diante dos proclamados 'valores' europeus.

As estimativas de quantas pessoas viviam no território do Novo Mundo quando Cristóvão Colombo chegou variam muitíssimo. A mais coerente é a do geógrafo norte-americano William Denevan. Àquela altura, segundo cálculos de 1976 feitos por esse cientista, os habitantes do Continente Americano beiravam os 54 milhões, dos quais cerca de dez a doze por cento correspondiam à atual costa brasileira. Na época, por ser o rio Amazonas 'espanhol', na concepção do acordo de Tordesilhas, os índios do gigante fluvial não contribuía para essa estatística.

Efetivamente, o encontro com a América seria o feito mais grandioso da história moderna ocidental, quando o pensamento europeu se voltou, entre assustado e maravilhado, para essa nova terra. Com a chegada em seguida dos primeiros viajantes, proliferou uma literatura pautada em discussões filosófico-religiosas a respeito da índole dos gentios: descendentes de Adão e Eva para alguns; bestas-feras para outros.

A preocupação dos europeus com os habitantes das Américas só começou após a edição, em 27 de setembro de 1540, da bula *Regimini Militantis Ecclesiae*, firmada pelo papa Paulo III (1468-1549), reconhecendo que os ameríndios possuíam alma; eram seres humanos. Na conquista do Novo Continente a Igreja esteve presente conjugando interesses comuns aos das coroas espanhola e portuguesa. Assim, o expansionismo europeu teve por base a teologia cristã, que afirmava ser a escravidão do índio um pequeno preço a pagar diante dos benefícios de

sua inserção na civilização. Tudo seria feito “em nome de Deus e em nome do Rei”.

A Amazônia primitiva

O grau de ocupação humana na Amazônia pré-colombiana é um assunto muito debatido. Os registros mais antigos da região atribuem aos seus pioneiros habitantes datações com 12,5 mil anos. Uma descoberta relatada pela antropóloga norte-americana Anna Roosevelt, em 1996, na revista “Science”, dá conta de uma ocupação humana em plena floresta amazônica aos 11,3 mil anos.

Esta tese sepulta de vez as hipóteses imaginosas e as especulações religioso-filosóficas atribuindo às viagens dos fenícios, hebreus e árabes os primeiros contatos humanos na região e conferindo a origem hebraica aos índios brasileiros. Tais teorias ainda advogam: que a posse das terras do Brasil pertencera a Jobal, descendente de Noé; que nos anos 993 a 960 a. C. as frotas do rei mítico Hiran, da cidade fenícia de Tiro, e do judeu Salomão navegaram através do Amazonas; que em 499 d. C. por aqui passou uma expedição chinesa; e que os habitantes da desaparecida Atlântida intercambiaram mercadorias com os primeiros amazônidas.

Esse tipo de literatura sensacionalista por um largo período empanou a realidade da ocupação humana da região. Os principais expoentes de tais teorias foram o etnólogo Henrique Onfroy de Thoron – cujo tratado sobre o suposto País de Ophir foi, em 1876, publicado em Manaus – e o professor austríaco Ludwig Schwennhagen (1900-1928). Suas ideias foram abraçadas pelo arqueólogo amazonense Bernardo Azevedo da Silva Ramos (1858-1932).

Remontam a 11.000 a. C. os primeiros sinais de ocupação no Alto Amazonas. O grande corredor cultural por onde teriam circulado grupos de primeiros amazônidas foi o fabuloso rio Amazonas.

Vestígios com datação entre 9.200 a. C. e 6.000 a. C., sugerem que nesse largo período grupos de caçadores-coletores começam a se espriar por toda a Amazônia.

Desde 5.000 a. C., grupos de agricultores do Alto rio Madeira e do noroeste amazonense faziam o manuseio de vários tipos de plantas tropicais. É possível que, entre 4.000 a. C. e 2.000 a. C. tenha ocorrido, na Amazônia, a transição da caça e da coleta para a agricultura.

A área do rio Madeira, mais precisamente a faixa que atualmente separa os estados do Amazonas e Rondônia, seria, por volta de 3.000 a. C., o centro de dispersão inicial dos grupos Tupi, que daí teriam emigrado para outras regiões do Brasil e da América do Sul. O Alto rio Madeira teria sido lugar de domesticação da mandioca e da pupunaha. A introdução do cultivo da mandioca na várzea e a chegada da cultura do milho na mesma área propiciaram às primeiras populações ribeirinhas um maior excedente de alimentos para a estocagem e o comércio intertribal.

Em 3.000 a. C. grupos de horticultores já se faziam presentes no Baixo e Médio Amazonas. Achados com essa datação sugerem que os povos ribeirinhos eram fartamente supridos de alimentos, aí incluídos frutos, grãos, peixes, mamíferos e quelônios. Criativos, eles fabricavam, para uso interno ou permutar entre tribos, instrumentos destinados ao lazer, à caça e à pesca, e peças domésticas, funerárias e para conservar alimentos. Mais tarde se especializariam em criar e construir artefatos de pedra e materiais cerâmicos.

Descobertas de terraplenagens gigantescas e estradas antigas sugerem que a Amazônia foi densamente povoada com centros de longa duração, sobretudo perto dos rios. As agriculturas pré-colombianas enriqueceram o solo, criando o que os arqueólogos chamam de terra preta – a maior parte criada entre 2.500 e 500 anos atrás.

Segundo ensina Souza (2009), “Foi durante os milênios que antecederam à vinda dos europeus [para esta região] que os amazônidas desenvolveram o padrão cultural denominado de Cultura da Selva Tropical”, um acontecimento histórico de longa duração permitindo a integração social, econômica e cultural de caçadores-coletores aos recursos florestais. Em razão de seus saberes, do elevado nível populacional e do poder de organização de que eram possuidores, esses grupos logo, logo ganhariam claras feições de sociedades hierarquizadas, dotadas de uma ordem social bem definida.

Figura 5 - Amazônia: Primeiros habitantes



Imagem: <https://goo.gl/tamRPQ>

Figura 6 - Amazônia: usos e costumes indígenas



Imagem: <https://goo.gl/9Q21ye>

Segundo registros nossos de 20 anos atrás, o exercício do trabalho comunitário era característica-mor dos primeiros amazônidas.

Tipo de atividade humana que lhes permitia não somente a satisfação de necessidades fundamentais com um mínimo de esforço como ainda o faziam em harmonia com o restante do ecossistema. Sua ocupação diária nunca ia além das quatro horas, dedicando ao lazer o resto da jornada. Sua base alimentar constituía-se de bens naturais ou os que resultavam de culturas agrícolas. Os primeiros representados por animais e vegetais e os segundos, pela mandioca e o milho principalmente. Programavam a partir do ciclo dos rios a semeadura e a colheita, daí resultando uma diversificada produção de bebidas, farinhas, grãos e tabaco. Conheciam as propriedades nutritivas e medicinais das plantas, ervas e frutos. Desinteressados em acumular riqueza, [os silvícolas] utilizavam os produtos excedentes de suas necessidades de consumo na troca ou no comércio intertribal, feito através de expedições. A canoa era o seu principal meio de transporte e suas habitações amplas e arejadas. (SILVA, 1997b).

O historiador Antônio Loureiro ensina que, há pelo menos 5.000 anos do tempo atual, os Arwak introduziram na Amazônia a técnica do consorciamento dos três produtos agrícolas capazes de produzir mais de 20 toneladas de amido por hectare: mandioca-batata doce-jerimum.

Entre 3.000 a. C. e 1.450 d. C., as margens do rio Amazonas teriam sido continua e densamente povoadas. Tal hipótese conduziu os experts em Demografia Histórica a valorar as teorias ‘maximalistas’ que atestavam populações maiores para a América em 1492, jogando por terra a ideia de um ‘vazio demográfico’ em regiões como a Amazônia. Nesse sentido, o já citado William Denevan, partindo de uma avaliação da disponibilidade de recursos nesses espaços, defendeu um número superior a 6 milhões de habitantes para o conjunto da região, antes do início da colonização.

Todavia, essa estimativa é desmontada por números mais recentes. Segundo pesquisas publicadas em 22 de julho de 2015 na revista científica britânica “Proceedings B”, a Amazônia pré-cabralina abrigou pelo menos 8 milhões de habitantes – mais ou menos a população do Brasil inteiro no século XIX. Uma equipe de pesquisadores brasileiros e norte-americanos liderados por Charles Clement, do INPA (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia), reuniu um conjunto coerente de dados e concluiu que, antes de 1.500 esta imensa região já estava fortemente “domesticada”, e não intocada, como muita gente acredita.

Conforme aqueles cientistas, dados mais recentes apontam que mais de 80 espécies de plantas selvagens foram transformadas em cultivos agrícolas pelos nativos da região, como o cacau, a batata-doce, a mandioca, o tabaco e o abacaxi, além das que ainda são tipicamente amazônicas, como o açaí e o cupuaçu. Porém, a enorme lista de lavouras “inventadas” pelos indígenas conta só uma parte dessa história. Em certo sentido, os habitantes originais da Amazônia parecem ter domesticado

até as florestas aparentemente não habitadas por seres humanos. Isso acontece porque esses povos manejavam a distribuição natural de espécies da mata, favorecendo a predominância daquelas que consideravam mais úteis como as castanheiras, da espécie *Bertholletia excelsa*.

Esse processo de progressiva domesticação da mata teria ganhado impulso a partir de uns 4.000 anos atrás e, com o tempo, encheu a região com uma população respeitável. Por igual, a microrregião de Itacoatiara e as terras ao seu entorno constituíam um largo espaço tropical ocupado por sociedades tribais de formação superior, que povoavam a várzea e a terra firme. Os rios e a floresta, representantes máximos das paisagens poéticas e arrebatadoras, supriam as necessidades de milhares de pessoas que viviam na fartura e em tranquilidade. Quadro que seria violentamente alterado após a chegada do estrangeiro invasor e em que imperaria o sistema de apartação e preconceito; os índios seriam vítimas históricas de uma colonização cruel e desumana. Graças ao genocídio sistemático que ainda hoje continua a destroçar vidas, a população nativa foi drasticamente reduzida. (De acordo com o censo do IBGE, referente a 2010, no Brasil há somente 817.963 índios. O site da FUNAI indicava no final de 2009, para a Amazônia Legal, um total de apenas 206.686 deles. Segundo anotações da FEPI – Fundação Estadual de Política Indigenista, atualmente no Amazonas há cerca de 120.000 indivíduos de 66 etnias, e, conforme diagnosticado pela FUNAI, em 2004 eram apenas 477 os habitantes das duas reservas indígenas criadas no Município de Itacoatiara).

Figura 7 - Vicente Yañez Pinzón. Primeiro europeu na Amazônia (1500)



Imagem: <https://goo.gl/40NV5H>

Figura 8 - Francisco de Orellana (1541/1542). Navegador do Rio Amazonas



Imagem: <https://goo.gl/ophuvc>

Na margem esquerda do Amazonas, entre o rio Preto da Eva, a oeste da atual sede municipal, e o Uatumã, a leste, no início a movimentação dos primeiros residentes foi intensa e muito forte. Havia milênios povos de língua Aruak, oriundos das fronteiras de Venezuela e Colômbia, se estabeleceram naquelas terras. Em 1550/1650, ainda no lado esquerdo do grande rio, entre o Urubu e o Nhamundá, preponderavam membros da nação Aroaqui, experimentados na pesca, na caça, na agricultura e na arte cerâmica. Deles, só restaram os cerâmicos do antigo cemitério que construíram na Costa de Miracanguera, na mesma margem do rio Amazonas, acima do atual Aeroporto de Itacoatiara.

A maior prova da presença humana nessa parte do território-polo de Itacoatiara, no período imediatamente anterior à chegada do europeu, são os desenhos rupestres existentes nas rochas do Baixo Urubu e do sítio Itaquiara, na orla do bairro Jauari, em Itacoatiara. Tais afloramentos rochosos, somados a outros existentes no interior de Silves e nas proximidades de Manaus (Puraquequara), compõem um universo de 30 sítios arqueológicos datados de 2 mil a 7 mil anos antes do tempo atual. Talvez denunciem uma forma de comunicação entre as populações pré-históricas desses três municípios.

Quanto aos primeiros residentes da margem direita do Amazonas abarcando os sertões do Baixo rio Madeira, compunham mais de vinte nações das etnias Karib e Tupi. Lá se destacavam os Abacaxis e Tupinambarana – no final do século XVI os últimos haviam se fixado na enorme ilha homônima que se estende do Madeira ao Baixo Amazonas.

No final do século XVII os índios do grupo Tupi, mais conhecidos nesse trecho, eram os Abacaxis, os Iruri, os Torori, Paranapixana, Aripuanã e Onicoré; e do grupo Karib, os Arara. Em meados do século seguinte, no Paraná do Urariá e noutros sítios dos arredores preponderavam os Sapupé, os Comaní, os Curitiá, Aitouariá, Urupá, Brauará, Acaraiuará, Maturucu

e Abacaxis (do grupo Tupi). Ainda na calha do rio Madeira circulavam os Torá (do grupo Xapacura) e os Mura (tribo de língua isolada). Na segunda metade do século XVIII, os Abacaxis, Aponariá, Baré, Curuaxiá, Iruri, Juma, Juqui, Onicoré, Sará, Urupá (de origem Tupi), oriundos do Madeira, os Pariqui (do grupo Aruak), ‘descidos’ do rio Uatumã, e os Iriju e Tiari (de origem desconhecida), ‘descidos’ do Purus – compunham a população dos entornos da então vila de Serpa.

A conquista europeia

O navegador espanhol Vicente Yáñez Pinzón (1462-1514) foi o primeiro europeu a pisar na Amazônia. Em viagem autorizada pela Coroa, “descobriu” em fevereiro de 1500 o estuário do Amazonas. Antecedida, em dois meses, ao desembarque na costa brasileira do almirante português Pedro Álvares Cabral (1467-1520).

Por alguns dias, iniciando a invasão progressiva das terras amazônicas, suas caravelas deslizaram pelo maior e mais caudaloso rio do planeta, que ele denominou de Santa Maria de La Mar Dulce. A seguir, desembarcou em certo trecho e abordou várias aldeias para abastecer-se de víveres. Usando da força bélica, capturou trinta e seis indígenas. Acreditando que havia chegado às Índias, tomou posse da região em nome do reino espanhol.

Dias depois, Diego de Lepe (c.1460-c.1515), outro aventureiro espanhol e primo de Pinzón, coincidentemente aportou no mesmo lugar onde estivera a expedição anterior. Travou um feroz combate com os índios, daí resultando dez mortos e dez feridos entre os de bordo. Mas, até hoje não se sabe quantos nativos passaram pelas armas do invasor nesse evento genocida – o primeiro praticado na Amazônia.

Depois da 'descoberta' de Vicente Yáñez Pinzón, o mistério e a imensidão da Amazônia despertaram a cobiça e o desejo de possuí-la. Apesar de logo visitada por navegantes, corsários e piratas de várias nacionalidades, Portugal se antecipou e venceu a concorrência. A região, pelo Tratado de Tordesilhas, era quase toda de Espanha, mas foi envolvida pela audácia dos portugueses para ser dominada politicamente e explorada em termos econômicos.

Frustrada a primeira tentativa de implantar a nova Capitania do Maranhão, criada em 1534 por dom João III (1502-1557), o primeiro registro importante é da viagem do navegador e capitão espanhol Francisco de Orellana (c.1511-1546). Em dezembro de 1541 partiu de Quito, no Equador, e, pelo rio Amazonas, atravessou a região. No dia 10 de junho do ano seguinte descobriu a embocadura do rio Madeira, e colocou-o pela primeira vez no mapa mundial. Nesse mesmo dia ultrapassou o sítio Itaquiara; a 24 de junho guerreou contra as Amazonas, na foz do Nhamundá; e no dia 24 de agosto saiu no Atlântico.

O próximo registro é de franceses que em 1612 visitaram o norte amazônico, e em seguida se fixaram no Maranhão fundando a cidade de São Luís. Três anos depois foram expulsos pelo exército do capitão português Jerônimo de Albuquerque (1548-1618).

A partir de 1596, corsários ingleses, irlandeses e holandeses se introduziram na região pelo rio Amazonas, sendo que os últimos chegaram a estabelecer feitorias no Xingu. Mais tarde, todos foram expulsos pelos portugueses.

Como desde 1580 vigorava a união dos reinos de Portugal e Espanha e, portanto, não havia questão de limite entre suas terras na Amazônia, não se questionou os termos do Tratado de Tordesilhas. Os portugueses, avançando para o norte, após as refregas do Maranhão, alcançaram o delta do rio Amazonas. Então, a 12 de janeiro de 1616 o capitão-mor Francisco Caldei-

ra de Castelo Branco (c.1566-1619) fundou o forte do Presépio, núcleo originário da cidade de Belém do Pará, que dali em diante tornar-se-ia o principal ponto de partida da colonização da Amazônia.

Na sequência, dom Filipe III (1605-1665) baixa a carta régia de 13 de junho de 1621 criando o Estado do Maranhão e Grão-Pará, com sede em São Luís. Formavam a nova unidade política as capitânicas do Maranhão, Grão-Pará, Piauí e parte da do Ceará. Jurisdicionada diretamente a Lisboa e, portanto, livre das amarras do Estado do Brasil, sua fundação apoiava-se num decreto real de 1515 que visava consolidar na região o domínio lusitano e garantir a fixação de suas fronteiras. Sua estrutura administrativa assemelhava-se à do Brasil: era governado por um capitão-general e as suas capitânicas subalternas por capitães-mores. (Em apenas um curtíssimo período as capitânicas da Amazônia ficaram subordinadas ao governo-geral do Brasil [1652-1654] – quando o Estado do Maranhão e Grão-Pará foi extinto e em seguida reconstituído).

Figura 9 - Rei Felipe III, de Portugal. Criador do Estado do Maranhão e Grão-Pará (1621)



Imagem: <https://goo.gl/lldLjb>

Figura 10 - Capitão Pedro Teixeira. Explorador do Rio Amazonas (1637/1639)



Imagem: <https://goo.gl/GzvzIZ>

Na dilatação do império português, seguir-se-ia a praxe europeia: “[...] Trazer aos gentios a fé em Cristo e o respeito ao Rei”. A catequização buscava convencer os silvícolas a se tornarem cristãos. Teriam que abandonar as antigas crenças em suas divindades e optar pelo Deus dos colonizadores. Pautado nessas diretrizes, o missionário Luiz Figueira (1575-1643) em 1622 instala na Amazônia a Missão dos jesuítas, a quem foi conferida, em 1628, a administração espiritual e temporal dos índios. Era uma representação da Companhia de Jesus, cujos membros são conhecidos como jesuítas – ordem religiosa católica romana, fundada em 1534 por um grupo de estudantes da Universidade de Paris, liderado pelo basco Inácio de Loyola (1491-1556).

A jurisdição eclesiástica dos jesuítas sobre toda a região foi confirmada em 10 de agosto de 1637. Em seguida chegariam padres das ordens dos Carmelitas Descalços em 1627; das Mercês em 1640; e dos Capuchos da Província da Piedade em 1693. Mas, foi a Ordem dos jesuítas que

maior importância teve na ação missionária inserida no processo de ocupação e colonização lusitana.

Um componente decisivo para a atuação no campo religioso foi a língua ensinada aos índios aldeados, os quais deviam abandonar o uso da sua própria língua passando a praticar uma outra resultante da mistura entre o tupi e o português – o *nheengatu* – que se impôs como privilegiado canal de comunicação entre colonizados e colonizadores.

Apesar de haverem sido separados os governos do Maranhão do Brasil, somente em 1624 é que foi designado o titular. Berredo (1989) afirma que o governador nomeado antes, dom Diogo de Cárcano, não tomara posse: “impossibilitado, pela avançada idade, resignou o posto. O segundo nomeado, dom Francisco de Moura, ex-governador de Cabo Verde, acabou por não embarcar, sendo então, por patente de 24 de setembro de 1623, apontado Francisco Coelho de Carvalho”, que assumiu três anos depois governando até sua morte, quase ao findar de 1636.

Coube ao sertanista Pedro Teixeira (1587-1641) a primeira viagem exploratória do rio Amazonas e a missão de oficialmente tomar posse da região em nome da Coroa portuguesa. Governava o Estado do Maranhão e Grão-Pará o capitão-mor Jácome Raimundo de Noronha. À frente de mais de duas mil pessoas, incluídos técnicos, religiosos, militares, escravos, remadores e índios flecheiros, o capitão Teixeira deixou Belém a 26 de outubro de 1637 e foi no rumo de Quito, no Equador, donde retornou no dia 2 de fevereiro de 1639. No final de novembro ultrapassou o rio Madeira e o sítio da futura Itacoatiara. Aos 12 de dezembro alcançou Belém.

Da jornada memorável de Pedro Teixeira é objeto a relação do jesuíta espanhol Cristóbal de Acuña (1597-1675), a qual, segundo a expressão de Rodolfo Garcia (1873-1949), “é, por tantos títulos, apreciável ainda hoje pelos que se ocupam da Etnografia brasileira. Era um viajante

indefeso, um observador inteligente na colheita de informações de toda espécie. [Ele] enumerou as principais tribos de índios, descreveu os seus usos e costumes, suas armas, seus sistemas de caça e pesca; indicou os produtos naturais e as infinitas capacidades da região, parecendo antever as vantagens imensas que decorreriam para qualquer país, que conseguisse estabelecer relações com os povos que a habitavam, e fizesse navegar seus largos e profundos rios, que se avizinham da base dos Andes. Do ponto de vista geográfico, são, por igual, valiosos seus informes sobre o curso e a direção do rio Amazonas e seus afluentes.” (Introdução ao Diário do Padre Fritz, 1912).

Com a extinção da União Ibérica, em 1º de dezembro de 1640, Portugal recuperou sua independência política e definiu de vez o direito de posse às terras da Amazônia. Segundo Reis (1989), “Findas as primeiras cinco décadas do século XVII, os extremos da Amazônia portuguesa estavam bem definidos [...]. O Estado do Maranhão e Grão-Pará estendeu-se ao [Rio] Napo, na parte ocidental; ao Madeira, Mamoré, Guaporé, pelo sul; e ao Orenoco, no norte”. Desde lá, escorada na ação de soldados, sertanistas e missionários, a Coroa lusitana mandou acelerar os serviços de ocupação e exploração do território do atual Estado do Amazonas, cuja tarefa se deu de forma dramática e avassaladora.

Desde a morte do padre Luiz Figueira, em 1642, a Missão da Ordem dos jesuítas estava desativada. Agentes da Coroa portuguesa agiam às claras preando e escravizando índios. Também buscavam minérios e ‘drogas’ silvestres. A falta de padres favorecia os casos de cativo dos nativos apreendidos em guerra justa. Aumentavam cada vez mais as idas ao sertão das tropas de resgates. Na década seguinte, sertanistas, soldados e missionários percorreriam livremente o vale do Amazonas ocupando as suas margens e as de seus principais afluentes. Com a chegada à Amazônia do padre Antônio Vieira (1608-1697), aos 16 de janeiro de

1653, a Missão foi refundada e a questão indígena priorizada. Em 25 de agosto do ano seguinte foi confirmada a categoria estatal do Maranhão e Grão-Pará, ainda sediado em São Luís, porém, não mais abrangendo os atuais estados do Piauí e Ceará, então anexados ao Estado do Brasil.

Figura 11 - Mapa do Estado do Maranhão e Grão-Pará



Imagem: <https://goo.gl/YVyV7M>

Figura 12 - Mapa do rio Amazonas (1691). Samuel Fritz



Imagem: <https://goo.gl/uNcPva>

Natural de Lisboa, padre Antônio Vieira foi uma das mais influentes personagens do século XVII em termos de política e oratória. Ainda pequeno, veio com a família para o Brasil, em 1614, fixando-se em Salvador/BA. Aos 15 anos, ingressou na Companhia de Jesus e foi ordenado sacerdote em 1634. Retornou a Portugal em 1640, onde foi nomeado Pregador régio e iniciou uma carreira diplomática, atividades que o prenderam em sua terra natal até ser destacado para dirigir a evangelização dos índios da Amazônia, para os quais era o “Paiçu” – Grande Pai, em tupi. Vieira escreveu mais de 200 sermões e cerca de 700 cartas, além de tratados proféticos, relações etc.

Ao chegar à Amazônia, Antônio Vieira deparou com uma região extensamente povoada falando muitas línguas. Em um trecho do “Sermão do Espírito Santo”, que proferiu em 1654, destaca: “[...] Pela muita variedade das línguas houve quem chamou o rio das Amazonas rio Babel, [mas] na torre de Babel houve somente setenta e duas línguas, e as que se falam no rio Amazonas são tantas e tão diversas que se lhes não sabe o nome nem o número. As conhecidas até o ano de 1639 [...] eram cento e cinquenta. Depois se descobriram muitas mais”. Era sua missão pacificar a região e ajudar a expandir o domínio da Coroa ao seu interior.

Investido no cargo de superior, Antônio Vieira veio acompanhado por mais nove padres e logo se tornou o grande paladino da luta pela liberdade dos índios. Nos termos da Provisão régia de 24 de julho de 1652, mandou implantar a cômputo anual, pensão concedida aos religiosos para sua conveniente sustentação. Denunciou ao rei dom João IV (1604-1656) os colonos e os servidores da Coroa envolvidos em explorar e escravizar índios. “[...] Pediu liberdade para todos eles, com isenção da autoridade civil e sujeição incondicional aos missionários.” (AZEVEDO, 2008). Em julho de 1654 viajou a Lisboa para pessoalmente condenar os abusos e pedir a revogação da Provisão régia que atribuíra às câmaras

municipais e aos capitães-mores a administração dos índios. A 16 de maio de 1655, regressou triunfante para implantar a Lei de 9 de abril desse ano que garantia aos jesuítas a administração das aldeias e o governo temporal e espiritual dos índios.

A Lei de 9 de abril de 1655, criada a instâncias do próprio padre Vieira, foi o primeiro Regimento das Missões e o documento base da ação missionária na Amazônia. Mas, provocou enorme insatisfação entre os colonos. As aldeias representavam a realização do projeto colonial, mecanismo de ocupação e defesa que estimulava o contato entre índios, colonos e religiosos facilitando a catequização e a utilização da mão de obra nativa. Para Reis (1989), a nova legislação “procurou coibir os abusos [...] minorar a sorte” dos índios. “O comandante das tropas de resgates [seria] indicado pelo superior dos jesuítas”, a quem cabia, ainda, designar onde e quando seriam realizadas as entradas ao interior. “Surgiu, em compensação, o regime dos descimentos”.

Figura 13 - Padre Antônio Vieira. Superior dos jesuítas na Amazônia (1653-1661)



Imagem: <https://goo.gl/yuATIL>

iam subindo o Amazonas: “doutrinando, batizando, levantando cruzes, enfim, cuidando da conversão dos índios [...]; rara será a corrente de água aonde os jesuítas não entrassem, a começar em 1607, ano em que iniciaram a campanha do Norte, até o de 1760 em que saíram dele”.

Para inaugurar as entradas, o superior Antônio Vieira convocou os missionários Francisco Veloso (1619-1679) e Manuel Pires (c.1637-1678). Composto a tropa de resgate dirigida pelo capitão-mor Vital Maciel Parente, partiram de São Luís em 22 de junho de 1657, subiram o Amazonas e, lá pelo final de agosto, pararam na aldeia de Matari (termo tupi aportuguesado para Amatari) – ao lado esquerdo do Paraná do Matari, inserida na região que se comunica com o Baixo Urubu e rio Preto da Eva, próximo à vila do Engenho, acima da sede municipal de Itacoatiara. Lá celebraram missa e assistiram aos seus residentes Aroaqui.

Prosseguindo viagem, logo alcançaram o rio Negro e passaram ao seu afluente Tarumã, que desemboca a oeste do sítio onde mais tarde seria erguida a cidade de Manaus. Gastaram de ida e volta mais de seis meses; só em janeiro seguinte aportaram em Belém levando cerca de 600 escravos-índios para trabalhar na extração de especiarias silvestres, na lavoura, nas salinas e principalmente nos serviços estatais. Ainda consoante a opinião de Leite (1943), iniciavam ali “a colonização, exploração e catequização do atual Estado do Amazonas”.

Conforme orientado pelo padre Antônio Vieira, a opção preferencial da viagem era o Amazonas. Novamente é Leite (1943) quem opina: “O fim desta primeira entrada era inicialmente o rio Amazonas; o progresso dela fez [os jesuítas] subirem o rio Negro [para] experimentalmente conhecer a grande população dele”.

No ano seguinte, acompanhado do padre Francisco Gonçalves (1597-1660), o missionário Manuel Pires voltou ao sertão do rio Negro. Segundo a carta de 28 de novembro de 1659, do padre Antônio Vieira a

dom Afonso VI (1643-1683), essa segunda penetração “era voltada para os resgates e excedia a todas as outras”. Monteiro (1994) explica: A nova entrada “fixou-se no mesmo local da primeira, na boca do Tarumã, aonde chegou provavelmente no final do mês de setembro”. Os jesuítas deixaram a tropa abaixo e subiram às cabeceiras do rio Negro. Voltariam a Belém em janeiro de 1660 levando um carregamento de 700 resgatados. O padre Francisco Gonçalves, que enfermara ainda quando estava no rio Negro, morreria em Cametá a 24 de junho.

A terceira entrada no oeste amazônico também foi protagonizada pelo padre Manuel Pires, em parceria com o padre Manuel de Souza (c.1613-1660). Guiados pelo cabo de tropa Domingos Monteiro deixaram Belém em setembro de 1660 e, depois de várias visitas pastorais ao longo do rio Amazonas e uma ao Paraná do Ramos, no final do ano chegaram ao rio Urubu. Prováveis fundadores da missão de Saracá, a atual cidade de Silves e “local de povoamento contínuo mais antigo do Amazonas.” (LOUREIRO, 1978). Lá predominavam os Aroaqui que logo “admitiram igreja consagrada a Nossa Senhora da Conceição, que [os padres Pires e Souza fizeram] edificada entre eles.” (BERREDO, 1989). Adoecendo gravemente dias após, padre Manuel de Souza faleceu e foi enterado na aldeia dos Condurí, acima do estreito de Óbidos. Devido ao motim de 1661, que resultou na primeira expulsão dos jesuítas da Amazônia, Saracá estagnou sendo retomada no final do ano seguinte pelo missionário frei Raimundo, da Ordem das Mercês.

O padre Manuel Pires voltou ao Rio Amazonas pela quarta vez, em maio de 1670. Ele e o padre João Maria Gorzoni (1627-1711) integram a tropa de resgates chefiada pelo capitão-mor Manuel Coelho, em viagem que durou quase dois anos. Navegando rio acima, visitaram diversas aldeias doutrinando, batizando, casando e descendo índios. Foram ao rio Negro, antes de ingressar no Solimões. Na opinião de Bettendorff

(1990), “Ainda lá estavam [em] julho de 1671. A arrojada expedição penetrou pelo rio Amazonas e foi além do Japurá [trazendo] cerca de 900 [silvícolas] aprisionados”. Voltando do rio Solimões, no início de 1672, ingressaram no Madeira onde missionaram pouco tempo.

No início de 1661, recrudescem os embates entre colonos e jesuítas. Os primeiros pugnavam pelo aumento da mão de obra indígena. À época, um escravo índio custava quatro mil réis; em razão da forte demanda chegou a custar setenta mil réis. Atrás de todas as discussões resultava que a economia amazônica, “em geral, repousava sobre a colheita de especiarias e esta era feita pelos indígenas, e só podia ser feita por eles.” (HORNAERT, 2008). Os vereadores de Belém, pressionados pelos descontentes, acusavam o padre Vieira de atentar contra a paz social e econômica regional; diziam que o governo temporal dos silvícolas, a cargo dos jesuítas, era o responsável pela falta de escravos “pondo a Capitania no mais miserável estado”. Colonos e políticos ameaçam ir “ao Madeira, às cabeceiras do rio Negro, Cambebas e outras paragens”, para descer índios, “pois podemos viver todos logrando o lucro, que Deus nos dá nesta conquista, e sua Majestade nos concede.” (BERREDO, 1989). Rechaçando-os, o padre superior afirma: “como missionários não nos metemos na repartição dos escravos, nem nos preços deles”. Vieira informa ainda que entre 1655 e 1661 a Ordem jesuítica havia instalado nove missões na região, duas delas no atual Estado do Amazonas; e que em igual período foram ‘descidos’ para Belém e São Luís cerca de “3.000 índios forros e 1.800 escravos”. Em suas falas Antônio Vieira sempre demonstrou a determinação de criar um mundo para os índios, separado do mundo colonial: uma atitude fortemente contrária aos interesses dos agentes portugueses.

Desde que fundado o Estado do Maranhão e Grão-Pará, a 13 de junho de 1621, a sua própria forma de governo revestiu várias modalida-

des, sucedendo-se umas às outras e retornando às vezes às formas anteriores: regime de capitães-mores, regime de governadores, regime dos capitães-mores ou dos governadores do Maranhão, regime dos governadores do Estado do Maranhão e Grão-Pará, regime dos capitães-mores [...] Segundo Leite (1943):

“Dentro da variedade desses regimes, as câmaras municipais mantinham poder às vezes discricionário e popular, exemplo interessante de municipalismo, todavia duma versatilidade que desconcerta: câmaras a tecer e a destecer movimentos de opinião opostos, queixumes de uns contra os outros, com leves acalmias. Talvez nem o Maranhão progredisse tanto, por lhe faltar, com esta desarmonia endêmica, a indispensável continuidade e ser acessível, facilmente, a influências ou interesses pessoais”.

Daí que a insatisfação dos paraenses logo se estendeu ao Maranhão, cuja Câmara também se encheu de rebeldia. A 8 de setembro de 1661, Vieira e seus companheiros foram presos e embarcados à força para Lisboa. No início de 1662, os religiosos que haviam escapado escondendo-se no interior foram detidos e também deportados; totalizavam 33 entre padres e irmãos leigos.

Para Leite (1943), o motim de 1661 e a consequente expulsão dos jesuítas desmoronaram totalmente o projeto do padre Antônio Vieira que, “se fosse adiante, talvez tivesse criado, já no século XVII, a nova Capitania do Amazonas, núcleo do futuro Estado do mesmo nome”. Mesmo com a volta dos jesuítas, dois anos depois, o território amazonense ficou sob a jurisdição do Grão-Pará, situação essa que iria durar mais de um século.

O retorno dos jesuítas à Amazônia oficialmente teve início no dia 7 de setembro de 1662. Mas, a Provisão de 12 de setembro do ano seguinte, assinada pelo rei Afonso VI, além de anistiar os colonos, aboliu a

jurisdição temporal dos missionários e proibiu a volta do padre Antônio Vieira, que foi preso e processado em Lisboa pela Inquisição. Um mês depois, outra lei régia mandou devolver a administração das aldeias aos jesuítas. Nos próximos oito anos chegariam 15 padres e 19 noviços e irmãos leigos propiciando a retomada integral da ação missionária na Amazônia.

Essa auspiciosa notícia confrontava com o progressivo abaixamento da densidade demográfica da Amazônia Oriental – a da fachada atlântica até o Nhamundá. O sertão amazônico já estava profundamente conectado com Belém. Como afirmou Eidorfe Moreira (1912-1989), a capital grão-paraense representou um “centro de irradiação bandeirantina”. Era um lugar de trocas, de escravização, de descimento e conversão de índios. “Por essa época – opina Porro (1992) – o suprimento de mão-de-obra já estava se esgotando nas regiões mais próximas a Belém; os índios sobreviventes às primeiras incursões, tendo aprendido as amargas lições do contato, fugiam dos rios mais frequentados e se refugiavam cada vez mais longe pelo interior. Os mais aguerridos ofereciam ferrenha resistência em seus territórios, que acabavam sendo evitados pelos portugueses; estes, por sua vez, haviam percebido que as tribos ainda virgens de contato constituíam presa muito fácil. Iniciaram-se então viagens cada vez mais longas pelo Amazonas acima em busca de novos viveiros humanos”.

Com a retomada das expedições de diversas missões escoltadas de tropa, para resgatar ou descer indígenas nos sertões amazonenses, em fevereiro de 1663 ocorreu um fato de graves consequências para a etnicidade amazônica. De acordo com Reis (1989), o capitão Antônio de Arnau Vilela “internando-se pelo sertão veio sair no Urubu”. Sua tropa, ávida por arrebanhar escravos, pelejou contra os Aroaqui e parte dela foi trucidada por esses nativos. A vingança, que ficou conhecida como “tragédia do rio Urubu”, não tardaria. O capitão Pedro da Costa Favela, à

frente de uma grande tropa de guerra, em 25 de novembro de 1664 chegou à foz desse rio. Investindo cautelosamente nas suas curvas, em janeiro do ano seguinte, já reforçado com a tropa dirigida pelo sargento-mor Antônio da Costa, incendiou umas 300 malocas depois da mortandade de 700 homens e o cativo de outros 400 (BAENA, 1969; BERREDO, 1989). Favela repetia ali o massacre de 1638 que, na condição de oficial da equipe de Pedro Teixeira, perpetrou no alto Amazonas contra os índios Encabelados. “Nos rios Tapajós e Tocantins revelou-se terrível perseguidor dos índios. Seu nome causava-lhes terror.” (REIS, 1989).

Pedro da Costa Favela voltou à região quatro anos depois. Para mascarar sua condição de preador e matador de índios, na viagem que empreendeu ao Alto rio Negro, no início de 1669, fez-se acompanhar do novo missionário de Saracá, frei Teodósio da Veiga (c.1636-1697). Antes da vinda desse genocida, as populações indígenas do médio Amazonas “viviam ainda em estado de relativa integridade.” (PORRO, 1992). Naquele ano, Costa Favela fundou Santo Elias do Jaú (Velho Airão), povoado com índios Tarumã, próximo à foz do rio Jaú, sendo ajudado por frei Teodósio e vários Aroaqui missionados pelo mesmo padre.

Como antes mencionado, o Madeira foi reconhecido pela primeira vez em 1542. Penetrado pelos portugueses desde 1660, pela sua foz passaram quase todos os sertanistas que iam e vinham ao alto Amazonas, desde o capitão Pedro Teixeira em 1637/1639. Em 1661, a Câmara Municipal de Belém ameaçou mandar colonos para essa região, a fim de “lograr muito lucro” com a apreensão de índios e a coleta de cacau, cravo e outros produtos florestais. Porém, o processo de exploração do Madeira foi acelerado a partir de 1669. Na afirmativa do sacerdote-escritor italiano Vitor Hugo (1921-2003), “São de 1669 e 1672 os primeiros arrojos por parte dos jesuítas para subir o rio Madeira”.

Além de jesuítas, anônimos aventureiros guiados por experientes mateiros, auxiliados por alguns intérpretes da língua geral, transitaram para além do Tapajós e, subindo o Amazonas, ingressaram no Madeira e no rio Negro, lagos e furos circunvizinhos. Mais tarde, o devassamento alcançaria os rios Urubu, Caru e Anibá, ao norte da sede municipal de Itacoatiara; o rio Preto da Eva, a oeste; o Uatumã e o Jatapu, a nordeste; o Paraná do Ramos, a leste; os rios Andirá e Maués-Açu, a sudeste; e o Madeira, o Paraná do Urariá e os rios Autaz-Açu, Canumã e Abacaxis, ao sul.

No Madeira, a missão dos índios Tupinambarana era um lugar de referência. Criada pelos jesuítas Manuel Pires e Manuel de Souza, em 1660, postava-se à margem esquerda do Paraná do Ramos em prolongação com o furo do Urariá, à ilharga da enorme Ilha Tupinambarana – cinco dias acima do rio Tapajós – talvez à beira de um lago abaixo do lugar onde atualmente a cidade amazonense de Barreirinha. Tal título deriva de Tupinambá (povo indígena que migrou do litoral do Brasil e lá se fixou no final do século XVI) mais o sufixo rana ('semelhante' ou 'parecido' na língua tupi). Esses dois caminhos fluviais que margeiam a parte sul da referida ilha, nos séculos XVII e XVIII identificados pelos colonizadores europeus como rio Tupinambarana e, mais tarde, apelidados pelo povo de Paraná (ou furo) de Tupinambarana, – têm sua própria identidade. O Paraná do Urariá (ou Tupinambarana) desce do Madeira, 32 km acima de Nova Olinda do Norte, a oeste do Estado do Amazonas, e, correndo em direção leste, vai se encontrar com o Paraná do Ramos, quase na junção deste com o Paraná Mucura. Daí, o Ramos (que nasce na margem direita do Amazonas, acima da nova Urucurituba) segue baixando até desembocar no mesmo rio Amazonas, abaixo da cidade de Parintins.

A grande Ilha Tupinambarana, segundo Leite (1943) e Bittencourt (1985), delimita-se ao norte pelo Amazonas, a oeste pelo rio Madeira, e ao sul por furos que se sucedem até vir fechar na ponta, onde havia inici-

ado: no grande rio Amazonas. Tem uma área total de 11.850 km² e segundo estudos recentes é um conjunto de quatro ilhas separadas por canais naturais denominados paranás ou furos. Deste modo, a Ilha Tupinambarana pode ser considerada o segundo maior conjunto fluvial de ilhas do mundo, depois da Ilha do Bananal, no Estado de Tocantins.

A missão de Tupinambarana foi retomada em 1669, pelo superior João Filipe Bettendorff (1625-1698), o qual em visita geral das aldeias, acompanhado do padre Pedro Luís Gonçalves (1629-1683) e do leigo Domingos da Costa, alcançou-a aos 29 de setembro daquele ano. Passaram sete dias no lugar e o abandonaram devido à praga dos carapanãs. Luxemburguês, o padre Bettendorff chegou à Amazônia em 1661 e nela ficou até falecer, em 1698. Missionou em várias aldeias e foi reitor dos colégios da Ordem em Belém (1661-1663) e São Luís (1663-1667). Também exerceu o cargo de superior regional dos jesuítas (1668-1674), sendo sucedido pelo padre Pedro Luís Gonçalves, originário de Roma/Itália, cuja vinda também ocorreu em 1661. Antes de galgar, no ano seguinte, o posto de reitor do Colégio de São Luís, padre Pedro Gonçalves exerceu o apostolado em várias partes da região e ocupou pela primeira vez, em 1674-1683, a direção da Igreja da Amazônia.

Ambos foram figuras de destaque nos primeiros anos da movimentação jesuítica no Madeira. Outro que marcou atuação ali foi o padre suíço Jódoco Perez (1633-1707). Proveniente de Salvador – capital do Brasil, à época – padre Perez desembarcou em São Luís em 1678. Daí até 1681 pregou e missionou em várias aldeias do baixo Amazonas. Designado reitor do Colégio de Santo Alexandre, em Belém, assumiu o posto a 7 de julho de 1682 substituindo ao padre Antônio Pereira (1638-1687). Sua biografia será traçada mais adiante.

Pouco antes, em Lisboa, dom Pedro II (1648-1706) havia baixado a Lei de 1º de abril de 1680, inspirada pelo famoso padre Antônio Vieira.

Solto da prisão em 1667, e isento totalmente de culpa em 1675, Vieira batalhou junto à Corte para retirar das mãos dos capitães seculares a direção das aldeias e conferir aos religiosos o monopólio sobre os descimentos e a conversão dos nativos.

Na governança do Estado do Maranhão e Grão-Pará estava o capitão-general Francisco de Sá de Menezes. Assim que tomou posse, aos 27 de maio de 1682, mandou logo executar a Lei de 12 de fevereiro criando a Companhia do Comércio do Maranhão. Pelo novo regimento, tal instituição deteria o estanco (monopólio) de todo o comércio do Estado por um período de vinte anos, com a obrigação de introduzir dez mil escravos africanos (à razão de quinhentos indivíduos por ano), comercializando-os a prazo e a preços tabelados.

Tanto o problema do descimento e conversão dos índios – que incomodava fortemente aos colonos – quanto o do sistema de trocas entre ambos – que aparentava não trazer lucros diretos à Metrópole e que a Lei de 12 de fevereiro queria extirpar – eram antigos e buliçosos. Dali a pouco, o choque entre os atores dessa novela iria abalar fundamente o status quo amazônico.

Em meados de dezembro de 1682, estando o padre Jódoco Perez à frente do Colégio da Ordem, em Belém, o superior Pedro Luís Gonçalves voltou gravemente enfermo da missão da Capitania do Cabo do Norte, atual Estado do Amapá, cujas terras eram ambicionadas pelos franceses. Conforme Bettendorff (1990): “O padre reitor Jódoco Perez acudiu [-o] com todo o primor e diligência [deixando-o sob os cuidados] do cirurgião-mor seu amigo Manoel Martins”. Avisado em Roma, o Padre Geral Carlos de Noielle (1615-1686) “no início de 1683 nomeou-lhe substituto a Jódoco Perez” que tomou posse do cargo provavelmente a 18 de março, um mês antes da morte de seu antecessor.

O novo superior regional ia se preparar para a sua primeira missão externa, longe de Belém. Era sua intenção visitar o rio Madeira, subir o maior trecho dessa via fluvial até alcançar a região dos Iruri: “para – segundo Leite (1943) – ver a possibilidade de estabelecer residência entre esses índios. [...] Jódoco Perez foi o primeiro superior que entrou [no Madeira], o que não exclui entradas anteriores de outros padres, que não fossem superiores da Missão”.

Realmente, seis meses depois de empossado, o novo gestor dos jesuítas iria compor um dos mais interessantes capítulos da História da Amazônia, interpretando o papel de fundador e principal ator da cidade de Itacoatiara. Por isso, merece ser festejado e perpetuado na memória de todos nós.

SUMARIO

Capítulo II

ANTECEDENTES

LA TAVOLA PIRENAICA

INDICIS

FUNDACION BELLACOMINI

INDICIS

INDICIS

INDICIS

INDICIS

INDICIS

INDICIS EN ITALIA TERZA

CRONOLOGIA

INDICIS

INDICIS DELLE PIRENEE

INDICIS DELLE PIRENEE

INDICIS DELLE PIRENEE

FUNDAÇÃO DE ITACOATIARA

Os acontecimentos tratados neste livro têm como pano de fundo o período colonial – aquele em que a Amazônia esteve sob o domínio do Império Ultramarino Português. Começou com a chegada dos colonizadores, nas primeiras décadas do século XVII, e terminou no dia 16 de agosto de 1823, com a anexação da região ao Império do Brasil. Durante esta época, todo o território amazônico foi administrado pela Coroa portuguesa.

Todavia, a colonização da chamada Amazônia Ocidental ou Amazônia Interior – o largo trecho entre o rio Nhamundá e a fronteira do Javari, no Alto Solimões – teve início na segunda metade do século. Malgrado o propósito da Coroa portuguesa de dominar plenamente e a qualquer custo o imenso espaço geográfico adequando aos interesses do mercantilismo europeu as atividades laborais da região, os colonos tinham medo da floresta e dos índios. Isso começou a mudar quando os jesuítas passaram a fundar missões no interior. Leite (1943) refere que a administração das aldeias amazônicas, interrompida em 1661 e retomada em 1680, permaneceu inalterada daí em diante.

No período imediatamente anterior à fundação do núcleo que originou Itacoatiara, à frente do Reino português estava dom Pedro II, o qual, devido à instabilidade mental de seu irmão Afonso VI, vinha exercendo as funções de regente desde 1668. Somente após a morte deste, a 12 de setembro de 1683, Pedro pôde assumir o reinado que o comandou até falecer no dia 9 de dezembro de 1706. À mesma época, na direção da Igreja Católica, em Roma, pontificava o italiano Inocêncio XI (1611-1689) e, à frente da Cúria Generalícia da Ordem dos jesuítas, na mesma cidade – na função de Padre Geral – estava o sacerdote belga Carlos de Noielle.

O rio Madeira, berço da cidade de Itacoatiara, foi ‘descoberto’ e batizado pelo navegador espanhol Francisco de Orellana a 10 de junho de 1542. O jesuíta dominicano frei Gaspar de Carvajal (1504-1584), escrivão da célebre viagem, foi o primeiro a dar etnônimos aos grupos humanos desse colosso fluvial. Ao ultrapassar a sua foz, escreveu: “[...] Não havíamos ainda andado quatro léguas quando vimos entrar pela mão direita um rio muito grande e poderoso, e por isso lhe pusemos o nome de Rio Grande”.

Rio de planície, que os índios apelidaram de Caiari, termo tupi aludindo à medrança de plantas de mandioca em suas margens, traça a divisória entre Brasil e Bolívia. Sua extensão é de uns 3.315 km, dos quais cerca de 1.000 km só de vias navegáveis. Considerado o afluente mais importante do rio Amazonas, por ter a bacia mais ampla e com mais volume de águas, nasce no lado boliviano da Cordilheira dos Andes, desce em direção norte recebendo os rios Mamoré e Guaporé tornando-se, finalmente, rio Madeira – nome que lhe conferiram os colonizadores no início do século XVIII, em razão de que, no período chuvoso (dezembro a maio), seu nível sobe e inunda grandes porções de floresta fazendo descer troncos e restos de madeira.

O rio Madeira teve uma importância estratégica na negociação do Tratado de Madri de 1750, visível no mapa que conferiu ao Brasil a bacia amazônica. A mais recente pesquisa o intitula de “rio com mais peixes no planeta terra” com cerca de 800 espécies, 40 delas ainda desconhecidas pela Ciência. O Município de Itacoatiara e o Estado do Amazonas muito devem a essa via de integração intrarregional e de capital importância para a geopolítica e a socioeconomia nacionais.

Durante setenta e quatro anos e sete meses, de 1683 a 1758, o Madeira, seu afluente Maturá e os subafluentes Canumã e Abacaxis banharam a missão itinerante que os jesuítas criaram em cooperação com

os índios Iruri; deram sustança à etnicidade e alimentaram ao seu povo; selaram enfim o futuro promissor à vindoura cidade. Caminhos naturais que escarrancharam a criança Itacoatiara em cima de suas águas milagrosas, poderosas, vitais e maravilhosas.

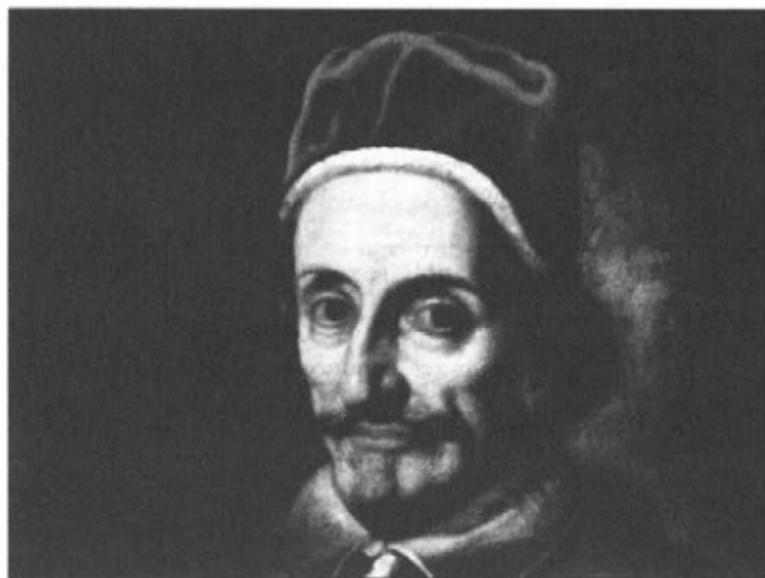
Origem e fundação

Em fins do século XVII observa-se uma expansão das atividades missionárias com a criação de numerosas missões no Estado do Maranhão e Grão-Pará, incluída a futura Itacoatiara. A fundação do núcleo dependeria duma combinação prévia entre a Coroa portuguesa e seus agentes na Amazônia; a ordem partiria diretamente de Lisboa. De conseguinte, antes da viagem de Jódoco Perez ao Madeira, o rei dom Pedro II baixou a Carta régia de 1º de abril de 1680 proibindo a escravidão do índio, mesmo que conquistado por resgate ou “guerra justa”, e ordenando a criação dos aldeamentos que deveriam ser governados pelos párocos e pelos principais (tuxauas) das tribos. Em seguida, expediu a Carta régia de 7 de março de 1681, pela qual foram criadas as primeiras Juntas das Missões na América Portuguesa, inclusive a do Estado do Maranhão e Grão-Pará, destinadas a regular e manter as missões. Ambos os textos contribuiriam decisivamente no desenvolvimento do projeto colonial sustentado no plano espiritual – salvação das almas; e no temporal – a expansão e conservação das conquistas de Portugal.

Figura 15 - Dom Pedro II. Rei de Portugal quando da fundação de Itacoatiara (1683)



Figura 16 - Papa Inocêncio XI. Reinava em Roma quando da fundação de Itacoatiara (1683)



Em carta de 2 de abril de 1680, enviada de Lisboa, imediatamente após à edição da lei antiescravista de 1º de abril, o padre Antônio Vieira lembrara ao então padre superior Pedro Luís Gonçalves que o Madeira detinha enorme população de índios mansos e especulava sobre a possibilidade de ali ser criado um estabelecimento jesuítico. Ao proclamar o potencial geopolítico do Madeira, o líder jesuíta traduzia o apreço que devotava à região e antecipava o interesse da Corte portuguesa em estabelecer uma missão naquelas paragens. Teorizando sobre a criação do núcleo embrionário da futura Itacoatiara, um trecho de sua missiva era revelador: “[...] Ouço dizer aos irmãos que de lá vieram, que acima dos Tupinambaranas há um rio mui povoado de gente de língua geral, e também neste se poderia fazer uma boa missão de residência.” (AZEVEDO, 2008).

Dali a três anos, tal possibilidade o missionário suíço Jódoco Perez tornaria um fato real.

Outras ordens régias, complementares às de 1º de abril de 1680 e 7 de março de 1681, “[...] foram envidadas para a região, entre elas as que indicavam os jesuítas como preferenciais administradores dos índios já aldeados e exclusivos para as missões a serem criadas nos sertões.” (MELLO, 2009). Tais missões

[...] operavam-se com desigual intenção conforme os fins a que visavam. A uns simples entrada catequética, a outros, explorações de ouro, a outros, descida de índios, a outros, entradas de pacificação, a outros enfim aldeamentos fixos, de catequese permanente. Na Amazônia [diversamente do resto do Brasil] não há bandeiras, não há tropeiros. [Há] canoas, montarias e ubás. O deslocamento era a braços do remo ou à vela [...] tudo se passava à beira dum fio de água, e em geral na foz de um rio ou perto dela. Eram as entradas móveis dos rios a determinar a expansão povoadora e civilizadora dos padres e de todos. (LEITE, 1943).

Ano de 1683. O padre superior Jódoco Perez, depois de uma viagem de mais de 1.500 km subindo o Amazonas, em serviço de catequese, ingressa no Madeira e, próximo à boca do rio Iruri, realiza o primeiro contato com membros da etnia desse nome. Antecedeu-o uma canoa de aviso, precursora daquela viagem. Afluente da margem direita do médio Madeira, o Iruri – depois redenominado Mataurá – é um rio pouco extenso e de águas negras, cuja foz mede 80 metros de largo ao tempo do inverno (BITTENCOURT, 1985). Fica a jusante do rio Manicoré, entre os rios Atininga, à esquerda, e Mariepáua, à direita.

O jesuíta suíço partiu de Belém provavelmente a 9 de junho, alcançou a embocadura do Madeira a 28 de agosto e seguramente chegou a Mataurá a 7 de setembro – ao todo noventa dias de viagem à vela e a remo – confirmando o que a respeito, embora noutra circunstância, relatara Bettendorff (1990): “Para fazer nova missão na aldeia [dos índios] Iruri gastaram [-se] três meses de viagem sem perigo”.

A comitiva seguiu numa canoa grande com tolda feita de tábuas na popa. Além do padre superior, integravam-na o irmão Antônio Ribeiro, dois ou três serviçais e cerca de oito índios remeiros. Ao longo da viagem pararam em diversas aldeias. Às vezes dormiam na canoa sobre o rio; outras vezes procuravam lugares para pousar isentos de banzeiros. Para se proteger dos carapanãs fechavam-se num mosquiteiro onde jaziam ofegantes, martirizados pelo forte calor que imperava naquelas noites de verão amazônico. A maioria das paradas era para consertar a canoa, descansar, dizer missa e se municiar de víveres.

Figura 17 - Mamorini. Tuxaua dos índios Iruri



Imagem: <https://goo.gl/HCG2te>.

O padre Jódoco Perez levava “em escrito uma visita compendiada” recomendando aos missionários da calha do Amazonas a fiel observância do regulamento da Ordem, e “lhes comunicava para as dispensações em casamentos” – normas que vigoraram enquanto durou sua administração à frente dos jesuítas. Além do necessário à manutenção de bordo, seguiam um altar portátil, várias imagens de santo, paramentos, hostiário, vinho para as missas e necessidade de alguns meses, uns alqueires de sal e vários

de farinha, uma botija de azeite, um machado, uma foice, meia dúzia de facas carniceras, pratos, facas e garfos de mesa, velas, louças

[...] e toda a matalotagem que convém fazer-se a quem vai visitar tantas e tão prolongadas missões, nas quais forçosamente deve gastar um superior com os índios e, sobretudo, com os principais: aguardentes, tabacos, anzois, agulhas [de fiar redes de pesca], verônicas e coisas desse gênero. (BETTENDORFF, 1990).

Após o desembarque, houve a costumeira troca de presentes intermediada pelo irmão Antônio Ribeiro. Companheiro de Jódoco Perez, durante todo o seu superiorado, o leigo Ribeiro era conhecedor da língua geral e tratava bem com os índios. (O padre superior “não sabia a língua dos índios nem nunca a pôde aprender”). Supondo-se que já anoitecia, só na manhã do dia seguinte – 8 de setembro – Jódoco Perez mandou erigir uma cruz, celebrou missa e, perante toda a gentildade, fundou o núcleo embrionário da cidade que haveria de vir. Era Dia de Nossa Senhora da Luz e marcaria a primeira data histórica fundamental na vida cristã e civilizada de Itacoatiara.

Antes de ir ter à região, padre Perez analisou mapas, fez consultas e anotações. Bettendorff (1990) preleciona: “O padre Jódoco [...] tinha ouvido coisas grandes do rio da Madeira, foi o primeiro superior da Missão que entrou por ele [...]”. Leite (1943) complementa: “[A viagem] não exclui entradas anteriores de outros padres, que não fossem superiores da Missão”. Exemplos: em 1669 o padre João Filipe Bettendorff, acompanhado do padre Pedro Luís Gonçalves, esteve no baixo rio Madeira visitando a missão dos índios Tupinambarana, e comentou naquele momento: “Não fomos mais para riba por que só os padres que iam com as tropas chegavam para mais longe”. Também, conforme referido em

linhas atrás, transitaram por lá, em 1672, os missionários Manuel Pires e João Maria Gorzoni.

Reportando ao mito da criação, à organização social e aos padrões de assentamento dos índios Iruri, primeiros habitantes de Itacoatiara, Bettendorff (1990) os define como “[...] nação afamada sobre todas as mais... índios de paz” e de linhagem ‘nobre’; tinham vassalos em seu próprio território. Grupos de língua isolada, dóceis, coletores e ao mesmo tempo agricultores, eram peritos nas artes de torrar farinha e conservar peixes. Dirigidos pelo tuxaua Mamorini, eram os Iruri “repartidos em cinco aldeias, cada uma delas com seu Principal” – patriarca da família que protegia o seu território. Corria lenda que procediam de uma mulher-deusa que veio prenhe do céu e pariu cinco filhos: Iruri, Aripuanã, Onicoré, Torori e Parapixana, dando origem às respectivas tribos. Surpreendida mais tarde por seus filhos comendo peixe moqueado, ela ficou tão envergonhada que resolveu voltar para o céu. Daí em diante, os índios Iruri não mais comeram peixe assado no moqueado.

Honra ao valente tuxaua

Mamorini: o mais importante morador do núcleo que originou Itacoatiara. O poderoso tuxaua dos Iruri, povo indígena hoje extinto que habitava a região situada nas margens do Rio Maturá, afluente da margem direita do médio Rio Madeira. Seu nome traduzia respeito, resistência e imortalidade. Lembra a mamorana-grande, árvore bombacácea originária da Amazônia, irmã da sumaumeira, ‘a mãe de todas as árvores’ e a mais alta, de tronco imenso, de raízes tabulares, folhas com cinco a sete folíolos oblongos, e flores alvas, vistosas e fasciculadas – verdadeiro templo da natureza. Suas imensas raízes de sustentação, chamadas sapopemas, ao simples baque de pau, emitem um som grave que ressoa a longas distâncias. Por isso, os Iruri (e outros povos indígenas) tornaram esse fato natural um meio de comunicação rudimentar, uma espécie de ‘telefone da floresta’.

Nas imensas terras de várzea do Madeira avultavam sumaumeiras. De seus troncos eram feitas jangadas para transportar pessoas, animais e víveres da tribo. Mamorini: líder, conselheiro e articulador cultural. Venceu várias guerras iniciadas pelos índios Maué, figadais inimigos de seu povo. Autoridade máxima que comandava guerras e resolvia os conflitos internos. Organizava a caça e as atividades agrícolas. Marcava festas e rituais, enfim, zelava pela ordem e harmonia na vida cotidiana da aldeia. Morto no começo do século XVIII, o cacique Iruri deixou um legado de sabedoria baseado na vivência com pureza e simplicidade e no respeito pelos seus concidadãos e pela natureza animal e vegetal. (BETTENDORFF, 1990; LEITE, 1943; e BERREDO, 1989).

Os chefes de aldeia eram escolhidos por eleição, “de tal sorte que o mais capaz entre eles é o que sucede pela morte de seu Principal”. Praticavam a poliginia, simbolizando poder e forte prestígio social, hábito que se restringia apenas aos que detivessem posição de mando.

Só os parentes “podem ter casa à parte, porque os vassallos moram em roças dos que os governam”. A casa dos festejos ficava em um terreiro amplo, frontal à casa do tuxaua, onde os adultos se reuniam para cheirar o paricá – uma fruta alucinógena que era torrada, transformada em pó e absorvida pelo nariz – e fazer suas danças e bebedices. Os atos fúnebres seguiam uma simbologia: os corpos de seus líderes eram enterrados dentro de uns paus furados “juntos com sua manceba mais querida e o seu mais mimoso rapaz”. Para o restante da tribo o sepultamento consistia em envolver os corpos em caixões ou troncos ocos e enterrá-los dentro de suas casas – costume que se confrontava com a doutrina católica.

Os Iruri abominavam carne de peixe-boi, piraiá e porco-do-mato; de preferência comiam carnes de cotia e paca, tambaqui e pássaros. Suas mulheres viviam recolhidas em casa e lhes era vedado fazer ou receber visitas. “Nem com os [próprios] parentes podem falar sem grande cautela.”

(LEITE, 1943). Excelentes artesões fabricavam instrumentos musicais de sopro e báculos de guerreiro, tanto para uso próprio como para vender a terceiros.

Cultores da alegria e da descontração usavam apitos que imitavam o canto dos pássaros e tiravam sons de flautas de bambu para invocar deuses e controlar a natureza. Para interagir socialmente ou em rituais religiosos, além da flauta tocavam o tambor e o *membitarará* – o segundo feito de troncos de árvores escavados como barris, encapados com peles de animais, e o último de pedaços de maçaranduba colados e unidos por tranças de cipós fortes.

Os Iruri plantavam mandioca, cheiravam o paricá e do cacau faziam o *cacauari* – bebida fermentada ainda hoje de larga aceitação – que consumiam sofregamente à ocasião dos festejos da tribo. Não faziam grande caso das armas e ferramentas de origem portuguesa, porque lhes vinham outras melhores do rio Negro. Porro (1992) explica que em fins do século XVII um circuito de comércio “ [...] fazia chegar [ao Madeira], através do Japurá, Negro e Branco, armas e ferramentas que os holandeses da Guiana forneciam em troca de escravos”. Tinham conhecimento do Madeira desde 1615, mantendo transações comerciais com os índios do baixo curso do rio. A criação de missões na mesorregião tinha a finalidade de centralizar a catequese dos índios, apoiar a conquista do vale e impedir que seus nativos continuassem a comercializar com os holandeses assentados no norte da Amazônia, conforme constatou o padre Jódoco Perez.

Figura 18 - Povos na área do Madeira-Tapajós (séculos XVII a XIX)



Fonte: Amoroso (1992)

A participação de holandeses no tráfico de índios no médio Amazonas preocupava os dirigentes coloniais. Nos séculos XVII e XVIII, a faixa esquerda do rio Amazonas transformou-se num espaço de captura de índios para serem vendidos dentro e fora das Guianas por traficantes oriundos de Caiena. Segundo Berredo (1989), o rio Urubu também era utilizado como rota para essa ilícita transação – por meio dele havia per-

feita comunicação “com os holandeses do Suriname”. Estes, segundo Souza (2009), no alto Rio Negro negociaram com o líder dos índios Manau, Ajuricaba, “[...] que lhe forneceram armas de fogo, pólvora e instrutores”.

Mas, voltando aos índios Iruri [...].

Nas últimas décadas do século XVII, a região em que essa tribo se movimentava compunha uma comprida faixa de terra com cerca de 330 km de extensão e uns 15 km de largura, tomando ambas as margens do Madeira, desde a foz do afluente Manicoré, no Município deste nome, a sudeste do estado do Amazonas, às proximidades da ponta de baixo da parte superior da Ilha de Tupinambarana, no limite dos municípios de Borba e Nova Olinda do Norte, a nordeste do Estado, perfazendo uma área próxima dos 5.000 km².

Como acima mencionado, os contatos da equipe do padre Perez pró-conversão dos Iruri foram feitos em língua geral, com presentes e mensagens de paz. Depois de uns 15 dias missionando entre eles, o padre superior baixou levando um filho do tuxaua Mamorini que, em Belém, aprenderia português e nheengatu e mais tarde retornaria aos seus parentes como um intermediário nas negociações com os jesuítas. Mas, antes de partir Perez comprometeu-se com os índios em mandar padres para assisti-los na nova povoação.

Sobre o assunto, Leite (1943) disserta: “Jódoco Perez deixou bem dispostos os Iruri, e baixou com um filho do Principal que no Colégio do Pará aprendeu além do português a língua tupi”. Indubitável que, tanto a cooptação súbita do jovem índio Iruri, habilitando-o a assimilar a cultura e o pensamento dos europeus, quanto a vinda póstera de outros padres para garantir a sobrevivência do povoado, eram prova de que a criação da missão em Maturá dependera de uma combinação prévia entre a Coroa portuguesa e seus agentes na Amazônia; revelavam que a ordem para sua instalação emanara diretamente de Lisboa.

Glória ao fundador

Jódoco Perez ou Jodocus Perret nasceu em 20 de fevereiro de 1633 em Friburgo, na Suíça. Filho de Jost Perret e de Elisabeth Lenzburger Perret estudou no colégio dos jesuítas de sua terra natal em 1644-1653. Ingressou na Companhia de Jesus na cidade de Landsberg em 15 de outubro de 1653 onde concluiu o noviciado em 15 de outubro de 1655. Fez o Curso de Filosofia em Ingolstadt no período 1656-1658. Professor do ensino médio entre 1658 e 1661, foi ordenado padre em Eichstätt aos 19 de junho de 1666, pelo bispo Ludwig Wilhelm Benz. Docente de Lógica no Colégio de Munique em 1667-1668 e de Filosofia na Universidade de Dillingen de 1669 até 1671. Em seguida, foi enviado para a Galiza e de lá para Lisboa, de onde foi para o Estado do Brasil. De Salvador/BA veio em 1678 para o Maranhão e em seguida para o Grão-Pará. Entre 1678 e 1681 pregou a fé cristã em muitas aldeias: foi incansável percorrendo centenas de quilômetros em barcos e a pé pela floresta e rios da Amazônia. Em 1679 propôs a fundação em Belém de um seminário para meninos indígenas, a fim de criar um noviciado próprio da Missão, independente do Estado do Brasil e de Portugal. De 1682 a 1683 foi reitor do Colégio de Santo Alexandre, em Belém. Expulso da região, em 1684, pelos amotinados de São Luís, o barco em que ele e seus companheiros iam deportados, foi atacado por piratas estrangeiros, e então foram duramente torturados. Jódoco Perez exerceu o cargo de padre superior entre 1683 e 1690. Viajou para Lisboa em 17 de janeiro de 1685, a fim de expor a expulsão dos jesuítas, e de lá retornou em maio de 1687. Antes de findar o seu mandato, em 1690, baixou 'Diretório (normas) para os padres que hão de ir às tropas de resgate' orientando-os no 'acompanhamento de soldados que buscavam os Iruri no interior da região do Rio Madeira'. De 1690 até 1697 foi docente no Colégio de Santo Alexandre. Aposentado por idade em 1697, a partir daí passou a confessor no Colégio. Em 1698, por haver protestado contra a prisão do bispo do Estado do Maranhão e Grão-Pará, dom frei Timóteo do Sacramento (1653-1713), à ordem do ouvidor-geral Mateus Dias da Costa (1654-1727), sofreu ameaça de processo 'por inconfidência'. Porém, graças à

intervenção do então padre superior José Ferreira (1657-1730), Jódoco Perez foi poupado desse constrangimento. Faleceu em 22 de maio de 1707 em Belém (BERREDO, 1989; BETTENDORFF, 1990; LEITE, 1943; AZEVEDO, 2008).

De volta do Madeira, Jódoco Perez alcançou Belém no final de outubro de 1683. Alertado sobre o estado de intranquilidade por que passava a região naquele momento, gerado da insatisfação dos moradores de São Luís em relação à revogação da Lei do Escambo, padre Perez, em carta de 27 de dezembro que endereçou ao Padre Geral, em Roma, expôs a situação e sugeriu medidas para resguardar o futuro da Missão. O motim do Estanco, ou a revolta de Beckman (condenando o monopólio comercial instituído pela Coroa), precipitaria a segunda expulsão dos jesuítas da Amazônia.

O objeto da ira dos moradores não foi somente o escambo, senão também os jesuítas que, pelas leis de 1680, haviam obtido novamente o controle das aldeias de índios livres em todo o Estado. A insurreição estourou a 24 de fevereiro de 1684. O padre superior voltava a São Luís, acompanhado do missionário Alúcio Conrado Pfeil (1638-1701), e foi detido com o mesmo no dia 28. Ao todo, 26 padres e irmãos coadjutores foram presos e deportados no dia 26 de março.

Da cidade de São Luís os jesuítas foram removidos em dois navios para Pernambuco – o maior deles levando 16 pessoas, inclusive João Filipe Bettendorff, que chegou sem contratempo ao Recife e partiu logo para Salvador. Após contatar com o governador-geral do Brasil, Antônio Luís de Souza (1644-1721), e os dirigentes regionais da Ordem, foi investido no cargo de procurador-geral das missões. De lá, Bettendorff dirigiu-se a Lisboa, aonde chegou em 28 de outubro de 1684 e permaneceu até maio de 1688.

Figura 19 - Padre Jódoco Perez. Fundador de Itacoatiara (1683)



O barco menor, que conduziu Jódoco Perez e outros nove jesuítas, ao se aproximar da costa cearense caiu em mãos de piratas estrangeiros, sendo todos eles assaltados e torturados. Abandonados em uma ilha próxima ao litoral, de lá foram transportados à Tapuitapera, atual Alcântara/MA, donde, a 18 de junho de 1684, o padre superior deu ciência do acontecido ao Padre Geral Carlos de Noielle.

Jódoco Perez embarcou para Lisboa em 17 de janeiro de 1685, com o fim de expor a expulsão dos jesuítas, e lá encontrou o padre João

Filipe Bettendorff. Em São Luís, o padre Antônio Pereira assumiu o governo da Missão, como vice-superior dela. Pregador e mestre de noviços era natural do Maranhão e dez anos antes havia se ordenado em Lisboa. “Sabia a língua geral e nela compôs um Catecismo para instrução dos meninos.” (LEITE, 1943). No final de 1687, os padres Antônio Pereira e Bernardo Gomes seriam trucidados pelos índios Maraunu, quando rezavam missa na Ilha de Camanixari, em Cabo do Norte (Amapá). Depois de mortos, os selvagens os assaram e comeram. Segundo Leite (1943): como tantas outras que ocorreram no âmago da floresta amazônica, a morte desses zelosos jesuítas foi “[...] em ódio da fé [...]” e por “[...] quererem tirar ou proibir as bebedices, amancebamentos e ritos gentílicos[...]”.

Em Lisboa Jódoco Perez presenteou dom Pedro II com uma cópia do mapa do rio Amazonas, desenhado por Aluísio Conrado Pfeil – sacerdote de origem germânica, também conhecido pelas qualidades exímias de matemático e geógrafo. Fechado em suas convicções, Perez chegou a sustentar a ideia de abandonar o trabalho missionário, fez sugestão para elevar a Missão regional a Vice-Província “[...] desde que separada da Província do Brasil [...]”, e pediu “[...] substituto para si, mas foi confirmado [...]” no posto de padre superior (MEIER, 2005). Afastado das negociações com a Corte, “[...] partiu para Évora e Coimbra a fim de angariar novos missionários, mas, sem muito resultado, perdeu a paciência e desabafou contra os portugueses, o que quase lhe custou o cargo de superior [...]”. (LEITE, 1943).

Assim que a Coroa portuguesa foi informada da rebelião do Estanco, tomou drásticas providências. Em 1685 seus líderes foram presos, levados a julgamento e condenados com a pena máxima do enforcamento ou com a extradição. Ato contínuo, a maioria dos religiosos jesuítas foi restituída aos seus postos na região amazônica.

Enquanto Bettendorff ficou na Corte tratando dos assuntos das missões do Maranhão e Grão-Pará, em maio de 1687 Jódoco Perez retornou

a São Luís em companhia do novo governador Arthur de Sá e Menezes (c.1656-1709), o qual trazia recomendações do reino no sentido de apoiar o trabalho missionário, segundo os termos da Lei de 21 de dezembro de 1686 – o Regimento das Missões. Considerada a obra prima das leis do período, propunha a consolidação do poder político dos jesuítas na Amazônia. Vigorou entre 1686 e 1755, sendo substituída pela Lei do Diretório dos Índios que iria de 1757 a 1798.

Há tempos se impunha a ocupação efetiva dos rios Madeira e Negro, em que se consolidaria o poder político dos jesuítas na região. Em julho de 1687, Arthur de Sá e Menezes recebera uma carta de seu antecessor, Gomes Freire de Andrade (governou em 1685/1687), “[...] cientificando-o de que os índios pediam padres, e por informações suas [o rei de Portugal em carta de Lisboa, de 22/03/1688], recomenda-os ao governador, e que lhes dê ajuda para a nova missão do Madeira.” (LEITE, 1943). A ação do governador Gomes Freire de Andrade se harmonizava com a Resolução do Conselho Ultramarino, datada de 1642, que a certa altura, ditava:

O estabelecimento das missões não é só da obrigação de Sua Majestade, por ser este o título justo de suas conquistas [...], o meio seguro de adiantar o seu domínio, de povoar e cultivar as terras e tirar delas as grandes utilidades que podem produzir. (MELLO, 2009).

A ordem era para “[...] ajudar a nova missão do Madeira [...] e não só conservar, mas aumentar [todas] as missões [...]” da calha do rio Amazonas.

Conquanto a Coroa lusitana incentivasse promover o estabelecimento das missões e a “civilização dos índios”, o Regimento régio de 1686 consignava disciplinar o sistema de recrutamento da força de trabalho indígena, feito de duas formas distintas: o descimento de índios livres e o resgate de escravizados. No primeiro caso, os nativos eram persuadidos a

descer pacificamente para os locais de domesticação, e de lá eram repartidos entre os moradores e o serviço da Coroa; no segundo, através da compra pelos portugueses dos índios feitos prisioneiros em guerra entre as nações indígenas. A desenfreada atuação dos agentes portugueses, nesse campo, resultou em inúmeros choques entre padres e sertanistas, além de que insuflou o ódio na indiada, como exemplificado em várias partes deste livro.

Pelo Regimento das Missões, foi dado aos jesuítas o governo supremo sobre todos os índios e que estes vivessem aldeados, obrigados às aldeias. Dos aldeados, competia a cada missionário 25 para o seu serviço, à exceção dos sacristães, pescadores e oficiais mecânicos. Na prática, as missões iniciaram o confinamento de tribos inteiras em aldeamentos. Nelas, os indígenas não se tornavam escravos, mas eram obrigados a abandonar seu modo tradicional de vida e substituir suas crenças e rituais pelas cerimônias e ritos católicos. Os índios “mansos” eram os aliados dos portugueses, tidos como vassalos do rei. Os índios “bravos” eram os inimigos, considerados estrangeiros justificando as “guerras justas”.

Desde março de 1688 seriam amiudadas as entradas nos sertões amazonenses. Nesse ano, a instâncias da Junta das Missões, ao padre mercedário frei Teodósio da Veiga foi dado o direito “de administrar os sacramentos em Saracá, até se dispor outra coisa em contrário”. Quatro anos antes ele recebera licença do padre superior Jódoco Perez para servir como gestor provisório da aldeia. Lembremos que frei Teodósio chegara ao Urubu nos idos de 1668: zeloso e caritativo, seu trabalho catequético na região abrangendo os rios Urubu e Negro duraria quase trinta anos.

No final de 1688 o capitão-mor André Pinheiro de Lacerda, à frente de uma tropa de resgate, descobriu ouro no Urubu e prata no rio Uatumã. Levou consigo o padre João Maria Gorzoni que, estacionado em Saracá, orientava o descimento de índios dos rios Urubu e Negro para o Baixo Amazonas. Em 1694 foi efetivado missionário da aldeia do Tapajós, atual

cidade de Santarém/PA, onde morou até 1698. Padre Gorzoni “Trabalhou e viajou por mais de cinquenta anos consecutivos nas regiões do Pará e Maranhão. Atraíu os índios com sua gaitinha e sua alegria.” (HORNAERT, 2008).

Em 1689, de Belém veio ordem para que o jesuíta Antônio da Fonseca (1663-1734) assumisse a missão de Tupinambarana, onde permaneceu mais de oito anos. Antes postada à margem do Paraná do Ramos, acima do Tapajós, os índios haviam-na mudado mais para dentro, numa área limitada pelas terras dos Andirá e Curiató. “E logo operou o missionário a terceira mudança [...]. Foi fundar a aldeia um pouco mais para cima, num formoso outeiro [...], à beira de um belo e espaçoso lago, provavelmente entre o rio Maués-Açu e o Apoquitáua. E unindo-a pela origem ao primitivo orago, construiu igreja e grande casa em honra de Santo Inácio. O chefe Tupinambara-na era João Cumiaru, índio afamado na guerra”.

A catequese progrediu e a nova aldeia cresceu. Parece que as atuais cidades de Maués e Parintins “[...] estão ligadas ao nome Tupinambarana e, portanto, remotamente à catequese dos jesuítas.” (LEITE, 1943).

Decorreriam mais de cinco anos entre a visita do padre Jódoco Perez aos Iruri, em 1683, e a chegada dos dois padres destacados para reativar a missão. A revolta de Beckman e a consequente expulsão dos jesuítas, em 1684, atrasaram o processo desenvolvimentista da região. A falta de religiosos resultou na inatividade e quase extinção do aldeamento. A livre circulação de exploradores, militares e negociantes havia crescido no rio Madeira. De outro lado, os índios Maué, dados ao hábito da antropofagia e acostumados às guerras intertribais ou contra os colonos, tinham aversão aos Iruri e pelo menos duas vezes guerrearam contra eles. Procediam da região dos rios Urupadi, Mariacoã e Andirá, no Baixo Madeira, próximo da divisa do Amazonas e Pará, onde se colhia guaraná,

uma novidade agrícola cujos frutos depois de colhidos, triturados, torrados e compactados na forma de bastões, são transformados em pó para consumo em bebidas ou alimentos.

Para reativar a missão dos Iruri, o superior Jódoco Perez mandou para lá o padre João Ângelo Bonomi (1656-c.1711) que viera “[...] do Brasil em outubro de 1688, dando-lhe por companheiro José Barreiros.” (BETTENDORFF, 1990). Ambos jesuítas partiram de Belém “pelas festas do Natal” levando de volta o filho do tuxaua Mamorini, já batizado e conhecedor da língua geral, e alcançaram-na possivelmente a 15 de março do ano seguinte. Espantaram-se ao encontrar no Madeira colonos de Belém explorando livremente o cacau e outros produtos florestais. (Durante a administração dos jesuítas, chegou-se a embarcar anualmente para Portugal 80 mil arrobas de cacau, o equivalente a 1.200 toneladas, fora o que se consumiu em toda a região e o que se perdeu na floresta amazônica).

Surpresa maior os aguardava. Logo à entrada do rio, distante dois dias da aldeia, toparam com o chefe da tribo, “[...] que vinha em uma canoa grande remada por quantidade de mulheres, trazendo um só índio criado seu consigo”. Desconfiado e alegando que “[...] ia fazer farinhas em uma roça sua”, o tuxaua Mamorini fugia dos padres e se negava a recebê-los. Na verdade, intrigados pelos colonos, os índios dissimulavam má intenção nos missionários que, segundo aqueles disseram, “vinham [para] tirar-lhes as mulheres, os filhos e as filhas, e que os haviam de açoitarem e maltratar.” (BETTENDORFF, 1990). Maldade. Pura falácia. Só depois de muita conversa, e dissipados os enganos, padres e índios fizeram as pazes prometendo caminhar juntos. Uma vez mais, cumpria-se a tática dos colonizadores: conquistar a qualquer custo o chefe da aldeia, colocando-o ao serviço da Coroa. Ganhava-se o tuxaua ao Rei por via religiosa.

Mamorini enviou mensagens “[...] a todas as aldeias pertencentes aos Iruri para que viessem visitar [...]” os padres João Ângelo Bonomi e

José Barreiros. “Vieram eles com seus costumados presentes”, e os missionários convidados a uma reunião para explicar suas intenções, vale dizer, os objetivos da catequese, participam de uma cerimônia solene e cheia de formalidades, sendo de destacar o papel nela desempenhado por Mamorini. “Entraram todos em procissão [...]. [Mas, antes], Passou toda essa procissão pela porta de residência dos padres e não obstante estarem lá eles e o [tuxaua][...]” que lhes explicava

[...] os passos daquela entrada e os nomes dos principais [...] e assim foram à Casa do Paricá. À frente da procissão o chefe Parapixana [...] levava adiante de si grande número de pajens, também o seguia em ordem uma grande multidão de vassalos. Depois, foi servido jantar, e jantaram alegremente todos, porém sem vinhaça alguma. (BETTENDORFF, 1990).

Padres Bonomi e Barreiros assistiram os Iruri perto de um ano. Reorganizaram o aldeamento na foz do Maturá “[...] ensinando a todos os mistérios da fé [católica], acudindo aos adultos com o batismo na hora da morte, e batizando os meninos em tempo mais conveniente.” (BETTENDORFF, 1990). Fundaram casa paroquial e uma igreja, e nesta depositaram quatro imagens para que os índios prestassem culto de adoração.

Além da aldeia Iruri, e “dalgumas aldeotas”, havia mais quatro grandes que o padre João Ângelo Bonomi desceu para mais perto do rio Madeira: a dos Aripuanã, um pouco acima do Maturá; e as dos Parapixana, Onicoré e Torori, abaixo. Segundo Leite (1943) eram cinco [aldeias], que “[...] continham mais de vinte, porquanto cada roça daqueles principais era uma boa aldeia de vassalos”. As cinco etnias pertenciam ao mesmo grupo tribal, e ao todo formavam “a grande nação Iruri”.

Tais fatos se ajustam perfeitamente à seguinte lição de Porro (1992):

As fontes históricas da Amazônia sugerem que diversas províncias eram unidades territorialmente definidas e socialmente estratificadas, em que o poder político centralizado se sobrepunha às chefias dos grupos locais. Apontam nessa direção as notícias sobre linhagens com status diferenciado e atributos de nobreza entre os Omáguas [do Alto Amazonas], IRURIS (grifamos) [do médio Amazonas] e Tapajós [do Baixo Amazonas].

Os Iruri foram os primeiros índios do Amazonas a abraçar a fé romana, seguidos dos Onicoré (ou Unicorê) e Arara.

Obviamente, o fim último da vinda dos jesuítas era a conversão dos índios ao catolicismo. Os nativos não eram um povo sem cultura e, por isso, não aceitavam facilmente sua conversão. Na chegada dos padres, os Iruri os trataram como pajé todo poderoso que lhes proporcionaria o bem estar, porém, ao invés disso, os missionários só lhes ofereciam a salvação extraterrena. Tudo seria mais fácil se não existissem colonos.

Destarte, os momentos de encontro com os nativos foram marcados por um choque de culturas, que acarretará violência e conseqüentemente uma mudança na situação vigente na floresta. Daí que a conversão dos índios se dava ora pela persuasão, ora pela subjugação física. Os jesuítas buscavam ampará-los e frear os abusos dos colonos. Entretanto, sua atuação era politicamente limitada pela Coroa.

Em fevereiro de 1690, João Ângelo Bonomi e José Barreiros adoeceram e se obrigaram a descer para Belém. O período de suas convalescências coincidiu com a mudança de superior: o Padre Geral Tirso Gonçalves (c.1643-1705), espanhol, que nomeou ao padre João Filipe Bettendorff para substituir Jódoco Perez. Era sua segunda assunção no cargo. (No primeiro trimestre de 1691, Bettendorff inicia-

ria uma longa viagem às missões do Xingu, Tapajós e Urubu; além de Saracá, missionaria no rio Anibá e seus arredores. Daí seguiria para Tupinambarana e Maturá). Enquanto isso, restabelecidos, padre Barreiros foi missionar em Gurupatiba (Monte Alegre/PA) e padre João Ângelo no começo de 1691 retomou suas atividades em Maturá, onde foi recebido pelos índios Iruri “como um anjo vindo do céu”. Mandou proibir as incursões dos tropeiros pela missão e deu prosseguimento às construções no interior da aldeia.

Na segunda metade desse ano a tropa de resgate do capitão-mor João de Seixas chegou ao rio Madeira. Ia por missionário o padre Manoel Borba (c.1657-1691), que tinha por companheiro o padre Francisco Soares. Foram à missão dos Iruri, “onde estava o padre João Ângelo Bonomi, que não queria se fizessem escravos em seu distrito sem ele ser sabedor, e assim se cumpriu”. Padre Bonomi era rigoroso quanto à aplicação do Regimento das Missões, cujos itens I e II estabeleciam que a administração dos índios aldeados era uma exclusividade dos jesuítas; e estava proibida a moradia de homens brancos e mestiços nos aldeamentos.

Pouco tempo depois o padre Manoel Borba ficou gravemente enfermo voltando às pressas para Belém, e lá faleceu. O trabalho da tropa em que operava teve pouco proveito, porque o capitão João de Seixas também adoeceu e, em seguida, morreu. Em julho, ao passo que doutrinava e distribuía os sacramentos, João Ângelo Bonomi caiu de novo doente e novamente teve de se retirar para Belém. Enquanto isso, procedente do Anibá, o superior João Bettendorff já se encontrava em missão pastoral na vizinha Tupinambarana. Tencionava estender viagem até Maturá, mas, em razão da ausência do padre Bonomi, “sentiu-se desobrigado de ir à missão dos Iruri” – e retornou à capital do Grão-Pará.

O fato concreto é que o padre João Ângelo Bonomi não mais voltou para Maturá. Segundo Bettendorff (1990), depois de recuperado, ele foi

“[...] mandado para a missão da Capitania do Cameté”. A despeito de haver se entregado totalmente às ocupações catequéticas e se doado integralmente ao serviço de Deus, não saiu contente de lá. “Na sua ausência [...] – diz Leite (1943) – foram os brancos e cativaram grande número de índios com grande escândalo dos mesmos índios, e protesto dos padres; não poderão pensar os índios que eles os tinham ajuntado para serem mais facilmente cativos? Disto se queixaram efetivamente os índios; e os padres ainda mais que eles. E, assim, os jesuítas, desgostosos, e também por falta de missionários, se escusaram da missão [jesuítica] do rio Madeira”.

A missão itinerante

A retirada dos jesuítas da missão dos Iruri não agradou ao rei de Portugal nem ao Padre Geral. Da coisa resultaram muitas desculpas e explicações. Reconhecendo-se que o Maturá não era propício para residência, resolveu-se transferi-la para outro local, ainda que na mesma microrregião.

A ameaça de despovoamento e a sensação de insegurança precipitaram o processo de transladação. A aparição do homem branco de uma maneira mais organizada e efetiva apresenta-se como um elemento destabilizador do status quo até então existente, tendo como uma das primeiras consequências, já no final do século XVII, uma diminuição (por hostilidade ou epidemias) do contingente Iruri. Assim, diminuída a resistência desse grupo – o primeiro do Madeira a entrar em contato com o branco – outros grupos selvagens passam a ocupar territórios mais periféricos e a ter a mesma experiência degradante.

Como dito antes, os jesuítas haviam registrado uma grande movimentação dos colonos na captura de índios mansos ali aldeados.

Canoas que iam ao sertão buscar cacau, cravo e outros produtos da floresta voltavam conduzindo escravos, além dos frutos para a exportação. Ainda os Iruri temiam a repetição de ataques dos índios Maué, seus figadais inimigos. Estes, segundo a crônica setecentista, eram muito vingativos. Costumavam defumar e mumificar o cadáver de seus pares. Comiam “[...] carne humana e gostam sumamente das inimigas, principalmente da [carne] das mulheres, por isso andam continuamente à caça delas, e, achando-as, as trespasam com umas lanças que chamam zagaiais”. Depois de quebrarem o espinhaço dos corpos de suas vítimas e os repartirem em quartos, deixavam “[...] a zagaia com suas penas no lugar da matança, como pagamento de sua presa”. Em casa “[...] comiam uma parte, e a outra [davam ao] seu Principal e mais parentes que por aí se acham.” (BETTENDORFF, 1990).

Diminuída a resistência do grupo e os Iruri, temerosos, demonstravam pouco interesse em ficar ali. Desde a investida dos colonizadores pouco restara da populosa aldeia de anos atrás. “Os índios, intimidados pela voracidade dos brancos, escondiam-se nos altos rios, no centro da floresta”. (REIS, 1989). Os incidentes arriscados e repetitivos motivaram os moradores a deslocar a missão para um sítio da margem direita do Canumã, perto da confluência deste com o Paraná do Urariá, distando uns 280 km do pouso original. Efetivada a mudança, em agosto de 1691, Canumã passou a concentrar a atividade dos jesuítas em estreita ligação com a missão de Tupinambarana.

O Canumã integrava uma área de elevada drenagem em terras de floresta e várzea. O rio corre de sul para norte, com ligeira deflexão para oeste, e apresenta um curso de cerca de 600 km. Ladeado pelo Madeira, à esquerda, e o Abacaxis, à direita, em suas margens abundavam madeira, castanha e outras muitas variedades de ‘drogas do sertão’; em suma, toda a região expunha-se favorável à exploração e ao lucro dos portugueses. Três para quatro dias acima da nova sede jesuítica ficava Tupinambarana,

encravada numa área cercada por índios das etnias Andirá, Curiató e Maué. As aparentes insegurança e vulnerabilidade do novo espaço geográfico incomodavam aos seus moradores. Paradoxalmente, a mudança desembocara próximo do território dos índios Maué. Por sorte, nos anos seguintes, os belicosos inimigos dos moradores de Canumã estariam muito acovardados e consumidos pelas guerras de retaliação dos colonizadores, como mostraremos mais à frente.

Abrimos aqui um parênteses para registrar que, em 1689, depois de abandonar sua base missionária no rio Solimões, onde, há anos, vinha aldeando indígenas para o sistema colonial espanhol, o jesuíta alemão Samuel Fritz (1654-1725), acometido de malária, desceu o Amazonas à procura de tratamento. Navegou pelo Arauató, último canal da parte superior que deságua no Urubu, alcançou este rio e, no dia 30 de julho, foi recebido na missão de Saracá pelo padre mercedário frei Teodósio da Veiga e pelo jesuíta João Maria Gorzoni. Quinze dias depois, com o estado de saúde agravado, foi encaminhado para Belém, sendo recepcionado à noite de 11 de setembro pelo padre superior Jódoco Perez. Lá ficou retido quase dois anos.

Em 1691, escoltado de volta às suas missões, pleno de saúde, Samuel Fritz subiu o Amazonas, a 17 de agosto ingressou no Paraná do Ramos, parou em Tupinambarana e nove dias depois retomou sua viagem. Recebido pelo padre Teodósio da Veiga nas cercanias do Paraná de Itapiranga, dali partiu a 2 de setembro e, nos dias subsequentes, ultrapassou o Paraná do Arauató e os rios Madeira, Matari (rio Preto da Eva) e Puraquequara. O “Mapa Geográfico do Rio Amazonas”, elaborado por ele, registra que os Aroaqui dominavam a margem esquerda do Amazonas, no trecho Urubu-Uatumã, e os Abacaxis, Andirá, Arara, Aripuanã, Curiató, Iruri e Papateruana predominavam na sua margem direita (região do Baixo/Médio rio Madeira).

Mas, à ocasião em que regressava do Pará subindo o Amazonas, o jesuíta alemão reconhece que a realidade era bem outra: antes de deixar “[...] mais acima o rio Madeira e uma ilha grande antigamente povoada pelos Tupinambaranas [que] agora está povoada de uns gentios chamados Guaiarises” [referência aos Guaiazí, descritos em 1639 por Acuña (1994) e em 1768 por Noronha (2006)] – Fritz pôde constatar em vastas áreas nas encostas do rio os efeitos das tropas de resgate, das epidemias e das fugas sobre as outrora populosas províncias dos Tapajós, Condurí, Tupinambarana e Arawak. “Desde a embocadura do Tapajós à do rio Urubu, em quase 600 km de distância, eram agora quatorze dias de viagem sem povoado nem gente.” (PORRO, 1992). O que havia sobrado de índios ganhou as matas e subiu até às cabeceiras dos altos rios.

À falta de missionário em Canumã, entre agosto de 1691 e julho de 1696, o padre Antônio da Fonseca passou a gerir a missão cumulativamente com a de Tupinambarana. No ínterim, o interflúvio Madeira-Canumã-Abacaxis sofria seguidas investidas militares e comerciais visando à coleta das ‘drogas do sertão’ e ao apresamento da mão de obra indígena. Aprisionados e explorados como trabalhadores na agricultura, na coleta de frutos silvestres, no transporte de mercadorias e outros afazeres, por mais que resistissem os índios sempre saíam em desvantagem. No início de 1692, as tropas dos capitães – mores João de Moraes Lobo e Faustino Mendes chegam à região. Depois de fazerem escravos mandam suas bandeiras pelos rios e terras circunvizinhos, para o mesmo fim. Em junho lá esteve o padre Antônio da Cunha, por ordem do missionário João Maria Gorzoni, que praticou os índios Abacaxis descendo vários deles para o Grão-Pará. Registra-se uma rápida retração dos Iruri como resultado do intenso contato com os brancos. Pouco tempo depois já não se falaria mais desse grupo como etnia.

A carta régia de 29 de novembro de 1694, rerratificando a de 19 de março do ano anterior, espaçou os limites de atuação das ordens religiosas confirmando aos padres mercedários as missões dos rios Urubu e Anibá; aos carmelitas as do rio Negro e Solimões; e aos jesuítas as da margem direita do rio Amazonas, no trecho intermediário Tapajós-Madeira, aí incluída a missão de Canumã. Em dezembro de 1692, os jesuítas Aluísio Conrado Pfeil e João Justo de Luca assumiram as missões fixas de Amatari e rio Negro, criadas pouco antes à ordem do padre superior João Filipe Bettendorff. Aluísio Pfeil viera da missão do Cabo do Norte e morou somente dois meses em Amatari. No início do ano seguinte caiu gravemente enfermo. Atendido primeiramente no rio Negro e em meados de abril enviado para Belém, padre Aluísio não mais retornaria à sua missão: “[...] em desentendimento com os índios até já havia perdido o controle de sua aldeia.” (BITTENCOURT FILHO, 2012).

Com a repartição das aldeias promovida pelas leis de 1693 e 1694, Amatari e rio Negro deixaram de pertencer à Missão dos jesuítas, passando a primeira à direção dos padres mercedários e a segunda à dos carmelitas. Desde lá o orago de Amatari foi dedicado à Sant’Ana. Quanto à do rio Negro, habitada por um pequeno aglomerado de famílias de índios Baré e Baníua, “chegados em 1695” os carmelitas “[...] levantaram toscamente, de madeira e palha, a capela de Nossa Senhora da Conceição que tomaram como a padroeira do núcleo em formação.” (REIS, 1989). Em 13 de abril de 1723, Dom João V (1689-1750) ordenou que os mercedários se retirassem de Amatari, “[...] por estarem a se servir dos índios como escravos para suas granjearias e comércios”. Com a dispersão dos Aroaqui, nas primeiras décadas do século XVIII, a freguesia passou a ser habitada por elementos das etnias Periquito e Sapopé, mais tarde ali substituídos pelos Mura. Por fim, na metade desse século, foi deslocada do Paraná do Matari para um lugar mais abaixo na margem esquerda do Amazonas, em frente

à embocadura do rio Madeira. É a atual vila de São José do Amatari. (LEITE, 1943; REIS, 1942, 1989; RAMOS, 1952; SILVA, 1965, 1979, 1997b, 1999 e 2013).

No início de 1693, para dar combate aos índios Maué, que hostilizavam os brancos residentes no Baixo rio Madeira, de Belém veio uma tropa de guerra sob o comando do capitão-mor Hilário de Souza Azevedo. “Não se lhes fez guerra justa, por que debandados os Maué, ante a notícia, mas foi feita a apreensão de [vários deles] que ficaram no lugar.” (BETTENDORFF, 1990) – precisamente na foz do rio Maués-Açu, entre as missões de Tupinambarana e Canumã, onde hoje é a cidade de Maués. A partir de então, os belicosos indígenas que antigamente se comportavam como senhores de quase todo o rio, manciaram a atuação. Nas primeiras décadas do século XVIII a região de Maués era uma das mais trabalhadas pelos jesuítas, não se tendo notícias sobre confrontos nessa área. Esses nativos, na segunda metade do século, possuíam intenso comércio de drogas e de guaraná com os colonizadores.

Nos últimos anos do século XVII, a atuação missionária na mesorregião do rio Madeira foi ampliada com a chegada de novos sacerdotes. Conforme referido antes, os jesuítas empreenderam um trabalho sistemático de atração e descimento das tribos do interior, sozinhos ou em parceria com os agentes da Coroa, e, assim, colidiram com a política protecionista que o padre Antônio Vieira havia implantado na Amazônia, quarenta anos antes.

A propósito, escrevi em 1999

Na realidade, os modos de atuação dos padres no trato com os nativos diferiam apenas quanto ao método: enquanto os colonos leigos recrutavam-nos à força através do resgate ou das guerras justas, os missionários o faziam pelos descimentos, forma menos traumática de aprisionamento. Grande parte dos jesuítas constituía uma categoria de colonos

igualmente movida por interesses econômicos. Ricos proprietários que disputavam espaço com os colonos leigos, e convertiam os indígenas ao catolicismo para que aceitassem brandamente trabalhar em suas casas comerciais e fazendas. É compreensível que tal acontecesse, posto que a obra de catequese era orientada pela 'teologia da dominação', isto é, andava de mãos dadas com o governo colonialista português. Enquanto defensores dos silvícolas e, por causa disso, conflitando amiúde com os colonos leigos, os missionários pertenciam a esse mundo mercantil. Daí que, salvo algumas exceções, a vontade dos missionários, enquanto indivíduos, pedia para a defesa dos indígenas e dos pobres em geral, enquanto a estabilidade das ordens religiosas sugeria a aliança com o sistema dominante. (SILVA, 1999).

Em 1695, uma epidemia de varíola que assolou todo o Estado do Maranhão e Grão-Pará vitimando milhares de pessoas, também atingiu Canumã. A doença, trazida pelos negros recém-chegados da África, espalhou-se rapidamente matando milhares de indígenas. A povoação, debilitada pelo mal e reduzida pela catequese, começou a sofrer incursões a partir da terra firme, sem poder oferecer resistência. Esses acontecimentos resultaram na “[...] desativação da missão e no seu quase total desmantelamento, haja vista que a maior parte de seus moradores [no início de 1696], teve que fugir para o rio Abacaxis, reduto dos índios dessa tribo”, que passou a sediar a missão, fixada na sua margem direita. (SILVA, 2010). Era um “Bom sítio, aprazível, boas terras, bons ares, muita caça e peixe.” (BETTENDORFF, 1990). Tal qual o Canumã, o Abacaxis forma, com seus afluentes, uma área de elevada drenagem em terras alagáveis e de floresta. Limitado pelo rio Canumã, a oeste, e o rio Apinquiribó, a leste, o Abacaxis “[...] corre primeiro para nor-nordeste, depois dobra para oés-sudoeste, numa distância considerável, passando então para noroeste segue na mesma direção até desaguar no Urariá, também chamado Tupinambarana”. (BITTENCOURT, 1985).

Um só sacerdote não podia satisfazer a todos e em lugares tão distantes. O padre Antônio da Fonseca, que há mais de oito anos missionava no largo estirão abrangendo a partir de Tupinambarana os rios Andirá, Maués-Açu, Maués-Mirim, Apoquitáua, Paraconi, Abacaxis e Canumã, cansado e doente, almejava retornar ao Pará – só sairia dali no final de 1696. Enquanto isso, a população de Abacaxis clamava por um missionário exclusivo, apelo prontamente atendido pelo padre superior José Ferreira que, em maio de 1696, nomeou ao padre João da Silva. Tendo por companheiro o leigo Antônio Rodrigues, o novo administrador deixou a vice-reitoria do Colégio de Santo Alexandre, em Belém, que ocupava havia alguns anos, e assumiu Abacaxis em 12 de setembro. Desde então, o núcleo só fez crescer passando a reunir variegados contingentes étnicos. Fontes setecentistas registram mais de vinte grupos indígenas formadores da população do burgo. Em fins de 1696 já “[...] abrigava cerca de quinhentas pessoas, distribuídas por cinco grandes malocas rodeando uma assobradada casa paroquial e a igreja.” (SILVA, 1997b, 1999, 2010).

Antes do Natal de 1696 Abacaxis recebeu a visita do superior dos jesuítas. Depois de benzer a missão, padre José Ferreira passou sete dias batizando e pregando aos índios. Mandou desterrar o ‘principal’ Thomé e um ajudante, por viverem amasiados com suas cunhadas. Era permitido “[...] aos indígenas se casar religiosamente com a mulher que tinham por verdadeira, a que chamavam xerimerico-atê. Se não a tivessem, casariam com a que elessem a seu gosto. [Mas] era difícil conter os que se metiam pelo caminho das mancebias.” (LEITE, 1943). Antes de voltar a Belém, – aonde chegou a 16 de janeiro do ano seguinte – o padre superior pôde testemunhar às desordens que no rio Madeira faziam os colonos, ávidos por escravos e por colher cacau e cravo.

Para a maior eficiência da catequese e da conversão dos índios, o superior José Ferreira recomendou ao padre João da Silva o fiel

cumprimento do regulamento da Ordem, e em especial: disseminação das missas aos domingos e dias santos de guarda; distribuição diária dos sacramentos; continuidade das lições de catecismo às crianças; abertura de uma escola “de ler, escrever e contar”; desenvolver entre os meninos o ensino das artes (música, teatro, pintura, carpintaria, escultura etc) e das técnicas agrícolas. A partir do final do século XVII a música era uma prática usual nas aldeias. Tinha um caráter funcional, de atuação externa, e não devocional. Porém, conforme a lição de Marcos Tadeu Holler, desde 1685, ainda na administração do padre superior Jódoco Perez, os jesuítas demonstravam preocupação sobre a conveniência “de continuarem as celebrações com missas recitadas, e com canto”. A educação na Amazônia colonial limitava-se ao ensino primário básico e aos seminários. Vivia-se o período Regimento das Missões (1686-1757), no qual as ordens religiosas assumiram total responsabilidade pela catequese e educação na região.

Bom sacerdote e fiel às ordens de seus superiores, João da Silva logo tratou de ensinar e batizar as crianças; casar os adultos e torná-los conhecedores das lições do Evangelho.

[...] Por aquele tempo [em Abacaxis] adoeceu uma índia dizendo que lhe aparecia o diabo, que não desse crédito ao padre; que era o diabo e por isso queria receber a água do batismo; batizou-a, pois, o padre João da Silva e a chamou Maria [...]. O sacramento divino lhe deu justamente a saúde da alma e do corpo, porque ficou sã e valente. (BETTENDORFF, 1990).

No Grão-Pará a devoção a Nossa Senhora começou exatamente como no Maranhão, sob o influxo do famoso padre Antônio Vieira. Em toda a Amazônia, “As missões introduziram e fixaram para sempre o culto e amor à Eucaristia”. No Natal armava-se o Presépio. “Outro costume era o da prática cotidiana do Rosário, cantada a coros.” (LEITE, 1943).

Recuando no tempo, é bom que aqui se registre: a invocação da Virgem sob a denominação de Nossa Senhora do Rosário se intensificou a partir do século XIII. Segundo a tradição, Nossa Senhora apareceu a São Domingos de Gusmão (1170-1221), com um Rosário nas mãos, e lhe pediu que difundisse sua devoção entre as populações cristãs de todo o mundo. Em 1520 o papa Leão X (1475-1521) aprovou o Rosário oficialmente e, em 1716, Clemente XI (1649-1721) ampliou a observância da festa do Rosário para toda a cristandade. Para os devotos jesuítas, o memorial da Santa era importante no trabalho da catequese. Tanto assim que o mesmo padre Vieira, além de haver introduzido na Amazônia a reza da respectiva ladainha, pregou 30 sermões do Rosário (que integram o livro “Maria Rosa Mística”, em dois tomos editados em Lisboa em 1686 e 1688).

No final dos anos seiscentos o culto aos santos e, em especial à Virgem Maria, se revelava forte na Amazônia. Nas cerimônias volantes, em Abacaxis, a água para o batismo era recolhida em cuias, mas a pia batismal era feita de barro (quatro décadas depois seria substituída por outra de cobre ou latão, encomendada de Portugal). As hóstias de farinha de mandioca eram preparadas ali mesmo. A imagem de Nossa Senhora (segundo Bettendorff – “uma rica prenda trazida do Pará”, provavelmente esculpida por santeiros maranhenses) destacava-se no altar da igreja de madeira e palha. Alguns anos depois seria enviada para restauro em Belém – serviço encomendado “[...] ao entalhador Manuel João [irmão coadjutor], responsável pela confecção de várias imagens em madeira expostas no altar-mor da igreja de São Francisco Xavier, adjunta ao Colégio de Santo Alexandre” (LEITE, 1943), na capital do Grão-Pará. Por coincidência, o ex-padre superior Jódoco Perez lá estava exercendo o cargo de confessor.

Nessa época, a incipiente arte imaginária patrocinada pelos jesuítas na cidade de Belém funcionava timidamente num cubículo do corredor

do Colégio, servindo “ao Irmão escultor e [aos] rapazes que aprendem”. No século seguinte o serviço seria ampliado dando lugar às oficinas, carpintaria, forno, depósitos etc, “[...] aonde refluía toda a vida material e econômica das aldeias e missões espalhadas pelo sertão, desde o Salgado à beira-mar, até ao Amazonas, de rio em rio, até ao Madeira e Javari.” (LEITE, 1943). Quanto ao “irmão escultor” – jesuíta João Xavier Traer (1668-1737) – nascido em Viena, veio para o Maranhão em 1703. Permaneceu por treze meses fazendo imagens em São Luís e várias aldeias do interior, e depois foi ao Grão-Pará onde ficou até o ano de sua morte. Ele e seu contemporâneo André Gonçalves (1679-1728), mestre carpinteiro chegado de Portugal em 1704, formaram escultores índios e tiveram papel fundamental na irradiação de modelos de talha e imaginária de Belém para as missões do interior.

Antes de João Traer e André Gonçalves, floresceram ainda no Grão-Pará, depois de passarem pelo Maranhão, o pintor francês João de Almeida, o escultor flamengo Baltasar de Campos e o debuxador e pintor português José de Moura.

Em São Luís a indústria de estátuas ou imagens de santos antecedeu à de Belém. Um pouco tímida e amadora, no início, carecendo de solidez estética e técnica, somente mais tarde ganharia expressão. O ‘casamento’ da catequese com o ensino de ofícios aos nativos da região responde pela peculiaridade das obras. A produção local de imagens se favorecia pela abundância de madeira (cedro) e de tabatinga, uma espécie de argila que após um processo de cozimento era usada em substituição ao gesso. O amplo uso desses materiais enquanto diferenciador das imagens produzidas na colônia das feitas em Portugal favorecia a integração entre as oficinas de São Luís e Belém.

A atividade artística no Maranhão foi influenciada pelos jesuítas portugueses Manuel Manso e Diogo de Souza e do índio Francisco, que

veio da Bahia em fins do século XVII, depois de já ter trabalhado nas obras da Igreja de Salvador. A primeira oficina destinada a ensinar práticas artísticas funcionou na antiga Igreja dos Jesuítas (1627-1690), depois substituída pelo Colégio de Nossa Senhora da Luz (inaugurado em 1699), que atendia ao maior número de paróquias em todo o Estado do Maranhão e Grão-Pará.

Em dezembro de 1696, o governador do Estado do Maranhão e Grão-Pará, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho (1655-1725), iniciou uma longa viagem pelos sertões do Médio/Alto Amazonas, tendo por objetivo travar o avanço espanhol através do Solimões e o holandês pelo Suriname, e coibir a ação de certos colonos que, sob a capa de negociantes dos produtos da floresta, estavam fazendo escravos contra as leis régias, e de índios rebeldes que aqui e ali matavam brancos. Além disso, tinha ordem do rei para inspecionar a fortaleza adjunta à missão do rio Negro.

Com os espanhóis – diz Bittencourt Filho (2011)

[...] havia desconfiança e rancores seculares, atuando como um lastro de inconsciente coletivo, em continuação ao persistente confronto de povos na Península Ibérica. Quanto aos holandeses, acumulavam-se suspeitas sobre a sua presença e pretensões no rio Branco. Os índios, aliás, portavam ferramentas e facas de fabricação presumivelmente holandesa e até chegavam a fazer escolhas: preferiam tais utensílios aos seus similares portugueses, a estes julgando de mais baixa qualidade.

O governador Antônio Coelho de Carvalho assumiu em São Luís pela primeira vez aos 17 de maio de 1690 e foi reconduzido ao cargo três anos depois. Comandando uma armada de 60 navios, trazia em sua companhia o ouvidor-geral Mateus Dias da Costa, o provedor-mor Faustino da Fonseca Freire, o provincial da Ordem dos carmelitas, frei Manuel da

Esperança, e outras altas autoridades estaduais. Antes de alcançar Abacaxis, esteve no Cabo do Norte e no Baixo Amazonas visitando as casas-fortes e os presídios de Macapá, Paru e Tapajós, suprindo-lhes as necessidades de mantimentos e munições e provendo-os de soldados e de canoas; mandou descer e castigar os sertanejos e os índios “que não estavam conformados com o serviço de Deus e do Rei” – mesmas providências que, em parte, iria repetir na fortaleza da barra do rio Negro.

A comitiva governamental aportou em março de 1697. Em Abacaxis descansou vários dias enquanto eram completados os remeiros faltantes, reparados os barcos e refeitos seus estoques de farinha, frutos, carnes de caça e peixes. Antes, um pouco mais ou menos, o padre João da Silva adoeceu, sendo substituído em caráter interino pelo padre Antônio da Silva – ex-missionário de Guamá, uma aldeia próxima de Belém. Socorrido no mesmo lugar pelo homeopata Francisco Potftiz, da equipe do governador, e depois levado a Tupinambarana – onde desde dezembro do ano anterior missionava o padre João Justo de Luca que rendera o padre Antônio da Fonseca – o padre João da Silva finalmente foi convalescer em Belém.

Voltaria, são e salvo, seis meses depois. Após reassumir praticou os Arara, e os desceu do médio Madeira para Abacaxis. Finalmente, em março de 1698, foi substituído pelo padre Domingos de Macedo e removido para a aldeia de Araparipucú, no Pará.

Durante o seu apostolado, João da Silva mostrou-se extremamente cioso de sua missão. Atritou diversas vezes com o tapanhuno José Lopes, feitor dos negócios do capitão-mor grão-paraense Hilário de Souza Azevedo, que traficava cacau, cravo e índios nos entornos de Abacaxis; e com outro escravo negro do capitão-mor Manoel Guedes Aranha ‘trabalhando’ no mesmo ramo naquela área. Seriam remanescentes de uma partida de mais de 100 escravos oriundos da Nova Guiné que, em 1680,

desembarcaram em São Luís; a maioria deles se repartiu pelos senhores de engenho e lavradores e outros foram vendidos na praça. Em maio de 1692 chegaram outros 139, sendo que 101 foram repartidos e 38 vendidos. (As primeiras entradas de navios negreiros através do porto de Belém, segundo registros da crônica colonial, datam de 1662 e 1676. Na região, em vários momentos a importação de escravos da África foi aventada como uma solução para a falta de mão de obra indígena causada pelo mal da varíola de 1695. O banco de dados do tráfico alojado no site *Slavevoyages.org*, da equipe do historiador americano David Eltis, revela que “[...] a ‘carga’ de escravos capturados na África era despachada por rotas que até então não se sabia existir, revelando uma complexa teia de caminhos Brasil adentro – e uma delas partia de Belém, passava por rios amazônicos e desembocava no Centro-Oeste”).

Em face da súbita morte em maio de 1697 de seu patrão, Hilário de Souza Azevedo, o escravo José Lopes das cercanias da missão de Abacaxis foi mandado servir no Urubu, convidado por frei Teodósio da Veiga a auxiliá-lo no trabalho de catequese. Nesses mesmos mês e ano, a comitiva de Antônio Coelho de Carvalho desembarcou na casa-forte que havia pouco fora construída pelo capitão-mor português Manoel da Mota Siqueira (c.1656-c.1739) acima da foz do rio Negro, cujo “comandante era Luiz de Moraes Bitancour.” (BITTENCOURT FILHO, 2012). Após vistoriá-la e mandar provê-la das coisas absolutamente necessárias, o governador instou ao comando providências para impedir o avanço dos holandeses do Suriname que, desde algum tempo, “lançavam olhares cobiçosos” sobre esta região, e insistiam em cooptar os índios do rio Negro prometendo-lhes “vantagens [para facilitar] as penetrações”. As ordens vindas de Lisboa e ali repassadas eram no sentido de que os militares entrassem em “entendimento com os nativos”, esforçando-se para mantê-los aliados à tropa local. Que “os tivesse sob [severa] vigilância,

remetendo presos para Belém quantos insistissem na desobediência.” (REIS, 1989).

Como fora planejado, o governador Antônio Coelho de Carvalho estendeu a viagem ao Alto Amazonas e de tudo deu conta ao rei de Portugal em suas cartas de 20 e 26 de julho (FRITZ, 1912; BETTENDORFF, 1990). Como mencionado acima, o lado triste dessa parte da história coincide com a morte do capitão-mor Hilário de Souza Azevedo, seu amigo e auxiliar, homem de “grande experiência naqueles sertões”, que adoeceu no percurso da viagem.

A ida dos portugueses ao rio Solimões “[...] demonstra claramente de que se tratava: salvar e ganhar o Alto rio Amazonas para Portugal e de afastar gente proveniente de Quito.” (HORNAERT, 2008). A presença, ali, do jesuíta Samuel Fritz, a serviço de Espanha, inquietava Lisboa. Chegado do Peru, em 1686, o padre alemão “[...] promoveu a catequese dos [índios] Omáguas, Aisuares, Tarumãs, Ibanomas, Xabecos e Cocamas” (LOUREIRO, 1978), desde o Napo à boca do rio Negro; “[...] reuniu-os, aldeou-os, fundando missões. Só entre os Omáguas fundou vinte e oito [...] entre elas, as que mais tarde, sob o domínio português, seriam [as atuais cidades de] Fonte Boa, Coari, Tefé e São Paulo de Olivença.” (REIS, 1989). Por Ordem régia, os padres carmelitas tiveram que atuar naquela área, junto aos rios Solimões e Negro. O governador Coelho de Carvalho deu cumprimento à ordem, enviando a tomar posse das aldeias o provincial frei Manoel da Esperança, amparado por uma porção de soldados ao comando do capitão José Antunes da Fonseca. A posse foi mantida, mas só em 1709, sob o governo de Cristóvão da Costa Freire, os espanhóis foram expulsos de vez do Rio Solimões, região que Portugal incorporou em definitivo aos seus domínios (LOUREIRO, 1978; REIS, 1989).

Abacaxis, distante 65 km em linha reta da foz do Madeira, no final do século XVII para começo do seguinte já era considerada como “das

melhores residências de todas as mais que têm os padres da Companhia de Jesus em todo o Estado”: uma aldeia grande, “em sítio farto e alegre”, um povoado historicamente reconhecido e consolidado. Sua proximidade do rio Amazonas facilitando a ligação com o mundo exterior, seu elevadíssimo contingente populacional, além de outras variáveis, fizeram-na obnubilar à sua coirmã Tupinambarana. De outro lado, os índios Abacaxis, como os Iruri,

[...] não obstante terem sofrido o brutal avanço da sociedade colonial e suas demandas, não se furtavam do convívio estreito com os europeus. Ao invés de escolherem alternativas de fuga ou luta em armas, permaneceram no aldeamento jesuítico, cumprindo tarefas que lhes eram impostas pelos colonizadores. (PORRO, 2011).

Atitude de quem se conformara com todas as situações. Talvez pensaram: “Contra a força não há resistência. Por que resistir? Para que resistir?”. Seguindo o exemplo de outros povos da floresta, que desde os primeiros idos da colônia se deixaram cooptar, os Abacaxis submeteram-se facilmente aos portugueses. De vítimas tornaram-se cúmplices, e mantiveram um contínuo processo de atualização, como é evidente nos registros missionários que estiveram junto a eles. Na longa lista de etnônimos dos grupos habitantes da famosa mesorregião do rio Madeira, feita em 1714 pelo jesuíta Bartolomeu Rodrigues (1674-1714), essa tribo despontava como portadora dos maiores índices populacionais.

Por outra parte, segundo apurado na primeira década e meia do século XVIII, na outra margem do Amazonas, isto é, nos entornos da atual Itacoatiara, ocorreram dois fatos que merecem ser memorados. Em 1708, para vingar a morte dos padres franciscanos da Piedade, Pedro de Évora e Antônio de Vila Viçosa, o capitão Pedro da Costa Rayol guerreou contra os índios do rio Uatumã e vitimou vários deles. Aqueles haviam

fundado, em 1705 ou 1706, a missão de Sant'Ana mediante o ajuntamento dos Pareci, primos dos Aroaqui, ambos do grupo linguístico Arwak. Superado esse trágico acontecimento, os mercedários assumiram o aldeamento. E os piedosos fundaram mais acima a missão dos Anibá, no rio homônimo. Anos depois, tais povoações foram incorporadas a Silves (BERREDO, 1989; REIS, 1940, 1942, 1989).

É de 1714 o segundo importante evento. Os Aroaqui, habitantes de uma aldeia do rio Urubu, – não há certeza se a de São Pedro Nolasco ou se a de São Raimundo – “animados de um espírito de rebelião e a impulsos da sua natural inconstância na firmeza da sua fidelidade”, tiraram a vida ao missionário frei João das Neves (c.1637-1714), mercedário que então acumulava o comissariado dos padres franciscanos de Santo Antônio. Devido à dispersão deles, as duas missões não prosperaram, algum tempo depois desapareceram. Verdade é que, em 1754, padres das Mercês ainda se encontravam missionando nas aldeias de Anibá e Saracá (SAMPAIO, 1856; LOUREIRO, 1978; REIS, 1989; NORONHA, 2006).

Como noticiado antes, os padres que acompanhavam as expedições não raro pagavam com o sacrifício da vida o interesse espiritual. A penetração dos portugueses, segundo Reis (1989),

[...] roubou vidas preciosas. Nem sempre o nativo aceitava o domínio que se lhe impunha. Os próprios catequistas tiveram a lamentar perdas consideráveis, que punham em perigo, pelo exemplo, toda a obra civilizadora em construção, obrigando o governo a movimentar forças para castigar os rebeldes e manter incólumes os direitos que Portugal se assistia sobre a terra e a gente amazônicas.

Mas, voltemos ao rio Madeira [...].

O padre João da Silva pensou em mudar Abacaxis para outro sítio, e não disse as razões. O padre Domingos de Macedo, que o sucedeu em

1698, projetara “desdobrá-la em duas” – talvez devido ao desordenado crescimento que este lugar obtivera. Ao tratar do assunto, Leite (1943) o faz de forma equivocada: “Realizou a mudança ou fez outra aldeia nova, o padre alemão Francisco Xavier Molovetz (1672-1709), pois dele se diz que fundara a aldeia de São Francisco, e quando faleceu [prematuramente] na aldeia de Canumã, se diz igualmente que a tenha fundado”. (O padre Francisco Molovetz missionava à época em Tupinambarana e, ao substituir em 1704 Domingos de Macedo, passou a acumular Abacaxis). Sua morte súbita surpreendeu ao então padre superior João Carlos Orlandini (1646-1717): ele “pede missionário para substituí-lo e envia para suprir as despesas 100 arrobas [ou 1,5 tonelada] de cravo e 400 arrobas [6 toneladas] de cacau.” (BETTENDORFF, 1990).

Em 1712, com a entrada no Madeira do jesuíta frei João de Sampaio (1680-1743), Abacaxis prosperou muito. Leite (1943) disserta: “Dotado de zelo construtivo, tornou-se tão notável o seu apostolado que de Roma o Padre Geral, Miguel Ângelo Tamburini [1648-1730], a 13 de julho de 1715, o louva em termos fora do comum”. Na povoação gastou o melhor de sua vida: ergueu casa de sobrado e uma igreja em cujo redor havia grandes malocas morando em cada uma delas 100 pessoas. “Recolheu cacau para diversas obras do culto, ali e na igreja de Santo Alexandre do Pará, desceu perto de 400 índios de diferentes nações, catequizou-os e foi o maior apóstolo do rio Madeira”.

Inicialmente, frei João de Sampaio militou na região compreendida entre Canumã e Abacaxis. Por volta de 1725 subiu o rio Madeira e, entre a primeira cachoeira deste e o rio Jamari, fundou a povoação de Santo Antônio. Por estar encravada em local muito distante e exposta aos ataques dos índios, deixou-a em 1728 e desceu para criar a missão de Trocano (atual Borba), distante da de Abacaxis “só dois dias através da selva”. Fez-se andejo espriando sua ação catequética e distribuindo lições de fé

por toda a região, de alto a baixo. “No Madeira ficou a recordação limnográfica da sua passagem no Lago do Padre Sampaio, ou simplesmente Lago Sampaio” – na margem esquerda desse rio e a apenas 16 km da atual cidade de Nova Olinda do Norte, na margem oposta.

Como reportado anteriormente, na extensa lista de etnônimos anexa a uma carta de 1714 enviada pelo jesuíta Bartolomeu Rodrigues ao padre Jacinto de Carvalho (1677-1744), a um só tempo é relatada a situação demográfica da mesorregião do Madeira e feita a primeira menção aos Mura. À época, o padre Bartolomeu Rodrigues estava baseado em Tupinambarana e, segundo Ramos (1952), faleceu a 6 de dezembro, logo em seguida ao envio de sua missiva. Quanto aos índios Mura, embora acantonados no rio Ipititá ou Ji-paraná, aqui e ali faziam umas incursões por Abacaxis. Ao entorno da missão viviam 27 tribos de várias denominações. Somadas a outras que habitavam no trecho intermediário Madeira-Tapajós, totalizavam 75 nações.

Das denominações relacionadas pelo padre Rodrigues e existentes na calha do Madeira, uma corresponde aos Torá ou Toratorari. Eram tantos os membros dessa etnia que lhes chamavam “o Formigueiro”. Procediam do Maicí – desde a foz do rio Machado às cabeceiras do rio Marmelos – e do Baixo Jamari. Revoltados, eles tentaram impedir a invasão de seus domínios. Dilataram suas correrias até o curso do rio Amazonas, onde iam assaltar canoas que andavam a traficar cacau. Severamente reprimidos em 1716 chegaram quase à extinção. Primeiramente perseguidos pelo capitão-mor João de Barros Guerra, com a morte deste sob um pau que caiu sobre a embarcação que o conduzia, em junho daquele ano, as diligências de guerra passaram ao comando do capitão de infantaria Diogo Pinto da Gaia, auxiliado pelo sargento-mor Francisco Fernandes.

Berredo (1989) informa que, reduzidos, “os Torá pediram paz que lhes foi concedida com a condição de se descerem e agregarem à aldeia

dos Abacaxis”, junto com contingentes de outros grupos linguísticos. Outra parte da tribo foi levada para um aldeamento na foz do Xingu, no Grão-Pará. Simultaneamente, índios da etnia Mundurucu se insurgem contra os colonos. Estes, reunidos em flotilha, sob o comando do tirânico Diogo Pinto da Gaia, enfrentam tais nativos e logo os expulsam do Madeira. Segundo registros de Noronha (2006) os Mundurucu, que se incrustaram na região dos rios Abacaxis, Canumã e Maués teriam partido de seu habitat original, o oeste paraense, e, após atravessarem o rio Tapajós, tomaram o rumo do leste amazonense.

Todavia, nem bem se refizera dos ataques dos Torá e Mundurucu, a população ribeirinha do Madeira passou a ser incomodada pelos Mura. Provavelmente descendentes do Peru, vieram do Solimões, introduziram-se na região através dos Autazes – um dos conjuntos de comunicações e canais que atravessam as terras baixas da Amazônia formando um labirinto intrincado de lagos e pequenos rios – e ocuparam a enorme extensão medida do rio Aripuanã ao Ji-paraná. Nos dias festivos bebiam aguardente tirada da mandioca e cheiravam o paricá. Quanto aos seus mortos não tinham preocupação de exumá-los; enterravam-nos indiferentemente na beira dos rios, na floresta ou no interior das malocas; estas, grandes, compridas e cobertas de palha de cima abaixo, com duas saídas laterais. Viviam nelas várias famílias com suas fogueiras. Conhecidos na etnografia portuguesa como os “corsários do caminho fluvial”, eram experientes remadores e rápidos no manejo do arco e da flecha. (Dentre os povos amazônicos, o Mura talvez tenha sido o que mais simbolizou a anfíbia relação homem-água, tão própria da região). Em 1715 iniciam os combates contra a frente de expansão portuguesa; eles depredam aldeias, apropriam-se de canoas, atacam e matam viajantes, além de tomar-lhes os bens.

Os moradores de Abacaxis, além de ocupados em suas roças de mandioca e milho, exerciam atividades de caça e pesca. Parte da farinha e

dos beijos que produziam atendia às encomendas das tropas que iam ao sertão. Muitos deles trabalhavam na colheita e no beneficiamento de cacau, na salga e secagem de peixes, e como mateiros e remeiros de feitores e milícias armadas. Privados dos bens “que deveram adquirir, como do negócio que deveram ter, e tudo pelo pequeno ‘pagamento’ que lhes fizessem bem merecido, do seu grande trabalho”. Como, quatro décadas depois, denunciaria à Corte o capitão-general e governador do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1700-1769): os índios eram verdadeiros escravos. Não havia um preço justo, razoável e conveniente à qualidade do seu trabalho.

Conforme a Lei de 1.688, inserida em Mendonça (1963), “[...] aos índios do serviço ordinário [...]” davam-se “[...] duas varas de pano de algodão grosso [...]”, correspondendo cada vara a 1,10 m, ou seja, “[...] meia braça de comprimento, não se dizendo qual fosse a largura do pano [e] o maior preço por que se vendia era a tostão, se lhes dessem um cruzado por mês”. Aos pilotos e aos proeiros, “[...] seis tostões por mês e aos oficiais e mecânicos, a tostão por dia”.

Em 1720 recrudescem os ataques dos Mura. Frei João de Sampaio, que se revezava assistindo às missões de Santo Antônio das Cachoeiras e Abacaxis, consegue aproximação com uma maloca dessa tribo. Convencidos a abandonar a luta armada e vir morar na última missão, pelo que seriam premiados com ferramentas, roupas e alimentos, os índios começaram a se preparar para a mudança. Então, apareceu um colono que, se dizendo emissário do padre Sampaio, embarcou vários deles num bergantim e os remeteu para Belém onde foram vendidos como escravos. Ao tomarem conhecimento da trama, os Mura retomaram a luta contra os agentes portugueses redobrando suas correrias pelo interior. Descendo a Abacaxis, saquearam casas e roçados no entorno dessa missão, matando e ou aprisionando vários de seus habitantes.

A atividade extrativista portuguesa no Madeira, até 1723, era realizada sem estabelecimentos fixos. A viagem do sargento-mor do Grão-Pará Francisco de Melo Palheta (c.1670-c.1741) às cabeceiras do rio, naquele ano, é a primeira tentativa oficial para um reconhecimento da área. A meta, além da exploração do rio, era breçar as incursões espanholas na região próxima às minas de ouro de Mato Grosso. Os portugueses “[...] cientes da existência dessa comunicação e dos perigos que poderiam acarretar à soberania [de seu País], através do Alvará de 27 de outubro de 1733 [mandaram fechar] a navegação do Madeira.” (REIS, 1989).

Francisco de Melo Palheta, além de explorador do rio Madeira, foi o introdutor do café no Brasil. A expedição que dirigia centralizou seus trabalhos em Santo Antônio das Cachoeiras contando com a colaboração do missionário João de Sampaio, à qual “acudiu com o necessário de canoas, ferramentas, aprestos e comestíveis”. Santo Antônio sempre foi considerada a mais remota, trabalhosa e doentia aldeia da região. Frei Sampaio e dois seculares administravam [-na] em uma casa entrincheirada de estacas, aterrorizados com os frequentes ataques dos Mura. Por isso, tiveram que se mudar para Trocano. Segundo Cândido Mendes de Almeida (1866-1939), citado por Leite (1943),

[...] a mudança se fez para buscar melhor clima e para se livrarem das vexações dos bárbaros vizinhos [...]. Não se viram, porém, livres dos Mura, que tiveram algumas vezes o atrevimento de investir contra a aldeia [...]. Mais tarde, [de Trocano] frei João de Sampaio, já alquebrado, passou para o Engenho de Ibirajuba [no Rio Moju/Pará], onde faleceu a 22 de janeiro de 1743.

À época, com a descoberta das minas de ouro no Centro-oeste, monções de comércio passaram a transitar no Madeira, ligando o Mato Grosso ao Grão-Pará, em viagens com duração aproximada de dez meses,

sempre resultando em grande mortandade dos índios pelas doenças, fome e exaustão. A navegação ficava a cargo dos escravos indígenas comprados ou dos moradores das missões ocupados no serviço de remadores. O pagamento dos remadores pelos meses de serviço era feito com pano grosso de algodão, da Bretanha, para confeccionar camisas e calções, barrete, prato de sal e agulhas.

Um decreto baixado em Roma pelo Padre Geral Miguel Ângelo Tamburini, em 15 de fevereiro de 1727, concedeu à Missão dos jesuítas da Amazônia o status de Vice-Província subordinada a Lisboa, sendo nomeado vice-provincial o padre Manuel de Brito; com sua morte súbita, assumiu o padre José de Mendonça. Desde 1686, inconformados com a submissão da Missão à Província do Brasil tornando difícil e demorada a trajetória do trabalho missionário, os jesuítas lutavam pela mudança, agora vitoriosa. Em 1727, estavam em exercício na região amazônica 99 religiosos; as residências eram 27; e, inclusa a de Abacaxis, eram 12 as missões espalhadas pelo interior.

De acordo com o já citado padre Vítor Hugo, “No século XVIII as atividades missionárias [da região do rio Madeira] estavam concentradas em Abacaxis”. Em 1725 a povoação recebeu a visita do missionário frei Diogo da Trindade, comendador da Ordem das Mercês no Grão-Pará, o qual relatou haver encontrado em ambiente organizado “[...] um templo dotado de quatro imagens grandes, douradas e estopadas, e com tal perfeição que as avaliaram lá em quatrocentos mil réis.” (LEITE, 1943). Ao que tudo indica, retratavam Nossa Senhora do Rosário, São Lourenço e os padroeiros da Companhia de Jesus, Santo Inácio de Loyola e São Francisco Xavier, sendo que a primeira foi esculpida em São Luís e as demais em Belém.

Na terceira década da primeira metade do século XVIII, com o desaparecimento dos escultores João Xavier Traer e André Gonçalves, a indústria imaginária no Grão-Pará passou ao comando do mestre de pintura

Luiz Corrêa (1712-1742) e do pintor e escultor Agostinho Roiz (1712-1744), ambos portugueses, ladeados pelos escultores índios Marçal Ângelo e Faustino, além do escravo “Lucas Pintor” (falecido em 1757). A partir dali, o acervo de obras sacras mesclando referências eruditas europeias e outras tiradas da iconografia indígena, desenvolveu-se, ganhou maior importância. Inobstante isso, obras de arte não só as de estatuária devocional gestadas por mestres altamente qualificados, ainda eram importadas diretamente da matriz portuguesa. Caso da imponente e devotadíssima imagem da Senhora do Rosário que se expõe no altar-mor da Catedral de nossa cidade, sucedânea daquela antiga e tosca que era adorada em Abacaxis. Esculpida em Lisboa no início da segunda metade do século XVIII, e não no Maranhão como erroneamente citado na primeira edição deste livro, ela iria, no início do ano de 1759, inaugurar a Paróquia conjugada à vila de Nossa Senhora do Rosário de Serpa.

A missão de Abacaxis, por abrigar 930 habitantes em 1730 figurava como “[...] uma das mais populosas de todo o Estado, e se podia chamar uma cidade de gente; tinha muita casaria, feitas as suas moradias ao modo do mato, muito grandes, e casa destas tinha para cima de cem cabeças.” (DANIEL, 1976). Lá estava o jesuíta frei João de Sampaio, o qual, premido pelos Mura, havia pouco se retirara de Santo Antônio das Cachoeiras. No ano seguinte instituiu a capela do Santo Cristo, lateral à Igreja de São Francisco Xavier, anexa ao Colégio de Santo Alexandre do Grão-Pará, e desde lá era responsável pelas despesas de sua manutenção. Leite (1943) opina sobre o assunto:

As aldeias e missões do interior, assim como contribuem para os respectivos seminários, também concorriam para o embelezamento da sua igreja central no Pará. Os donativos não podiam vir em dinheiro, o que não havia. Recolhiam-se gêneros que eram mandados para o Colégio e depois expedidos para o Reino.

E prossegue: “No Pará, junto ao Colégio, no pátio inferior dele, construíram-se casas e armazéns para recolher aqueles gêneros, vindos das diversas missões do interior. Em troca vinham [da sede do Reino] ornatos ou meios de se fazerem [dinheiro]. Um missionário oferecia um cálice, outro um retábulo ou uma imagem, aqueloutro, um frontal e, ainda outro, um altar”.

Agora, dizemos nós: o jesuíta João de Sampaio contribuiu remetendo cacau e cravo colhidos no Madeira. Como se vê, os agentes do colonialismo europeu faziam e aconteciam com os recursos da floresta, ajudando inclusive a estruturar e enriquecer o centro histórico da cidade de Belém do Pará, e, quiçá, o da capital portuguesa.

Em 1730, dentre os produtos florestais exportados decorrentes da economia colonial missionária amazônica, o cacau firmava-se como o de maior demanda no mercado português. Segundo o historiador luso-brasileiro João Lúcio de Azevedo (1855-1933), “As margens do rio Madeira eram naquele tempo, povoadas de cacaos silvestres, extensos e tão bastos, se dizia, como no reino dos olivedos. Dalí extraíam anualmente [só os jesuítas], para mais de quatro mil arrobas de fruto”. As 28.216 arrobas (423,2 toneladas) remetidas neste ano para Lisboa subiram para 58.910 arrobas (883,6 toneladas) em 1740. A arroba cotava-se a \$850 (oitocentos e cinquenta reis). Por esse tempo ainda não circulava moeda na Amazônia; somente em 1750 a Moeda Provincial seria introduzida no Estado (dom João V mandou 55 contos para o Pará e 25 contos para o Maranhão). Infelizmente, pela absoluta falta de prática e de conhecimento da moeda pelos seus moradores, segundo as Instruções régias de 31 de maio de 1751, foram mais danosos do que proveitosos os seus resultados; por ser, para os mesmos, mais fácil a troca de mercadoria por mercadoria, do que por dinheiro.

Pelo menos um quarto da produção de cacau nos idos 1730/1740 era originário dos sertões madeirenses, onde a espécie vegetal abundava.

O plantio racional da espécie, autorizado pela Carta régia de 1º de novembro de 1677, começou em terras do Maranhão quatro anos depois. O governo português incentivou a exportação com isenção dos impostos alfandegários e cobrança pela metade das demais taxas, a contar de 1681. Na mesma ocasião, autorizou as ordens religiosas a remeterem a Lisboa o produto do cacau colhido no sertão ou cultivado nas fazendas. Em pouco tempo, espalhadas as plantações por quase toda a região amazônica, foi estimulado o seu aproveitamento industrial. As barricas portando o produto eram identificadas por uma cruz (emblema da Ordem dos Jesuítas). João Daniel (1722-1776), missionário jesuíta que viveu na região entre 1741 e 1757, certa feita assim se expressou: “Paiol do cacau ou remédio dos pobres [produto] buscado ordinariamente nas matas do grande rio Madeira.” (DANIEL, 1976).

Na década de 1740/50, muitos colonos abandonaram suas idas ao rio Madeira para colher cacau por temerem os Mura.

Acusados de matar índios remeiros das equipes de catadores da floresta e de dificultar o trabalho dos jesuítas comprometendo o crescimento da atividade missionária, os valentes nativos também sofreram baixas. Estima-se que, em mais de meio século de luta, 30 mil deles foram mortos, contra cerca de 10 mil de colonos e membros das tropas invasoras.

Os Mura, lutando destemidamente em legítima defesa própria, resguardavam suas vidas, sua forma de organização social e econômica, seus mitos, sua cultura. Batalhavam em prol de suas terras, de suas famílias e de seus companheiros. Estereotipados como vilões e decantados como insolentes, preguiçosos e bárbaros, na verdade respaldavam suas correrias em gestos nobres, patrióticos. (SILVA, 1997).

Além da repressão oficial e das doenças como a bexiga, o sarampo e a varíola, enfrentaram seus inimigos-mores Mundurucu – tudo isso os

deixou bastante vulneráveis. “Mas, só se renderiam em 1784, deixando de existir como a feroz nação para as autoridades portuguesas.” (AMOROSO, 1992). (No território de Itacoatiara pouco ficou deles. Nesta primeira década do século XXI, entre adultos e crianças, os Mura do rio Urubu são apenas cerca de 300).

Inobstante continuasse interdita a navegação do Madeira – aparentemente para evitar o êxodo humano para as minas de Mato Grosso – a frente mineradora promoveu o povoamento daquela área e em consequência aumentou o interesse por uma ligação fluvial com a Capitania do Grão-Pará. Consequentemente, o Madeira passou a ser utilizado maciçamente pelos comerciantes matogrossenses, a exemplo das entradas de Manoel Félix de Lima e Joaquim Ferreira Chaves, em 1742, de José Leme do Prado e João de Souza Azevedo, em 1749, e várias outras: todas desrespeitando as ordens reais. Segundo afirmativa do padre Anselmo Eckart (1721-1809), o avanço dos mineiros só não foi maior devido aos ataques dos Mura.

Rio estratégico, pois interligava economicamente o centro ao norte da colônia portuguesa, há anos o Madeira vinha sendo utilizado pelos bandeirantes para traficar o minério coletado em suas cabeceiras, e esse escoadouro se apoiava em Abacaxis que mantinha estreita ligação com as minas de Mato Grosso. Essa corrida ao ouro intensificou o movimento de barcos pelo rio Madeira e colocou os Mura frente a frente com os portugueses. Anos depois, o capitão-general e governador Mendonça Furtado, numa carta que enviou a Lisboa, em 18 de julho de 1754, testemunharia: “[...] numa viagem da missão de Abacaxis à Vila Bela, capital de Mato Grosso, gastava-se somente vinte dias”. Em 1740, um pouco distante de Abacaxis, ainda na margem direita do Madeira, ficava a morada de um rico mineiro que, além de vastas propriedades nessa região, detinha a posse de muitos escravos africanos. Os mineiros que iam a Mato

Grosso costumavam se reunir e viajavam juntos para se protegerem dos Mura que por ali vagavam.

O exame científico do Madeira, mediante o registro da posição de seus sítios mais importantes e a anotação de toda a sua fisiografia, competiu à expedição chefiada pelo sargento-mor Luiz Fagundes Machado e secretariada pelo mestre de campo José Gonçalves da Fonseca, autor de um mapa hidrográfico desse rio e do diário de viagem relatando a trajetória da expedição desde Belém até às minas de Mato Grosso. Largando de Belém a 14 de julho de 1749, os expedicionários chegaram a Cuiabá a 16 de abril do ano seguinte. Antes, estiveram alguns dias em Abacaxis. Após um detido exame do rio, em cumprimento às determinações da metrópole,

Os resultados da verificação, reunidos aos reclamos, às provas de que o Madeira era via ideal para as operações comerciais de Mato Grosso e mais à necessidade imperiosa de socorrer essa Capitania, criada principalmente para cortar os intuítos imperialistas dos espanhóis; motivos econômicos e políticos, portanto, levaram o governo, em Lisboa, a compreender que a medida proibindo a navegação não podia continuar em vigor. (REIS, 1989).

Conclusão: em 14 de novembro de 1752 foi decretada a reabertura do rio.

De acordo com o livro “Lembranças e Curiosidades do Vale do Amazonas”, do cônego Francisco Bernardino de Souza (c.1799-1857), publicado em 1873,

em virtude do decreto de 12 de junho de 1748, começou em maio de 1749 a correr na cidade de Belém dinheiro de prata, ouro e cobre, com as mesmas inscrições, peso e valor que se haviam estabelecido para a moedagem no Brasil. Até então o dinheiro que havia em circulação era novelos de algodão e outros gêneros, que tinham valores determinados e com ele se pagava aos funcionários de todas as classes e também aos particulares.

Em 1749, o vice-provincial dos jesuítas em Belém, padre Carlos Pereira, revelava-se preocupado com o quadro depopulacional das aldeias jesuíticas no sertão amazonense, “generalizável para toda a população indígena do Grão-Pará, duramente atingida pela varíola”. Certamente uma notícia não auspiciosa, pois, segundo afirmara o missionário local, padre Teotônio Barbosa, “[...] a antigamente populosa aldeia dos Abacaxis, cujos habitantes foram dizimados, abrigara mais de 23 outras nações, que por sua vez também tinham desaparecido.” (AMOROSO, 1992). Naquele ano, nela e ao seu redor, morreram cerca de 700 pessoas, e no seguinte quase o dobro. Além da varíola, da bexiga e do sarampo – segundo o jesuíta alemão Anselmo Eckart – “[...] os mil homens adultos da missão [de Abacaxis] já estavam reduzidos à metade; o sarampo levava, só de crianças, mas de duzentas”.

Em 1750, a Capitania tinha confirmado a morte de mais de 18.000 habitantes. Os descimentos se apresentavam como a forma mais rápida para a reposição da população atingida pelas doenças.

Ao contágio brutal a que se submetia o índio aldeado, somavam-se ainda outros fatores igualmente perversos para os planos das missões [...]. As índias aldeadas evitavam a concepção, por meio da ingestão de drogas. Da mesma forma, tornava-se praticamente impossível manter a população aldeada nos limites da missão diante do quadro da morte cotidiana, com pelo menos oitenta mortes por ano. (AMOROSO, 1992).

Com a subida, em agosto de 1750, do Conde de Oeiras Sebastião José de Carvalho e Mello (1699-1782), mais tarde Marquês de Pombal, ao cargo de primeiro ministro de dom José I (1714-1777), é decretado em Lisboa o fim da escravidão dos índios e a retirada do poder temporal dos missionários sobre os aldeamentos, desmanchando parte da estrutura de

controle da mão de obra indígena na região amazônica. Reaparecem mais fortes os conflitos entre o Estado português e os jesuítas por esse controle. O sistema de missões é extinto e o processo de secularização das aldeias avança. Ao mesmo tempo o tráfico de africanos é incrementado. O projeto pombalino traz um impacto para a região, produzindo efeitos sobre a população indígena. Sob a perspectiva de criar as chamadas “muralhas do sertão”, os índios são transformados em colonos e ou ‘súditos’.

Pouco antes, aos 13 de janeiro de 1750, Portugal e Espanha haviam celebrado o Tratado de Madri que, ao regulamentar os limites entre as duas coroas, firmava o princípio jurídico do *uti possidetis* (“cada parte há de ficar com o que atualmente possui”), inserido no preâmbulo do documento, salvaguardando o direito dos portugueses sobre a Amazônia, cuja fronteira

[...] entrava pelo Madeira até o ponto situado a igual distância do rio Amazonas e da boca do Mamoré, dado como o formador, com o Guaporé, do rio Madeira. Daí por uma reta de leste-oeste, à margem austral do Javari, baixando pelas águas deste até a sua foz no rio Solimões, pelo qual continuava ao encontro da boca mais ocidental do Japurá. (REIS, 1989).

Em face de sua excepcional localização, Abacaxis deu guarida a vários técnicos envolvidos no processo de delimitação de fronteiras.

Além de montar, a partir de Lisboa, um governo forte e centralizador, Pombal mandou fomentar o comércio e a agricultura e criou o Estado do Grão-Pará e Maranhão deslocando o governo da cidade de São Luís para Belém. Para governador da nova célula estatal nomeou seu irmão, o capitão-general Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que tomou posse em 24 de setembro de 1751.

Em fins de 1753, Mendonça Furtado, na posse do título que lhe dava como representante da Coroa portuguesa a direção dos trabalhos das demarcações do norte, preparou-se para ir ao encontro do chefe da

comissão espanhola, o diplomata dom José Iturriaga, a fim de tratar sobre as delimitações territoriais da região. “A reunião dos dois comissários devia realizar-se no rio Negro [...]. Foi escolhida a aldeia de Mariuá para sede da conferência.” (REIS, 1989).

Tomadas as preliminares providências: requisição de mantimentos, construção das canoas para levar o pessoal, os instrumentos e a artilharia, Mendonça Furtado – à frente de mais de 1.000 pessoas, transportadas em 25 embarcações movidas à vela e a remo, incluídos 205 soldados, 24 pilotos, 511 índios remeiros e 62 serventes e escravos – deixou Belém a 12 de outubro de 1754. Mas não fez viagem direta: foi visitando as povoações situadas ao longo do Amazonas.

Seguira na frente, com oficiais e soldados, o sargento-mor Gabriel de Souza Filgueiras, incumbido de ter pronto, à sua chegada, o necessário aquartelamento. Atrás, meses depois, vinha o ajudante Henrique Antônio Galúcio, conduzindo, em grande e apropriada embarcação, [...] os pesados marcos de pedra com os quais se fixariam a fronteira. (REIS, 1989).

À tardinha de 29 de dezembro a expedição aportou no sítio Itaquiara. Antes de retomarem a viagem, no amanhecer seguinte, foi rezada missa. Uma das pedras da parte mais alta do Jaurí, transformada em altar forrado de branco, ‘testemunhou’ o solene momento religioso. O ciclo da cheia apenas iniciara permitindo que os circunstantes divisassem outras volumosas rochas dispersas na parte baixa da enseada, a maioria trazendo em sua face externa grafismos rupestres em forma de ‘caretas’ – seguramente pintados pelos Aroaqui no período pré-colombiano. Quanto à pedra referida no início deste parágrafo, isenta desses ‘sinais’, por conter o registro da passagem de Mendonça Furtado pelo lugar, mais tarde ganharia feições de monumento histórico e símbolo-mor do Município.

Figura 20 - Pedra Histórica. Revela as datas de 1744 e 1754 – a primeira alusiva à passagem pelo Sítio Itaquiara do sertanista Francisco Xavier de Moraes e a segunda do governador Mendonça Furtado.



Fonte: Mebarak (2012).

Nota: Disponível em: <<https://goo.gl/t3GUk9>>.

O sítio Itaquiara – do tupi i'tá kwati'ara – que o padre José Monteiro de Noronha (1723-1794) apelidou de “a paragem das Pedras Pintadas”, fica à ilharga da cidade, entre o Igarapé do Jauari (hoje infelizmente soterrado), à direita do sítio, e o Igarapé do Ingäpáua (outrora um viveiro natural de peixes), à esquerda. É lugar-símbolo da arte rupestre amazônica, onde, nas vazantes do rio, podem ser vistas as famosas “pedras pintadas”: título oficial do sítio, consoante a planta do rio Amazonas elaborada em 1756 pelo capitão engenheiro alemão João André Schwebel, a mando de Mendonça Furtado, cujo manuscrito original guarda-se na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Referido sítio arqueológico, identificado pela ponta de pedras que avança sobre as águas do rio Amazonas formando as enseadas do Stone e do Jauari, nos séculos XVII e XVIII era um lugar de referência. Calmo, nostálgico, cercado por umas poucas tribos de índios mansos. Parada obrigatória ou “estação de repouso” destinada àqueles que subiam e desciam o grande caudal, ocupados em explorar e ou estudar o território amazonense: autoridades e agentes da Coroa portuguesa, sertanistas, padres e leigos de diversas ordens, tropeiros e cientistas de várias nacionalidades.

A pedra a que nos reportamos atrás, em meados de 1970 foi retirada da orla do Jauari e transferida para o centro da cidade; atualmente encontra-se exposta defronte ao edifício da Catedral. Sua face principal leva desenhos, símbolos religiosos e inscrições em português. Contém a palavra TROPA, além de uma cruz sobre uma escada e as datas 1744 e 1754. A segunda destas foi gravada em ferro e fogo para marcar a passagem de Mendonça Furtado pelo lugar; e a de 1744 lembra o sargento-mor Francisco Xavier de Moraes (1700-c.1788) que, chefiando uma bandeira, por ali transitou e igualmente nela deixou o seu registro. Dando seguimento à viagem, Xavier de Moraes subiu o Amazonas, entrou pelo canal do Cassiquiare, após deixar o rio Negro, e confirmou a comunicação deste com o Orenoco, junto às fronteiras de Brasil e Venezuela. Essa ligação fluvial até ali era ignorada pelos espanhóis, porém, desde o ano anterior já a conhecia o geógrafo e explorador francês Charles Marie de La Condamine (1701-1774), o qual, de volta a seu País, baixando o Amazonas, provavelmente em meados de 1743, também descansou no sítio Itaquiara. Vinha de Quito, no Peru, “[...] onde com outros astrônomos franceses e castelhanos trabalhara nas grandes operações práticas executadas da maneira a mais rigorosa para a determinação da verdadeira figura da Terra.” (BAENA, 1969).

Francisco Xavier de Moraes, “mais tarde capitão de infantaria auxiliar da Capitania de São José do Rio Negro [...]” (REIS, 1989), era irmão do capitão-mor Belchior Mendes de Moraes, responsável pela prisão em 1727 do tuxaua da tribo Manau, Ajuricaba. Foi diretor de índios no Alto rio Negro, vereador em 1758 da primeira Câmara de Barcelos e membro em 1786 do oitavo governo interino da Capitania.

No dia 8 de janeiro de 1755 Mendonça Furtado alcançou Mariuá, onde ficou quase dois anos esperando o representante espanhol que lá não apareceu. Desde Belém ao todo foram 88 dias de viagem. Aproveitou para mandar guarnecer a região do rio Solimões e melhorar as condições urbanas do povoado, serviço encomendado ao engenheiro alemão Filipe Sturm. Em seguida, despachou para a missão de Abacaxis o jesuíta húngaro e astrônomo real padre Inácio Samartone (1718-1793). O povoado, desde 1754, estava sob a administração do missionário Anselmo Eckart.

O padre Samartone integrava a comissão técnica incumbida dos levantamentos hidrográficos e topográficos para definir as fronteiras luso-espanholas no Alto Amazonas. Passou alguns dias em Abacaxis medindo a altitude do polo norte. Na mesma época a povoação ainda seria visitada pelo famoso João Daniel, misto de religioso e naturalista que descreveu com muita propriedade o contato dos nativos da região com os agentes da Coroa e detalhou o cotidiano das missões. Também esteve nos rios Negro, Urubu, Anibá e outros furos ao redor da atual Itacoatiara. Autor de uma famosa obra etnográfico-histórica, padre Daniel começou a missionar com menos de vinte anos. Desterrado da região em 28 de dezembro de 1757, à ordem do Marquês de Pombal, 18 anos depois morreria encarcerado em Lisboa.

Em meados de 1755 fora fundada em Portugal a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, destinada a controlar e fomentar

a atividade comercial com o Estado e fortalecer a prática do mercantilismo no Reino. Seu objetivo era vender escravos africanos em grande escala na Amazônia, com isso desenvolvendo a agricultura e fomentando o comércio. Para tal fim, recebeu diversos privilégios, como: o monopólio por vinte anos do tráfico de escravos e do transporte naval de outras mercadorias; dispor de navios da Armada Real para a escolta de seus navios de transporte; o reconhecimento de que os seus funcionários estavam oficialmente a serviço de El-Rei; prioridade para as suas mercadorias nas alfândegas; e foro especial para as suas causas, entre outros.

Esse grande número de facilidades e prerrogativas concedido à Companhia por parte do Estado foi criticado pela Companhia de Jesus, prejudicada em suas explorações comerciais na região. Apesar disso, sua ação trouxe grandes benefícios à Amazônia: o comércio com Portugal, antes incipiente, floresceu. Se, até então, o movimento resumia-se a um navio por ano para a Metrópole, entre 1760 e 1771 setenta e um navios partiram da Amazônia para o Reino, transportando, em seus porões, cargas de algodão, arroz, cacau, couros e peles de animais, canela, cravo, gengibre, madeira, óleos vegetais, peixe seco, quelônios e outras.

Mendonça Furtado foi um entusiasta da Companhia de Comércio. De acordo com o filósofo e ensaísta Alfredo Lopes, “Instalou governança especial no Baixo Amazonas, olhando miríades de riquezas nas cercanias da [então futura] vila de Serpa, pelas evidências estratégicas de navegação e oportunidades, evidências que expedições europeias já haviam anotado”. Segundo Mendonça (1963), o governador Furtado ainda estimulou a criação de gado no Baixo Madeira, mandando comprar em 1756 “nas aldeias de Surubiú [atual Alenquer] e Nhamundá, vinte até trinta vacas para repartir por aqueles moradores”. Recomendou a exportação para a Corte de cedros vermelhos, “[...] mais estimados, porque nos brancos às

vezes entra a corrupção”. A 18 de novembro de 1755, quando estava em Mariuá, escreveu a respeito ao irmão Pombal dizendo entre outras coisas:

Quanto a cedros, em principiando a encher o rio Madeira e Solimões, trazem aquelas águas uma infinidade deles e, sem mais trabalho que trazer duas canoas e encostá-los às praias para serem nelas falquejados, se poderia, nas mesmas canoas, no tempo das águas, transportar ao Pará quantidade tal que possa fazer uma boa carregação. (MENDONÇA, 1963).

Em 20 de dezembro de 1755, Mendonça Furtado ingressa no Madeira pela primeira vez. No início do ano, o padre alemão Anselmo Eckart havia assumido a missão de Trocano e seu lugar em Abacaxis fora ocupado pelo compatriota Antônio Maisterbourg (1719-1799). O governador não simpatizava com ele: tinha-o como “sumamente precipitado e absoluto”. Na verdade, Mendonça Furtado já escaramuçava contra os jesuítas. Viera com instruções especiais a respeito dos índios, por cuja liberdade o governo português se dispôs a enfrentar todo e qualquer obstáculo. Em suma, autorizara o imediato cumprimento da Relação régia de 18 de abril de 1754 propondo a retirada do poder absoluto dos regulares e a consequente subordinação das aldeias e seus párocos ao Bispado do Grão-Pará, então dirigido por dom frei Miguel de Bulhões (1706-1778).

Figura 21 - Sebastião José de Carvalho e Melo (Marquês de Pombal). Em 1750, pede ao rei D. José I para nomear a seu irmão Mendonça Furtado governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751 - 1759)



Havia denúncias de que os jesuítas da Amazônia conjuravam contra a soberania lusitana; desobedeciam às ordens do Marquês de Pombal; exploravam o braço indígena em proveito próprio e os instigavam contra a Coroa. Injustas acusações, segundo Leite (1943); descabidas perseguições contra os missionários da Companhia, segundo Reis (1989), que explicita:

Por onde passou Furtado sentiu hostilidades. Os remeiros largavam suas canoas [...]. Encontrou as aldeias despovoadas propositadamente e as farinhas, que nelas mandara fazer, em porções ridículas quando de todo não existentes [...]. As primeiras providências para acabar com aquele estado de coisas vieram antes do ano findar.

O governo mandou pôr fora da região “[...] quatro jesuítas tidos como perigosos à ordem, taxados de contrabandistas, entre eles os padres Antônio José e Roque Runderpfund [1709-1777], que missionavam no Madeira”. (REIS, 1989).

O governador grão-paraense via nos jesuítas o perigo da penetração estrangeira.

Dizia, em carta de 10 de fevereiro de 1754, dirigida a Pombal, que ‘Esta gente nem faz caso da religião, nem da caridade do próximo, nem do bem comum do Estado, porque primeiro que tudo para eles está qualquer leve conveniência’. Em outra, de 29 de junho do mesmo ano, relatava: ‘Nesta terra há uma nova doutrina evangélica porque se governam estes missionários – Cristo Nosso Senhor ordenou que eles fossem pelo mundo a pregar, mas logo lhes mandou que nem sapatos, nem capuz, nem ao menos um bordão tivessem de seu, e estes que aqui pregam a doutrina evangélica se não estiveram carregados de ouro e com grandes tesouros a sua Ordem, não podem fazer progresso algum’. Mendonça Furtado foi um dos principais responsáveis pela expulsão dos jesuítas das terras portuguesas. (LOUREIRO, 2011).

Em 1º de janeiro de 1756, Mendonça Furtado elevou Trocano à categoria de vila, com o nome de Borba-a-Nova. Com a passagem do governo da vila às mãos de um oficial, o padre Anselmo Eckart perdeu a função pastoral e foi se encontrar com Antônio Maisterbourg em Abacaxis. Era a segunda vez que este a governava, e vivia às turras com os moradores. Antes dele, o lugar desfrutava de muito sossego. O jesuíta alemão, segundo Mendonça Furtado, mostrava-se muito impaciente e descurava de seus deveres profissionais: “rezava missa em um alpendre das casas da residência, que serve de igreja (carta de 13 de outubro de 1756 dirigida a Pombal)”: um depósito de cacau onde eram vistas “as imagens despojadas dos seus esplendores e coroas (carta de 29 de dezembro de 1757 ao novo Bispo do Maranhão)”. Em junho de 1756, Eckart e Maisterbourg, depois de “dirigirem ideias sediciosas e revoltosas contra o comandante da vila de Borba” e atriarem com o governador, se retiram do Madeira e se transferem para Belém. Com a expulsão dos jesuítas, em novembro de 1757, seriam deportados num navio de guerra para Lisboa.

Antes de voltar ao rio Negro, vindo de Borba, em fevereiro de 1756, Mendonça Furtado parou em Abacaxis. Ouviu atentamente e com sensível interesse os moradores. Anotou suas queixas em relação à insalubridade do lugar, aos seguidos ataques dos Mura e à rispidez com que eram tratados pelo padre alemão que os paroquiava. Dali seguiu para Mariuá onde permaneceu até 23 de novembro. Já em Belém, em fevereiro do ano seguinte, fez publicar as leis régias de dom José I, baixadas através do primeiro-ministro Marquês de Pombal, de 3 de março de 1755, de 4 de abril e de 6 e 7 de junho: criando a Capitania de São José do Rio Negro; concedendo privilégios aos portugueses que casassem com índias; incentivando a produção e o comércio; e criando nova política indigenista na região. A última delas, Lei do Diretório, revogando o Regimento das Missões de 1686, retirava a administração das aldeias das mãos dos jesuítas, concedia liberdade aos índios, que passavam a dispor livremente

de suas pessoas e de seus bens, e autorizava Mendonça Furtado a erigir em vilas e lugares os aldeamentos substituindo-lhes os títulos indígenas por nomes portugueses.

As aldeias seriam vilas e povoados. O índio exerceria as funções públicas – juiz ordinário, vereador das câmaras, etc. A tutela passava do missionário ao diretor do povoado: tanto podia ser um militar distinto, sabendo compreender o papel que representava, como um soldado de maus bofes inclinado a traficâncias, explorador do suor do povo, cujos destinos lhe confiavam. A liberdade era, evidentemente, duvidosa, aparente. A reforma não trazia os esperados benefícios, mesmo porque os naturais, analfabetos, não estavam em condições bastantes para os cargos que se lhes deu. (REIS, 1989).

Em 1757, os moradores de Abacaxis, cansados da perseguição dos Mura, e procurando um lugar mais propício à sua saúde e tranquilidade, abandonaram as imediações da Ilha Tupinambarana e foram se fixar num sítio da margem esquerda do rio Madeira, defronte a ponta inferior da Ilha das Guaribas, uns 60 km abaixo de Borba e cerca de 40 km acima do Lago Sampaio. Além das circunstâncias, agiram assim por que estimulados pelo capitão-general Mendonça Furtado quando no ano anterior passou pelo lugar. Ficaram esperando que ele voltasse como lhes prometera.

A viagem seguinte de Mendonça Furtado ao rio Negro, além de selar o destino do Município de Itacoatiara, iria firmar o ato histórico de implantação da célula político-administrativa que deu origem ao Estado do Amazonas. Deixou Belém no dia 15 de janeiro de 1758, acompanhado do coronel de infantaria, seu sobrinho afim, Joaquim de Mello e Póvoas (c.1722-1787), recém-nomeado governador da nova Capitania do Rio Negro. No caminho, ia criando as vilas e lugares e instalando as câmaras municipais. No território amazonense, navegando pelos paranás do Ramos

e Tupinambarana, rumou direto para o rio Madeira. Após deixar Borba, aos 17 de abril, foi se encontrar com os habitantes da missão de Abacaxis. Era seu plano elevá-la à categoria de vila e já lhe escolhera até o nome: Serpa. Com eles, entabulou um diálogo construtivo e não menos esclarecedor, que resultou em adiar aquilo que se propunha. Nas palavras do estadista colonial:

[...] a 14 [de abril] cheguei à vila de Borba. Ai demorei-me dois dias, vim buscar a aldeia dos Abacaxis que era da Administração dos padres da Companhia [de Jesus], com a resolução de a erigir em vila com o nome de Serpa; porém os seus moradores me requereram instantemente que se queriam tirar daquele sitio, porque nele não logravam uma bora de saúde, e que se conservavam ali violentados pelos padres que os administram [...]. E lhes nomeei uns poucos de sitios para eles escolherem o que lhes parecesse melhor a bem da sua saúde e da sua conveniência. Em observância desta ordem foram ver os sobreditos sitios e escolheram entre eles um chamado Itaquatiara, sobre o Amazonas, a dois dias de viagem da primitiva habitação. Daí, saí a 19 de abril e vim buscar este rio [Negro] onde entrei no dia 23 [...] - Carta de 4/07/1758 enviada ao ministro português Tomé Joaquim da Costa Corte Real, in Belém (1912).

No dia 6 de maio de 1758, já no Alto rio Negro, Mendonça Furtado instalou a vila de Barcelos – título de origem portuguesa dado à aldeia de Mariuá, fundada em 1728 pelo carmelita frei Matias de São Boaventura, inicialmente povoada pelos índios Manau, Baré e Baníua – a qual passou a sediar a Capitania de São José, inaugurada no dia seguinte com a posse do governador Joaquim de Mello e Póvoas, nomeado pelo decreto real de 11 de julho de 1757. A nova unidade político-administrativa desmembrada do Estado do Grão-Pará e Maranhão, porém, subalterna a ele, nasceu com o objetivo de descentralizar a administração, melhorar a situação socioeconômica regional e garantir a soberania de Portugal na parte mais ocidental da Amazônia. Sua criação também estava diretamente

relacionada à defesa das fronteiras, o que se podia comprovar da calha do Rio Branco, ameaçada pelos holandeses.

Mendonça Furtado retornou a Belém no dia 26 de dezembro, transferiu as rédeas do governo ao seu substituto legal e, em seguida, viajou para Lisboa, aonde chegou em 28 de maio de 1759 – foi assumir o cargo de secretário de Estado adjunto ao Marquês de Pombal e, pouco depois, o de ministro da Marinha e dos Negócios Ultramarinos. Antes de partir, deixou instruções ao governador da nova Capitania acerca de suas obrigações políticas e militares. Não considerava lícito que vilas e povoados de um distrito do Império Português fossem crismados com termos indígenas. Que o índio fosse bem tratado, mas que se lhe ensinassem imediatamente a língua portuguesa. Em cumprimento ao programa que se traçara, de renomear todas as povoações amazônicas pautando-se nos nomes de localidades lusitanas, e reiterando os termos da carta de 13 de junho de 1757, que enviou à Corte, deu ordem expressa: quando da elevação da missão de Abacaxis à vila, Mello e Póvoas deveria substituir-lhe o nome gentílico pelo topônimo português Serpa. Assim, reportava-se a “uma das vilas da Real Casa de Bragança”, à antiquíssima freguesia da Província do Baixo rio Alentejo.

Um gesto sem dúvida extravagante, feito num rasgo de entusiasmo. Francisco Xavier de Mendonça Furtado nasceu na cidade de Lisboa, mas seus ascendentes, fidalgos, eram originários do distrito português de Serpa que ficava não muito distante da freguesia de Vila Viçosa, onde passou a infância, faleceu e foi sepultado aos 69 anos de idade. A esse político e militar português, figura mais interessante do glorioso período da história de Itacoatiara e da Amazônia, devemos as maiores homenagens. Um homem resolvido que plantou os alicerces do futuro Estado do Amazonas e, no caso especial da nossa cidade, enfrentou as ‘paradas’ de transferência do primitivo burgo do Baixo rio Madeira para o platô atual e encaminhamento do processo de sua elevação à categoria de vila.

A travessia

A transferência da povoação para a margem esquerda do Amazonas, orientada por Mendonça Furtado e realizada por grupos de índios Abacaxis, Arara, Iruri, Mundurucu e Torá, teve início em 18 de abril de 1758. O pouso escolhido para fincar as bases da futura sede, ao largo do sítio Itaquiara, ficava uns 400 metros a montante do Igarapé do Jauari. Os primeiros dias foram gastos em levantar “rabos-de-jacu” (tendas de palha) para alojar suas famílias ao longo da beira do rio. Em seguida, dirigidos por capatazes brancos e no ritmo de mutirão, deram início aos trabalhos de derruba, limpeza e encoivramento da área de terra alta dominada por uma enorme, quase impenetrável floresta, onde seriam implantadas suas casas de residência, a igreja e as repartições da futura vila. É o quadrilátero atualmente ocupado pela Praça da Catedral.

A execução dos serviços permitindo fixar definitivamente a comunidade neste lugar, resultou das Instruções reais de 31 de maio de 1751, passadas para o governador Mendonça Furtado, cujas pautas eram “o interesse público e as conveniências do Estado, indispensavelmente unidos aos negócios pertencentes à conquista e liberdade dos índios”. O poder civil português imperava em plenitude – em razão da Lei do Diretório que retirara dos jesuítas a administração dos aldeamentos. Da troca de correspondência entre Lisboa e Belém, nos anos 1750, apreende-se rapidamente que ao governo do Grão-Pará competia “[...] fazer com que os índios que forem [para as novas povoações], achem nelas tudo o de que necessitar para o seu estabelecimento, propondo-lhes ajuste de salário por jornadas de trabalho [...]” e

[...] mandando-se-lhes prevenir até mantimentos [...]. E para que as ditas povoações [possam efetivamente prosperar] podeis repartir-lhes terras à proporção do que cada um puder

cultivar; dar-lhes ferramentas para o seu trabalho, acostumando-os ao uso dos arados e enxadas. (MENDONÇA, 1963).

As ferramentas usadas na cansativa faina consistiam de machados de pedra e, de permeio, alguns 'modernos' de ferro, trazidos pelos agentes portugueses. Nos idos de 1750 os índios do Maranhão já manuseavam machados, facas, porretes e outros objetos de metal (DANIEL, 1976; MEIER, 2005). O caso vertente indica que em 1758 essa tecnologia já integrava a mão de obra indígena da Amazônia Ocidental. Recentes estudos de Antropologia têm contestado a antiguidade do cultivo de roças. Ampliam-se os debates sobre o uso e a durabilidade dos machados de pedra indígenas e "a imagem da derrubada e queima da floresta como uma prática antiga". Há autores que dizem ser praticamente impossível fazer a derrubada de cerca de dois hectares utilizando machados de pedra. "O abate de árvores com pedras amarradas a cabos de madeira era simplesmente demasiado trabalhoso." (HEMMING, 2011).

Em nove meses de trabalho árduo, e às vezes descontinuado, aquele pedaço de mata densa transformou-se numa imensa clareira onde se colocavam dispersamente dezenas de construções simples em madeira e palha. Dali a pouco, o povoado alcançaria os foros de vila, ajustando-se à forma municipalista primária. Paulatinamente, àqueles pioneiros vieram se juntar remanescentes dos povos Aaná, Anicoré, Aponariá, Baniba, Bary, Cumaxiá, Curuaxiá, Juma, Juqui, Juri, Maué, Mura, Pariqui, Passé, Sará, Tururi e Urupá. Arrebanhados na nova comunidade, logo, logo passariam a trabalhar mais diretamente envolvidos com a economia extrativa e agrícola de subsistência.

A localização estratégica do novo núcleo, levantado junto à confluência do Madeira com o Amazonas, atendia aos interesses da Coroa portuguesa possibilitando um maior controle sobre as aldeias das

vizinhanças. Segundo afirmou Mendonça Furtado na carta de 1758, supracitada:

[...] o rio naquele sitio é abundantíssimo e sobretudo está na estrada real destes sertões, e com esta vila acharão os passageiros socorro e os índios [...] civilizar-se-ão.

Entre as providências do coronel Joaquim de Mello e Póvoas, após a tomada de posse do governo da Capitania, destacam-se: a criação de vilas no interior, o aumento do comércio com os índios (restrito ao cacau silvestre e à manteiga de tartaruga), a introdução do gado, a alfabetização das crianças indígenas, o incremento da agricultura e o dos casamentos dos brancos com índias. Neste caso, fiel à política que seu tio iniciara dois anos antes na vila de Borba e embasado na Provisão régia de 4 de abril de 1755, dava curso à democratização dos cruzamentos interétnicos acelerando o processo de caboquização no território amazonense.

Para promover a secularização da futura Itacoatiara e outras aldeias inseridas no plano político e administrativo deixado por Mendonça Furtado, dando-lhes o estatuto de vilas e povoados, antes de findar 1758, Joaquim de Mello e Póvoas empreendeu viagem ao Médio e Alto Amazonas, que estendeu aos rios Madeira e Urubu. Fez-se acompanhar do vigário-geral da Capitania do Rio Negro, José Monteiro de Noronha, nomeado em dezembro do ano anterior e que havia pouco entrara no exercício de suas funções.

O governador Mello e Póvoas, na carta-relatório de 16 de janeiro de 1760 que enviou ao novo ministro adjunto dos Negócios do Reino, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, e da qual também deu conhecimento, alguns dias depois, ao ministro Tomé Joaquim da Costa Corte Real, da Marinha e Ultramar – disse das providências tomadas:

Sendo-me preciso chegar à vila de Borba, levei na minha companhia o capitão engenheiro Fellippe Sturm, pelo qual mandei por em execução o risco daquela vila, e ficaram nela demarcadas as praças, Casa de Câmara e Igreja que deve ter.

Nesta mesma viagem, fui à antiga aldeia dos Abacaxis a qual está mudada para Itacoatiara [assim mesmo no original], situação sem dúvida a melhor desta Capitania, e a erigi em nova vila de Serpa, segundo as ordens de Sua Majestade que Vossa Excelência me deixou para assim o fazer.

O capitão engenheiro Filipe Sturm fez a planta da dita vila, e nela fez as demarcações precisas para se levantarem todos os edifícios que naquela vila deve haver. Passei também na antiga aldeia do Saracá, e a erigi em nova vila de Silves, fazendo nesta também o mesmo capitão engenheiro a diligência de riscar a situação das praças, e forma porque devem ser as casas de todos os moradores.

Na criação destas vilas usei toda e a mesma formalidade que vi praticar em todas as que Vossa Excelência criou a que eu tive a honra de assistir. Remeto as plantas destas três vilas para que Vossa Excelência veja a forma que devem ter. Deus guarde a Vossa Excelência. (CE-DEAM-UFAM, 1983).

O projeto de vila que o governador encomendara ao engenheiro militar alemão previa um traçado com forma de hexágono e jamais foi executado. O original manuscrito da respectiva planta encontra-se na Biblioteca Nacional de Lisboa, em perfeitas condições.

Mello e Póvoas, à frente de uma enorme comitiva, deixou Barcelos e primeiramente visitou Borba, onde passou alguns dias tratando com seus dirigentes e encaminhou-se a ajudar os munícipes. De lá, atravessou o Amazonas rumando para o povoado recentemente levantado à ilharga do sítio Itaquiara, que alcançou às vésperas de iniciar o novo ano.

E, como havia marcado para o dia seguinte a inauguração da vila, encontrou um ambiente nervoso, agitado. O grosso da população, estimada em mais de 400 pessoas, era de índios aculturados; havia uns 55 residentes brancos e dois ou três escravos negros. Além do governador, lá estavam o vigário-geral da Capitania, o comandante militar Gabriel de Souza

Filgueiras, o juiz João Nobre da Silva, o procurador da Câmara de Barcelos Agostinho Cabral de Souza, o tabelião e escrivão da mesma Câmara sargento-mor Francisco Xavier de Andrade, o engenheiro Filipe Sturm, alguns oficiais e soldados da força militar, feitores, comerciantes e, obviamente, as pessoas previamente designadas para tomar posse como agentes públicos locais.

Na manhã de 1º de janeiro de 1759, em obediência aos termos do Código Filipino e da legislação acessória que regulavam o regime municipal português, dar-se-ia o ato solene de instalação da vila – acontecimento auspicioso, que augurava a vitória. Assim sugeria a data simbólica. No rol do Calendário Juliano reformado pelo papa Gregório XIII (1502-1585), 1º de janeiro é dia santo de guarda e uma efeméride do mais alto significado por que dedicado à paz e à fraternidade universal. O povoado, que nessa data iria receber o foral de vila com o título de Nossa Senhora do Rosário de Serpa sucedendo à antiga missão itinerante do Madeira, antecipava a cidade da Pedra Pintada. Prometia. Dava esperanças de bom futuro.

Figura 22 - Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1759). Orientou a transferência da povoação do Madeira para o rio Amazonas (1758) que resultou na sua elevação à vila de Serpa (1759)



Extraída da página <<https://goo.gl/Rhrex>>.

Capítulo III

ÍNDIOS EM ITACOATIARA

O rio Amazonas corta ao meio o Município de Itacoatiara. Ao relatar, em livros, palestras e entrevistas, fatos da história amazonense que ocorreram nos períodos pré e pós-colombiano até final do século XVIII, costume citar que esse poderoso caudal amazônico constituiu-se num imenso corredor cultural por onde transitaram milhões de membros da civilização das selvas, em sucessivas ondas e num vai e vem constante. Eram grupos humanos donos de uma sabedoria milenar, e esse saber, algo protegido pelo sagrado ou pela fé, atravessaria os tempos.

A viagem do capitão espanhol Francisco de Orellana (1541/1542) revelou uma Amazônia de ocupações densas, diferentes da baixa densidade demográfica das aldeias indígenas atuais – quadro que ainda se mostraria significativo à passagem de Pedro Teixeira quase um século depois.

Pela descrição de frei Gaspar de Carvajal, cronista da expedição, os primeiros habitantes do médio Amazonas eram idólatras. Tinham lá seus mitos, “sendo o Sol que eles adoram e têm como seu Deus”. Não tinham noção de tempo; contavam meses e dias pela Lua. Em junho de 1542, estando os viajantes abaixo do rio Negro, aportaram “numa aldeia de medíocre tamanho, onde a gente nos esperou. Havia lá uma praça muito grande e no meio da praça um grande pranchão de dez pés em quadro, pintado e esculpido em relevo, figurando uma cidade murada, com a sua cerca e uma porta. Nesta porta havia duas altíssimas torres com as suas janelas, as torres com portas que se defrontavam, cada porta com duas colunas [...]. Havia no meio desta praça um buraco por onde deitavam, como oferenda ao sol, a chicha que é vinho que eles bebem [...]. Encontrou-se também nessa praça uma casa muito pequena (espécie de oratório), dentro da qual havia muitas vestimentas de plumas de diver-

sas cores, que os índios usavam para celebrar as suas festas e bailar quando se queriam regozijar diante do já referido pranchão, e ali ofereciam seus sacrifícios com a sua danada intenção”. Mais abaixo, sempre descendo o Amazonas, seguramente próximo à foz do rio Madeira, encontraram “outra [aldeia], muito grande, que tinha o mesmo pranchão e divisa. Partindo dali, passamos por outros povoados, onde os índios nos esperavam em pé de guerra, como gente belicosa, com suas armas e [escudos] nas mãos, fazendo grande algazarra, gritando por que fugíamos, se eles ali nos esperavam [...]. Em algumas partes, os índios de terra e nós da água nos fazíamos guerra; eram muitos.” (CARVAJAL, 1941).

Carvajal explicita que ao longo do caminho, já no território de Itacoatiara, havia uma grande diversidade de tribos. Os indígenas defendiam com valentia o seu espaço, porém, mais fortes em armas e astúcia, os europeus agiam com redobrada violência. Os fatos comprovavam que além de inumeráveis os nativos eram fartos em alimentos. À altura do Paraná da Eva, os expedicionários defrontaram com uma pequena povoação onde havia “muito peixe secando nos varaus [e] muita comida, especialmente peixe, que havia em tal abundância que pudemos abastecer largamente [todos] os bergantins”. Várias vezes, tanto ao ocupar pela força, como ao ser recebida amistosamente em certos lugares, a expedição não teve dificuldade aparente em se abastecer de milho, farinha, frutas, peixes e tartarugas. Nas cercanias de São José do Amatari entraram em conflito com os índios, mataram vários deles enforcados e outros feitos prisioneiros. Em frente ao rio Madeira os expedicionários viram “umas povoações muito grandes sobre uma lomba [suponhamos que a Ilha do Cumarú] que chegava até à margem do Amazonas”. Ali, “levantaram-se mais de cinco mil índios com as suas armas, e começam a dar gritos e a desafiar-nos, a bater com as armas uma nas outras, fazendo tal ruído que parecia que o rio vinha abaixo. Passamos adiante e, obra de meia légua

depois [pensamos nós que próximo ao Paraná do Arauató], demos com outro povoado maior, mas aqui nos fizemos ao largo [...]. [Continuamos] o nosso caminho, sempre entre lugares [muito] povoados.” (CARVAJAL, 1941).

Como afirmado no Capítulo I, há vários milênios, povos da etnia Aruak desceram das regiões fronteiriças de Venezuela e Colômbia e se estabeleceram nas terras da margem esquerda do Amazonas estendidas do rio Preto da Eva, no limite oeste de Itacoatiara com Manaus, até a foz do Uatumã, no Município de São Sebastião do Uatumã, a nordeste/leste. Em 1550/1650, a população preponderante nessa margem do rio Amazonas, entre os rios Urubu e Nhamundá, era de índios Aroaqui. Entre o rio Nhamundá e o rio Trombetas, a leste, havia os Conduri; e desde o rio Negro às proximidades do Urubu, a oeste, os Tarumã.

Na segunda metade do século XVII, no circuito Urubu-Uatumã, habitavam preferencialmente os Aroaqui, os Pareci (ou Pariqui) e os Banauri. Mais ao centro, no rio homônimo, viviam os índios Anibá. Segundo Leite (1943), citando João Martins da Silva Coutinho (1830-1889), em 1861, “[...] nas margens do rio Jatapu, afluente do Uatumã e nos terrenos intermediários, vagavam ‘tribos de índios Aroaqui, Parequi e Banauri, que negociam com resgates e plantam roças. [Também] Índios de tribos diversas têm sido encontrados [na região], mas que não falam dialeto conhecido dos naturais e conservam-se ainda no estado completamente selvagem”.

Para o barão Frederico José de Santa-Anna Nery (1848-1901), os Aroaqui compõem uma “poderosa nação que habitava entre o rio Negro, o Uatumã e o Jatapu, estendendo-se para o Matari e o Urubu; ainda hoje [1884] habitam o rio Uatumã. Os Pariqui, os Uaçai e os Jauaperi parecem constituir ramos desta grande nação. Em 1669, o Padre Teodósio dizia que tinham seu principal centro no Jauaperi, onde Ferreira e Noronha os assinalaram no fim do século XVIII.” (NERY, 1979).

Bettendorff (1990), que por duas vezes esteve em desobriga religiosa no Urubu (1669 e 1691), identifica-o como “o rio dos Aroaqui”. Relata que, em fins de 1664, Pedro da Costa Favela lá encontrou 96 aldeias dessa tribo que os tinha como índios de ‘língua travada’, isto é, um grupo linguístico autônomo. Na região também moraram índios da etnia Abuqueno: “ficavam a seis jornadas” de Saracá. Ainda, segundo esse jesuíta, além de dominarem o Urubu, os Aroaqui se espalhavam pelo Paraná do Amajari e rios Negro, Branco e Jauaperi, mais a oeste. Acuña (1994) confere ao Urubu o título de rio Barururú, termo tupi que se traduz por urubu e lembra a ave funérea que em tempos idos infestou suas margens. Amazonas (1984), Reis (1989), Souza (2009) e Loureiro (1978) descrevem-no como um habitat dos Caboquena, Guanavena e Bararuru, uma assertiva que levanta dúvidas, pois, enquanto Baena (1969) e Berredo (1989) anunciam que as duas primeiras etnias viveram na região, Reis (1989) ressalta não haver encontrado “notícias detalhadas a respeito dessas gentes indígenas” mourejando no rio Urubu.

Segundo Amazonas (1984) “o verdadeiro nome do rio é Burururú”, alusão a uma tribo indígena originária da Guiana, na margem esquerda do Amazonas, “no qual aflui pelo Arauató, o mais ocidental desaguadouro dos lagos do Saracá [Canaçari] [...]. Os portugueses por melhor lhes acomodar a língua substituíram esse nome pelo de Urubu, por que é hoje geralmente conhecido”. Portanto, Urubu é um etnônimo brasileiro; povo indígena do tronco linguístico tupi que nos idos passados residiu na Amazônia. Para Baena (1969), o Urubu “difunde-se no Amazonas da banda do Norte pela sexta boca, ou entrada do Saracá chamada Arauató. Este rio Saracá flui por entre ilhas, é uma massa de águas do rio Amazonas e do Anibá, que passa por um grande lago perto da referida aldeia de Saracá”. Segundo Bettendorff (1990), este rio “desce por meandros do sertão, muito arriba ainda dos Abuquenos (...) e vai dar consigo no grande rio das

Amazonas, por uma passagem tão estreita que pelas secas, estando as suas águas espalhadas por outras partes, não se pode passar senão em canoas mui limitadas, e é necessário dar volta de um dia e mais para ir buscar saída mais funda [...]. Não é rio muito abundante em peixe senão uma jornada abaixo da aldeia [de Saracá], onde há tanta cópia deles que em certo tempo do ano se ajuntam lá os índios, assim das aldeias distantes como vizinhas, para pescá-los e os levam assados de um modo que chamam moquém para suas casas, para [consumo de] muitos dias [...]. [Seu] sustento ordinário, enquanto lá estive em companhia do missionário frei Teodósio, era peixe de moquém, ou tartarugas, das quais ele e os índios vão fazer provimento para a banda do rio das Amazonas [nas praias do Rio Uatumã], de onde as trazem e guardam em currais para o sustento do ano [...]. Não é rio muito povoado de aldeias pela ribeira, porém, pela terra dentro são tantas que, tendo eu mandado meu companheiro, o irmão Manoel dos Santos, com um branco e alguns índios a descobrimento, contou em dois dias algumas dezessete povoações, para a banda que chamam Anibá, onde também hoje assistem os reverendos padres das Mercês [...]. Não tinham ornato nenhum por ser isso ainda princípios e não terem, esses bárbaros, muita afeição [pelas] coisas de Deus, sendo todo o seu empenho comer, beber, dançar ou fazer poracês, como chamam, e viver à vontade, como brutos. [Ao redor de Saracá há] umas cinco ou seis aldeias de gente nova, todas com suas igrejinhas [...] e algumas delas além do rio, em campinas e terras baixas pouco férteis”.

Rio de águas negras tributário da margem esquerda do rio Amazonas, com cerca de 400 km de extensão, o Urubu nasce nas proximidades da República da Guiana (ex-Guiana Inglesa ou colônia britânica na costa norte da América do Sul). A direção geral dele, em território itacoatiarense, com ligeiras deflexões, é de norte a sudeste. Corre em leito fixo ora pedregoso ora em argila, e, depois de transitar ao norte da cidade de Itacoatiara,

vai desaguar no Paraná de Itapiranga, defronte à cidade homônima. No século XVII “[...] ficava também primitivamente entre os da jurisdição da Companhia [dos jesuítas]. Por ele teriam passado os primeiros padres que foram ao Solimões e Rio Negro e nele estiveram os da Missão de 1660 aos [índios] Aruaquis.” (LEITE, 1943).

Segundo relato do cônego Francisco Bernardino de Souza, “Depois de ter recebido o caudaloso e importantíssimo rio Madeira, recebe o rio Amazonas as águas do Arauató, que lhe levam as águas do Urubu, o qual também recebe em seu curso as águas do lago [Canaçari], em suas margens existiu a freguesia de N. S. da Conceição, e banha as taperas das antigas freguesias de S. Raimundo e S. Pedro Nolasco. O Urubu, onde em outro tempo floresciam as missões dos mercenários, acha-se hoje [1850?] de todo deserto e as taperas das abandonadas freguesias servem de mocambos a escravos fugidos. Davam-lhe os indígenas o nome de Burururú, de uma de suas tribos, mas substituíram n’o os portugueses pelo de Urubu, porque é hoje geralmente conhecido”.

Antigamente chamado “rio sagrado dos Aroaqui”, o rio Urubu tem a mesma simbologia do rio Negro, que banha a cidade de Manaus. Ambos sediaram tragédias que resultaram no extermínio de milhares de índios. Atravessa duas vezes a AM-010 – Rodovia estadual “Antônio Vital de Mendonça”, à altura dos km 180 e 247. Suas cachoeiras mais importantes são Iracema e Lindóia. Nos séculos XVII e XVIII foi devassado por militares e civis a serviço da Coroa portuguesa. Explorado desde os idos coloniais por arqueólogos, astrônomos, botânicos, geógrafos e outros estudiosos da História e da Ciência, nele se destacam muitos aglomerados rochosos com inscrições rupestres. Em meados de 1750 foi visitado pelo missionário jesuíta João Daniel, que o descreveu como “Rio de águas pretas e lindas praias célebres pelo grande provimento de tartarugas [...] por isso, muito frequentadas dos portugueses, que dos seus ovos fazem manteigas, de que saem todos os anos muitos mil potes.” (DANIEL, 1976).

Nos lugares Maguari, Sangaris e Aibú, ao longo de suas margens, mil legendas e desenhos esculpidos em rochedos fazem despertar curiosidades. Na vazante de 1926, o sábio João Barbosa Rodrigues (1842-1909) que o visitou pelo menos três vezes, após detida pesquisa no Sangaris, descobriu as ruínas de um templo místico formado de blocos de pedras, e dotado de altares conhecidos pelo nome de Cuaruaras. Para ele – consoante nos informa o historiador Manoel Anísio Jobim (1877-1971) – tais inscrições não são de autoria autóctone, mas as atribui (equivocadamente) aos gregos e fenícios que “em tempos imemoriais passaram por aquela região.” (JOBIM, 1948).

Supersticiosos afirmam que o afluente Sangai ou Sangaris – que em tupi significa figura, imagem – ainda é pouco navegado, face às fantásticas histórias contadas em torno das imagens e dos escritos pré-históricos que suas rochas contêm. As pedras pintadas do Urubu – conforme confirmaremos mais adiante – guardam similitude com as encontradas na enseada do Jauari, em Itacoatiara. Ambos locais carecem de proteção e tombamento.

Por Amatari também transitaram índios Aroaqui. Ao tempo da primeira entrada dos jesuítas no Amazonas (1657), foi uma populosa aldeia dessa tribo. Sobre ela, João Barbosa Rodrigues escreveu: “[...] na terra firme do Amatari fundou o padre [Francisco] Veloso a sua missão” que mais tarde passou a ser de responsabilidade do padre Aluísio Conrado Pfeil. Com os Aroaqui conviveram em Amatari os Periquito e os Sapopé (ou Sapupé) – todos pertencentes ao grupo Tupi, sendo os últimos procedentes do Paraná do Urariá. O padre José Monteiro de Noronha, que foi vigário da Capitania de São José do rio Negro, inclui em 1768 entre os moradores do rio Uatumã, além dos Aroaqui e Pariqui, os Terecumã e Sedeuy. O mesmo autor ensina: “os Periquito tinham as faces matizadas com sinais pretos que lhe faziam os pais na sua infância com pontas de

espinhos e tinta negra aplicada nas picaduras dos mesmos espinhos”. Já os Sapopé “eram estigmatizados por adotarem o hábito da antropofagia. Antes do contato, pensavam que todas as almas se reuniam num determinado lugar, onde viviam tranquilamente, durante muitos anos”. Como prova de seu desapego a bens materiais, os Sapopé “costumavam enterrar seus mortos queimando antes aquilo que eles possuíam”. Os homens que compunham essa etnia tismavam os rostos esculpindo-os de figuras e as mulheres “para esconder suas vergonhas, cobriam-se com folhas de árvores.” (NORONHA, 2006).

Os Aroaqui eram inimigos ferrenhos dos Pariqui e dos Anibá, e com eles estavam sempre guerreando tendo por anfiteatro da luta os rios Jatapu e Anibá. Baena (1969) informa que, em 1654, a tropa do temível capitão-mor João Betencourt Moniz, destacada para combater e escravizar os Anibá que então dominavam o alto Jari, “Primeiramente tenta a sujeição dos Anibá com propostas conciliatórias de amizade e proveito recíproco”, mas estes, mais numerosos, “se arrojam a desencurrular-se do seu tapume de grandes toros para o atacar, e travam áspera peleja” resultando na fragorosa derrota dos portugueses. Os Aroaqui, açoitados pelos índios Pariqui, provavelmente depois de subirem o rio Negro, deixaram a região no início do século XVIII. Os Mura ficaram em seu lugar; grupos de cultura e língua isoladas, procedentes do Peru, dominariam o centro-sul do atual Estado do Amazonas espalhando-se pelo Madeira, Autazes, Amatari e Urubu. Já os Pariqui, segundo Jobim (1948), em 1775 foram descidos do Uatumã para encorpar a população da vila de Serpa.

Os Pariqui são definidos por Amazonas (1984) como “de bela presença, porém [são] bravos e intratáveis. Distinguem-se por uma faixa de três dedos de largura em cada perna, mais clara que as demais [partes] do corpo; o que conseguem enfaixando-as desde pequenos para preservar o lugar da impressão do tempo”. Certa feita, devido à “facilidade de co-

municações por trás de Saracá, Itacoatiara e Manaus apareceram no rio Negro, [e] em frente ao Jaú [passaram] a agredir as embarcações e plantações”. Loureiro (1978) conta que, em 1708, os índios Pariqui se “revoltaram e destruíram a missão de Taracuera, afluente do Uatumã, e mataram os missionários capuchos Antônio de Vila Viçosa e Pedro de Évora. Em seguida, houve um confronto entre a tropa do capitão-mor Pedro da Costa Rayol e os nativos” amotinados resultando em sofrimento e morte para ambos os lados.

Ainda, de acordo com Jobim (1948), dos Aroaqui só restaram os cerâmicos do cemitério que construíram na Costa de Miracanguera, fronteiro à Ilha Maria Benta e ao Paraná do Arauató, na margem esquerda do Amazonas, pouco acima de nossa cidade. Essa necrópole indígena, com quase um quilômetro de extensão, antecedeu ao ‘descobrimento’ da América e durou até a dispersão dos índios Aroaqui, entre o final do século XVII e princípios do seguinte. “Deverá ter sido fundado pelo povo Aroaqui que se espalhou numa grande onda humana até as Antilhas”. Devido aos desmoronamentos provocados pela correnteza do Amazonas, Miracanguera há muito tempo se encontra totalmente descaracterizada. As impetuosas águas do gigante fluvial escavaram o lugar, deixando à mostra um rico tesouro arqueológico que se ocultava debaixo de rochas. Estudado por cientistas nacionais e estrangeiros, teve seu acervo – louças de barro cozido e igaçabas de várias formas e tamanhos – revirado pelas águas. A maior parte desse rico material foi coletada e desviada para museus de Belém, capitais do centro-sul do País e até do exterior (cf. NORONHA, 2006; JOBIM, 1948). Muitas peças integram coleções particulares Brasil afora. Muitos objetos cerâmicos, ou pedaços deles, colhidos de forma aleatória nas áreas urbana e periférica da nossa cidade, chegaram a integrar o acervo da ex-Galeria Terezinha Peixoto, que os disponibilizava para consulta. Outro contingente de pe-

ças arqueológicas originadas de Itacoatiara se encontra no Museu Amazônico da UFAM – Universidade Federal do Amazonas e no do IGHA – Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, sediados em Manaus.

A principal riqueza arqueológica do Brasil, sem dúvida, é a cerâmica indígena. Infelizmente, a pesquisa e a divulgação do assunto na Amazônia – sobretudo em nosso Estado – são quase nulas. Inexistem referências sobre os vasos da necrópole de Miracanguera – termo que significa “osso de gente que existiu”. Para Jobim (1948), “na sua mudez álgida [Miracanguera] reflete os vestígios da extinta raça dos Aroaqui, e da civilização que ela trouxe, e não a obra de uma civilização estrangeira pré-histórica”. Já o zoólogo suíço Emilio Goeldi (1859-1917) escreveu: “Até hoje [cerca de 1870], uma só voz se levantou, declarando positivamente que os construtores dos aterros sepulcrais de Marajó não são pré-históricos, que foram os Nheengafbas, um ramo colateral dos Aroaqui. Foi Barbosa Rodrigues que chegou a este resultado pelo estudo comparativo da cerâmica funerária de Miracanguera (Serpa), no vale amazônico”.

Consoante atestado por Noronha (2006), em 1768 “o rio Urubu era habitado só pela nação Aroaqui”, mas, antes, foi “terra de muito gentio. Nela esteve, em outro tempo, fundada uma grande e populosa aldeia administrada pelos religiosos mercedários, e se extinguiu, fugindo os índios seus habitantes depois de tirarem a vida ao seu missionário frei João das Neves, animados de um espírito de rebelião e a impulsos de sua natural inconstância na firmeza da sua fidelidade”. Igual opinião tem o intendente e ouvidor-geral do rio Negro Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio (1741-1807): “Os religiosos mercedários tinham [no rio Urubu] uma missão que depois se extinguiu pela rebelião dos índios e morte do seu missionário”. (SAMPAIO, 1856; JOBIM, 1948; LOUREIRO, 1978; NORONHA, 2006; SILVA, 1997b, 1999).

Os Aroaqui se notabilizavam pela perfeição com que fabricavam artefatos cerâmicos. Ainda trabalhavam na pesca, na caça e na agricultura. Destemidos guerreiros, sua estatura era um pouco mais baixa que a normal, a pele morena, olhos amendoados e cabelos negros lisos. Samuel Fritz não os cita em seu Diário, fato surpreendente porque no seu Mapa do rio Amazonas (1691) menciona o Urubu como local de domínio dos índios dessa tribo. Além das baixas resultantes dos males que contraíram e das expedições de guerra que se lhe moveram, perseguidos, os Aroaqui aos poucos foram deixando a região e avançaram floresta adentro. Ainda em 1890 havia descendentes deles nas cabeceiras do Uatumã e na Guiana Inglesa, onde eram denominados de Aroaks.

O curso do Amazonas não foi a principal rota de dispersão Aruak. Os índios dessa etnia também migraram pela periferia da bacia, tanto pelo norte como pelo sul, a partir do Peru. Desde o Caribe, região donde procederam, passaram a disputar o mesmo espaço com os Karib.

Como anteriormente firmado, a presença humana no trecho norte do Amazonas – região polo de Itacoatiara – antes da chegada do europeu, se revela pelos desenhos rupestres existentes nas rochas de vários trechos do Baixo rio Urubu e do sítio Itaquatiara (na orla do bairro Jauari), e através dos fragmentos de cerâmica coletados no sítio Miracanguera, acima do Paraná do Arauató. Para não citar outros achados arqueológicos no bairro da Colônia (zona oeste da cidade) e nas proximidades do porto graneleiro da Empresa Hermasa, um pouco acima do Igarapé de Serpa.

Tais afloramentos rochosos compõem um universo de cerca de 30 sítios arqueológicos datados de 2 mil a 7 mil anos antes do tempo atual. Embora estudadas desde o final do século XIX por João Barbosa Rodrigues, Bernardo Azevedo da Silva Ramos e Kurt Nimuendaju (1883-1945), tais pedras históricas nunca haviam recebido um tratamento acadêmico de catalogação minuciosa. Só em 2009, a partir da celebração de um convê-

nio entre IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, UFAM e a PMI – Prefeitura Municipal de Itacoatiara, uma equipe dirigida pela arqueóloga paulista Helena Pinto de Lima passou a desenvolver atividades de pesquisa e difusão científica no Baixo rio Urubu e nos já citados trechos de Itacoatiara, que resultou no inventário de 24 sítios arqueológicos agrupados no horizonte cultural Tradição Inciso-ponteadada, caracterizado por incisões profundas e a técnica de ponteação que os arqueólogos associam-na aos antepassados dos povos de língua Karib.

Os restos cerâmicos e peças já coletadas acham-se sob a análise laboratorial da UFAM. Em agosto de 2013, parte desse acervo foi exposta à visitação pública no Centro Cultural Velha Serpa. No mês de julho do ano anterior, a arqueóloga Helena de Lima e seu colega Bruno Moraes, assistidos por arquitetos do IPHAN, haviam concluído um projeto prevendo transformar em museu aberto dois desses sítios arqueológicos.

O primeiro deles seria o sítio Jauari, uma área de seringal medindo 6 mil metros quadrados localizada na esquina das ruas Estrada Stone e Armindo Ausier, onde constam fragmentos de cerâmica da lavra de povos que ali habitaram há pelo menos 1.000 anos antes da chegada do colonizador. Segundo pesquisas científicas realizadas nos últimos anos, há registros de terra preta de índio no local. Outro sítio arqueológico que deveria receber intervenções de infraestrutura para visitação pública é o da Ponta do Jauari, na orla da cidade, onde na vazante afloram pedrais estimados em 4 e 5 mil anos. Este e aquele integram o sítio Itaquatiara.

Segundo consta no site do IPHAN, o planejamento da execução da obra foi discutido em julho de 2012 entre o superintendente regional do órgão, Sérgio Ivan Braga, e o então prefeito Antônio Peixoto. O projeto que daí resultou “consiste na adequação da área para a visitação [que iria receber] um portal, calçadas, meio fio e trilhas até um ponto central. Totens explicativos [seriam] instalados para transmitir informações aos

visitantes. Uma atividade para despertar a consciência patrimonial da população e levar conhecimento”. Previa-se o início da obra para setembro daquele ano e a conclusão no prazo de oito meses.

O IPHAN chegou a alocar 200 mil reais para a execução do projeto. Competiria ao Município regularizar a área do seringal, uma propriedade particular. Abriam-se duas alternativas: desapropriação do imóvel pela PMI ou aquisição em parceria com a iniciativa privada. Sondado, seu proprietário demonstrou interesse em vendê-lo, e duas empresas locais se comprometeram a patrocinar os custos de aquisição do terreno para, em seguida, doá-lo à PMI. Lamentavelmente, o novo administrador municipal eleito em outubro de 2012 e empossado em janeiro seguinte, não deu seguimento ao projeto.

Ressalte-se que, anteriormente, estando à frente do IPHAN o técnico itacoatiarense Juliano Valente, realizou-se um curso de capacitação para 50 agentes destinados a inventariar e cadastrar todos os imóveis de valor histórico da cidade – e o autor deste livro foi um dos palestrantes. Também a PMI cogitou de oficializar Itacoatiara como cidade histórica. Com esse status, o Município poderia pleitear recursos do governo federal e ampliar as ações turísticas e sociais nos referidos sítios. Iniciou-se então o serviço de tombamento dos prédios do centro histórico – todos com 100 ou mais anos de existência. Projeto nesse sentido tramita no IPHAN desde o final de 2011, porém, assim como ocorreu com o do museu aberto, não teve prosseguimento. Isso retrata nossas prioridades na área cultural. No Brasil cultura tornou-se sinônimo de entretenimento. A preservação do patrimônio histórico é a última das urgências.

Definitivamente, o estudo dos sítios arqueológicos situados tanto na área urbana quanto no entorno de nossa cidade podem esclarecer detalhes da vida cotidiana dos primeiros habitantes da região amazônica. Demais disso, o trabalho de prospecção do potencial turístico dos referi-

dos sítios trará benefícios econômicos propiciando emprego e renda aos seus moradores.

Como se sabe, o termo Itacoatiara (aportuguesado do tupi *i'tá kwati'ara*, e que se traduz para pedra pintada ou riscada), provém da existência de pedras que ornaram o porto do Jauari – as itaquatiaras. As inscrições nelas existentes só são vistas na época da baixa das águas, em pleno verão, quando ficam à mostra. Jobim (1948) lembra que essas e outras inscrições são de autoria indígena e, para isso, pauta-se em “Barbosa Rodrigues [e Luiz Fróes da Cruz]” que “atribuem a obra aos silvícolas (...) e consideram o fato como comemorativo da invasão dos Aroaqui no Amazonas”. Jobim (1948) também cita os etnógrafos Teodoro Sampaio (1855-1937) e Estevão Pinto (1895-1968) – o primeiro “pensa que as inscrições [do Jauari] acodem a sentimentos religiosos, têm caráter cultural ou propiciatório, assinalam cemitérios”. Praticamente repete o segundo, pois “acredita que [em casos como esses] há inscrições de caráter religioso e propiciatório, como as há de feição puramente artística”.

Ressalte-se que os sítios Miracanguera e Itaquatiara desde o século XIX foram visitados pelos seguintes homens de Ciência: João Barbosa Rodrigues – em 1870 e 1926; o canadense Charles Frederick Hartt (1840-1878) – em 1874; Domingos Soares Ferreira Pena (1818-1888) – em 1877; José Lustosa da Cunha Paranaguá (1855-1945) – em 1882; o conde italiano Ermanno Stradelli (1852-1926) – em 1883; o alemão Kurt Nimuendaju – em 1925; e Bernardo Azevedo da Silva Ramos – em 1926. Também o sítio Itaquatiara foi estudado pelo saudoso etnólogo Geraldo de Macedo Pinheiro (1920-1996) que, entre 1953 e 1957, exerceu a Promotoria de Justiça do Município.

Esse misterioso arquivo de pedra plantado à margem esquerda do Rio Amazonas guarda uma original história de civilizações pregressas. Sinaliza que os índios deviam saber comunicar-se por meio de sinais, de uma escrita bastante primitiva, mas suficientemente clara para eles. Na visão dos naturalistas ingleses Henry Walter Bates (1825-1892) e Alfred Russel Wallace (1823-1913) – que no final de 1849 visitaram a então vila de Serpa – “são curiosos os desenhos esculpidos sobre os rochedos [do sítio Jauari], parecidos com os que se encontram no [rio] Orenoco.” (SILVA, 1998).

No Baixo rio Urubu, a equipe da doutora Helena Pinto de Lima priorizou os sítios Caretas e Pedra Chata, distantes cerca de 20 quilômetros desta cidade. Lá se encontra o maior número de desenhos rupestres de faces humanas e animais talhados em rochas, à beira do rio, e é muito provável que tais inscrições pertenceram aos povos Aroaqui. O mesmo padrão de petroglifos encontra-se também em rochas da comunidade das Lajes, próximo de Manaus. O sítio Pontão, no Município de Silves, compõe um complexo de pequenos sítios arqueológicos interligados, cujos desenhos rupestres – segundo declarações de Helena de Lima à imprensa de Manaus – “se assemelham às do sítio Caretas. Gravados em épocas diferentes, provavelmente no período entre 2 mil e 7 mil anos atrás, podem simbolizar pessoas vivas, faces de antepassados, espíritos, heróis místicos ou máscaras de rituais”. Talvez denunciem uma forma de comunicação entre membros de populações pré-históricas de Silves, Itacoatiara e Manaus. “As ‘carinhas redondas’ descobertas nas lajes de Manaus são semelhantes às identificadas no sítio Caretas, à margem do rio Urubu, no Município de Itacoatiara”, onde “há centenas de ‘carinhas’ iguais. O Caretas é um referencial, um núcleo de maior concentração. Aqui [no sítio das] Lajes morariam pessoas que mantinham relações com as de lá. Talvez estivessem se comunicando”.

Quanto às terras da margem direita do Amazonas, no trecho intermediário Tapajós-Madeira abarcando os sertões que nos idos coloniais pertenceram a Itacoatiara, lá predominaram povos das etnias Karib e Tupi. Destacam-se como principais fontes, a respeito, os relatos do capitão espanhol Francisco de Orellana, do capitão português Pedro Teixeira, do jesuíta alemão Samuel Fritz e de outros viajantes dos séculos XVI a XVIII.

Ano de 1639. Na viagem de volta do capitão Pedro Teixeira, a geografia humana do médio Amazonas ainda se encontrava livre do etnocídio que avançava na Amazônia Oriental. À época, conforme o relato de Acuña (1994), “Das nações indígenas [do Madeira], que são muitas, destacam-se as dos Zurinas, seguidas das Cayanas, Ururihaus, Anamaris, Guarinumas, Curanaris, Erepunacas e Abacatis (Abacaxis). E a partir da foz deste rio, seguindo pelo Amazonas, vivem os Zapucayas e os Urubutingas [...] peritos em lavar objetos de madeira. Depois, os Guaranaguacas, Maráguas Quirmaus, Burais, Punouys, Oreguatus e Aperas”.

Acuña (1994) prossegue: “A vinte e oito léguas da boca do [Madeira], há uma formosa ilha [...] toda povoada pelos valentes Tupinambá gentio que, após a conquista do Brasil, em terras de Pernambuco, há muitos anos, saiu derrotado, fugindo do rigor com que os portugueses o sujeitavam [...]. Têm coração nobre e afidalgado, embora quase todos os que atualmente [1639] vivem neste rio sejam filhos e netos dos primeiros povoadores...”. Eram peritos na arte de “fazer machado de pedra de que precisam para a derrubada das árvores quando querem cultivar a terra”.

Realmente, a migração dos Tupinambá do litoral do Brasil para a Ilha Tupinambarana, no Baixo Madeira, ocorreu no final do século XVI, e essa trajetória durou cerca de meio século. Atravessaram o Continente até o sopé dos Andes na Bolívia, desceram o rio Madeira e fixaram-se na citada ilha; tempos depois se dispersariam por toda a macrorregião. Em meados do século XVII, um grupo desceu o Amazonas e passou a morar

no Tocantins: por isso foram apelidados de Tupinambás de baixo, ou Tupinambás novos.

As nações mais conhecidas do rio Madeira, no final do século XVII, eram os Iruri, os Parapixana, os Torori, os Aripuanã, os Onicoré e os Abacaxis, do grupo Tupi, além dos Arara – pertencentes ao tronco Karib.

Os Iruri foram contatados quase no final de 1683, pelo jesuíta Jódoco Perez, e no início de 1689 os Torori, Parapixana, Aripuanã e Onicoré, pelos padres da mesma Ordem, João Ângelo Bonomi e José Barreiros. Pertenciam a um único grupo tribal designado por Bettendorff (1990) como “nação dos Iruris”. Antes de serem cristianizados, adotavam uma estranha cerimônia fúnebre: levavam seus mortos “para uma espelunca, onde também guardavam carnes e peixes numa rede, arco, flechas e todas as outras coisas a viver confortavelmente, e se o cadáver era de alguém de maior nobreza ou da ordem dos guerreiros, dois servos e duas servas os acompanhavam, sendo com eles sepultados (BARTOLOMEU RODRIGUES)”. Ultrapassada essa fase, os Iruri passaram a ser vistos como “sóbrios no vinho e industriosos em trabalhar”. Teciam panos de algodão e de linho e faziam canoas; permutavam materiais de seu uso comum e viviam entre si “com paz e concórdia indizíveis e com grande veneração pelos padres, nisto superando todas as outras nações. Uma única coisa perturbava a tranquilidade desses povos: os Maué, gente cruel e brava”.

Os Arara eram numerosíssimos; ocupavam a foz do rio Ipitiá ou a Ilha dos Arara, acima do rio Aripuanã. Provavelmente antropófagos, distinguíam-se por riscos atravessados das laterais da cabeça aos cantos da boca, imitando a ararauna, ou arara-canindé, uma ave amazônica de grande porte, cor azulada e bico muito forte. Depois de contatarem com os brancos partiram em direção sul onde ocuparam várias posições na região encachocirada do rio Madeira. Segundo Bettendorff (1990), “Eram [em

número tão grande] que se igualavam às folhas do mato em que habitavam”. Tinham por vizinhos os índios Anhangatinga, que costumavam cremar os cadáveres de seus amigos e parentes e beber suas cinzas misturadas ao vinho. O padre João da Silva, missionário de Abacaxis, em 1697, praticou-os e os desceu para sua aldeia. Muitos dos que foram levados pelos padres piedosos para Monte Alegre, no Pará, “morreram em parte”. E, por ordem do padre José Ferreira, superior regional dos jesuítas, à época, os restantes deles “foram mandados para o Guamá”.

Os Abacaxis, cujo nome antigo, segundo referência do jesuíta Bartolomeu Rodrigues, teria sido Chichiririm, foram referenciados no relato de Acuña (1994), em 1639. Essa tribo deu nome à aldeia para onde foi transferida em 1696 a missão itinerante da qual resultou a vila de Nossa Senhora do Rosário de Serpa e atual cidade de Itacoatiara. Eram numerosíssimos, antes do contato, e acreditavam que “gozará de vida feliz e eternas alegrias” aquele que, na guerra, fez maior chacina de seus inimigos e maior quantidade de seus ossos juntou em suas malocas.

Os Torá ou Toratoraris, grupo xapacura procedente da área do rio Maici, desde a foz do rio Machado até as cabeceiras do Marmelos, no século XVIII guerreavam contra os colonizadores na referida região. Para o padre Bartolomeu Rodrigues, eram “em tanta multidão que as [demais] nações lhes chamavam o Formigueiro”. Derrotados, depois de várias guerras, quase nada restou deles. Os raros que sobreviveram, em 1716, tiveram que se aldear com os Abacaxis.

Na metade do século XVIII, o território banhado pelo Paraná do Urariá (Tupinambarana), na região intermédia do Madeira-Tapajós, ainda era habitado pelos índios Abacaxis, Acaraiuará, Aitouariá, Brauará, Comaní, Curitiá, Maturucu, Sapupé e Urupá. E por ali também circulavam membros das etnias Mura e Torá.

Os Mura – citados pela primeira vez em 1714, numa carta que o jesuíta Bartolomeu Rodrigues remeteu ao padre Jacinto de Carvalho, certamente migraram do Peru, desceram o Rio Solimões e passaram às regiões do Madeira e Autazes. Nesta última, a comunicação era facilitada face à infinidade de igarapés, lagos e igapós que a caracteriza. Nimuendaju os descreve como um grupo originariamente de língua isolada, organizado em pequenos bandos, vivendo principalmente da pesca, aliada à caça e à coleta e ao cultivo da mandioca. Ao observar que os Mura teriam praticado a agricultura em pequena escala antes do episódio que se tornaria conhecido como sua “pacificação”, no último quartel do século XVIII, Nimuendaju contradiz a visão, prevalente nos séculos XVIII e XIX, de que eles nada plantavam, preferindo utilizar a mandioca de plantações alheias para produzir a fina farinha de que se utilizavam. Ressalta, assim, como o padre francês Constantino Tastevin (1890-1962), que tal etnia compunha-se, sobretudo, de pescadores.

Segundo o naturalista inglês Henry Walter Bates, os Mura se aproximariam dos Tupi pelo costume de usar o alucinógeno paricá, como os índios Maué. Gentio de corso e extremamente agressivos, como já dito antes, durante mais de meio século dominaram o rio Madeira e seus tributários. João Daniel (1976) define como causa para o início de suas hostilidades os desmandos de um colono português que, aproveitando-se do trabalho feito entre eles por um padre, escravizara um grupo de índios, enviando-os presos para Belém. Em várias ocasiões os governadores do Grão-Pará e os capitães-gerais do Alto rio Negro mandaram tropas para combatê-los. Os intentos civilizatórios do governo na região, as cruzadas apostólicas dos jesuítas, as perseguições de outras tribos e a varíola incidiram com o tempo sobre eles. Só em 1784 os Mura encerrariam as hostilidades contra os brancos. À época, segundo Porro (1992), “a vila de Serpa (depois Itacoatiara) já aparece como povoação ‘moderna’, de brancos, mestiços e índios cristianizados”.

Ainda em 1714, Bartolomeu Rodrigues, citado por Leite (1943), faz as seguintes narrativas: “A visita que fiz a Canumã e Abacaxis, também não foi sem fruto, porque enquanto ali estive (não falando nos mais que recebendo os sacramentos faleceram) uma índia, em Canumã, parecia só esperar que eu chegasse. Havia muito tempo que essa índia estava gravemente enferma. Logo que eu cheguei, recebendo com a devida disposição os sacramentos da Penitência, Eucaristia Extrema-Unção, passou desta para outra vida. Outra nos Abacaxis, estando já nos últimos paroxismos, os primeiros passos que dei, foram da canoa a sua casa; confessou-se como permitiu o estado em que a achei, levei-lhe logo a Extrema-Unção, a qual recebendo deu a alma a Deus”. E prossegue: “Ao Padre Lourenço Homem, ouvi dizer que sendo missionário nos Abacaxis mandara desenterrar uma criança que sua mãe tinha enterrado no mato, e achando-a viva a batizara, a qual pouco depois faleceu [...]. Conta o irmão Domingos Francisco, que estando na aldeia de Canumã, ausente o Padre missionário, indo por acaso a uma roça, viu uma índia com uma criança nos braços, expirando. Logo que a índia o viu, se escondeu pelo mato. Gastou-se tempo considerável em se buscar. Finalmente achou-se, batizou-se a criança, que durou poucas horas. Em outra ocasião, na mesma aldeia, tendo notícia de que uma índia estava fechada em casa, para que não lhe batizassem o filho, que estava para morrer, bateu à porta da dita índia, e como lhe não quisessem abrir, a abriu à força. Achou a criança, batizou-a, e antes de chegar a casa o irmão, subiu a alma daquele inocente ao céu”.

Na segunda metade do século XVIII, as etnias que formavam a população da antiga Serpa eram as seguintes: Abacaxis, Aponariá, Baré, Curuaxiá, Iruri, Juma, Juqui, Onicoré, Pariqui, Sará e Urupá – todas elas procedentes da calha do Madeira, exceto os Pariqui que, mais tarde, foram descidos do Uatumã. Tal relação consta do livro de Marcoy (2006).

Por outro lado, Noronha (2006) afirma que os nossos “primeiros povoadores” foram os índios Iruri, “aos quais se agregaram os Abacaxis e outras muitas tribos”. O último autor, em seu ‘Roteiro’ de 1768, relaciona as tribos Aroaqui, Sapupé, Periquito e Mura que, à época, habitaram Amatari e seu entorno, além dos “das nações Iriju e Tiari” que no final do século XVIII “desceram para a vila de Serpa. [...] Os [índios] Periquito, nos seus ritos, costumes e armas são como os demais [dessa região], sem especialidade notável”.

Estes povos estão extintos ou destruídos há mais de duzentos anos. “No século XVIII boa parte havia sido dizimada e incorporada como mão de obra servil nas vilas e fazendas portuguesas e seus remanescentes haviam-se refugiado pela terra firme, longe dos rios frequentados pelos colonos.” (PORRO, 1992). Pouquíssima coisa sobrou do modelo demográfico característico do período pré-colonial, de forte concentração indígena, encontrado em Itacoatiara. Em pleno século XXI (ano de 2007) somente 350 descendentes dos Mura foram registrados ocupando quatro aldeias das proximidades de nossa cidade: Cana, Correnteza, Maquira e Taboca. Três anos antes, eram 477 pessoas, entre adultos e crianças, que habitavam as terras indígenas do rio Urubu (374 habitantes) e Paraná do Arauató (103 habitantes) – ambas homologadas por decreto presidencial de 27/10/2004, publicado no DOU de 28/10/2004. Além de índios Mura, haviam por lá diversos remanescentes dos grupos Sateré-Maué e Munduruku.

O registro da presença, ou da atividade pretérita, dos nossos primitivos habitantes ressoa nostálgico e triste, nos seguirá por toda a vida. Mas, há outros instrumentos, sinais alusivos a essa antiga trajetória. São

as “pedras pintadas” – nome dado às rochas ribeirinhas com inscrições rupestres – os cacos cerâmicos e outros materiais arqueológicos que reportam as idas e vindas de inúmeras nações, o sistema de comunicação e a relação entre tribos; e o acervo de nomes interrelacionados com aqueles recuados tempos identificadores de lugares urbanos e rurais, hábitos alimentares, elementos da flora e da fauna e acidentes geográficos.

Destacam-se as denominações: Açacu, Açaí, Acari, Aibu, Arapapá, Arari, Arauató, Arumã, Beiju, Cainamã, Canaçari, Capitari, Caxinauá, Chibé, Cruceira, Cumaru, Guaraná, Iaçá, Igapó, Igarapé, Iraci, Jabuti, Jacaré, Jauri, Macaxeira, Mandioca, Mangarataia, Mangaratiba, Maquira, Marupiara, Mixira, Moquém, Mutirão, Nheengatu, Panema, Paxicá, Piquiá, Piracema, Pirarucu, Puranga, Siripá, Tacacá, Tambaqui, Tapioca, Tapiri, Tipiti, Tucunaré, Tucupi, Urubu, Uxituba etc.

Esses termos e os referentes às etnias responsáveis pela formação do povo de Itacoatiara, além do ideário que propõem e da paisagem que oferecem, estão absolutamente mercê dos cronistas, poetas, compositores e amantes das artes cênicas e pictóricas. A comunidade local espera que, inspirados neles, tais artistas e criadores produzam trabalhos fartos em número e qualidade, de endeusamento da nobre Cidade da Pedra Pintada, cuja história, costumes e tradições contemplam a natureza e flutuam em direção aos horizontes da criação, da música, da poesia, e da beleza.

O Brasil é o paraíso das mentes vazias. Essa questão remete à visão não generosa de certos ‘civilizados’ sobre a vida e o caráter do indígena. Segundo o sociólogo italiano Domenico de Masi, graças aos índios o ideal da eficiência não conquistou os brasileiros; estes “herdaram do índio o senso de ócio”. Sim, porque “Os índios não trabalhavam. Não precisavam” já que “tudo estava na natureza”.

Essa é uma imagem distorcida e preconceituosa. Mais uma invenção europeia, que muitos brasileiros adotam e aplaudem. Segundo a fala do autor italiano, os tucumãs, os açais deviam cair no colo dos índios, bem como os animais da selva devidamente caçados, pescados e assados. Para não falar dos instrumentos de música, das armas, da cestaria, da cerâmica, que deviam brotar sozinhos da terra, da mandioca que nem precisava ser plantada para tudo dar. Ora, sejamos decentes, justos para reconhecer que os índios têm muito a ensinar aos 'brancos'. Entre as coisas que os europeus aprenderam com os indígenas estava o costume do banho diário, o que lhes oportunizou a retirada do odor fétido que seus corpos portavam.

Conforme alguns dados etnogeográficos alusivos ao século XVIII, os indígenas do Madeira viviam de forma muito organizada e harmônica. Existiam dois tipos de casa: a mais simples, ocupada por uma única família, chamada de oca, e outra coletiva, denominada de maloca, construções de pau-a-pique, cercadas e cobertas de palha trançada ou folhas de grandes árvores. Tais povoações continham uma praça central em cujo entorno se erguiam as casas, geralmente distribuídas em círculo.

Noronha (2006) informa que “Nas cerimônias, ritos, bailes, adornos de penas, rusticidade e costume, não diferem muito os índios do Amazonas”.

No final da primeira metade do século XVIII, os jesuítas Anselmo Eckart, alemão, e João Daniel, português, que transitaram pela região do Madeira, noticiaram o modo de vida nos aldeamentos missionários, seu equipamento material, o tipo de moradia, a pesca, o plantio e o preparo dos alimentos, as crenças, os ritos funerários e as bebedeiras dos índios.

Nas missões de Abacaxis e Trocano, as casas dos indígenas eram feitas de madeira e pindova, espécie de palmeira muito comum na região. Com esse material não apenas se faziam os telhados, mas também as paredes, portas e janelas. Eram casas enormes, com vários cômodos grandes e pequenos. Os esteios serviam para armar as redes de dormir. Em geral, as casas possuíam duas portas. Assim, quando chegava alguém que não fosse do agrado dos índios, estes escapavam furtivamente pela porta dos fundos.

Segundo Eckart, citado por Porro (2011):

Na minha época, nas missões dos jesuítas, a maioria das igrejas e casas dos padres é coberta de folhas de pindova, [que] são estreitas e muito compridas e crescem para cima em linha reta, recobrando a cana (o caule da planta). É preciso colocar muitas canas uma em cima da outra para que as folhas cubram a casa; elas são inicialmente verdes, tomando depois a cor clara. Quando estive na missão de Abacaxis, a casa da missão foi coberta em um dia, nela trabalhando de 50 a 60 índios [...]. Havia em certas localidades casas muito grandes em que as pessoas solteiras moravam sozinhas, os homens separados das mulheres. (PORRO, 2011).

Daniel (1976) comenta: As casas dos indígenas eram “cobertas com folha de palmeira”. Não necessitam de pregos “para segurarem os esteios, nem para segurança dos caibros, travessas, paredes, e telhado, porque tudo vai atado com cipós, excelentes cordas da América” [...]. Costumam fazer “estas casas tão grandes e espaçosas que há povoações que não tem mais que uma, onde vivem para cima de cem, e duzentas pessoas; e posto que haja mais casas, todas são de bom tamanho, capazes de hospedar muita gente” [...], onde “vivem pais, mães, filhos, filhas e parentes, todos juntos”.

“Nas suas povoações, além destas suas casas particulares, [há] outra muito maior, que chamam casa do paricá, comum a todos e ordinaria-

mente descoberta pelos lados. Neste casarão [...] se ajuntam como em câmara para os seus conselhos de guerra; nesta mesma fazem as suas festas e beberrias, os seus saraus, danças e mais funções”.

Daniel (1976) prossegue: “Os índios, embora criados à lei da natureza, obedecem aos tuxauas. Os filhos obedecem com muita sujeição aos pais, e os mais moços aos mais velhos. Nutrem grande veneração pelos idosos, especialmente às velhas”. Por orientação dos jesuítas já andavam vestidos [...] De “ordinário [os homens se vestiam] com uma camisa grossa de algodão e uns calções, e as mulheres uma camisa degolada [...] que lhes chegam até a cintura, e uma saia até o artelho, ou meio da perna, ou até os joelhos”.

Informação, aliás, pouco divergente da esposada por Eckart:

Andam inteiramente nus [...], embora muitas vezes [cobrem] com folhas, penas ou outra coisa o que é necessário cobrir. Nas missões, já abençoados, consagrados e promovidos na crença cristã [...] andam vestidos [...]. Os homens e [as] mulheres vestem camisas de pano nos dias de festa; usam também panos listrados. As índias de mais posse vestem saíotes de meia seda; enfeitam a cabeça à moda portuguesa com lindas fitas, além de brincos, colares e pequenos braceletes”. Para distribuição entre as tribos, “de Lisboa chegavam varas de algodão, tecidos lisos e listrados, chapéus, agulhas de costura, barretes, facas, sal, pratos e espelhos. (PORRO, 2011).

Os índios se dirigiam ao padre missionário na língua geral, mas em suas casas falavam cada um a sua língua. “Os chefes de aldeia vendiam seus súditos [aos colonos] por uma garrafa de aguardente. Os índios pescavam com flechas e quando acertavam o peixe nadavam atrás dele e tiravam da água a flecha com o peixe”. Especializados em preparar diferentes tipos de vinho de frutas e raízes, da mandioca espremiavam uma boa aguardente, que denominavam de capi acanga ou cabi tatá. Sobressaíam

os vinhos de açai, de maracujá, o aluá (feito da casca do abacaxi), a mangaratiba (do sumo da mangarataia) etc. As cuias onde se serviam de água, vinhos etc., tinham sua parte externa pintada de tinta preta misturada com goma, de modo que ficavam como que envernizadas. Certas tribos faziam constar nesses recipientes pinturas de figuras de árvores, pássaros, peixes e outros animais, tornando-os ainda mais belos.

Os índios do rio Madeira, por serem as noites muito frias, mantinham o tempo todo um fogo perto de suas redes. Em viagem costumavam apoiar seus remos sobre os ombros e pendurar neles as suas redes – chamadas na língua da terra de kuçaba. As redes de pesca eram o puçá (pyçá). As redes em que as mulheres carregavam seus filhos eram chamadas de typoia. Pintavam suas panelas de barro com uma goma ou resina chamada háycica. No calafeto de seus barcos e de suas gamelas era usado breu – cycáta ou iraitúna.

Os indígenas, quando morria algum amigo, costumavam cortar os cabelos em sinal de pesar. Pintavam o corpo “principalmente com tinta extraída do jenipapo (de coloração negra) e do urucu (vermelha)”. Quando de suas “[...] festas com danças, usavam pequenos aventais de penas coloridas. Nas festas, dançam e cantam ao som do tambor; isso dura toda a noite e eles esquecem o sono.” (PORRO, 2011). Além do tambor, usavam os seguintes instrumentos de sopro: trombetas, apitos e berimbaus de boca.

Padre Eckart ainda discorre sobre alguns animais comestíveis e os pratos preferidos dos índios. Eles comiam os peixes mais frescos e a melhor carne. “Nas aldeias costuma-se comer peixe à noite [...]. Quando eles se animam a pescar ou caçar, “preparam tudo com a maior agilidade; carregam sempre consigo farinha e temperos que consistem em sal e pimenta, e acendedores de fogo, pela fricção de dois pequenos paus de madeira dura [...]”. No Madeira, a espécie mais frequente de tartaruga é

o tracajá. As tartarugas são tão grandes que muitas pessoas podem faltar-se com uma única apenas. Nas vizinhanças do Madeira realiza-se anualmente uma grande caça às tartarugas no mês de outubro, quando também é feita manteiga de tartaruga [...]. Por vezes, uma tartaruga põe cerca de 100 ovos, os quais são mexidos na caldeira sobre o fogo até que se desfaçam e se fluidifiquem como óleo”. Muitas vezes, “os pescadores traziam do Lago do Sampaio tartarugas de um tamanho muito grande que, de uma só, poder-se-ia preparar uma refeição farta para dez pessoas”. Esses quelônios propiciavam o preparo de vários tipos de refeição. “Sua carne é cozida, assada e frita. O assado feito no próprio casco é retalhado ao meio e uma das metades cortada em pedaços pequenos como para picadinho; e a outra cozida [...]”. O jabuti, “que é uma tartaruga terrestre, não é tão grande quanto às anteriores [porém] possui um fígado muito grande, que preenche todo um prato grande e tem um sabor muito bom, comparável ao do fígado do porco [...]. Da carne do camaleão, que é branca como a de vitela ou de um frango, se prepara um bom almoço.” (PORRO, 2011).

O padre alemão prossegue: “A caça [principal] são os veados e porcos do mato [...]. A espécie menor de porco do mato, chamada de caititu, fazia grande estrago nas roças onde se planta mandioca”. A carne de paca “tem um sabor muito bom”, igualmente à da cutia. Em Abacaxis “tínhamos uma, jovem [cutia], do mesmo tamanho de um cachorro, correndo dentro de casa”. Também há o jacu, “uma bela ave do tamanho de um galo, cuja carne é muito saborosa”. A carne do mutum, “uma ave que persegue peixes, frita, é muito boa”. O peixe-boi é um dos peixes mais preferidos, “tanto pelo tamanho quanto pela quantidade de carne [...]. Do boi ele nada mais tem do que a semelhança da boca [...].

A carne pode ser preparada como a do porco: assada, frita defumada [...]. Grelhado ou frito, cortado em pedaços, regado à manteiga, é

guardado por muito tempo em grandes recipientes [podendo] ser transportado para a Europa”. O pirarucu, outro “peixe muito grande, [...] é um alimento rústico, como o nosso bacalhau”. A piraíba é “também um peixe grande e de muito bom sabor.” (PORRO, 2011).

Daniel (1976), mais explícito que Eckart, informa: “Todas as riquezas [dos índios] consistem em ter um pouco de farinha de pau, que é o seu pão ordinário [...]. Um arco com as suas flechas, uma canoinha, que fazem de casca de alguma árvore, e um remo; ainda que esta não tem todos, contentando-se com uma pequena jangada feita de canas, com que atravessam os rios, e passam de uma para outras ilhas [...]. Todos os seus móveis, trastes e instrumentos de casa se cifram em uma panela, uma cuia [...], uma maquirá [...] tecida de palmas, ou cipó. Alguns tem seu machado de pedra [...], a sua faca de pau ou casco de tartaruga. Além destes [...] tem o seu cachimbo, para se regalarem com o paricá, em lugar do tabaco [...]. Nas mulheres é a proporção o seu dote, e alfaias [...] uma cuia [...] de jequitaita, ou malagueta, que lhe serve de tempero em todos os seus guisados; uma pequena panela, um ralador [...] de mandioca [...] e um guturá, certo gênero de cestos [...] em que metem todo este enxoval, quando vão de casa mudada”.

Os índios “só exercitam a pescaria, o caçar, em que são insignes com as suas armas de arco e flecha; como também insignes nadadores”. Praticavam a agricultura de coivara que geralmente consistia em roçados de mandioca. Torravam farinha e faziam beijus. Sua mesa farta e variada se constituía de caças de carne, peixes e tartarugas. Ordinariamente comiam tudo assado. Cozinhavam seus mingaus em panelas de barro (igaçabas) e serviam as refeições ora em cuias, ora em folhas de árvores. Temperavam os seus alimentos com limão, tucupi, mangarataia e pimentas (de preferência a da espécie malagueta). Das últimas, há quase uma

centena de variedades de plantas. Tempero tradicional de uma cultura milenar, usada para ‘curar carnes’, a pimenta exerce grande papel na cultura, inclusive nos mitos, das espécies cultivadas pelos índios. Seu sabor extremamente forte e marcante, fascina quem a experimenta. Na culinária do “mundo dos brancos” desperta sabores antropológicos ao lado dos gastronômicos.

Lourenço da Silva Araújo e Amazonas (1803-1864), capitão-tenente baiano que serviu na antiga Comarca do Amazonas, escreveu em 1852

“É o indígena ordinariamente de estatura regular, bem conformado, cor de cobre, cabelos lisos e pretos, testa curta, nariz chato, beiços grossos, nenhuma barba. Todavia, ao passo que para o sul estas confrontações são quase invariáveis, sofrer para o norte considerável alteração: e no Alto Amazonas é o Mura barbado, o Mundurucu de alta estatura e o Parintin a não ser seu empenho em se deformar seria de uma fisionomia irrepreensível [...]. O ministério [do] pajé hoje se limita ao exorcismo, à clínica, à adivinhação e aos conselhos. Vive retirado e em contemplação. Assiste a todas as festas e reuniões solenes da [tribo], cujas cerimônias regula e preside. Acompanha e anima os guerreiros nos combates; e seu instrumento sagrado é o maricá. Vivem em humildes palhoças, reunidas em povoações, e que chamam malocas, assentadas ordinariamente nas cabeceiras, ou nas confluências dos rios. Seus trastes e utensílios não passam das redes, em que dormem, dos vasos de barro e cabaças para uso da cozinha, suas armas e enfeites de penas, e alguns troféus, como crâneos humanos, peles e dentaduras de feras.” (AMAZONAS, 1984).

Povos com a cara pintada e as cores da diversidade. Para os “civilizados”, que debochavam da sua sabedoria, os índios sempre foram estranhos. Mas, em sua fala, vestes e adornos, entreviam outros padrões civilizatórios sem abdicar de suas culturas. Mesmo a despeito de terem vivenciado o drama da ocupação da Amazônia, lutaram tenazmente para manter seus hábitos e não perder a dignidade.

Ainda que hostilizados, ajudavam o estrangeiro com os saberes da floresta e suas plantas medicinais. Primeiros a tratar comida não só como alimento, mas como cultura, são de sua autoria a maior parte das normas gastronômicas ou dietéticas que vigoram até hoje. Além da salga, inventaram duas outras formas de conservar peixe e carne: o moquém e a mixira. Herdamos da sua arte culinária, além da farinha de peixe seco (piracuí), vários tipos de farinha de mandioca (d'água, seca e de tapioca); grande número de nutritivos e saborosos pratos, tais como moqueca (o assado na grelha) de peixe e carne, a caldeirada de carne e peixe, a panelada de vísceras e/ou miúdos de carne, o cozidão dos miúdos de pirarucu, a maniçoba (grelas de mandioca misturados com carne ou peixe), a farofa, o guisado, o picadinho e o sarapatel de tartaruga; os refrescos de abacaxi ou ananá, açai, araçá-boi, bacaba, bacuri, buriti, cacau, caju, cupuaçu, goiaba, guaraná, jenipapo, mangarataia, maracujá, muruci, pitanga, puruí, taperebá, além do xarope de xexuá; os chás de boldo, capim-cheiroso, carajiru, cidreira, limão, mastruz e outros; os mingaus de banana, batata-doce, cará, castanha, jurumum, côco, macaxeira, milho e os de subprodutos da mandioca: crueira, chibé (jacuba) e tacacá (este o mais famoso deles); os bolos tipo beijus (beijuaçu, beijucica, membeca, tapiquinha), carimã e pés-de-moleque; os doces de cacau, caju, castanha, côco, goiaba, jenipapo, jurubeba, mamão, milho, melancia, murici, pitanga etc; e os temperos arubé (mistura da massa de mandioca ao sal e à pimenta) e tucupí (molho de manipuera com pimenta), destinados a tornar ainda mais palatáveis os alimentos.

Os índios preparavam suas comedorias de maneira simples e artesanal, cozidas em panelas de barro, assadas no moquém e servidas em cuias e folhas do mato. Davam um caráter ritualístico à produção de certas bebidas. Caso do aluá, do chocolate e da mangaratiba feitas: (1) das cascas do abacaxi, fermentadas com açúcar em potes de barro; (2) das

amêndoas do cacau, secadas ao sol, torradas em fogo brando, socadas no pilão, sendo que a pasta daí proveniente era cozida em panelas de barro e passada na peneira tecida em palhas de palmeira; e (3) da raiz da mangarataia, ralada na língua do pirarucu, de cuja massa fermentada em potes de barro resultava um vinho forte e rascante.

Em suas bebedices (momentos alegres, de festejos), punham-se a bebericar cauim – um licor forte e de conteúdo alcoólico fermentado de milho, ou preparado com mandioca cozida e fermentada, ou feita de caju espremido. Ainda, na microrregião de Itacoatiara consumia-se em larga escala o cacauari e a mangaratiba – aguardentes obtidas mediante a fermentação e destilação da polpa do cacau e da massa da mangarataia, a primeira de sabor adocicado e a segunda um tanto travosa. Como dito antes, o pó solúvel proveniente do caroço de cacau ainda é matéria-prima usada na fabricação do chocolate. Do sumo da raiz da mangarataia também se produz a gengibirra, um refresco muito popular, não etílico.

Os índios têm seus hábitos peculiares. Suas tradições são de remota origem. Em perfeita união com a natureza, adoravam a música, a dança e as festas. Esse caráter festivo incorporou-se aos nossos costumes. Muito do nosso folclore tem a ver com os pioneiros filhos da floresta, posto que adaptado e misturado a outras tantas influências que tivemos no transcurso da nossa trajetória. Adoravam os astros e celebravam a vida. Em suas festas costumavam madruguar cantando e dançando. Enlevados pelas cantigas e os sons de vários instrumentos bebericando muitos cuités de cauim, mangaratiba e cacauari que mantinham estocados em seus camutins.

No início da colonização os índios foram flagrados adorando ídolos. Tais hábitos foram lentamente substituídos pelos ritos católicos. Aludindo ao fato, Daniel (1976) afirma que “ao que parece uns adoravam o sol, outros a lua e outros criaturas, ou seja, corpos mirrados dos seus

progenitores, ou pedras de tal e tal figura”. Mas, “não têm sacerdotes dedicados a este culto [...] nem também templos consagrados às suas venerações, e oferecimento de sacrifícios [...]. Têm, porém, alguns índios, aos quais muito respeitam, não porque os venerem por sacerdotes, e muito menos por deuses, mas porque cuidam que eles tem algum superior poder para os castigar e os maleciar”.

Aqui, o padre-cronista menciona os pajés. [Eles] se “Fingem de poderosos que podem alcançar coisas grandes e, quanto do sol, lua, dos astros e elementos; e que falam com o diabo [...]. Há diversas castas de pajé: uns a que chamam pajé catu, pajé bom; outros pajé aiba, isto é, mal. O pajé catu não é tão ruim nem tão embusteiro, como o aiba; é o mesmo que um alveitar, médico das dúzias [...] curam estes as doenças, ou as empioram e agravam com seus remédios naturais ou fingidos.” (DANIEL, 1976). Portadores de poderes ocultos ou orientadores espirituais, assim como os xamãs, os pajés poderiam assumir o papel de médicos, sacerdotes ou faziam o uso de plantas para fins medicinais ou invocações de entidades. Em suma, depositários da ciência tradicional das tribos, viviam semirreclusos e afastados em sua cabana. Sua mais frequente função era realizar encantamentos místicos para expulsar os maus espíritos por meio de cânticos mágicos, rituais apropriados e a batida rítmica do maracá. Na promoção da cura das moléstias, mesclavam aos procedimentos místicos a administração de medicamentos feitos com vários tipos de ervas, raízes, cascas, algumas sementes e flores, substâncias animais e minerais, com os quais preparavam pós, cozimentos e infusões.

No caso específico da região do Urubu, Bettendorff (1990) esclarece: “Há por aquelas partes grandes feiticeiros a que chamam pajés; estes diziam, conforme me referia o reverendo padre frei Teodósio, que os índios se haviam de converter em brancos e os brancos em índios, mas parando tudo em nada, ficaram desenganados, e faltou mui pouco em

aquela vez que, pelas más práticas desses malévolos feiticeiros, tirassem os mais a vida a seu padre missionário [...]. Prendeu-se pelos índios um daqueles pajés, ainda rapaz, e se mandou ao Pará para se vender por escravo; porém, como se valeu de mim, alegando sua liberdade, pulo eu como forro, com o capitão-mor André Pinheiro, para tirá-lo de perigo de o matarem ou tornarem a vender. Tinha também o padre João Maria [Gorzoni] trazido um rapaz, filho do principal dos Abuqenos, ao Pará para aprender a língua; a este também levei comigo, já usado em língua geral, e o entreguei vestido de novo ao reverendo padre Teodósio, para ele o tornar a entregar a seu pai quando fosse à sua aldeia, que por distante de seis jornadas e gentia toda, não quis ir ver, contentando-me de o encomendar ao rapaz, herdeiro e sucessor futuro do Principal, que aconselhasse a seu pai se descesse com sua gente para paragem onde pudessem ser doutrinados para se salvar, o que ele prometeu fazer, mas como não há que fiar-se nos índios sem fé, sem lei e sem rei, não ouvi que se mudasse até o presente tempo”.

Na seara indígena, conhecendo os meios de entrar em contato com os espíritos, os pajés se julgavam aptos a afastar ‘mal olhado’ e a mudar o destino das pessoas. Portadores do bem, se amigos dos deuses; portadores do mal, se adeptos do demônio. A propósito de ‘capeta’, na Costa da Conceição, acima da cidade de Itacoatiara, há um igarapé de nome Cainamã. É uma alusão a Cainamé, uma entidade fantástica ou espírito sobrenatural que, em tempos idos aparecia de noite para amedrontar os moradores do local. Essa estória remonta a séculos. Ainda hoje, quem passa por ali, à noite, sente medo. Parece um lugar de atuação de um pajé aiba, amigo do espírito das trevas.

Escrevi em 1999: “O sentimento religioso entre os índios amazônicos diferia muito da religião pregada pelos colonizadores europeus. Os jesuítas, primeiros professores na nova terra incorporada a Portugal, ao

tempo que faziam o apostolado da fé cristã varrendo as crenças originais do espírito dos nativos, e, assim também, suas formas de vida e de costumes, ensinavam as primeiras letras impondo-lhes a apropriação da língua portuguesa. Destarte, tornaram acessíveis aos índios os principais dogmas do Catolicismo, sem se preocupar com os rigores teológicos. O Deus dos cristãos tornou-se para os indígenas o Tupã; o satanás, o Satã. E deram-lhes uma trindade calcada na Trindade católica, composta pelo Sol (Uarici), pela Lua (Yaci) e por um deus de amor (Rudá ou Perulá)”.

“A religião dos índios evitava toda manifestação exterior e dispensava o culto externo. Era uma religião sem culto, desprovida de sacerdotes, privada de templos e de cerimônias. Era uma simples maneira de conceber as leis do universo. Esses homens de cultura superior, criados à sombra das matas virgens, sentiam-se principalmente maravilhados por dois fatos: o nascimento do homem e a produção da luz. Para eles, o nascimento dos filhos e o aparecimento da luz tinham uma causa: a mãe Natureza.” (SILVA, 1999).

Como definido pelo barão de Santa-Anna Nery, “A necessidade de conhecer o germe que engendra a Ciência do Bem e do Mal, foi travada nos índios por um vago sentimento de terror. Abandonados a si mesmos no seio de imensas solidões, cercados de forças misteriosas que agem brutalmente por todos os lados, não compreendem o que há de escondido por trás desses fenômenos que têm a aparência de energia vital e voluntária”.

“Essas árvores que flutuam ao sabor dos ventos que bramam na tempestade, que se agitam com demência, espalham sobre a terra sombras gigantescas, terríveis como a do Caapora, ou então pequenas e disformes como a do Curupira. Suas noites são atormentadas por visões. Suas fadigas e seus medos perpétuos, suas digestões pesadas, ressoam durante o sono. O pesadelo os enlaça e se transforma em gênio malfazejo

que lhe apertam a garganta. É o Jurupari. Ao acordar, durante essas longas noites, um pássaro canta e lança na sua solidão um grito dilacerante e monótono. É o anão manco, Mati-Taperé, que, ainda hoje, amedronta as crianças da Amazônia”.

“Quando o índio põe fogo na floresta para estabelecer sua maloca, as aspirais de chama correm à sua frente; as cobras deitadas no mato áspero se torcem queimadas e procuram fugir. O índio vê nelas o Mboitatá, a cobra de fogo, que protege a floresta. Se ele se aproxima dos rios, durante as noites claras como o dia, ouve o murmúrio das águas desgastando as margens; são as Iaras enfeitiçadoras, que o atraem para matá-lo”.

“Essa grande criança, filho da Natureza, se amedronta por tudo. E, entretanto, é bravo contra seu semelhante. A morte, que inflige com tanta coragem, ele não a teme. Mas existe algo que o aterroriza mais que a morte: é o desconhecido, o espírito das coisas não visto, a conjuração misteriosa dos fantasmas com os quais a imaginação povoa os lugares solitários; é esse não-sei-quê de indefinido que se tem na alma, e que nos atormenta desde o berço. Foi talvez assim que o sentimento religioso se desenvolveu entre os indígenas. Ele flutuava ainda no vago de uma teodiceia inconsciente. O período da expressão piedosa ainda não tinha chegado para esses espíritos independentes e retardados. Aliás, a vida nômade [dos nativos] não favorece muito o estabelecimento de templos e altares.” (NERY, 1979).

Seguindo a tendência de outros recantos do País, a formação do gentílico Itacoatiarense resultou da mistura de indígenas, africanos e europeus. Povos do passado e do presente, migrados de várias partes do mundo e da maioria dos estados brasileiros, têm contribuído para reinventar a identidade da nossa gente.

Gentílico é a palavra que designa a nação, estado, origem, ou o adjetivo que qualifica e identifica o local de nascimento ou residência do sujeito. Embora não siga um padrão para suas terminações, principalmente em nomes relativos às cidades, o termo é geralmente formado da seguinte forma: início do nome do lugar + terminação pré-definida (sufixo). Exemplos óbvios: o gentílico de quem nasce no Brasil é brasileiro; no Amazonas é amazonense; e em Itacoatiara, itacoatiarense.

O Dicionário Aurélio grafa os termos Itacoatiara e Itacoatiarense do seguinte modo: “Itaquatiara [do tupi = ‘pedra riscada’]. Substantivo feminino. Inscrição de rochedos e paredes de cavernas; inscrição rupestre. Itaquatiarense. Adjetivo. De, ou pertencente ou relativo à Itaquatiara (AM). O natural ou habitante de Itaquatiara”. Tal citação remete-nos às obras do historiador Mário Ypiranga Monteiro (1909-2004), único pensador amazonense a se manifestar dessa forma. Ao mencionar nossa cidade, em vários de seus livros, jamais admitiu a forma vernacular. Prefere os termos Itaquatiara e Itaquatiarense.

O substantivo tupi era usado desde a descoberta do sítio Itaquatiara (século XVII) e foi aportuguesado com a elevação da vila de Serpa à cidade, em abril de 1874. Ali também nasceu o gentílico Itacoatiarense.

Quando da elaboração, em 1990, do anteprojeto de Lei Orgânica do Município que me encomendou a Câmara Municipal de Itacoatiara, no qual, depois de ouvidos vários segmentos da população, levado à discussão em plenário e aprovado – inserimos no Ato das Disposições Transitórias um dispositivo prevendo a realização de um plebiscito em que os cidadãos, por meio do voto direto e secreto, aprovariam ou não a seguinte questão que lhes seria submetida: “O termo substantivo com que se nomeia a sede do Município e o adjetivo que identifica os naturais ou habitantes da nossa cidade continuarão a ser grafados na língua vernácula (ITACOATIARA, ITACOATIARENSE)?”

Seguindo rigorosamente as formalidades legais que o disciplinam, o plebiscito teria a supervisão do Tribunal Regional Eleitoral. Se a maioria dos votantes optasse pela negativa, os sinais gráficos seriam mudados para os padrões da língua primitiva e, em consequência, passariam a vigorar ITAQUATIARA e ITAQUATIARENSE.

Aquela nossa indicação rememorava o passado desta cidade. Pautava-se na convenção para a grafia de nomes indígenas, de 1953, recomendada pela Associação Brasileira de Antropologia, e visava homenagear a história indígena de Itacoatiara. Crente na verdade, julgávamos que a proposta que se pretendia embutir na Carta Legislativa Municipal iria merecer uma ampla discussão política, confluindo para engrandecer a autoestima da população itacoatiarense. Porém, o assunto, cozinhado em banho-maria, tornou-se letra morta, foi esquecido.

A posição estratégica da cidade, à margem do maior e mais caudaloso rio do mundo, é a causa-mor da afluência de 'gente importada', pessoas que vêm de todos os cantos, para passear, estudar, trabalhar, viver a vida; que mesclam o seu sangue com o de outras raças, pelo casamento ou pela união ocasional, produzindo uma nova cor, novas faces, outros biotipos – consequências que atribuem aos moradores de Itacoatiara a condição de povo misturado. Em todos os segmentos representativos da sociedade local – estudantil, docente, empresarial, político etc, há descendentes de português, judeu, espanhol, sírio-libanês, italiano etc, misturados com nacionais do Norte, do Nordeste, do Centro-Oeste, do Sudeste e do Sul.

O mais surpreendente é que a contribuição do índio nesse processo não decorreu de uma ou duas etnias, porém de cerca de duas dezenas delas. Um demonstrativo de que o caráter multiétnico da população de Itacoatiara vem desde os primeiros tempos, quando nem se falava em imigração. Segundo afirmou o missionário Teotônio Barbosa, há mais de

dois séculos: a antiga missão que deu origem a Itacoatiara era povoada de índios de várias etnias. Disse, naqueles idos, o célebre jesuíta: “[Esta] antigamente populosa aldeia de Abacaxis, cujos habitantes foram dizimados, abrigara mais de 23 outras nações”.

Na verdade, a catequese provocou grande movimentação nas populações indígenas, não só pelos descimentos concentrando num mesmo aldeamento indivíduos oriundos de grupos diversos, mas também porque muitos indígenas, abandonadas as missões, se reagruparam em locais diferentes das aldeias de origem. Com o aumento da imigração portuguesa, no início do século XVIII, a população foi se amestiçando cada vez mais e daí se originou o caboclo.

O processo de ‘cabocização’ da Amazônia foi oficializado no governo do primeiro-ministro português Marquês de Pombal (1750-1777), através do Alvará régio de 4 de abril de 1755, mandando incentivar os vassallos do rei a se casarem com mulheres indígenas. Os primeiros exemplos dessa política ocorreram justamente na região do Madeira. Reis (1989) escreve a respeito: “O problema do povoamento carecia ser enfrentado seriamente. As ordens da metrópole e do governador do Grão-Pará mostravam o interesse porque o encarava Portugal. [O governador da Capitania de São José do Rio Negro] Joaquim de Melo e Póvoas, procurando atacá-lo, de acordo com a legislação em vigor, que favorecia, cumulava de privilégios os brancos que casassem com índias, concitou os portugueses a realizarem essa união [...]. Os primeiros casamentos do gênero realizaram-se na missão de Trocano que deu origem à atual cidade de Borba, ainda ao tempo de Mendonça Furtado”. Nunca é demais lembrar que Trocano estava há dois dias acima de Abacaxis.

Mais tarde, europeus e indígenas cruzariam a valer, contando essa mistura étnica com aprovação e incentivos fiscais. Assim ditou a rainha dona Maria I de Portugal (1734-1816): “Iguais os índios em direitos e

obrigações com os meus outros vassallos, ainda falta facilitar-lhes alianças com os brancos, como um meio muito eficaz para a sua perfeita civilização; portanto, ordeno-vos que cuideis muito em promover os casamentos entre índios e brancos... (*in* Carta régia de 12 de maio de 1798)".

Segundo Lago Silva (1985): "Para os cargos públicos dava-se preferência aos que casassem com índios. A fazenda real doava instrumentos agrícolas e tecidos àqueles que realizassem tal tipo de união; os soldados que se unissem pelo matrimônio às nativas recebiam baixa."

Destarte, 'Caboclo' é um termo originário do tupi kari'boca (o procedente do branco). Para os dicionaristas é a expressão utilizada para denotar uma relação amigável, de afeição para com a pessoa próxima de nós (exemplo: meu caboclo, minha cabocla). O pejorativo "caboco" (de kaá-boc: aquele que vem do mato) é uma referência ao mestiço de índio, tipo de homem valente e bem disposto – "Caboco trabalhador e corajoso não se afasta do roçado". No sentido figurado, os dois termos atinam para qualidade, modo de ser ou estado do mestiço de branco com índio. Atualmente, ainda que se refiram ao habitante da zona rural, ambos os termos resultam em compreender todos os que constituem populações tradicionais, não indígenas.

Mestiço resultante do cruzamento do branco com o índio – o caboclo constituiu parte expressiva da população colonial da Amazônia. Geralmente, os mais apaixonados pelas coisas da terra consideram 'caboclo da gema' aquele que pesca o peixe, colhe a mandioca e faz a farinha e o tucupi. Na literatura do poeta e ensaísta itacoatiarense Élon Farias são empregados os dois termos e, amiúde, o feminino: "Como bocas das cabocas estendidas nos varais". O poeta de Barreirinha Tiago de Melo gosta mais da forma "caboclo", enquanto o dramaturgo manauara Márcio Souza adota "caboco".

O caboclo de Itacoatiara é o típico brasileiro de três etnias. Em seu sangue tem herança indígena, africana e europeia. Contraditoriamente bairrista e hospitaleiro, possui hábitos simples e gestos altivos. Geralmente marupiara, ele tende a ser pálido e não gosta de aplaudir.

Capítulo IV

CRONOLOGIA

ANTECEDENTES

Era pré-colombiana

14.000

Os primeiros humanos vindos da Ásia, através do Estreito de Bering, chegam à América do Norte.

12.500

Grupos dos primeiros humanos saem da América do Norte em direção sul, atravessam a América Central e ingressam na América do Sul, através da Colômbia.

11 mil a. C.

Primeiros sinais de ocupação humana no Alto Amazonas.

9,2 mil a. C.

Grupos de caçadores-coletores se espalham por toda a região amazônica.

6 mil a. C.

Registrada a presença humana no extremo norte do atual Estado do Amazonas.

5 mil a. C.

Grupos de agricultores passam a trabalhar no alto Madeira, região onde teriam sido domesticadas a mandioca e a pupunha.

3 mil a. C.

Sociedades de horticultores marcam presença na foz e no Baixo rio Amazonas.

2 mil a 4 mil anos atrás

Inscrições rupestres descobertas nos sítios arqueológicos Itaquatiara, Caretas (Rio Urubu) e Lages (Manaus) permitem especular que havia estreita comunicação entre as populações pré-históricas concentradas nos municípios de Itacoatiara, Silves e Manaus.

2 mil a 7 mil anos antes do tempo atual

Grupos de língua Arwak atuam na margem esquerda do rio Amazonas, no trecho rio Negro-rio Uatumã. Possivelmente, os das etnia Karib e Tupi-guarani na margem oposta, na região do Madeira, trecho que abrangem ou têm estreita comunicação com o território de Itacoatiara.

A conquista europeia**Século XV****1492**

Out/12 – Cristóvão Colombo aporta pela primeira vez em território americano.

1494

Jun/07 – Celebrado entre Portugal e Espanha o Tratado de Tordesilhas, fixando critérios de partilha das terras descobertas e por descobrir.

Século XVI**1500**

Fevereiro – O espanhol Vicente Yáñez Pinzón descobre o estuário do rio Amazonas. Foi o primeiro europeu a chegar à Amazônia.

Março – O aventureiro espanhol Diego de Lepe chega ao local onde esteve Pinzón. Atrita com os nativos e comete o primeiro ato genocida da Amazônia.

1534

O rei João III, de Portugal, cria a Capitania do Maranhão. Fracassa a tentativa de instalá-la no ano seguinte.

1540

Set/27 – O papa Paulo III edita a bula *Regimini Militantis Ecclesiae* estimulando o interesse europeu sobre os habitantes das Américas pré-colombianas.

1541

Dezembro – O sertanista espanhol Francisco de Orellana se desliga da expedição de Gonzalo Pizarro e inicia sua célebre viagem através do rio Amazonas.

1542

Jun/10 – Francisco de Orellana descobre a embocadura do Madeira e ultrapassa o sítio Itaquiara. Em agosto encerraria sua viagem saindo no Atlântico.

1580

Ago/25 – Em decorrência da União Ibérica, a Amazônia passa para o domínio espanhol.

1596

Deste ano até a primeira década do século XVII, corsários ingleses, irlandeses e holandeses se introduzem na região pelo rio Amazonas, até o Xingu.

1599

Índios Tupinambá, depois de migrarem da costa do Brasil e atravessarem o Continente até a Bolívia, descem o Madeira e se estabelecem na Ilha Tupinambarana.

Século XVII

1611

Set/10 – Alvará régio autoriza a entrega da administração das aldeias indígenas a leigos e padres seculares com atuação nas colônias portuguesas.

1612

Jul/26 – O Maranhão é ocupado pelas tropas do corsário francês Daniel de La Touche. Os franceses fundam a cidade de São Luís e três anos depois são expulsos pelo exército do capitão Jerônimo de Albuquerque.

1615

A partir deste ano, os holandeses da Guiana ingressam na região

do Madeira e procuram manter transações comerciais com os índios do baixo curso do rio.

Nov/03 – O capitão Jerônimo de Albuquerque assume o comando do Maranhão. Assinala-se aí o início da colonização portuguesa na Amazônia.

1616

Jan/12 – O capitão-mor português Francisco Caldeira de Castelo Branco funda o forte do Presépio, núcleo originário da cidade de Belém/PA.

1617

Mai/04 – Carta régia manda integrar ao Estado do Brasil as capitanias gerais do Maranhão e Grão-Pará.

1618

Jun/20 – O rei Filipe II delega aos franciscanos o trabalho de conversão dos índios. Desde o ano anterior, já se encontravam em Belém vários padres dessa Ordem.

1619

Nov/07 – Alvará régio desta data manda separar do Estado do Brasil as capitanias do Maranhão e Grão-Pará.

1620

Casais de açorianos chegam para trabalhar na Amazônia. Ao todo vieram 561 imigrantes.

1621

Jun/13 – Filipe III extingue as capitanias gerais da região e cria o

Estado do Maranhão e Grão-Pará, com sede em São Luís e ligado diretamente a Lisboa.

1622

Criada a Câmara Municipal de São Luís.

O padre Luiz Figueira instala a Missão dos jesuítas do Maranhão e Grão-Pará. Seria desativada em 1636.

1623

Set/24 – Nomeado o primeiro governador do Maranhão e Grão-Pará, Francisco Coelho de Carvalho.

1627

Chegada à Amazônia dos primeiros padres da Ordem dos Carmelitas Descalços.

1628

Jun/25 – Alvará régio garante aos jesuítas a administração espiritual e temporal dos índios da Amazônia.

1633

Fev/20 – Na cidade suíça de Friburgo, nasce o futuro padre jesuíta Jódoco Perez (Jodocus Perret). Meio século depois, estando no cargo de superior dos jesuítas do Estado do Maranhão e Grão-Pará, fundaria no rio Maturá, afluente do Madeira, a missão donde se originaria a cidade de Itacoatiara.

1637

Ago/10 – Confirmada a jurisdição eclesiástica dos jesuítas sobre toda a região amazônica.

Out/26 – O militar português Pedro Teixeira dá início à primeira viagem exploratória do Amazonas. Sobe até Quito, no Equador. Ao retornar, dez meses depois, toma posse da região em nome da Coroa.

1638

Jul/25 – Os jesuítas instalam em São Luís a Administração Eclesiástica do Estado do Maranhão e Grão-Pará.

1639

Jun/03 – Refundada em São Luís a Missão dos jesuítas.

Final de novembro. Retornando de viagem, Pedro Teixeira passa defronte à boca do rio Madeira e ultrapassa em seguida o sítio histórico onde, 120 anos mais tarde, seria instalada a vila de Serpa.

1640

Chegada à Amazônia dos primeiros padres das Mercês.

Dez/01 – Extinção da União Ibérica. Portugal recupera sua independência política e define de vez o direito de posse às terras da Amazônia.

1641

Nov/25 – Tropas da Holanda comandadas por Maurício de Nassau ocupam São Luís e ampliam os domínios de seu País às terras do Maranhão. Em fevereiro de 1644 são expulsas pelos portugueses.

1642

Falecimento do padre Luiz Figueira.

1649

À falta de padres da Ordem para missionar na Amazônia, a Missão dos jesuítas é praticamente fechada.

1650

O bandeirante paulista Antônio Raposo Tavares chega à Amazônia e desce o rio Madeira. Três anos mais tarde retorna a São Paulo através de Belém.

1652

Fev/25 – Extinção do Estado do Maranhão e Grão-Pará.

Jul/24 – Provisão régia manda implantar a cônica – pensão anual conferida aos jesuítas em missão na região.

1653

Jan/16 – O jesuíta Antônio Vieira chega a São Luís para ativar e consolidar a Missão da Ordem. De imediato é investido no cargo de superior regional.

Mai/20 – Padre Vieira escreve a dom João IV denunciando colonos e servidores da Coroa envolvidos com o estado de exploração e escravização dos índios.

Out/05 – Padre Antônio Vieira chega a Belém.

Out/12 – Carta régia comete às câmaras e capitães-mores a administração dos índios, e restabelece os casos de cativo dos nativos apreendidos em guerra justa.

1654

Meados de julho – Padre Vieira, depois de retornar de uma visita ao Tocantins, viaja a Lisboa para solicitar a revogação da Provisão régia de 1653, tendente a proteger o cativo indígena.

Ago/25 – Maranhão e Grão-Pará, por Provisão régia desta data, readquire a categoria de Estado colonial com sede em São Luís.

1655

Abr/09 – Lei régia garante aos jesuítas a administração das aldeias e o governo temporal e espiritual dos índios.

Mai/16 – O padre Antônio Vieira regressa triunfante a São Luís para fazer implantar a Lei de 9 de abril. É o primeiro Regimento das Missões; documento base da ação missionária na Amazônia.

1656

Janeiro – O padre Antônio Vieira transporta-se outra vez a São Luís. A 7 de abril volta a Belém com planos de ir, pessoalmente, em missão ao alto Amazonas.

A expansão para o interior

Século XVII

1657

Jun/22 – Substituindo ao padre Vieira, os jesuítas Francisco Veloso e Manuel Pires deixam São Luís e iniciam a primeira entrada europeia na Amazônia Ocidental.

Agosto – Primeiramente, param na aldeia de Matari, acima da atual cidade de Itacoatiara. Celebram missa e assistem aos índios Aroaqui. De lá seguem ao rio Negro e passam ao Tarumã.

1658

Ago/15 – Os padres Francisco Gonçalves e Manuel Pires realizam a segunda entrada ao Amazonas, chegam ao rio Negro e à boca do Tarumã.

1660

Final do ano – Os jesuítas Manuel Pires e Manuel de Souza, guiados pelo capitão Domingos Monteiro, após uma viagem de quase quatro meses Amazonas acima, entram no rio Urubu e fundam Saracá, atual Silves.

1661

Fev/12 – Começam os atritos entre a Câmara de Belém e os padres jesuítas. Padre Antônio Vieira é acusado de atentar contra a economia do Estado.

Mai/15 – Rebenta a revolta do povo de São Luís contra os jesuítas. No dia 20 de julho Belém adere ao motim.

Set/08 – Primeira expulsão dos jesuítas da Amazônia. O padre Vieira e seus companheiros são presos e logo em seguida deportados para Lisboa.

1662

Set/07 – Com a vinda dos missionários João Maria Gorzoni e Salvador do Vale, começa oficialmente o retorno dos jesuítas à Amazônia.

Final do ano – Retomada da missão de Saracá, no Baixo rio Urubu, pelo padre frei Raimundo, das Mercês. Achava-se paralisada devido ao motim de 1661.

1663

Fevereiro – No rio Urubu, o cabo Antônio de Arnau Vilela peleja contra os índios Aroaqui e parte de sua tropa é trucidada por eles. Os sobreviventes se refugiam em Saracá e depois regressam a Belém.

Set/12 – É abolida a jurisdição temporal dos missionários e as aldeias passam à administração dos capitães-mores. Os insurgentes do Estado do Maranhão e Grão-Pará são anistiados.

Out/18 – Provisão régia manda devolver a administração das missões aos padres jesuítas e determina que eles retornem, exceto o padre Antônio Vieira que é preso em Lisboa e processado pela Inquisição.

1664

Nov/25 – No Urubu, a tropa de guerra do genocida Pedro da Costa Favela, para vingar a morte de Antônio Arnau Vilela e seus comandados, e, ainda apoiada pelo sargento-mor Antônio da Costa, promove a quase extinção dos índios Aroaqui.

1667

O padre Antônio Vieira deixa a prisão em Lisboa.

1668

O padre mercedário frei Teodósio da Veiga estabelece-se na missão de Saracá. Seu trabalho catequético nos rios Urubu e Negro duraria quase trinta anos.

1669

Aceleradas as entradas no rio Madeira. Padres jesuítas, em missão de catequese, passam a operar na região.

O jesuíta João Filipe Bettendorff, em desobriga religiosa ao Urubu, identifica-o como “o rio dos Aroaqui”.

Junho – O capitão-mor Pedro da Costa Favela, à frente de uma tropa de resgates e em companhia do padre mercedário, frei Teodósio da Veiga, funda Santo Elias do Jaú, a primeira povoação do rio Negro.

Set/29 – O superior dos jesuítas, João Filipe Bettendorff, acompanhado do padre Pedro Luís Gonçalves e do irmão leigo Domingos da Costa, visita a missão dos índios Tupinambarana.

1670

Provavelmente em maio – Tropa de resgate chefiada pelo capitão-mor Manuel Coelho, dela fazendo parte os padres Manuel Pires e João Maria Gorzoni, sobe o Amazonas e passa pelo rio Negro e o Solimões.

1672

Provavelmente em janeiro – Os jesuítas Manuel Pires e João Maria Gorzoni, na volta do Solimões, entram no rio Madeira.

1676

Para trabalharem na Amazônia, chegam a São Luís mais 234 colonos dos Açores.

1677

O governo do Maranhão e Grão-Pará manda estimular o plantio racional de cacau em todo o Estado.

Ago/30 – Em Roma, o papa Inocência XI cria o Bispado do Maranhão, jurisdicionado a Lisboa.

Dez/15 – O Padre Geral dos jesuítas, João Paulo Oliva, manda desvincular do Brasil a Missão dos jesuítas do Maranhão e Grão-Pará, que passa diretamente à jurisdição de Lisboa.

1678

O jesuíta Jódoco Perez, futuro fundador do núcleo que originaria Itacoatiara, é transferido de Salvador/BA para São Luís e em seguida vai para Belém. Até 1681 prega e missiona em várias aldeias do Baixo e Médio Amazonas.

1679

Jul/11 – Em São Luís, toma posse o primeiro bispo do Maranhão, dom frei Gregório dos Anjos.

1680

A Capitania geral do Ceará é desmembrada do Estado do Maranhão e Grão Pará e passa a ser jurisdicionada à Província brasileira de Pernambuco.

Abr/01 – Alvará régio desta data confere aos religiosos da Ordem jesuítica o monopólio sobre os descimentos e a conversão dos silvícolas.

Abr/02 – De Lisboa, o padre Antônio Vieira escreve ao padre superior Pedro Luís Gonçalves alertando-o sobre o potencial geopolítico e etnográfico do rio Madeira e especula sobre a possibilidade de ser criada ali uma missão da Ordem jesuítica.

1681

O governo do Estado do Maranhão e Grão-Pará incentiva a exportação do cacau do rio Madeira com isenção de todos os impostos.

No Madeira, os índios Maué guerreiam contra os Iruri.

Mar/07- Criada a Junta das Missões por dom Pedro II, regente desde 1668 e rei de Portugal a partir de 12 de setembro de 1683.

1682

Chega à Amazônia mais uma leva de escravos negros.

Fev/12 – Lei dessa data cria a Companhia do Comércio do Maranhão e extingue a chamada Lei do Escambo.

Jul/07 – Padre Jódoco Perez assume a Reitoria do Colégio de Santo Alexandre, em Belém.

Dezembro – O padre Pedro Luís Gonçalves, superior dos jesuítas, volta gravemente doente de uma viagem à missão do Cabo do Norte.

FUNDAÇÃO DE ITACOATIARA

Origem e fundação

Século XVII

1683

O Padre Geral Carlos de Noiele, revogando ato de seu antecessor, decreta a saída da Missão regional dos jesuítas do comando de Lisboa e o seu retorno à jurisdição da Província do Brasil.

Mar/18 – Padre Jódoco Perez, nomeado em substituição a Pedro Luís Gonçalves, assume o cargo de superior dos jesuítas da Amazônia. Seu antecessor falece em meados de abril.

Jun/09 – Jódoco Perez deixa Belém e segue no rumo do Madeira. Alcança a embocadura deste com o rio Amazonas lá pelo dia 28 de agosto.

Set/07 – Jódoco Perez ingressa no rio Maturá, afluente do Madeira, e realiza o primeiro contato com membros da etnia Iruri. No dia seguinte, manda erguer uma cruz, celebra missa e funda a missão desses índios.

1684

Fev/24 – Deflagrado em São Luís o motim do Escambo, sob o comando de Manuel Beckmann. Daí resulta a segunda expulsão dos jesuítas da Amazônia.

Fev/28 – Padre Jódoco é preso junto com o padre Aluísio Conrado Pfeil. Em março, a embarcação que o levava deportado para a Bahia junto com nove companheiros, é atacada por piratas estrangeiros e eles são assaltados e torturados.

Jul/18 – Resgatado, o padre Jódoco volta à Amazônia.

1685

Os líderes da revolta do Estanco são presos, levados a julgamento e condenados.

Jan/17 – Jódoco Perez viaja para Lisboa, a fim de expor a expulsão dos jesuítas. De lá é mandado para as cidades de Coimbra e Évora, com o objetivo de listar jovens jesuítas para trabalhar na Amazônia.

1686

Dez/21 – Criado o Regimento das Missões.

1687

Maio - Exilado em Portugal, desde 1685, Jódoco Perez retorna à Amazônia e reassume o superiorado da Missão dos jesuítas.

Julho – O rei de Portugal recomenda ao governador do Maranhão e Grão-Pará, Arthur de Sá e Menezes, que ajude a nova missão do rio Madeira.

1688

Aceleradas as entradas no Amazonas. O superior Jódoco Perez confirma o padre mercedário frei Teodósio da Veiga como gestor de Saracá. O padre Antônio da Fonseca assume a missão de Tupinambarana.

O padre João Maria Gorzoni monta estação na missão de Saracá para orientar o descimento de índios dos rios Urubu e Negro para o Baixo Amazonas.

Final do ano – No comando de uma tropa de resgates, o capitão-mor André Pinheiro de Lacerda descobre ouro no Urubu e prata no rio Uatumã.

Pelas festas do Natal, mandados pelo padre Jódoco Perez, os padres João Ângelo Bonomi e José Barreiros seguem para reativar a missão dos Iruri. Levam de volta o filho do tuxaua Mamorini, já batizado e conhecedor da língua geral.

1689

No Madeira, colonos portugueses exploram livremente o cacau e outros produtos silvestres.

Março – Os padres João Ângelo e José Barreiros chegam ao rio Maturá. Assumem a missão e constroem casa paroquial e uma igreja. No início, Mamorini fugiu deles se negando a recebê-los.

Nos meses seguintes, além de retomarem a missão dos Iruri, entram em contato com os índios Aripuanã, Paranapixana, Onicoré e Torori, acima e abaixo, cujas aldeias trazem para mais perto do Madeira.

Jul/30 – O jesuíta alemão Samuel Fritz, enfermo, desce o rio Amazonas e, pelo Paraná do Arauató, ingressa no rio Urubu. Recebido na aldeia de Saracá, de lá é encaminhado para tratamento em Belém.

1690

O superior Jódoco Perez, antes de findar seu mandato, baixa Diretório (normas) contendo orientação aos padres das tropas de resgate dirigidas aos índios Iruri, na região do Madeira.

O padre Jódoco Perez assume a docência do Colégio de Santo Alexandre, em Belém.

Fev/26 – No Maturá, os padres João Ângelo Bonomi e José Barreiros adoecem e se obrigam a descer à busca de tratamento em Belém.

A missão itinerante

Século XVII

1691

O padre João Filipe Bettendorff realiza uma segunda viagem à região do rio Urubu.

Janeiro – Padre José Barreiros é designado para a missão de Gurupatiba (Monte Alegre/PA); e João Ângelo retoma suas atividades em Maturá.

Junho - Tropa de resgate dirigida pelo capitão-mor João de Seixas, tendo por missionário Manoel Borba, passa pela missão dos Iruri.

Julho – O padre João Ângelo Bonomi, adoece novamente e se retira definitivamente de Maturá.

Agosto – A falta de sacerdote, o assédio de colonos aos índios aldeados e o temor de novos ataques dos índios Maué, levam os moradores de Maturá a transferir a missão para um sítio próximo da embocadura de Canumã com o Paraná do Urariá.

Agosto – O padre Antônio da Fonseca, gestor da missão de Tupinambarana, passa a acumular Canumã: tal situação perdurará até o final de julho de 1696.

Set/04 – O jesuíta Samuel Fritz retornando de Belém pleno de saúde, sobe o Amazonas e ultrapassa o Arauató, à direita, e o rio Madeira, à esquerda. No dia 6 deixa para trás o rio Preto da Eva.

1692

Início do ano – Tropas de resgates, sob o comando dos capitães-mores João de Moraes Lobo e Faustino Mendes, invadem a região Canumã-Abacaxis e de lá trazem escravos.

Junho – O padre Antônio da Cunha, a mando do padre João Maria Gorzoni, pratica os índios Abacaxis e conduz muitos deles para o Pará.

Dezembro – Os jesuítas Aluísio Conrado Pfeil e João Justo Luca assumem as novas missões de Amajari e rio Negro, criadas pouco antes.

1693

Chegada à Amazônia dos primeiros padres Capuchos da Província da Piedade.

Início do ano – A tropa de guerra do capitão-mor Hilário de Souza Azevedo declara guerra aos índios Maué.

Fevereiro – Padre Aluísio Pfeil adoece gravemente, deixa Amajari, é atendido na missão do rio Negro e de lá enviado para Belém, que alcança em abril.

Mar/19 – Grande divisão do território das missões.

1694

Nov/29 – Carta régia rerratifica a de 19 de março do ano anterior liberando aos padres jesuítas as missões da margem direita do Amazonas, compreendendo a região do Madeira, onde se inclui a de Canumã.

Dezembro – O padre superior Bento de Oliveira nomeia ao padre João da Silva, futuro primeiro gestor da missão de Abacaxis, para o cargo de sub-reitor do Colégio de Santo Alexandre.

1695

Epidemia de varíola alastra-se por toda a Amazônia e atinge a missão de Canumã, onde faz vítimas.

Os padres carmelitas assumem a missão do rio Negro e os mercedários, a de Matari.

1696

Os moradores de Canumã, em face do quadro sanitário desfavorável, são transferidos para outro sítio à entrada do rio Abacaxis.

Maio – Atendendo ao clamor da população de Abacaxis, o novo padre superior José Ferreira nomeia ao padre João da Silva para gerenciar a missão.

Set/12 – O padre João da Silva, acompanhado do irmão leigo Antônio Rodrigues, assume em Abacaxis.

Dezembro – O padre superior José Ferreira, em viagem de inspeção às missões do rio Amazonas, chega à missão de Abacaxis. Passa sete dias batizando e pregando aos índios.

O governador do Estado, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, à frente de uma armada de 60 navios, deixa Belém e dá início a uma longa viagem pelos sertões do Baixo, Médio e Alto Amazonas.

1697

Confirmada a ocorrência no Madeira de vários escravos africanos trabalhando na coleta, compra e venda de cacau, a mando de capitães-mores de Belém.

O padre Perez, ex-superior dos jesuítas, se aposenta e passa a confessor no Colégio de Santo Alexandre, em Belém.

Março – A comitiva do governador Coelho de Carvalho aporta em Abacaxis. Em maio chega à fortaleza de São José do rio Negro.

1698

O ex-superior dos jesuítas, Jódoco Perez, acusado de inconfidente pelo Juízo da Coroa do Estado do Maranhão e Grão-Pará, é defendido pessoalmente pelo padre superior José Ferreira.

Março – O padre João da Silva substituído em Abacaxis pelo padre Domingos de Macedo, é removido para Araparipucú, atual cidade de Ananindeua/PA.

Século XVIII

1707

Mai/22 - Falece em Belém o padre Jódoco Perez.

1708

Para vingar a morte dos padres franciscanos Pedro de Évora e Antônio de Vila Viçosa, o capitão-mor Pedro da Costa Rayol guerreia contra os índios do rio Uatumã.

1709

Jan/16 – Morre em Canumã, aos 37 anos de idade, o padre alemão Francisco Xavier de Molovetz.

1712

O jesuíta frei João de Sampaio chega ao rio Madeira e dá início à sua longa trajetória de mais de 30 anos missionando e fundando aldeias na região.

1714

No rio Urubu, índios Aroaqui, revoltados, tiram a vida ao padre mercedário frei João das Neves.

Mai/02 – O jesuíta Bartolomeu Rodrigues, relatando a situação demográfica do Madeira, faz a primeira referência aos índios Mura. Bartolomeu morre no dia 6 de dezembro desse ano.

Fim do ano – Os índios Torá descem para a embocadura do Madeira, indo atacar a missão dos Abacaxis e aldeias próximas.

1715

Frei João de Sampaio funda nas cabeceiras do Madeira a missão de Santo Antônio das Cachoeiras. Em seguida, assume a administração de Abacaxis.

1716

No Madeira, a tropa de guerra do capitão-mor João de Barros Guerra trucidou os índios Torá.

Os Mura combatem contra a frente de expansão portuguesa, depredam várias aldeias e tomam-lhes os bens. Investindo contra a missão de Abacaxis, destroem os seus roçados de mandioca, matam e aprisionam vários de seus moradores.

1717

Grupos Mundurucu, procedentes do Tapajós, se insurgem contra os colonos do Madeira. Estes, reunidos em flotilha sob o comando do capitão Diogo Pinto da Gaia, enfrentam e expulsam os índios da região.

1719

Mar/04 – O papa Clemente XI cria o Bispado do Grão-Pará. Na mesma data é nomeado bispo dom frei Bartolomeu do Pilar.

Mar/21 – De Lisboa, o padre Jacinto de Carvalho envia ao superior da Ordem, padre Manuel de Seixas, uma relação descritiva do Madeira e de alguns costumes da população indígena.

1720

Recrudescem os ataques dos índios Mura no rio Madeira. O

missionário jesuíta João de Sampaio consegue aproximação com uma maloca dessa tribo.

1723

O sertanista Francisco de Mello Palheta inicia a exploração oficial do rio Madeira. Alcança a foz do Mamoré e segue seu curso até atingir a aldeia peruana de Santa Cruz. No percurso, sofre vários ataques dos Mura.

Abr/13 – Por ordem de dom João V, os padres mercedários são retirados da missão de Matari.

1724

Set/21 – Posse de dom frei Bartolomeu do Pilar, primeiro bispo da Diocese do Grão-Pará.

1725

Abacaxis recebe a visita de frei Diogo da Trindade, comendador da Ordem das Mercês no Grão-Pará.

1727

Fev/15 – O Padre Geral Miguel Ângelo Tamburini eleva a Missão dos jesuítas da Amazônia à categoria de Vice-Província, nomeando superior dela ao padre Manuel de Brito, seu primeiro Vice-Provincial.

Jun/06 – À morte, nesta data, do Vice-Provincial Manuel de Brito, assume o padre José de Mendonça, logo substituído pelo padre José Lopes.

1728

De uma só vez 624 índios Arara são descidos do Médio rio Madeira e integrados à missão dos Abacaxis.

João de Sampaio dirige, pela segunda vez, a missão de Abacaxis, onde permanece até meados de 1730.

1730

A população de Abacaxis, engrossada com remanescentes dos índios Torá que escaparam da matança de 1716, é elevada para 932 habitantes.

1733

Frei João de Sampaio assume Abacaxis, pela terceira vez. Deixa-a em meados de 1742 para se dedicar à aldeia de Trocano, atual cidade de Borba.

Out/27 – Alvará régio manda proibir a navegação do rio Madeira. Objetivo: combater a evasão de ouro das minas de Mato Grosso.

1742

Os sertanistas Manoel Félix de Lima e João de Souza Azevedo, desrespeitando às ordens régias, deixam Cuiabá/MT, descem o Madeira e, através do rio Amazonas, chegam a Belém.

1743

Agosto – O geógrafo e matemático francês Charles Marie de La Condamine, retornando do Alto rio Negro a caminho de seu País, desce o Amazonas, ingressa no Madeira e a seguir ultrapassa o sítio Itaquatiara.

1744

O sargento-mor Francisco Xavier de Moraes, à frente de uma tropa portuguesa, sobe o rio Amazonas e faz parada no sítio Itaquatiara onde grava em pedra bruta a data da sua passagem pelo lugar.

Breve ministério do sacerdote jesuíta alemão João Roque Hundertpfund. Após ele, a missão dos Abacaxis fica sob os cuidados de irmãos leigos.

1748

Epidemia de sarampo ataca a missão de Abacaxis fazendo centenas de vítimas.

1749

Em face do decreto de 12/junho do ano anterior, começa a correr em Belém dinheiro de prata, ouro e cobre destinado a pagar servidores do governo e também aos particulares.

Padre Teotônio Barbosa dá conta do triste quadro das populações do Madeira, abatidas pelo contágio da varíola.

Abacaxis fica reduzida a menos de 600 habitantes.

Os sertanistas Miguel da Silva e Gaspar Barbosa Lima, em conjunto ou isoladamente, viajam pelo Madeira em viagem de exploração.

Jul/14 – Expedição dirigida pelo sargento Luiz Fagundes Machado e secretariada pelo mestre de campo José Gonçalves da Fonseca, estuda cientificamente o rio Madeira.

1750

O jesuíta alemão Antônio Maisterbourg passa a atuar em Abacaxis. Deixa a missão no ano seguinte e retorna a ela em 1754. Revezado com seu compatriota, padre Anselmo Eckart, o trabalho catequético de Trocano, atual cidade de Borba.

Jan/13 - O Tratado de Madri, celebrado entre as coroas portuguesa e espanhola, reconhece como definitiva a posse de Portugal sobre as terras amazônicas.

Ago/05 – Em Lisboa assume como primeiro-ministro do rei dom José I, Sebastião José de Carvalho e Mello, mais tarde Marquês de Pombal.

1751

Jul/05 – Através de Carta Patente desta data, firmada pelo rei dom José I, Francisco Xavier de Mendonça Furtado é nomeado governador e capitão-general do Estado do Maranhão e Grão-Pará.

Jul/31 – A capital do Estado do Maranhão e Grão-Pará é transferida de São Luís para Belém e invertido o nome do Estado para Grão-Pará e Maranhão.

Set/24 – Mendonça Furtado é empossado governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão.

1752

Nov/14 – Provisão régia confirma a Resolução de 23 de outubro do Conselho Ultramarino revogando a Lei de 1.733 e manda reabrir a navegação do Madeira.

1753

Os índios do Maranhão já manuseiam machados, facas, porretes e outros objetos de ferro.

Abr/30 – Mendonça Furtado é nomeado representante da Coroa portuguesa para tratar da questão de limites com os plenipotenciários espanhóis, na forma do Tratado de Madri.

Jul/01 - O Estado do Grão-Pará e Maranhão é dividido em quatro capitanias: São José do Rio Negro, Grão-Pará, Maranhão e Piauí, cada qual dirigida por um governador com patente de coronel, subordinados a um capitão-general residente em Belém.

1754

Abr/18 – O governo português retira o poder absoluto dos jesuítas sobre os silvícolas e manda subordinar as aldeias e seus párocos ao Bispo do Grão-Pará.

Mai/27 – Mendonça Furtado manda estabelecer guarda na aldeia de Trocano: qualquer que descesse de Mato Grosso era obrigado a manifestar todo o ouro trazido e pagar os respectivos impostos.

Out/12 – Mendonça Furtado, acumulando a função de chefe da comissão portuguesa de limites, à frente de uma comitiva com cerca de 1.000 pessoas, deixa Belém e segue a caminho do rio Negro.

Nov/29 – Ao entardecer, a comitiva alcança a enseada do Jauari, à entrada de Itacoatiara, onde pernoita. Na manhã seguinte, antes de partir, o capitão-general manda rezar missa e gravar em pedra bruta a data de sua passagem pelo lugar.

Dezembro – O jesuíta húngaro e astrônomo real, padre Inácio Samartone, passa alguns dias em Abacaxis medindo a altitude do polo norte. Administrava a missão o padre alemão Anselmo Eckart.

1755

Mendonça Furtado declara guerra aos Mura. Estes, não paravam de investir contra as feitorias de cacau e as povoações de Abacaxis e Trocano, “dando-lhes sangrentas escaramuças”.

Jan/08 – Mendonça Furtado desembarca em Mariuá, a atual Barcelos, e fica aguardando o representante da comissão de limites espanhola.

Mar/03 – Carta régia desta data cria a Capitania de São José do Rio Negro subalterna ao Estado do Grão-Pará e Maranhão.

Abr/04 – Alvará com força de lei concede privilégios aos portugueses que casassem com índias. A primeira experiência nesse sentido foi feita em Borba.

Abr/13 – Criada a Vigararia-Geral do Alto rio Negro.

Jun/06 – O governo português, para incentivar a produção e o comércio, manda instituir a Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão.

Jun/07 – Lei do Diretório dos Índios cria uma nova política indigenista; estabelece total liberdade à população indígena, que passa a dispor livremente de suas pessoas e de seus bens.

Dez/20 – Mendonça Furtado ingressa pela primeira vez no Madeira. Aporta em Abacaxis e a seguir dirige-se a Trocano.

Dez/23 – Ordenado em Belém o futuro vigário-geral do Alto rio Negro, padre José Monteiro de Noronha.

1756

Jan/01 – Mendonça Furtado eleva a missão de Trocano à categoria de vila, com o nome de Borba-a-Nova. À frente da nova administração coloca o tenente Diogo Antônio de Castro e em seguida contata com os moradores da missão de Abacaxis.

Junho – Os padres Anselmo Eckart e Antônio Maisterbourg, gestores respectivamente de Trocano e Abacaxis, por recusarem obediência ao Marquês de Pompal, são retirados do Madeira e transferidos à força para Belém.

1757

Acelerada a entrada de escravos negros no Grão-Pará e Maranhão. Vários deles são levados às feitorias de cacau do rio Madeira.

Os moradores de Abacaxis abandonam as imediações da Ilha de Tupinambarana e vão se fixar na margem esquerda do Madeira, quase defronte ao sítio onde é hoje a cidade de Nova Olinda do Norte.

Fev/10 – Convidados, os jesuítas recusam-se a tomar conta das paróquias da Amazônia.

Fev/18 – Frei José de Madalena é nomeado vigário-geral do Alto rio Negro, mas, por motivos inexplicáveis, não assume o cargo.

Mai/03 – Mendonça Furtado regulamenta o Regimento do Diretório: as aldeias seriam vilas e lugares; os índios iriam exercer funções políticas; e criar-se-ia a figura do diretor de povoado.

Jul/11 – Decreto do rei dom José I traz a nomeação do coronel-de-infantaria Joaquim de Mello e Póvoas para governador da nova Capitania de São José do Rio Negro.

Set/03 – Em Lisboa é baixado edito real determinando a expulsão dos jesuítas da Amazônia.

Out/25 – Mendonça Furtado baixa instruções acerca das obrigações políticas e militares do futuro gestor Joaquim de Mello e Póvoas, inclusive mandando substituir os nomes gentílicos das aldeias prestes de instalar por topônimos portugueses – Abacaxis passaria a ser Serpa, homenageando-se à freguesia situada no Baixo Alentejo da região meridional de Portugal.

Nov/28 – À ordem do governador Mendonça Furtado, os jesuítas Anselmo Eckart e Antônio Maisterbourg são presos em Belém e desterrados para Lisboa.

A travessia

Século XVIII

1758

Jan/15 - Mendonça Furtado deixa Belém e dá início à sua segunda viagem ao Alto rio Negro. No território amazonense visita primeiramente o rio Madeira, tomando direção pelo Paraná do Ramos.

Abr/16 – Após visitar Borba, contata com os moradores de Abacaxis e os aconselha a mudar de endereço indo para outro sítio “que lhes parecesse melhor, a bem da sua saúde e da sua conveniência”.

Abr/18 – Os moradores de Abacaxis chegam ao sítio Itaquiatiara: é a quarta transladação do povoado.

Mai/04 – Integrando a comitiva de Mendonça Furtado, o coronel Joaquim de Mello e Póvoas desembarca em Mariuá, no Alto rio Negro.

Mai/06 – Mendonça Furtado instala a vila de Barcelos (ex-Mariuá) que passa a sediar a Capitania de São José do Rio Negro. No dia seguinte dá posse ao primeiro governador, seu sobrinho afim, Joaquim de Mello e Póvoas.

Mai/07 – O padre José Monteiro de Noronha, depois de nomeado pelo bispo do Grão-Pará, frei Miguel de Bulhões, toma posse em Barcelos como vigário-geral do Alto rio Negro.

Jul/04 – Mendonça Furtado comunica a Tomé Joaquim da Costa Corte Real, ministro de Ultramar, a transferência da missão de Abacaxis do Madeira para o sítio Itaquiatiara, à margem do rio Amazonas.

Set/14 – Carta régia autoriza o governador Mendonça Furtado a promover a secularização da aldeia de Abacaxis e outras inscritas na região, dando-lhes o estatuto de vilas ou povoados.

Dez/26 – Mendonça Furtado retorna a Belém. Transfere o governo ao seu substituto legal, dom frei Miguel de Bulhões, e viaja para Lisboa a fim de assumir o cargo de ministro da Marinha e Ultramar.

Dez/31 – Encerrados os preparativos para a cerimônia do dia seguinte (01/janeiro/1759) em que o povoado da margem esquerda do Amazonas será graduado em vila. No local já se encontram, desde a véspera, o governador Mello e Póvoas, o vigário-geral José Monteiro de Noronha; o comandante militar da Capitania Gabriel de Souza Filgueiras; o juiz João Nobre da Silva; o tabelião e escrivão da Câmara de Barcelos

Francisco Xavier de Andrade, o procurador da mesma Câmara Agostinho Cabral de Souza; o engenheiro alemão Filipe Sturm; oficiais e soldados da força militar; comerciantes, feitores e, obviamente, as pessoas previamente designadas para tomar posse como agentes públicos.

Anexos

Administradores do período (1683 - 1758)

1. Período Colonial

1.1. Estado do Maranhão e Grão-Pará

(Criado pela Carta Régia de 13 de junho de 1621).

1.1.1. Missão Jesuítica do rio Maturá (1683-1691)

(Fundada a 8 de setembro de 1683).

01 - Padre Jódoco Perez // 8 a 27 de setembro de 1683.

Missão desativada // Período: 1684 a 1688.

02 - Padre João Ângelo Bonomi // Mar/1689 a jun/1691.
--

1.1.2. Missão Jesuítica do rio Canumã (1691-1696)

03 - Padre Antônio da Fonseca // Ago/1691-julho/1696.
--

1.1.3. Missão Jesuítica do rio Abacaxis (1696-1750)

04 - Padre João da Silva // Ago/1696 a junho de 1697.
--

05 - Padre Antônio da Silva // Junho/dezembro 1697.
--

06 - Padre João da Silva // Janeiro/março de 1698.

07 - Padre Domingos de Macedo // De 1698 a 1704.

08 - Padre Francisco Xavier Molovetz // 1705/1709.

09 - Padre Lourenço Homem // De 1709 a 1710.

10 - Padre Bartolomeu Rodrigues // De 1710 a 1714.
11 - Padre João de Sampaio // Março de 1715 a 1721.
12 - Padre Manuel da Mota // De 1722 a 1727.
13 - Padre João de Sampaio // De 1728 a 1730.
14 - Padre Manuel Fernandes // De 1730 a 1732.
15 - Padre João de Sampaio // De 1733 a 1742.
16 - Padre João Roque Hundertpfundt // Ano 1744.
Irmãos leigos jesuítas // Período: 1745-1746.
17 - Padre Teotônio Barbosa // De 1747 a 1750.

1.2. Estado do Grão-Pará e Maranhão

(Mudança de denominação em 31 de janeiro de 1751).

1.2.1. Missão Jesuítica do rio Abacaxis (1751-1758)

18 - Padre Antônio Maisterbourg // De 1751 a 1753.
19 - Padre Anselmo Eckart // 1754.
20 - Padre Antônio Maisterbourg // De 1755 a 1756.
Transladação para o rio Madeira // 1757.
Transladação para o Amazonas // 18/04/1758.

P. S. Na elaboração deste texto foram consultados os autores: Alexandre Rodrigues Ferreira, Bernardo Pereira de Berredo, Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, João Filipe Bettendorff, Serafim Leite e outros.

Anos iniciais: algumas citações

01 - Padre João Filipe Bettendorff: “Crônica da Missão dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão”. Livro escrito em 1694/1698:

– [1683]. Navegou o Padre Superior Jódoco Peres pelo rio das Amazonas à riba, e como tinha ouvido coisas grandes do rio da Madeira, foi ele o primeiro superior da missão que entrou por ele [em 1683], para ver se lá podia pôr uma nova residência; ao cabo de uns nove dias de viagem, chegou aos Irurizes, nação afamada sobre todas as mais; praticou-os sobre a nossa Santa Fé, e ficou com eles que lhe mandaria um Padre missionário para lhes assistir, e para que lhes não faltasse língua trouxe consigo um filho do principal para o Pará, para lá aprender a língua geral em o Colégio, onde ficou até que a soube, recebeu o santo batismo, algum tempo depois; e voltou com o Padre João Ângelo, o qual com o Padre José Barreiros, companheiro seu, foi mandado para missionário dos Irurizes. É este rio da Madeira um dos mais famosos que há pelo Estado, por grande e espaçoso, porém demorado pelas caldeiras que tem, em que somem as canoas com tudo o que levam, havendo descuido dos guias ou pilotos, e tem várias castas de peixe, até peixe-boi, piraíbas, mas os índios não os comem, sustentam-se de uma casta do peixe que chamam Tambaquiz, mui gostosos; as suas águas são as mesmas como as do rio das Amazonas, pois é braço dele, que muitas jornadas para cima se reparte, fazendo uma ilha grande em que moram os Irurizes, os Jaquezes e outras muitas nações; as suas terras são boas para todos o gênero de mantimentos, suas matas têm muita caça de porcos, cotias, pacas e pássaros; porém os Irurizes não matam nem comem porco do mato; e só são amigos de pássaros que têm por seu mais regalado sustento.

Tinha o Padre João Ângelo vindo do Brasil em outubro do ano de 1688, mandado pelo Padre Antônio Vieira, visitador da província para esta missão do Maranhão, e não tendo feito em a cidade de São Luís mais que quinze dias de demora, partiu com seis religiosos para o Pará, aonde chegou pela festa de São Francisco Xavier; e como vinha com tenção de ser o primeiro missionário do rio da Madeira, onde o Padre Superior destinava de fazer nova missão na aldeia dos Irurizes, mandou-o para lá pelas festas do Natal, dando-lhe por companheiro o Padre José Barreiros.

Foram-se com grande ânimo e gastaram três meses de viagem sem perigo, tirado o ponto onde se acharam uma noite três vezes sobre três caldeirões, em os quais a muita correnteza das águas os lançou com incrível fúria para o meio, e três vezes os tornou a lançar para o mato, valendo-se dos arvoredos para não ficarem sepultados sob as águas. Chegados à boca do rio dos Irurizes, dois dias distante da aldeia, toparam com o principal Mamorini, que vinha em uma canoa grande remada por quantidade de mulheres, trazendo um só índio criado seu consigo; este, como depois souberam, ia fugindo de se encontrar com os padres, pelas más práticas que os brancos que assistiam em a aldeia lhes tinham feito, dizendo-lhe que os padres iam tirar-lhe as suas mulheres, filhos e filhas, e que os haviam de açoitar e maltratar.

E por quanto que o Padre João Ângelo lhe persuadissem que tornasse atrás, nunca quis fazê-lo, dizendo-lhe ia fazer farinhas em uma roça sua; com que os padres se foram da aldeia sem ele, e como quer que os ditos brancos à vista deles, falaram diversamente aos índios do que lhe tinham falado dantes em sua ausência, e o padre João Ângelo mandou dizer ao principal Mamorini que se não viesse logo para a aldeia se voltaria para o Pará, veio finalmente e sem dificuldade se desenganou de todos os alevés

que contra os padres se tinham levantado; e assim mandou aviso a todas as aldeias pertencentes aos Irurizes para que viessem visitá-los. Vieram eles com seus costumados presentes, aos quais o Padre João Ângelo correspondeu conforme a pobreza que consigo levava; e depois disso deu-lhes parte a todos como lhes vinha mostrar o caminho verdadeiro do Céu pela insinuação da fé católica, e pelo santo batismo, que lhes vinha dar para fazê-los filhos de Deus, e livrá-los do inferno e da escravidão do diabo; avisando-os e exortando fizessem suas igrejas para o culto divino, com umas casas em que se pudessem recolher os padres quando os fossem ver em suas aldeias; com isso foram-se todos mui satisfeitos, e os padres deram logo ordem a fazer-se igreja e residência em a aldeia de Iruri, onde se achavam alguns brancos tratando de cacau que há muito e bom por todo aquele rio, e se estima por melhor do Estado todo, pela grandeza e doçura que tem maior do que em outras partes fora do rio da Madeira.

Um as jornadas para cima sobre o rio das Amazonas, fica a aldeia de Matary, para a qual [no final de 1692] mandei o Padre Aloisio Conrado [Pfeil] em o mesmo tempo em que mandei fazer residência no rio Negro pelo Padre João Justo [Luca]: ambos eles lá assistiram por algum tempo, mas não continuaram por estarem obrigados a retirarem-se por adoecerem de umas doenças mortais. Tem aquela banda boas terras, boas águas, peixe e carne para passar a vida, mas menos bons ares para os brancos; e como foram dadas essas missões aos Padres de Nossa Senhora do Carmo, e as [da aldeia] de Urubus aos de Nossa Senhora das Mercês, largamo-las a eles, e descemos para [a missão dos] Abacaxis, sendo dantes a última delas o famoso rio Negro que vai dar no [rio] Orinoco [...].

02 – Serafim Leite: “História da Companhia de Jesus no Brasil”, Tomo III. Livro escrito em 1933/1940:

– Desde 1669 sulcavam as águas do Madeira os Jesuítas, que fundaram então a primeira Aldeia dos Tupinambaranas, e, em 1672, um dos fundadores dela, o Padre Manuel Pires, voltando ao Pará, do Solimões, com o Padre Gorzoni, preparavam-se ambos para subir de novo o Amazonas e entrar no Madeira.

Depois, em 1683, o Superior da Missão, Jódoco Peres subiu por ele. Ao cabo de 9 dias chegou aos Iruris, para ver a possibilidade de estabelecer Residência entre esses índios. Bettendorff, narrando o caso, diz que Peres foi “o primeiro superior da Missão, que entrou por ele”, o que não exclui entradas anteriores de outros Padres, que não fossem superiores da Missão.

Jódoco Peres deixou bem dispostos os Iruris, e baixou com um filho do principal, que no Colégio do Pará aprendeu além do português a língua tupi.

Entretanto, verificou o Missionário que os índios do Madeira recebiam ferramentas dos estrangeiros (Holandeses), por meio do Rio Negro, e que se impunha a ocupação efetiva desses rios. O governador Gomes Freire de Andrade, em 1687, escreve ao seu sucessor Artur de Sá e Menezes, que os índios pediam Missionários; e, por informações suas El-Rei recomenda-os ao governador [para] que lhes dê ajuda para a nova missão do Rio Madeira.

Pelo Natal de 1688 partiram os Padres José Barreiros e João Ângelo Bonomi, levando consigo o filho do principal dos Iruris, já batizado e conhecedor da língua geral. O principal Mamorini, iludido pelos brancos, ia fugindo dos Padres. Encontrando-se com eles dissiparam-se os enganos e voltou.

Logo se fundou casa e igreja nesta Aldeia dos Iruris. E aperfeiçoou-se tanto a Residência, de sobrado e lojas, que os brancos, que por ali iam ao cravo afamado daquele rio, se maravilharam. Além da Aldeia dos Iruris e dalgumas aldeotas, havia mais quatro grandes: a Aldeia dos Paraparixanas, a Aldeia dos Aripuanãs, a dos Onicorés e a dos Tororizes. Eram cinco que “continham mais de vinte, porquanto cada roça daqueles principais era uma boa Aldeia de vassalos.” Trataram os Padres com todos durante quase um ano, fazendo a catequese em regra. Mas ambos adoeceram e o Padre Bonomi mais grave. E não houve remédio se não baixarem.

O Padre João Ângelo Bonomi restabelecido voltou para a Missão em 1691 e foi recebido “como um anjo vindo do céu”. Continuaram-se as construções da Aldeia, os índios ergueram também para si casas de sobrado. E aumentava a catequese, quando o Missionário caiu de novo doente. Mais uma vez se teve de retirar. Na sua ausência foram os brancos e cativaram grande número de índios com grande escândalo dos mesmos índios, e protesto dos padres; não poderão pensar os índios que eles os tinham ajuntado para serem mais facilmente cativos? Disto se queixaram os índios; e os padres ainda mais que eles. E assim os Jesuítas, desgostosos, e também por falta de missionários, se escusaram da Missão do interior do rio Madeira, dando mais desenvolvimento à dos Tupinambaranas, já formada, e à dos Abacaxis, que cinco anos depois [1696] se estabeleceu e ficou praticamente a substituir a Aldeia dos Irurises.

Do Madeira trataremos à parte [...]. Aqui, em particular, [da missão] de Tupinambaranas [...] e de Abacaxis, que depois de várias transferências veio a situar-se, ainda ao tempo dos jesuítas [1757], na margem esquerda do Amazonas.

“Uns três para quatro dias”, acima do sítio em que o padre Antônio da Fonseca fundara a aldeia dos Tupinambaranas, ficava a dos Abacaxis, “perto da bocaína do rio Madeira”, intimamente ligada àquela. Mas a bocaína do rio Madeira não representa como se poderia crer, a boca do Madeira, ao entrar no Amazonas, mas a sua confluência com o Canumã.

E como não bastassem tantas denominações e mudanças, conta-nos João Daniel que a Aldeia de Abacaxis estava primeiro sobre o grande Lago de Sampaio, e que dali se mudara para o Furo de Tupinambaranas, decaindo, mas ficando suficientemente grande, diz o mesmo João Daniel, para receber, em 1757, o nome de Vila de Serpa. E ainda, para rematar (se antes ou depois do predicamento de vila, discute-se, em todo o caso, por esta ocasião) os índios Abacaxis escolheram para nova sede o lugar “chamado Itaquatiara sobre o Amazonas a dois dias de distância da sua habitação antiga”. O topônimo de Serpa, dado à Aldeia caiu. Manteve-se, porém, o de Itaquatiara, hoje cidade, ligada assim, na origem à vida, cheia de variedade e contrastes, da célebre Missão dos Abacaxis da Companhia de Jesus.

03 - Dóris Cristina Castilhos: “Almas, corpos e especiarias: a expansão colonial nos rios Madeira e Tapajós”, São Leopoldo/RS, 2007.

– No ano de 1683, o então superior da Missão, padre Jódoco Perez, navegou pelo rio Madeira com o objetivo de averiguar as condições para

que se fundasse lá uma nova residência. Depois de uma viagem de nove dias (da boca do Madeira ao rio Maturá), alcançou os Iruri e, estando junto a eles, não apenas comprometeu-se de enviar um missionário para a assistência do grupo como, também, obteve a licença de retornar ao Pará com o filho do Principal, para que o rapaz aprendesse a língua geral e regressasse, mais tarde, sendo capaz de auxiliar como intérprete.

04 - Miguel A. Menéndez: “A área Madeira-Tapajós. Situação de contato e relações entre colonizador e indígenas”, São Paulo, 1992.

– Em 1683, José Barreiros e João Ângelo Bonomi fundaram uma missão entre os Iruri, já no Madeira (rio Maturá), assistindo no ano seguinte entre os índios Parapixana, Aripuanã, Torerizes e Onikoré, provavelmente a partir dessa missão-sede.

Em 1691, após um ataque dos brancos, ela é trasladada para a aldeia dos Abacaxis, na confluência desse rio com o Canumã, mais tarde (1757) mudada para a margem esquerda do Madeira, recebendo o nome de Serpa e, finalmente – com nova mudança, para a margem esquerda do Amazonas –, o de Itacoatiara, missão que, em 1768, estava povoada com Iruri e Arara, provenientes da antiga aldeia dos Abacaxis.

05 – Vitor Hugo: “Os desbravadores”, volume I. Livro escrito em 1940/1950:

– A região do Alto rio Madeira entrou no berço da civilização sob os raios tépidos da luz do cristianismo [...] os jesuítas foram os verdadeiros descobridores do Madeira. [...] São de 1669 e 1672 os primeiros arrojos por parte dos jesuítas para subir o rio Madeira [...]. Em 1683 o padre

Jódoco Peres foi realizar uma inspeção mais acima, na foz do afluente Iruris (hoje Maturá) para ver a possibilidade de estabelecer residência entre aqueles índios. Encontrou uma região riquíssima de cacau [...]. Na descida para Belém, onde ele era superior da Missão, levou consigo um filho do principal, que no colégio do Pará aprendeu tupi e português.

Pelo natal de 1688 partiram do Pará os padres José Barreiros e João Ângelo Bonomi acompanhados pelo filho do principal dos Iruris, já batizado e conhecedor da língua tupi. Era a resposta ao aludido apelo feito, pelos índios [...]. Entre os Iruris logo se fundou a igreja, e a Residência Missionária era de sobrado. O padre Bettendorff conta com pormenores usos e costumes deste povo Filho do céu, entre o qual a mulher era tida em tamanha veneração que “tinham dificuldade de a deixar ir à igreja pelos primeiros princípios da assistência dos Padres missionários”.

No princípio do século XVIII as atividades missionárias do Rio Madeira estavam concentradas em Abacaxis.

06 - Arthur Cézár Ferreira Reis: “História do Amazonas”. Livro escrito em 1931:

– Os padres da Companhia de Jesus tiveram a seu cargo os índios do Madeira. Tiveram de enfrentar as correrias constantes dos Mura, terríveis, só pacificando às vésperas do século XIX. Despendendo esforços inauditos, conseguiram, no entanto, reunir índios na foz do Maturá, de onde passaram, perseguidos pelos Muras, para o Canumã. Ainda daí tiveram de mudar-se levando os catecúmenos para a boca do Abacaxis, onde puderam permanecer definitivamente. Em 1757, o nascente povoado foi trasladado para a margem esquerda do rio Amazonas, a um sítio de pedras pintadas, conhecido por Itacoatiara. É a cidade desse nome.

07 – Francisco Jorge dos Santos: “A expansão europeia na área Tapajós-Madeira”, in Tuyuka, Revista do Museu Amazônico-UFAM, Manaus, 1993.

– Segundo hipótese do linguista Ernest Miggliazza, a área do rio Madeira, mais precisamente a faixa situada atualmente na divisão entre os estados do Amazonas e Rondônia, seria, por volta do ano 3.000 a. C., o “homeland”, ou centro de dispersão inicial dos grupos tupi. Daí, eles teriam emigrado para outras regiões do Brasil e da América do Sul.

.....

O rio Madeira foi navegado pelos jesuítas em 1683, quando chegaram até a foz do rio Iruri (Mataurá), um afluente da sua margem direita.

.....

A primeira missão fundada na área foi a dos Tapajós (1661), na foz do rio homônimo, seguindo-se Tupinambarana em 1669, no atual rio Mamuru. No Madeira fundaram uma missão entre os índios Iruri (1683) na boca do rio Mataurá. No ano seguinte passaram a assistir os índios Parapixãna, Aripuanã, Torerizes e Onikoré, provavelmente a partir dessa missão-sede. Em 1691, essa missão é trasladada para a aldeia dos Abacaxis, na confluência Madeira-Canumã, mais tarde (1757) foi mudada para a margem esquerda do rio Madeira, recebendo a denominação de Serpa e, finalmente – com a nova mudança para a margem esquerda do Amazonas – a de Itacoatiara, missão que em 1768 estava povoada pelas nações indígenas Iruri e Arara provenientes da antiga aldeia dos Abacaxis.

.....

Fica evidenciado, assim, o intenso grau de movimentação que os jesuítas tinham nessa região, desde meados do século XVII até a metade do século seguinte, portanto, cerca de um século. Com a política de Pomba!

a Companhia de Jesus foi expulsa da região (e de todos os domínios portugueses) e todas as aldeias foram elevadas à categoria de Vila ou Lugares e passaram à administração secular. Surgem então as diretorias de índios com objetivos de manter os aldeamentos e administrar o trabalho indígena, o que dificultou bastante a ação dos missionários, continuada nas décadas seguintes pelos carmelitas e franciscanos.

08 – Marta Rosa Amoroso: “Guerra Mura no Século XVIII: Versos e Versões”, São Paulo, 1991.

– A Missão no rio Madeira. Serafim Leite registra dois movimentos de ocupação das margens do rio Madeira pela Companhia de Jesus. No final do século XVII, em 1669, é fundada a aldeia de Tupinambaranas pelo P. Manuel Pirez, início da ação jesuítica no Madeira sendo superior da Missão na época o P. João Felipe Bettendorf. Em 1683 outra expedição da Companhia leva o P. Jódoco Perez, então superior da Missão, pelo rio Madeira até a região dos índios Iruri (rio Iruri, atual Mataurá) onde especulava-se sobre a possibilidade de um estabelecimento jesuíta, dada a imensa população de índios mansos lá encontrados.

Jódoco Perez retorna a Belém e traz consigo o filho do Principal Iruri, para aprender português e a língua tupi e mais tarde retornar aos seus parentes como um intermediário nas negociações com os padres (BETTENDORF, 1909, p. 391). No retorno desta expedição de 1683 P. Jódoco Perez alerta as autoridades de Belém que ferramentas holandesas haviam sido encontradas entre os índios Iruri, chegando ao Madeira pelo rio Negro (SERAFIM LEITE, 1943, p. 392).

.....

Ainda na primeira década do século XVIII duas ações da coroa irão marcar a política de ocupação das margens do rio Madeira: o redobrado esforço de para lá dirigir a missão jesuíta, com isso incentivando os regulares da Ordem, num trabalho que se encontrava praticamente desativado, e a expedição de tropas de guerra para o combate dos índios que impediam o trabalho dos jesuítas e o negócio das drogas do sertão.

Em 1688 o Rei escreve ao Governador Arthur de Sá e Menezes [22 de março de 1688, Anais da Biblioteca Nacional de Lisboa] informando que seriam enviados religiosos para uma nova missão no rio Madeira, como havia sido solicitado ao governador anterior, Gomes Freire de Andrade (LEITE, 1943, p. 392). Dos 55 religiosos que vieram para Belém neste ano, dois deles – P. José Barreiros e P. João Ângelo Bonomi – são indicados para a missão no Madeira. Partem de Belém em dezembro de 1688, levando de volta o filho do Principal Iruri, trazido anteriormente por Jódoco Perez e agora habilitado para servir de intérprete entre os padres e seus parentes, pois falante da língua geral (SERAFIM LEITE, 1943).

Levam três meses para atingir a região e ali chegando [os padres José Barreiros e João Ângelo] encontram colonos de Belém explorando o cacau nativo das margens do Madeira. Em pouco tempo a missão dos Iruri é aparelhada com casas e igreja e, segundo Bettendorf, mais quatro grandes aldeias se erguem nas proximidades: aldeia dos Paraparixanas, a dos Aripuanãs, a dos Onicorés e a dos Torori. Os jesuítas pareciam entusiasmados com o número de almas, comentando Bettendorf que “cada roça daqueles principais era uma boa aldeia de vassalos” (BETTENDORF, 1909, p. 196).

09 - Marta Rosa Amoroso: "Corsários no caminho fluvial. Os Mura do Rio Madeira", São Paulo, 1992.

– Temos notícia do que representou para a população indígena da região o contato com os missionários e comerciantes de cacau do rio Madeira. Dez anos depois da devassa contra [1749] os Mura chega ao provincial da Companhia de Jesus uma notícia sobre a aldeia dos Abacaxis, revelando o triste quadro depopulacional dos empreendimentos jesuítas no sertão, situação generalizável para toda a população indígena do Grão-Pará, duramente atingida no final dos anos 30 do século XVIII pelo contágio da varíola.

Dizia o missionário Theotônio Barbosa que a antigamente populosa aldeia dos Abacaxis, cujos habitantes foram dizimados, abrigara mais de 23 outras nações, que por sua vez também haviam desaparecido. A população da aldeia naquela ocasião estava reduzida a menos de seiscentas pessoas, oriundas das mais diferentes nações de índios da região. Os descimentos se apresentaram como forma mais rápida para a reposição da população atingida pela doença. Ao contágio brutal a que se submetia o índio aldeado, somavam-se ainda outros fatores igualmente perversos para os planos das missões. Conta o missionário dos Abacaxis que as índias aldeadas evitavam a concepção, por meio da ingestão de drogas. Da mesma forma, tornava-se praticamente impossível manter a população aldeada nos limites da missão diante do quadro da morte cotidiana, com pelo menos oitenta mortes por ano.

10 – Marcos Carneiro de Mendonça: “A Amazônia na era pombalina. Correspondência inédita do governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão. 1751-1759” - 2º tomo, São Paulo, 1963 / Diário da viagem de Belém ao rio Negro, escrito e organizado pelo secretário da Comissão de Demarcação João Antônio Pinto da Silva:

– A 26 [de novembro de 1754], pelas 3 horas da madrugada, continuamos a nossa viagem, e refrescando-nos ao nascer do dia um vento sumamente forte, que levantou bastante maresia, chegamos pelo meio dia à boca ocidental do rio Saracá ou Urubu, de onde Sua Exa. [Mendonça Furtado] mandou às praias muita parte das canoas da tropa carregar inumeráveis tartarugas que lá estavam viradas por ordem do mesmo Senhor, que se tinha antecipado a mandar esta diligência, que certamente foi utilíssima, porque fartou a todas as pessoas de que se compunha a frota, e é sustento que dura muitos dias. Para fazer esta diligência, foi preciso demorar-nos no mesmo porto no dia 27.

No dia 28, pelas 7 horas da manhã, saímos do dito Saracá, e navegando com pouco vento até às 5 horas da tarde, em que portamos ao abrigo de uma ilha [provavelmente, a de Ponumã].

Na madrugada do dia 29, seguimos a nossa derrota também com pouco vento e bastantes sinais de trovoada, que não chegaram a descarregar, e pelas 4 horas e meia [da tarde] portamos na enseada de Itaquiara, nome que deram os índios àquele sítio, por ter uma ponta de pedra com alguns riscos, à semelhança de caracteres que não dizem nem significam coisa alguma.

Pelas 4 horas da madrugada do dia 30, e sem mais demora que, enquanto se disse missa, chegamos pelas 4 horas da tarde em uma boa praia [na Costa do Surubim, abaixo da foz do rio Madeira]. Amparada de

uma ilha [Cumaru] da qual tiravam os índios grande quantidade de ovos de tartaruga, e se fez uma grande pescaria, toda de excelentes pescados que se partiram na forma ordinária. [E ali pernoitaram].

Observação: No mapa geográfico dos rios por onde navegou Mendonça Furtado, elaborado pelo capitão engenheiro alemão João André Schwebel, constam “as estações ou lugares de repouso”, marcadas por “umas entrelinhas” – confirmando que, além do pernoite no sítio Itaquatiara, os expedicionários realmente dormiram na praia da Ilha do Cumaru.

11 – Trechos de Cartas do governador do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, enviadas ao ministro de Ultramar Thomé Joaquim da Costa Corte Real, sediado em Lisboa:

– Carta de 4.07.1758, enviada do rio Madeira: “A 26 [de março] saí [de Óbidos] e navegando pela mesma costa setentrional do Amazonas, atravessei para a austral e entrando pelo rio [dos] Tupinambaranas, para passar ao Madeira, cujas barras examinei, feitas pelos Maués, Abacaxis e Canumã, e saí ao rio Madeira e a 14 [de abril] cheguei à vila de Borba, a Nova. Aí demorei-me dois dias, vim buscar a aldeia dos Abacaxis que era da Administração dos padres da Companhia [de Jesus], com a resolução de a erigir em vila com o nome de Serpa; porém os seus moradores me requereram instantemente que se queriam tirar daquele sítio, por que nele não logravam uma hora de saúde, e que se conservavam ali violentados pelos padres que os administram [...]. E lhes nomeei uns poucos de sítios para eles escolherem o que lhes parecesse melhor e bem da sua saúde e da sua conveniência. Em observância desta ordem foram ver os sobreditos sítios e escolheram entre eles um chamado Itaquatiara, a dois dias de

viagem da primitiva habitação [...]. Daí [de Abacaxis] sai a 19 de abril e vim buscar este rio [Negro] onde entrei no dia 23 e a 4 [de maio] cheguei a esta povoação [Mariuá]. No dia 6 de maio erigi esta aldeia em vila, com o nome de Barcelos...”.

Carta de 18.07.1754, enviada de Belém: De Abacaxis havia comunicação com Vila-Bela, de Mato Grosso, e disto se faz eco Mendonça Furtado, escrevendo para Lisboa “que recebera cartas do governador de Mato Grosso, via Aldeia de Abacaxis, e que quem lh’as entregou no Pará, ouvira dizer que ‘de Vila-Bela até a dita aldeia tinham gastado somente vinte dias”.

12 – José Monteiro de Noronha: “Roteiro da viagem da cidade do Pará até as últimas colônias do sertão da Província (1768)”. Escrito em 1768:

– Do primeiro até o segundo furo do Saracá, pelo Amazonas acima, são quatro léguas. Do segundo ao terceiro, duas léguas. Do terceiro ao quarto, outras duas léguas. Vencidas mais duas léguas, chega-se à Vila de Serpa, situada na paragem chamada das Pedras Pintadas e, no idioma geral dos índios, Itacoatiara. Esta vila foi a primeira vez fundada no rio Maturá, que faz barra na margem oriental do rio da Madeira de que se tratará mais adiante. De Maturá mudou-se para o rio Canumã. Deste para o dos Abacaxis. Deste para a margem oriental do rio da Madeira, pouco abaixo do furo de que se faz menção no parágrafo 68 [Tupinambarana ou Urariá], e desta para aquela em que presentemente está. Os seus primeiros povoadores foram os índios da nação Irurí, aos quais se agregaram os da nação Abacaxis e de outras muitas.

Da Vila de Serpa segue-se, em distância de três léguas, o quinto furo do Saracá, chamado Aibu. E na distância de mais meia légua, o sexto

furo, a que chamam Arauató, pelo qual deságua o rio Urubu, que desce dos montes que formam a cadeia ou cordilheira chamada da Guiana. Foi antigamente habitado por muito gentio e presentemente [1768] só se conserva nele o da nação Arauaki.

13 – Lourenço da Silva Araújo e Amazonas: “Dicionário topográfico, histórico e descritivo da Comarca do Alto Amazonas”. Livro Escrito em 1852:

– Itacoatiara (N. S. do Rosário de): freguesia na margem setentrional do rio Amazonas, entre os quarto e quinto desaguadouros dos lagos de Saracá, 48 léguas acima da foz do Nhamundá, 3° 03' Latitude S; 23° 56' Longitude O. de Olinda. Provém-lhe o nome de umas pedras que a vazante descobre em seu porto, escritas de hieroglíficos, também já teve o de Abacaxis, da terceira situação que teve então nas margens deste rio, tendo sido: a primeira, no rio Maturá, confluyente do Madeira, fundada pelos jesuítas; a segunda, no rio Canumã, que desagua no furo de Tupinambarana; a terceira, no dito Abacaxis correspondente a uma época, que interessa à história da Comarca [do Alto Amazonas], quando a essa aldeia se incorporaram as relíquias da nação Torá, batida e subjugada no rio Madeira pelo capitão-mor do Pará João de Barros Guerra, em 1716, o qual de volta dessa expedição pereceu, submersa sua embarcação sob o desmoronamento de um pedaço das margens do rio Madeira; a quarta, na margem direita do mesmo Madeira, abaixo do furo de Tupinambarana; a quinta, é a que ora ocupa; todas motivadas pela perseguição da nação Mura. Foi ereta em vila, com a denominação de Serpa, pelo primeiro governador da Capitania do Rio Negro, Joaquim de Mello e Póvoas em 1759, predicamento de que decaiu em 1833 pela distribuição do território para a execução do Código de Processo. Há em frente de seu porto uma

corrente voraginosa, que impede nele ancorar; em vez do que as embarcações atracam à terra, a que se conservam amarradas; a nado, e em perfeita segurança. Seus habitantes, provindos de Anicorés, Aponariás, Curuaxiás, Barés, Jumas, Juquias, Pariquis, Sarás, Torás, Tururis e Urupás, em número de 1720, em 170 fogos, restantes de 1.200, que teve, cultivam, além do preciso para a subsistência, algodão, cacau, café e tabaco; pescam pirarucu, tartaruga e peixe-boi; tecem panos e redes de algodão; manipulam azeites de tartaruga, peixe-boi e de andiroba; extraem breu, salsa, cravo e copaíba; e criam em mui reduzida escala algum gado muar, para o que tudo maravilhosamente se prestam o terreno, o rio e os vizinhos lagos. Pertence ao termo de Manaus.

Mataurá. Rio da Mundurucânia [fica] na margem direita do rio Madeira, 55 léguas acima de sua foz, e 113 da do rio Nhamundá. [É um rio de águas pretas] Em sua foz foi primitivamente a situação da atual freguesia de Itacoatiara, donde se trasladou para o rio Canumã.

Canumã. Rio de Mundurucânia, na margem direita do furo de Tupinambarana, entre os rios Abacaxis e Madeira, com o último dos quais comunica pelo Mataurá, 55 léguas acima de sua foz. Corre do S para o N em um leito de 100 léguas. Tem as cabeceiras próximas às do Araxiá, e de um braço do Ji-Paraná na divisória da Mundurucânia e Juruena, na lat. 9° 00 S. Em seu curso recebe alguns rios ainda anônimos. Foi nele a segunda situação da atual freguesia de Itacoatiara, donde se trasladou para o rio Abacaxis; e hoje tem em sua margem oriental a freguesia a que deu seu nome.

Abacaxis. Rio da Mundurucânia, na margem direita do furo de Tupinambarana, entre os rios Canumã e Apinquiribó. Teve nele sua terceira situação a atual freguesia de Itacoatiara, quando se lhe reuniram os Torás submetidos pelo capitão-mor João de Barros Guerra em 1716.

Mundurucânia. Região da Província do [Grão-]Pará, da qual considerável parte pertence à Comarca do Alto Amazonas. Compreende-se entre o rio Tapajós, a E, o Amazonas ao N, o Madeira a O, e a região Juruena (Mato Grosso) ao S. A serra de Parintins separa a parte da Mundurucânia do Alto da do Baixo Amazonas, na latitude de 2° 30', e Longitude 21° 35' 0., de Olinda (...). Da Mundurucânia, dentro da Comarca [do Alto Amazonas], correm para o Amazonas os seguintes rios: Tupinambarana, Andirá, Macari, Maués-Mirim, Maués-Açu, Apoquitiba, Apiuquiribó, Abacaxi e Canumã, os quais todos se lançam em um braço do Madeira por nome de – furo de Tupinambarana –, que enriquecido com tamanho cabedal, se lança no Amazonas 50 léguas abaixo da foz do Madeira, em frente das duas bocas do Nhamundá; e para o Madeira os Mataurá, Anhangatini, Araxiá, Unicoré, Piraiauíara, Maici, Ji-Paraná e muitos ribeiros caudalosos.

Neste ano [1759] foram elevadas pelo governador Póvoas à categoria de vilas a aldeia de Itacoatiara com o nome de Serpa, a de Saracá com o de Silves, a de São Paulo dos Cambebas com o de Olivença, e a de Tefé com o de Ega; e à categoria de lugares as aldeias de Aracari com o nome de Carvoeiro, Caboquena com o de Moreira, Caiçara com o de Alvarães, Coari com o de Alvelos, Cumaru com o de Poiares, Dari com o de Lama-Longa, Evirateua com o de Castro de Avelans, Jaú com o de Airão, Parauari com o de Nogueira e Taracoateua com o de Fonte Boa. O furor de alusitanar o País parou no aspecto da primeira cachoeira do rio Negro, acima das quais conservaram as povoações seus primitivos nomes brasileiros.

14 – João Martins da Silva Coutinho: “Relatório sobre alguns lugares da Província do Amazonas, especialmente o rio Madeira”. Livro Escrito em 1861:

A vila de Serpa, antiga povoação de Itacoatiara, está assentada na margem esquerda do Amazonas, 270 léguas acima da foz, contando pelas voltas do rio, e 30 abaixo desta capital, em terreno elevado e fértil.

O porto é excelente; os maiores navios podem carregar encostados à terra. Apesar da grande profundidade, porém, é impossível a construção de trapiches que possam servir durante o ano, em razão da grande diferença de nível do rio no verão e no inverno. Onde pelo inverno podem ancorar navios de 23 a 30 palmos de calado, pelo verão caminha-se a pé enxuto.

Por falta de tempo não levantei a planta da vila; porém, o senhor Maurício Becher [diretor da Colônia Itacoatiara] ofereceu-me um seu trabalho, que me parece regular. À vista dele V. Excia. fará ideia do povoado.

O rio Madeira é o maior afluente do Amazonas. É o mais importante pelos valiosos produtos que contém em suas margens, por ser o nosso caminho mais fácil para a Província de Mato Grosso e para a fronteira da Bolívia. Deságua na margem direita do Amazonas, nas latitude 3° 23' 43" e longitude 358° 52' a E da ilha do Ferro, segundo as observações do Sargento-mor de engenheiros Ricardo Francisco de Almeida Serra. Pelas voltas do Amazonas a foz do Madeira está distante do mar 275 léguas e 5 acima da vila de Serpa. A sua largura aí é de 1.250 braças proximamente. Castelnau avalia essa distância em 4.500 braças com muita exageração (...). Em uma hora o Amazonas recebe do Madeira 2.250.000.000 de palmos cúbicos de água.

O Madeira começa a encher em princípios de outubro, e em março tem chegado à máxima altura. De abril em diante tem lugar a vazante, que vai até fins de agosto. No mês de setembro as águas parecem estagnadas, subindo e descendo as canoas com a mesma facilidade.

Os seringais abundam nas ilhas e margens do Madeira, do furo do Autaz em diante, e as copaibeiras de 5 léguas mais ou menos para o interior. Estas árvores crescem somente nas terras altas, não alagadas pelo inverno. A seringueira, pelo contrário, nos lugares úmidos, nos igapós, como dizem os naturais. A castanheira é cosmopolita. A salsa, como a copaibeira, só se encontra na terra firme.

O Madeira tem 52 ilhas até a cachoeira de Santo Antônio. Muitas são grandes, tendo 4, 3 e 2 léguas de comprimento. Nas mais altas, a lavoura da cana seria de grande interesse. As melhores madeiras de construção encontram-se no vale deste rio. Os portugueses quando o conheceram, vendo o grande número de árvores que desciam à tona d'água, cedros principalmente, deram-lhe o nome que hoje conserva, perdendo o de Caiari, como era denominado pelos índios.

A fácil navegação do rio, a proximidade da vila de Serpa, que dista da foz 5 léguas, facilita muito os transportes, que cedo talvez se aperfeiçoarão ainda mais, quando estender-se a navegação a vapor.

Rio Maturá: afluente da margem direita do Madeira. Segue no rumo S 1/4° SO; tem 40 braças de largura e fundo durante o inverno para canoas de 6 a 8 palmos de calado. É rico de copaibeiras.

Furo do Urariá ou Tupinambaranas. Na margem direita. Segue no rumo de O e vai sair no Amazonas abaixo de vila Bela [Parintins], formando assim uma grande ilha de mais de 50 léguas de comprimento e 13 de largura. A contar do Madeira, desaguam neste furo os rios Canumã, Abacaxis, Paracuni, Apoquitáua, Maués, Andirá e Mamuru.

15 – Agnello Bittencourt: “Corografia do Estado do Amazonas”. Escrito em 1925:

– Itacoatiara. Está situada à margem esquerda do Amazonas, em terreno elevado e de ligeira ondulação. Sua proximidade da foz do rio Madeira permitiu-lhe um rápido desenvolvimento comercial. Seu porto é abarrancado, profundo, mas agitado pelas correntes irregulares do rio. Encontram-se nele muitas pedras, uma das quais, visível na época da maior vazante, é cheia de inscrições hieroglíficas, apresentando também labores diversos; daí a etimologia do nome da cidade – pedra pintada.

Seu primitivo nome foi Serpa, confirmado em 1759 quando o governador da Capitania de São José do Rio Negro, Joaquim de Mello e Póvoas, a elevou à categoria de vila. Tal predicamento desapareceu em 1833, para lhe ser restaurado pela lei provincial de 10 de dezembro de 1858. Foi elevada à cidade, com o nome atual, por lei de 25 de abril de 1874.

Rio Madeira. É o mais notável afluente do Amazonas, pela sua extensão, sendo um dos mais estudados, desde o século XVII. Seu curso é de 3.240 quilômetros, francamente navegável, numa extensão de 1.241, desde a foz até a cachoeira de Santo Antônio, na divisa dos estados do Amazonas e Mato Grosso. Daí para cima o rio apresenta 15 grandes cachoeiras e diversos saltos.

Os afluentes do Madeira são numerosos, quer na parte encachocirada, quer na parte livre. Destacam-se, pela direita, na primeira, o Mutum-paraná e o Jaci-paraná; pela esquerda, o Abunã. Desaguam na segunda [parte não encachocirada], pela direita, a partir da cachoeira de Santo Antônio: o Jamari, o Ji-paraná ou Machado, o Uruapiára, o Marmelos, o Manicoré, o Mataurá, o Mariepáua, o Aripuanã, o Furo do Arariá [Urariá], para o qual vertem os rios Canumã, Abacaxis, Maués, Andirá e o Mamurá.

Pela esquerda afluem: o igarapé Mirari, Baetas, que atravessa o lago deste nome, o Capanã, o Araras e o Paraná do Autaz. Nesta margem é grande o tributo das águas lacustres, que engrossam as do Madeira.

O Maturá toma o rumo de S. $\frac{1}{4}$ S. O. pouco menos extenso que o precedente [Manicoré]. A foz mede 80 metros de largo, ao tempo do inverno. Navegável só por pequenos barcos.

O Mariepáua [tem] o curso pouco dilatado, em relação aos precedentes.

O Canumã corre de S. para N. com ligeira deflexão para O. apresentando um curso de 600 quilômetros aproximadamente. Lança-se no Paraná do Canumã, que não é mais do que o prolongamento do Furo de Tupinambarana. O alto Canumã é denominado Sucunduri, desde o Igarapé Acari até às nascentes. Recebe pela esquerda, o Urucu e o Camaiu, bem assim as águas de numerosos lagos. Suas margens são abundantes de castanhas, borracha, madeiras etc.

O Abacaxis lança-se no paraná de igual nome ou de Arariá [Urariá]; desce de uma latitude aproximada de 6° Sul, como o Maués e o Andirá. Os afluentes são, pela esquerda: o Marimari, caudaloso e que dizem navegável em canoa cerca de um mês; pela direita: o Caranati, cerca de 400 quilômetros, e o Arupadi, 640 quilômetros [Paraná de] Tupinambarana, que recebe os rios Canumã, Abacaxis, Apoquitáua, Andirá e Mamuru, sai do baixo Rio Madeira, conduz as águas do rio Amazonas e lança-se neste, fazendo um percurso de 290 quilômetros, para sair abaixo da cidade de Parintins, com a denominação de Paraná do Ramos. Forma a grande Ilha Tupinambarana e reparte-se em outros (como o Maués e o Arariá) que têm saída direta para o rio Mar.

16 – Manoel Anísio Jobim: “Itacoatiara. Estudo social, político, geográfico e descritivo”. Escrito em 1948:

– Itacoatiara é um nome tirado da língua geral. Significa em suas raízes – pedra pintada, por motivo de inscrições gravadas nas pedras que lhe guarnecem o porto. Levanta-se a cidade em belo platô cenolítico à margem esquerda do rio Amazonas, sendo para aí transladada em 1759. Fica a 26 metros acima do nível do mar.

Este local não foi o primeiro a ocupar a antiga povoação que lhe deu origem. Antes de transferir-se o povoado para a margem do grande rio, esteve em vários pontos do majestoso rio Madeira. É assim que nasceu na foz do Maturá. Sendo por vezes invadida e incendiada pelos índios Mura, os seus habitantes resolveram mudá-la para a ribeira de Canumã, onde não foram mais felizes, porque os índios seguiram-lhes a pista, depredando a aldeia e matando muitos dos seus habitantes. Os ataques inesperados dos selvagens levaram os seus moradores, ainda uma vez, a fugirem da sanha dos silvícolas, indo se colocar junto ao rio dos Abacaxis, onde, em 1755, os foi encontrar o capitão-general Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador do Grão-Pará e Maranhão. Mesmo assim não se sentiam satisfeitos, segundo o testemunho do diplomata português, em carta dirigida ao ministro de Ultramar, Tomé Joaquim Castro Côrte Real, a 4 de junho de 1758, em que descreve a sua viagem e as determinações que tomou, visitando a terra amazônica, considerada então sertão do Pará.

Quando situada a povoação no rio Abacaxis, nela vieram incorporar-se muitos índios da nação Torá, batida e arrasada pelo capitão João de Matos Guerra, mandado ao Madeira com o fim de pôr cobro às violências praticadas por esses valentes bugres em ataques aos negociantes de drogas que, saindo do Pará, subiam o Amazonas e o Solimões. Era o Madeira rico em cacau e outras drogas do sertão, determinando a presença dos buscadores desses produtos de comércio, em grupos de canoas, para mais facilmente se defenderem das agressões dos selvagens. Os índios desciam até a foz e perseguiram os viajantes. A repetição desses fatos encheu de ódio o povo do Pará, e o governador, em represália enviou ao Madeira a tropa comandada por João de Matos Guerra, que dizimou furiosamente os Torás nas suas malocas. Matos Guerra, ao voltar da sangrenta expedição, teve morte súbita, quando ao defrontar as barreiras de Manicoré, caiu-lhe sobre a embarcação forte galho de árvore, afundando-a.

Os moradores de Abacaxis não viviam satisfeitos com o missionário jesuíta, sob cuja administração estavam, além de que o lugar era muito doentio e um sapal. Aproveitando a passagem do diplomata por Trocano que Mendonça Furtado denominou Borba, a Nova, e a disposição que estava de se dirigir à aldeia dos Abacaxis, que pretendia elevar à categoria de vila, pediram-lhe permissão para se mudarem do local, justificando o pedido com os motivos acima declarados. O representante do governo português anuiu à proposta de mudança, não para os sítios que eles indicaram, “a grandíssimas distâncias no centro das matas o que me pareceu seria prejudicial se eles fossem àquelas distâncias”. Nomeou então uns poucos de sítios para eles escolherem o que lhes parecesse melhor, “a bem de sua saúde e da sua conveniência”. Optaram pelo sítio Itacoatiara, sobre o Amazonas, a dois dias de viagem da sua habitação primitiva. Concordou o governador, e, levando o fato ao conhecimento do ministro,

assim se expressou: “Na verdade escolheram bem, porque as terras são as melhores que aí há, pois produzem todo gênero de frutas, e o rio naquele sítio é abundantíssimo e sobretudo está na estrada real destes sertões, e com esta vila acharão os passageiros socorro, e os índios não só tirarão grande lucro de seus trabalhos na venda de mantimentos, mas civilizar-se-ão” (Furtado Belém, “Limites Orientais do Estado do Amazonas”, 1911).

Num longo estudo, subordinado ao título “Antiguidades do Amazonas. A Necrópole de Miracanguera” ocupou-se o sábio J. Barbosa Rodrigues do cemitério que se encontra a margem do rio Amazonas, e que representa uma verdadeira relíquia de Itacoatiara, pela vetustez de sua existência e pelos documentos preciosos que encerra para a Arqueologia e para a Etnografia.

A necrópole indígena, a que o famoso etnógrafo consagra tantas páginas de vivo fulgor e erudição, fica acima da cidade de Itacoatiara, em terreno elevado, que o rio Amazonas, na violência de sua correnteza, vai todos os anos escavando e provocando grandes desmoronamentos, deixando à mostra um suntuoso e admirável tesouro que se esconde sob as suas terras. A lombada de terras estende-se até o atual povoado de Amatari ou Matari, onde toma o relevo de terra firme.

Caracterizando o local da necrópole, J. Barbosa Rodrigues diz que, logo acima do furo Arauató estende-se uma ilha baixa, que vai ao fundo todos os anos, e na vazante deixa a descoberto uma extensa praia, que servia outrora de dormitório a milhares de garças.

É na região fronteira à ponta desta ilha que fica a necrópole de Miracanguera que, há séculos, foi um grande cemitério de uma basta população que habitou nas proximidades, por dilatados anos. Está situada na ilha do Matapi, hoje costa do Miracanguera, e deverá ter sido fundado pelo povo Aroaqui que se espalhou numa grande onda humana até as Antilhas. “Dividida a tribo, teve depois por inimigos figadais os índios

Pariquis, seus parentes, e Anibás, com os quais sempre estavam em guerra nos rios Jatapu e Anibá, luta que ainda há bem pouco tempo perdurava”.

17 – Padre Celestino Ceretta: “História da Igreja na Amazônia Central”, vol. 1. Manaus, 2008.

– Em 1661, estourou a primeira revolta dos colonos paraenses contra os jesuítas que lutavam para manter os índios livres da escravidão. Pela pressão desse levante os jesuítas foram expulsos, as suas missões foram abandonadas e seus habitantes foram expostos à cobiça dos colonos. Isso aconteceu em junho de 1661. Foram expulsos e embarcados para Portugal 32 padres jesuítas, juntamente com o Padre Antônio Vieira. Livres dos jesuítas, os colonos voltaram a fazer entradas para aprisionar índios em toda a Amazônia.

Com a expulsão dos jesuítas (...) foram desarticuladas as suas missões e interrompidos os seus trabalhos, tudo veio abaixo e ficou no abandono e ao sabor dos assaltantes. A anistia de 1663 trouxe os jesuítas de volta, mas eles tiveram que iniciar quase tudo de novo e contar ainda com a descrença dos índios que desceram para as missões e depois ficaram abandonados e nas mãos dos opressores. Ao retornarem, os jesuítas levaram oito anos para recuperar os estragos no campo do trabalho, porque o estrago humano foi o mais digno de lástima.

.....

Com a distribuição territorial de 1694, os jesuítas passaram a ocupar-se do rio Madeira onde encontraram muita resistência dos índios da calha daquele rio. Entre eles destacaram-se os Mura. Habilidosos em suas canoas e zelosos de seus cacuais ofereciam forte resistência a todo tipo de intrusos, fossem eles comerciantes, colonos, religiosos ou militares. Com muito cuidado e trabalho, os jesuítas conseguiram reunir um povoado

na foz do Maturá, onde os Mura o atacaram seguidamente e – segundo Francisco Gomes da Silva, à pág. 67 do livro *A Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Itacoatiara*, 1999 – obrigaram-no a mudar-se para o rio Canumã; depois, a povoação foi transferida para o rio Abacaxis. Essa mesma povoação foi transferida, em 1757, para onde, hoje, está a cidade de Itacoatiara.

.....

Diz Serafim Leite que “desde 1669 sulcavam as águas do Madeira os jesuítas que fundaram então a primeira aldeia dos Tupinambaranas” (...) Serafim Leite diz que “em 1683, o Superior da Missão, Padre Jódoco Peres subiu por ele (o rio Madeira). Ao cabo de 9 dias chegou aos Iruris para ver a possibilidade de estabelecer residência entre estes índios”. Nesse contato, o Padre Jódoco Peres conseguiu boa disposição dos Iruris; levou até consigo um filho do principal para que estudasse no colégio do Pará e conhecesse a língua portuguesa, a língua geral, e tomasse contato com a cultura portuguesa, escopo das missões frente ao governo civil. As narrativas dão a impressão de que esse contato foi preparado por outros jesuítas em visitas anteriores. Além disso, alguns brancos já passavam pelo local em busca do cravo, ao longo do rio. Mais um fato, que manifestava a urgência de se fundar uma missão no Madeira, era a presença de ferramentas de aço que os habitantes do local já usavam e que vinham dos holandeses pelo rio Negro. A esse respeito, o próprio governador Gomes Freire de Andrade escreveu ao seu sucessor Artur de Sá de Menezes, em 1687, informando-o das recomendações de El-Rei, para que o governador auxiliasse os jesuítas a formar a missão do rio Madeira. Sendo assim, por ocasião do natal de 1688 saíram de Belém os padres José Barreiros e João Ângelo Bonomi. Com eles estava retornando, já batizado e conhecedor da língua geral, o filho do principal daqueles Iruris e que se chamava Mamorini.

Prefácio à primeira edição

Este livro constitui mais uma contribuição de Francisco Gomes da Silva aos estudos históricos da Amazônia. Sim, porque ao se dedicar à pesquisa e à interpretação dos acontecimentos geradores de Itacoatiara, a bela cidade amazonense abençoada por Nossa Senhora do Rosário, Chico Gomes, como é conhecido entre os seus mais próximos amigos, abriu a grande angular de sua visão de vida para também expandir os seus estudos aos fatos históricos marcantes na formação dos povos amazônicos, desde os primitivos habitantes da região aos que vieram depois, portugueses, espanhóis e originários de outras terras europeias e americanas.

Se entre os nativos somavam-se os nobres defensores da natureza, das florestas e dos rios da região, os adventícios mesclavam-se entre aventureiros e sacerdotes, homens de estado e exploradores, soldados e mateiros, todos eles, de uma forma ou de outra, desejosos em conquistar o novo mundo e com isso amealhar fortuna, no campo do conhecimento ou da espiritualidade, do poder político ou da incontável cobiça em abarrotar as burras das moedas de ouro com que os néscios se iludem quando se preparam para mandar no mundo. E, nesse processo de conquista, não faltaram nem a gota de suor ou de lágrima, nem a espada tinta de sangue empunhada pelas revoltas e revoluções, ou os momentos de paz abençoados pelos homens de Deus, também misturados nesse painel tecido de tantas cores e tantas luzes.

Este é apenas o primeiro volume de uma trilogia sobre a cidade que neste ano de 2013 completa 330 anos, num País de apenas 513. Isto é, o Brasil possuía 183 anos e transcorriam 152 após a viagem exploratória do rio Amazonas empreendida por Francisco de Orellana. Decidiu-se

então criar a cidade hoje plantada “à margem esquerda do rio Amazonas, a 26 metros acima do nível do mar e a jusante do Madeira (F. Gomes)”. Cidade que hoje conta com uma vida social e econômica, política e cultural não mais isolada no panorama da vida brasileira. Selou o seu destino à circunstância de situar-se, geograficamente, numa das partes mais profundas do rio Amazonas e receber navios de grande calado, capacitados a estimular o intercâmbio comercial com os centros mais expressivos do mundo dos negócios, principalmente nos domínios da produção das resinas e óleos vegetais, da pesca e da caça e de uma agricultura nascente, em especial da cultura do cacau e, mais recentemente da juta, malva e fruticultura, e dos grãos, em particular da soja que pro-vocou o uso dessa situação geográfica para o fomento de um entreposto de exportação a outros centros do mundo.

Francisco Gomes da Silva, na realização material deste livro, recorreu a fontes fidedignas de informação, de documentos oficiais e depoimentos de historiadores e viajantes ilustres como o da antropóloga norte-americana Anna Roosevelt, que reúne dados essenciais sobre a ocupação humana nos primórdios da Amazônia. Chico Gomes refere-se à domesticação da mandioca e da pupunha, o uso das várzeas na produção de milho pelas populações ribeirinhas, a estocagem dos excedentes dessa produção para a prática do comércio intertribal e a ação missionária dos padres jesuítas, dentre os quais ressalta a figura do grande pregador Padre Antônio Vieira e de figuras da maior responsabilidade histórica como os padres Bettendorf e Serafim Leite. Ainda na linha desses notáveis sacerdotes, avulta a imagem do fundador da cidade, o padre suíço Jódoco Perez, então superior da Missão dos jesuítas da Amazônia, que contou nesse empreendimento com o concurso inestimável do tuxaua Mamorini, da tribo dos Iruri.

Há um capítulo inteiro dedicado totalmente aos índios de Itacoatiara. É o momento em que o historiador aproveita para falar da formação humana de sua população, miscigenada com o europeu e o africano, mas profundamente marcada pela religião, hábitos alimentares, comportamento social, regime de trabalho, arquitetura e estilos de vida herdados do ameríndio. É dos pontos mais interessantes do livro, fruto da leitura de obras fundamentais sobre a matéria, inclusive do sábio João Daniel. Passagem em que aprecia os elementos subjetivos plantados na alma do povo itacoatiarense, a expressão do sentimento de amor à terra e as atitudes de altivez que não se deixam abater sob os comezinhos achaques sociais provocados pelos desmandos de qualquer sorte de autoritarismo dos reles mandatários de plantão.

Toda a obra de Francisco Gomes da Silva é dedicada à revelação e à interpretação da história do seu berço natal, tendo, por isso, como virtude primordial um sentido de gesto de gratidão e amor à terra da pedra pintada, terra pátria iluminada.

Manaus (Praia da Ponta Negra), 8 de setembro de 2013.

Elson Farias

Posfácio à primeira edição

“ARTHUR CÉZAR Ferreira Reis é o historiador da Amazônia”, sentenciou com toda a autoridade que o Brasil inteiro aplaude e reverencia o saudoso Pedro Calmon, após análise criteriosa da obra do celebrado autor amazonense.

Parodiando o mestre Pedro Calmon, e depois de sequenciada leitura dos livros do acadêmico Francisco Gomes da Silva versando sobre a história da Velha Serpa, ousou reafirmar o que já disse a seu respeito em outras oportunidades: “Gomes da Silva é o cantor da terra itacoatiarense”. É o historiador de Itacoatiara!

De fato, afirmei alhures: “A partir dos 16 anos vamos encontrá-lo, curioso e diligente, ‘fuçando’ velhos pergaminhos, consultando antigos alfarrábios esquecidos na memória dos tempos, frequentando bibliotecas e museus, arquivos empoeirados e gavetas enferrujadas, examinando tomos antiquíssimos, revendo livros vetustos desgastados pelas eras nas estantes cartoriais, nos registros ecumênicos e dos cemitérios, tudo para oferecer aos estudantes, professores e pesquisadores informações corretas, forradas de certeza comprovada”.

E, aos 19 anos, ei-lo a desviar-se dos folgedos da juventude, para brindar a intelectualidade amazônica com seu livro de estreia “Itacoatiara. Roteiro de uma cidade” que abriu a Série “Paulino de Brito”, das Edições Governo do Estado do Amazonas”, e foi lançado em 5 de setembro de 1965, na abertura oficial da Estrada Manaus-Itacoatiara. Com justa razão afirmou o então governador e prefaciador da obra, Arthur Cezar Ferreira Reis: “O que é preciso encontrar aqui é o esforço admirável de um menino que, ao invés de lançar-se às aventuras naturais da idade (19 anos), preocupa-se com a lição de ontem, ama sua terra, orgulha-se dela, serve-

a desde agora e com um ímpeto, com uma grandeza a que ninguém pode ficar indiferente [...]. Com os carinhos, a devoção de filho amantíssimo, percorreu os dois séculos da vivência de Itacoatiara para lembrá-los com a paixão que o envolveu e o fez, de menino, escritor que principia. É de registrar e insistir que se trata de produção em flor, de quem podia estar entregue às distrações que a idade explica, mas preferiu pensar em termos de maturidade, senão envelhecendo cedo, pelo menos assumindo uma atitude que o revela num caminho diferente e numa compreensão cívica de suas obrigações para com a coletividade, a que se dispôs servir com tanta decisão e tanta dignidade [...]. Seu livro, por isso mesmo, é apenas um livro que amanhã alcançará, ampliado, a grande categoria de ensaio biográfico da cidade onde nasceu. Na humildade que o distingue é, já, uma vitória.”

Nascia, ali, o historiador, o cantor de Itacoatiara, ou das Itaquatiaras, como quer e pode o também historiador e acadêmico Robério Braga. Dado o primeiro passo, gigantesco para a época e por sua idade, não parou mais. De 1965 para esta data, disciplinado e fecundo, fez editar 13 livros, além de outros 3 em fase final de elaboração – dez deles tratando sobre a Velha Serpa.

Decorridos 51 anos – mais de meio século! – volta o “cantor de Itacoatiara”, com seus notáveis dons de pesquisador emérito, a enriquecer nossa Historiografia, ofertando-nos desta vez o livro “Fundação de Itacoatiara”, primeiro volume da trilogia “Itacoatiara 330 anos” – que traduz o roteiro histórico da Velha Serpa, desde a criação do burgo que lhe serviu de berço, em 1683, à intervenção do estadista colonial Mendonça Furtado que possibilitou a transferência do núcleo do rio Madeira para o atual platô, à margem esquerda do Amazonas, em 1758.

O livro contém 4 capítulos e é ricamente ilustrado. Nele, como nos seus anteriores, Francisco Gomes da Silva – ocupante da Cadeira nº

20, de João Ribeiro, da Academia Amazonense de Letras, e também sócio titular do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, ocupando a Cadeira 25, de Jean Louis Agassiz – honra as previsões feitas há 47 anos pelo notável Arthur Cêzar Ferreira Reis, seu mecenas e grande inspirador.

Conforme ficou dito, linhas atrás, Francisco Gomes da Silva estreou nas letras regionais aos 19 anos de idade. Mas é oportuno destacar que desde os 16 anos fazia suas anotações e ensaiava os primeiros escritos à sombra da velha Caixa D'água de Itacoatiara mirando o suntuoso palacete do Nicandro, erguidos à margem da Avenida 15 de Novembro, via que separa o centro da cidade do tradicional bairro da Colônia, nas proximidades dos quais o nosso escritor-cantor nasceu.

A Caixa D'água é produto da engenharia norte-americana, construída em 1945 no governo de Getúlio Vargas, e continua de pé. Já o palacete do Nicandro, edificado no final do período áureo da borracha, não mais existe. Foi demolido nos anos 1990 à ordem de um administrador que não comungava com os ideais da História, como, aliás, acontece em todos os quadrantes do Brasil, haja vista o que aconteceu com o cinema Guarany, em Manaus, e tantos outros monumentos históricos destruídos para nada. Relembre-se o prédio da Instalação da Província do Amazonas, eliminado da paisagem histórica de Manaus para abrigar, inicialmente, uma feira de frutas e, mais tarde, servir de estacionamento.

Em todos esses anos de labor historiográfico o acadêmico Francisco Gomes da Silva mantém-se fiel ao tema Itacoatiara. Sua obra segue uma linha cronológica, obediente à periodização e enfocando os chamados “períodos densos” – momentos de ruptura de longa duração, caracterizados por velocidades distintas atuando sobre as estruturas sociais e as formas espaciais de um lugar. Ele não esconde que a exclusividade do tema de sua predileção é um claro contraponto ao velho discurso metropolitano adotado por expressivo número de nossos historiadores, para os

quais, na região amazônica apenas Manaus e Belém possuem história. O interior nada conta. É como se não existisse. Fato que é discriminatório e profundamente injusto.

Na opinião do poeta Francisco Calheiros, “Poucos homens no mundo dedicaram-se tanto em documentar a história de sua cidade”. Segundo o experimentado escritor e poeta Max Carpentier, [Desde cedo] “Francisco Gomes da Silva entregou-se ao registro e à reflexão da história de sua cidade [...] Seus vínculos afetivos com Itacoatiara são praticamente de natureza conjugal, pela permanência e pela dedicação. Esse amor por sua cidade resultou em momentos duradouros da produção intelectual amazonense”.

Realmente. Ao eleger a terra natal como tema de sua missão historiográfica, o mestre Gomes da Silva coloca-se acima do lugar comum, inova e serve de exemplo. É direto. E só de quando em quando, havendo necessidade, abeira-se de emotividade como, por exemplo, ao referir-se aos cursos d'água da região do Madeira, berço primeiro de sua cidade, devaneia: “[...] eles deram sustança à etnicidade e alimentaram ao seu povo; selaram enfim o futuro promissor à futura cidade. Caminhos naturais que escarrancharam a criança Itacoatiara em cima de suas águas milagrosas, poderosas, vitais, maravilhosas”.

Ao citar o tuxaua Mamorini (líder supremo da etnia Iruri) afirma: “Seu nome traduzia respeito, resistência e imortalidade”. No enfoque à mamorana-grande, irmã da sumaumeira, presta-lhe este tributo: “A mãe de todas as árvores, a mais alta, de tronco imenso e raízes tabulares, folhas com 5 a 7 folíolos oblongos, e flores alvas, vistosas e fasciculadas – verdadeiro templo da natureza. Suas imensas raízes de sustentação, chamadas sapopemas, ao simples baque de pau, emitem um som grave que ressoa a longas distâncias. Por isso, os Iruri (e outros povos indígenas) transformaram esse fato natural num meio eficiente de comunicação rudimentar, uma espécie de telefone da floresta”.

Mencionando o rio Urubu lembra e ensina que é “o rio sagrado dos Aroaqui [...] tem a mesma simbologia do rio Negro. Ambos sediaram tragédias que resultaram no extermínio de várias populações nativas do Amazonas [...]. No século XVIII boa parte (desses povos) havia sido dizimada ou incorporada como mão de obra servil nas vilas e fazendas portuguesas e seus remanescentes haviam-se refugiado pela terra firme, longe dos rios frequentados pelos colonos [...]. O registro da presença, ou da atividade pretérita dos nossos primitivos habitantes ressoa nostálgico e triste, nos seguirá por toda a vida. Mas, há outros instrumentos, sinais alusivos a essa antiga trajetória. São as “pedras pintadas” – nome dado às rochas ribeirinhas com inscrições rupestres, – os cacos cerâmicos e outros materiais arqueológicos que reportam as idas e vindas de inúmeras nações, o sistema de comunicação e a relação entre tribos; e o acervo de nomes interrelacionados com aqueles recuados tempos identificadores de lugares urbanos e rurais, hábitos alimentares, elementos da flora e da fauna e acidentes geográficos. [...] Esses termos e os referentes às etnias responsáveis pela formação do povo de Itacoatiara, além do ideário que propõem e da paisagem que oferecem, estão absolutamente à mercê dos cronistas, poetas, compositores e amantes das artes cênicas e pictóricas. A comunidade espera que produzam trabalhos fartos em número e em qualidade, de endeusamento da cidade cuja história, costumes e tradições contemplam a natureza e flutuam em direção aos horizontes da criação, da música, da poesia, e da Beleza”.

Aí está o cantor de Itacoatiara, na sua inteireza, feito garimpeiro beneditino no seu labor intelectual, lançando sua bateia científica nos venerandos cascalhos documentais que versam sobre o objeto de seus estudos, visando à elucidação dos fatos históricos envolvendo sua querida terra natal.

Fascador incansável, sério, responsável, sua lavra é a verdade histórica que busca e apregoa em todos os seus textos que já se estendem por vários tomos, indispensáveis a quem deseja entender e aprender tudo sobre a Velha Serpa, a terra da pedra gravada.

Manaus, setembro de 2013.

Almir Diniz de Carvalho

Escritor, poeta e ensaísta. Vice-presidente da
Academia Amazonense de Letras.

Autores consultados

ACUÑA, Cristóbal de. *Novo descobrimento do grande rio das Amazonas*. Tradução de Helena Ferreira. Rio de Janeiro: Agir, 1994.

AMAZONAS, Lourenço da Silva Araújo e. *Dicionário topográfico, histórico, descritivo da Comarca do Alto Amazonas*. 2. ed. fac-similada. Manaus: [s.n.], 1984. (Coleção Hileia Amazônica – ACA).

AMOROSO, Marta Rosa. *Corsários no caminho fluvial: os Mura do rio Madeira*. São Paulo: [s.n.], 1992.

_____. *Guerra Mura no século XVIII: versos e versões*. 1991. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)—Unicamp, São Paulo, 1991.

AZEVEDO, João Lúcio de. *História de Antônio Vieira*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2008. v. I-II.

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. *Compêndio das eras da Província do Pará*. Belém: UFPA, 1969.

BELÉM, Furtado. *Limites Orientais do estado do Amazonas*. Manaus: [s.n.], 1912.

BERREDO, Bernardo Pereira de. *Anais Históricos do Estado do Maranhão*. Rio de Janeiro, 1989.

BETTENDORFF, João Felipe (Pe.). *Crônica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*. 2. ed. Belém: Grafi-centro, 1990.

BITTENCOURT, Agnello. *Corografia do Estado do Amazonas*. Manaus: [s.n.], 1985. (Coleção Hiléia Amazônica).

BITTENCOURT FILHO, Agnello. *Manaus*. Manaus: Edições Governo do Estado, 2012.

CARTAS do primeiro governador da Capitania de São José do Rio Negro Joaquim de Mello e Póvoas (1758-1761). Manaus: CEDEAM-UFAM, 1983.

CARVAJAL, Gaspar; ROJAS, Alonso; ACUÑA, Cristobal de. *Descobrimento do rio das Amazonas*. Trad. de C. Melo-Leitão. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.

COUTINHO, João Martins da Silva Coutinho. *Relatório sobre alguns lugares da Província do Amazonas, especialmente o rio Madeira*. Edição fac-similada. Manaus: CODEAMA-IGHA 1986.

DANIEL, João (Pe.). Tesouro descoberto no Rio Amazonas. *Separata dos Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 95, t. 1, 1976.

EMBRAPA. *As terras pretas de índio da Amazônia: sua caracterização e uso deste conhecimento na criação de novas áreas*. Manaus: Edua; Embrapa, 2010.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem filosófica ao rio Negro*. 2. ed. Manaus: Edua; Inpa, 2007.

FONSECA, Ozório J. M. *Pensando a Amazônia*. Manaus: Valer, 2011.

FRITZ, Samuel (Pe.). *O diário do Padre Samuel Fritz*. Rio de Janeiro: IHGB; Imprensa Nacional, 1912.

HEMMING, John. *Árvores de rios (História da Amazônia)*. Tradução de André Luiz Alvarenga. São Paulo: Senac, 2011.

HORNAERT, Eduardo e outros. *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo: primeira época: período colonial*. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

JOBIM, Anísio. *Itacoatiara: estudo social, político, geográfico e descritivo*. Manaus: [s.n.], 1948.

KOCH-GRÜNBERG, Theodor. *Dois anos entre os indígenas: viagens ao noroeste do Brasil (1903-1905)*. Manaus: EDUA; FSDB, 2005.

LAGO SILVA, Garcilenil do. *Educação na Amazônia colonial*. Manaus: SUFRAMA; EDUA, 1985.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943. tomos III-IV.

- LOUREIRO, Antônio José Souto. *A Amazônia e o V Império*. Manaus: [s.n.], 2011.
- _____. *Síntese da História do Amazonas*. Manaus: Imprensa Oficial, 1978.
- MARCOY, Paul. *Viagem pelo rio Amazonas*. 2. ed. Tradução, introdução e notas de Antônio Porro. Manaus: EDUA, 2006.
- MEIER, Johannes. *Jesuiten aus Zentraleuropa in Portugi-esisch-und Spanisch-Amerika*. Band 1 Brasilien (1618-1760). Mainz: [s.n.], 2005.
- MELLO, Márcia Eliane Alves de Souza e. *Fé e império: as juntas das Missões nas conquistas portuguesas*. Manaus: EDUA; Fapeam, 2009.
- MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *A Amazônia na era pombalina: correspondência inédita do governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1759)*. São Paulo: [s.n.], 1963. 3 tomos.
- MENÉNDEZ, Miguel A. *A área Madeira Tapajós: situação de contato e relações entre colonizadores e indígenas*. São Paulo: [s.n.], 1992.
- MONTEIRO, Mario Ypiranga. *Fundação de Manaus*. Manaus: Editora Metro Cúbico, 1994.
- NERY, Barão Frederico José de Santa-Anna. *No país das Amazonas*. São Paulo: [s.n.], 1979.
- NEVES, Eduardo Góes. Sociedades complexas na Mata. *Scientific American Brazil*, ano 3, n. 27, 2004.
- NEVES, Walter Alves; PILÓ, Luís Beethoven. *O povo de Luzia: em busca dos primeiros americanos*. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 2008.
- NORONHA, José Monteiro de. *Roteiro da viagem da cidade do Pará até as últimas colônias do Sertão da Província (1768)*. São Paulo: Edusp, 2006.
- PORRO, Antônio. História indígena do Alto e Médio Amazonas: séculos XVI a XVIII. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. Uma crônica ignorada: Anselm Eckart e a Amazônia setecentista. *Bol. do Museu Paraense Emílio Goeldi, Ciências Humanas*, Belém, v. 6, n. 3, p. 575-592, set-dez 2011.

RAMOS, Alberto Gaudêncio. *Cronologia Eclesiástica da Amazônia*. Manaus: Tipografia Fênix, 1952.

REIS, Arthur César Ferreira. *A conquista espiritual da Amazônia*. São Paulo: [s.n.], 1942.

_____. *A política de Portugal no Vale Amazônico*. Belém: [s.n.], 1940.

_____. *História do Amazonas*. 2. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.

ROOSEVELT, Ana C. Paleoindian cave dwellers in the Amazon: the peopling of the Americas. *Science*, v. 272, 1996.

SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de. *Apêndice ao Diário da viagem que, em visita de correição às povoações da Capitania de São José do Rio Negro, fez o ouvidor Ribeiro de Sampaio, em 1774/1775*. Lisboa, 1856.

SILVA, Francisco Gomes da. *A Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Itacoatiara*. Manaus: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 1999.

_____. *Câmara Municipal de Itacoatiara (Sinopse Histórica)*. Manaus: Gráfica Ampla, 2010.

_____. Centenário de São José do Amajari, Edição do Autor, Manaus, 1979.

_____. Cronografia de Itacoatiara. Manaus: Papyrus, 1997. v. 1.

_____. _____. Manaus: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 1998. v. 2.

_____. *Fundação de Itacoatiara*. Manaus: Editora Cultural da Amazônia, 2013. (Trilogia Itacoatiara 330 Anos, v. 1).

_____. Itacoatiara, administrações municipais, realidade presente. Edição do Autor. Capa Editora Sérgio Cardoso, Manaus, 1970.

_____. *Itacoatiara: roteiro de uma cidade*. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas; Editora Sérgio Cardoso, 1965. (Série Paulino de Brito, v. 1).

_____. *Itacoatiara: roteiro de uma cidade*. 2. ed. rev. e ampl. Manaus: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 1997.

SOUZA, Márcio. *História da Amazônia*. Manaus: Valer, 2009.

Sites:

<http://www.franciscogomesdasilva.com.br>

<http://www.sbpc.jornaldaciencia.org.br/Detailbe.jsp?id=>

<http://www.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/primeiroeuropeu>

<http://www.usp.br/leeh/pls/junb2001.htm>

<http://www.sescsp.org.br/sesc/revistassesc/pb/art>

<http://www.historiadomundo.com.br/preistoria/america>

http://www.flacso.org.br/portal/pdf/serie_estudos_en...

<http://www.fotosimagenes.org/vicente-yanez-pinzon>

<http://www.jornaldearqueologia.net/2014/01>

<http://www.revistagalileu.globo.com/busca?q=>

<http://google.com.br/#q=revistascience+primeiros...>

<http://leiaufsc.files.wordpress.com/2013/03/03-1c.neves>

<http://www.slavevoyages.org>

<http://www.cerescaico.ufrn.br>

<http://www.scol.com.br/mneme>

<http://www1.folha.vol.com.br/ciencia/2015/07/1658455>

<http://www.technet.com/2014/esqueletodaeradogelo...>

<http://revistapesquisa.fapesp.br/2015/07/23/a-complexa...>

<http://paleontologiageral.blogspot.com.br/>

<http://revistagalileu.globo.com/Ciencia/Arqueologia/not>

<http://arqueologiaepreistoria.com/2014/05/16/naia-o-e>

<http://arqueologiaamericana.blogspot.com.br>

Resumo biobibliográfico



FRANCISCO GOMES DA SILVA nasceu em Itacoatiara aos 24 de novembro de 1945. Promotor de Justiça Aposentado, Advogado e Escritor. Membro do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (vice-presidente no biênio 2017/2018), da Academia Amazonense de Letras, da Associação dos Escritores do Amazonas e da Associação Amazonense do Ministério Público. Sócio correspondente do Colégio Brasileiro de Genealogia (Rio de Janeiro/RJ) e sócio correspondente fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Tapajós (Santarém/PA). Historiador de sua terra natal começou a escrever aos 16 anos e aos 19 lançou seu primeiro livro (1965), sob os auspícios do historiador, amazonólogo e então governador Arthur Cézar Ferreira Reis.

É autor dos seguintes livros:

1965: Itacoatiara. Roteiro de uma cidade.

1970: Itacoatiara: administrações municipais, realidade presente.

1979: Centenário de São José do Amajari.

1997: Cronografia de Itacoatiara – 1º volume.

1997: Itacoatiara. Roteiro de uma cidade – 2ª edição revista e

ampliada.

1997: Instituto Alfredo da Matta ontem e hoje: uma história de saúde pública (1955-1997) – coautor.

1998: Cronografia de Itacoatiara – 2º volume.

1999: A Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Itacoatiara.

2002: Constituições do Estado do Amazonas – volume I (1891, 1892 e 1895) – Texto introdutório.

2004: Presença do Poder Judiciário no Município Itacoatiara.

2006: Pedro Gomes meu pai (um memorial de família).

2010: Câmara Municipal de Itacoatiara (Sinopse histórica).

2013: Fundação de Itacoatiara (1º volume da Trilogia Itacoatiara 330 anos).

Obras em preparo:

Homens, mulheres e coisas de Itacoatiara (uma enciclopédia municipal).

As pedras do Rosário.

Cronologia Eclesiástica de Itacoatiara

Volume 2 da Trilogia Itacoatiara 330 anos.

Volume 3 da Trilogia Itacoatiara 330 anos.

Viagens presidenciais (e de presidenciáveis) a Itacoatiara.

EDITORA PLANO

QUALIDADE • TECNOLOGIA • CONFIABILIDADE

Impressão e acabamento **PAPELARIA PLANO LTDA.**
Av. Silveira, 681 - Crespo - Fones: (92) 3237-8791 / 3613-8836
e-mail: editoraplano@gmail.com

Na linha desses notáveis sacerdotes, avulta a imagem do fundador da cidade, o padre suíço Jódoco Perez, que contou nesse empreendimento com o concurso inestimável do tuxaua Mamorini, da tribo dos Irurí, pioneiros habitantes do Município.

O núcleo que deu origem a Itacoatiara foi oficializado no dia 8 de setembro de 1683. A fundação desta cidade – como a de outras ribeirinhas ao longo da calha do rio Amazonas – foi uma decorrência dos regimentos portugueses de 1 de abril de 1680, ordenando a criação dos aldeamentos, e de 7 março de 1681, criando a Junta das Missões. Ambos contribuíram para o desenvolvimento do projeto colonial sustentado no plano espiritual – salvação das almas; e no temporal – expansão e conservação das conquistas de Portugal. Sem sombra de qualquer dúvida, a criação da missão jesuítica que originou Itacoatiara dependeu duma combinação prévia entre a Coroa portuguesa e seus agentes políticos sediados em São Luís, a então capital do Estado do Maranhão e Grão-Pará, e a ordem para sua instalação emanou diretamente de Lisboa. Daí a origem luso-indígena de nossa cidade.

Este livro – atendendo rigorosamente aos apelos da melhor bibliografia, – além de sumariar o período pré-cabralino, foca os iniciais 75 anos da bela trajetória de Itacoatiara, decorridos de 1683 a 1758, ou seja, desde a chegada ao rio Madeira do jesuíta suíço Jódoco Perez, fundador da missão que deu origem à atual nobre cidade, aos fatos que desaguardaram na vinda do estadista português Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador da Amazônia, à época, e responsável pela transladação do povoado para o atual platô, à margem esquerda do rio Amazonas, de que resultou sua elevação à vila e consolidação como sede municipal. A ordem para fundar o núcleo originário partiu diretamente de Lisboa. Porém, três anos antes (1680), o famoso padre Antônio Vieira – ao proclamar o potencial geopolítico do Madeira – já antecipava o interesse da Coroa portuguesa em estabelecer uma missão jesuítica nestas paragens. Jódoco Perez partiu de Belém em 9 de julho de 1683, e depois de ultrapassar mais de 1.500 km subindo o Amazonas, ingressou no Madeira e estacionou na foz do afluente Maturá. Ali, perante toda a gentildade Iruri, celebrou missa e fundou o núcleo embrionário da cidade de Itacoatiara.

SECRETARIA DE
ESTADO DE CULTURA



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS



978-85-9267-02-5